

DISCURSO, ESTILO E SUBJETIVIDADE

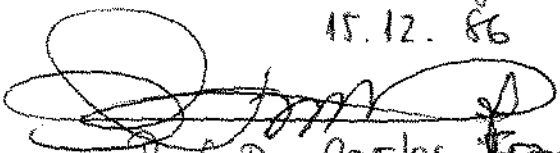
Sirio Possenti

Tese apresentada ao Departamen-
to de Linguística do Instituto
de Estudos da Linguagem da Uni-
versidade Estadual de Campinas,
como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em
Ciências

Campinas, dezembro de 1986

Este exemplar é a rede-
ção final da tese de-
fendida por SIRIO POS-
SENTI e aprovada pela
Comissão Julgadora em
15.12.86

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL


Prof. Dr. Carlos Franchi

Agradeço em especial a Carlos Franchi, que orientou meu trabalho e corrigiu grande parte dos erros que cometi na primeira versão. A Haqira Osakabe, co-orientador, pelas longas conversas e pelo estímulo. A Maria Irma H. Coudry, Cláudia Lemos, J. Wanderley Geraldi, Jonas de Araújo Romualdo, Edson Françoze e Tânia Maria Alkmin, que têm mais responsabilidade do que imaginam por isso que aí está. A todos os que discordaram de mim e discutiram minhas hipóteses, que, afinal, não são tão minhas assim.

Agradeço, também, a Rodolfo Ilari e Deonísio da Silva. Eles sabem porquê.

Para Ana e Fernando, que suportaram meu mau humor.
Para Anabile, minha mãe, também por causa de seu
nome.

RESUMO

Este trabalho é uma tentativa de propor um quadro geral no qual as atividades da análise do discurso façam sentido para a linguística. Para cumprir esta finalidade, criticam-se certas formulações do lugar do discurso e sobre sua natureza, em especial sua correlação considerada necessária com a ideologia. Apresenta-se uma concepção de linguagem e de gramática, com base em Franchi (1975,1977), em relação à qual o discurso não é apenas um complemento da atividade da linguística, mas, ao mesmo tempo sua decorrência e lugar privilegiado de manifestação dos mecanismos gramaticais.

A conclusão é a de que a característica mais marcante de um discurso é seu estilo, concebido este conceito como a forma de suscitar geneticamente forma e conteúdo como resultado da atividade de escolha, por um sujeito ativo, dos recursos linguísticos para a produção de significações.

Candidato: Sirio Possenti

Orientador: Prof. Dr. Carlos Franchi

"O aspecto dinâmico da matéria manifesta-se na teoria quântica como consequência da natureza ondulatória das partículas subatômicas, e é ainda mais central na teoria da relatividade, a qual nos mostrou que o ser da matéria não pode ser separado de sua atividade".

(F. Capra, *O ponto de mutação*)

"O maior sedutor não é, afinal, Alcibiades, e sim Sócrates".

(M. Yourcenar, *Memórias de Adriano*)

INDICE

	pág.
Introdução	002
Capítulo 1	
Notas sobre a consideração do discurso como questão pertinente	006
Capítulo 2	
Esboço de uma epistemologia da análise do discurso ...	030
Capítulo 3	
Linguística e teorias auxiliares	046
Capítulo 4	
Língua e discurso	061
Capítulo 5	
Da sintaxe ao discurso	086
Capítulo 6	
Discurso no texto: alguns exemplos	124
Capítulo 7	
A forma no discurso	153
Capítulo 8	
Notas sobre o estilo literário	184
Capítulo 9	
Uma concepção filosófica do estilo	213
Capítulo 10	
O estilo na linguística	253
Capítulo 11	
Da indeterminação à sobredeterminação	280
Bibliografia.....	300

INTRODUÇÃO

O termo discurso continua vago. Aliás, é cada vez mais vago. Está se transformando numa espécie de lixeira para onde se recolhem os restos da linguística, sejam os restos que sobram de uma gramática ou estrutura, sejam os restos que sobram das sentenças, sejam os que decorrem da oposição **type-token**. De alguma maneira, resume-se aos restos que sobram das tentativas de operar cientificamente, isto é, com regras gerais, sobre os dados linguísticos. Em suma, para utilizar um termo de Granger, o discurso se ocupa do resíduo.

No entanto, ou apesar disso, cada vez são mais numerosas os que se ocupam com o que chamam de discurso. Hoey (1984) dá conta de que, segundo um levantamento feito por ele e de Escorcia, só em 1981 foram publicados cerca de 5.000 artigos e 200 livros sobre discurso. Não creio que todos se ocupassem dos mesmos problemas.

Meu trabalho não leva em conta toda esta formidável produção, e esse é apenas um de seus defeitos. Inscreve-se mais na tradição francesa que na americana, inglesa ou alemã, embora tenha em relação a sua origem privilegiada uma forte suspeita. De alguma maneira, e por fortes razões, não é um corte quantitativo em relação à massa da produção sob o mesmo rótulo. Sua virtude será, talvez, a tentativa de não opor discurso a nenhuma outra categoria bem assentada, mas de propor, pelo menos provisoriamente, que todas as categorias bem assentadas não deveriam excluir o discurso, no sentido mais geral de enunciados

efetivamente produzidos. Isto é, não se opõe discurso a gramática, por exemplo, mas se quer que a gramática ajude a explicar o discurso.

De um certo ponto de vista, meu trabalho será considerado reacionário. É que a noção de sujeito tem nele um lugar importante, mas recusa as concepções mais em moda, as que consideram o sujeito como assujeitado. Por outro lado, não postula um sujeito comparável ao cogito, e considera, mesmo, que seria imbecil, a esta altura do século XX, seja postular esta noção de sujeito, seja ainda lutar contra ela. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Como diz Ricoeur, os que opõe a noção de sujeito à noção de estrutura não estão assegurados de terem acedido a um discurso sem sujeito (1977:79). Aludindo ao discurso da psicanálise e da ideologia sobre esta questão, poder-se-ia, cum grano salis, dizer que os defensores de que a idéia de sujeito é uma ilusão têm a ilusão de produzirem um discurso sem sujeito.

A idéia básica mobilizada para postular uma noção não ingênua de sujeito é opor a idéia de sujeito à de estrutura: se as estruturas fossem acabadas, sem frinchas, se igualassem efetivamente em todos os sentidos os elementos a que se referem (indivíduos numa sociedade, átomos linguísticos numa língua), a única definição possível de sujeito seria pela sujeição. Mas, então, as sociedades e as línguas não mudariam. Os sistemas são instáveis, e o são pela ação dos indivíduos. E é, portanto, pela ação, ação diferenciada, que o sujeito será definido.

Assim, a propriedade essencial do discurso será o estilo, isto é, o modo como se relacionam ativamente forma e conteúdo. Isto implica a consideração efetiva da forma realmente produzi-

da e do conteúdo significativo realmente produzido. Para justificar esta tese, apresento, neste trabalho, onze capítulos. Chamo-os assim, mas, na verdade, são onze ensaios. Eles poderiam, certamente, aparecer em outra ordem. Esta disposição é uma tentativa de conferir-lhes sequência.

O capítulo 1 é uma tentativa sumária de levantar os problemas que levaram à aceitação do discurso como objeto problemático e relevante para a linguística. O segundo, uma crítica a um quadro epistemológico de prestígio, principalmente na análise do discurso francês; contém, além disso, o esboço de um quadro epistemológico mínimo para o que me parece ser uma análise do discurso mais adequada, enquanto tarefa da linguística. O terceiro completa o segundo, com um exemplo positivo do quadro esboçado no capítulo 2 e um exemplo em que a linguística ainda não consegue um trabalho interdisciplinar produtivo. O quarto capítulo é uma tentativa de dissolver dicotomias, e enfoca-se a oposição discurso-língua. No capítulo 5 apresenta-se um esboço de concepção de linguagem e do tipo de gramática adequada para as tarefas da análise do discurso. A idéia básica é que não se pode pretender fazer análise do discurso adotando-se qualquer concepção da linguagem e de gramática. O capítulo 6 apresenta alguns dados analisados a partir do que o precede, a título de exemplificação. Estes capítulos formariam, talvez, uma primeira parte da tese.

No que eu poderia chamar de segunda parte, o estilo é a personagem principal. No capítulo 7 faço um esforço para chamar atenção para a importância da forma, por oposição basicamente a um endeusamento do contexto. Faço uma breve excursão pelas for-

mas como crítica literária tem abordado o estilo no capítulo 8. No nono, apresento a concepção de estilo de Granger, que me fornece o quadro conceitual básico que considero adequado para a análise do discurso. No capítulo 10, faço a crítica das concepções mais típicas de estilo na linguística, explicitando as condições de produção deste conceito, e proponho uma concepção compatível com as grandes linhas emprestadas de Granger.

Finalmente, no capítulo 11 tento mostrar como, da indeterminação da linguagem decorre sua sobredeterminação, isto é, tento corroborar, com alguns exemplos, a tese de que há mais recursos linguísticos de produção de significações do que se pode imaginar como fruto de certas abstrações, por uma lado, e, por outro, que há mais significações do que se pode apreender se considerado o mesmo grau de abstração.

Capítulo 1

Notas sobre a consideração do discurso como questão pertinente

"A tarefa da linguística será ... delimitar-se e definir-se a própria" (Saussure).

A questão do discurso, ou o discurso como problema e objeto de trabalho, se colocou para os linguistas, recentemente, a partir de trabalhos tentativos ou de problemas levantados sobretudo em três lugares: em primeiro lugar, da discussão sobre qual seja o objeto da linguística; em segundo lugar, das discussões infinitas sobre a natureza das línguas; em terceiro lugar, um tanto assimétrico em relação aos outros problemas, mas não completamente deslocado em relação a eles, da solicitação que outras áreas de conhecimento fizeram à linguística, pela conhecida razão de ter sido considerada a ciência modelo das ciências humanas.

Essas três questões se imbricam de várias maneiras e em vários lugares e exercem pressões umas sobre as outras à medida que certos problemas são mais cuidadosamente analisados e à medida que, de fora do que se poderia chamar, sem pretensão de exatidão, de paradigmas dominantes, surgem desafios bem articulados que não se pode desprezar mas também não se pode facilmente incorporar; na medida em que os dados desafiam as teorias; na medida em que a linguística é associada a áreas vizi-

nhas de conhecimento ou para as quais é erigida em modelo; ou na medida em que outras áreas apresentam conquistas aparentemente relevantes, com as quais a linguística não pode não desejar a compatibilidade.

Tratarei rapidamente das três questões embora reduzindo-as aos temas que mais de perto interessam à Análise do Discurso e sem pretender, mesmo no interior desta restrição prévia, a análise detalhada dos problemas, mas apenas a assinalação dos lugares problemáticos e a rápida menção de alguns trabalhos.

A questão do objeto

Uma afirmação como a de Saussure, segundo a qual "o ponto de vista cria o objeto" é hoje um truismo, e só mesmo um empedernido empirista, na verdade mais grosseiro que empedernido, poderia tentar não aceitar como verdadeira esta afirmação, quando relativa a procedimentos científicos mínimamente defensáveis. Ela significa que não se estudam fenômenos, mas dados, entendendo-se por fenômeno o que ocorre efetivamente no mundo e por dado o que é previamente circunscrito e determinado enquanto tal por um certo ponto de vista, vale dizer, por uma determinada assunção teórica e metodológica.

A questão do objeto se desdobra em dois problemas que andam sempre juntos: primeiro, qual a extensão do objeto, isto é, quais são as fronteiras de um determinado tipo de dados. No caso da linguística, para exemplificar, esta questão diz respeito à tomada de decisão necessária para estabelecer divisórias entre o que seja linguístico e, digamos, psicológico, físico,

etc. Em segundo lugar, a questão do objeto coloca imediata e conjuntamente o seguinte problema: um objeto delimitável possui um princípio mínimo de organização, vale dizer, é possível falar dele de modo geral, sem ser necessário um acúmulo de regras, subdivisões discutíveis, etc? é possível elaborar instrumentos lógicos de representação e formalizar seus resultados? Para exemplificar, no caso da linguística, trata-se de perguntar se é possível estabelecer um número relativamente pequeno de princípios ou regras para explicar um número grande de eventos ou de dados.

As duas questões andam historicamente juntas. Ambos os predicados são necessários para a constituição de um objeto de ciência: ser delimitável e ser representável. De nada adianta ao cientista circunscrever um objeto de uma amplitude determinada se perceber imediatamente que tal objeto é excessivamente heterogêneo, se ele não é passível de nenhuma estruturação, se os fenômenos em consideração se agrupam em classes disjuntas cujos princípios de organização pertencem a ordens diferentes. Mas seria igualmente indesejável que ocorresse delimitar-se um objeto passível de estruturação, se logo se percebesse que esta estruturação representa muito poucos dados, se numerosos fenômenos intuitivamente pertinentes fossem a priori desclassificados, em resumo, se se apresentasse um construto elegante com pouquíssimo conteúdo empírico.

A questão é saber, então, qual o objeto da linguística, se se pretende que a linguística seja uma tarefa de cunho científico, ou maximamente próxima dos procedimentos do tipo científico, e se se pretende ao mesmo tempo tratar do maior conteúdo

empírico possível, isto é, sem excluir, em nome da homogeneidade, fenômenos pertinentes ao exercício normal da capacidade linguística.

Sabemos que Saussure respondeu a esta questão estabelecendo os limites da língua, isto é, do objeto da linguística, no nível dos signos, porque só a relação significante-significado seria geral numa comunidade linguística, só ela seria igual em todos os falantes, por força de sua convencionalidade. Além do mais, pareceu a Saussure que só esta delimitação lhe possibilitava uma concepção semiológica da língua, isto é, em que cada signo valesse pela sua oposição aos outros, posição que está consubstanciada em sua teoria do valor. Todos os outros elementos relacionados com a linguagem são remetidos para a fala (exceto, evidentemente, a própria *faculté de langage*), lugar onde se entrecruzam dados relevantes, mas não sistematizáveis, estruturáveis, ou, pelos menos, não sistematizáveis no interior da língua, embora não se exclua que o sejam numa teoria psicológica, física, histórica, etc.

O limite estabelecido por Saussure para a língua, se, por um lado, representou um posicionamento bastante conforme às exigências mínimas da cientificidade, custou, por outro lado, a exclusão do objeto da linguística de numerosos fenômenos que parecem ser de crucial importância, principalmente se a língua é entendida como meio de comunicação, porque é empiricamente evidente que os falantes não se comunicam por signos. Se a língua fosse considerada como meio de classificação dos objetos do mundo, uma organização preliminar da realidade, estas exclusões pareceriam menos graves. Mas o processo de comunicação inclui

elementos e estratégias que nitidamente ultrapassam o reino dos signos.

Das teorias linguísticas com aura de cientificidade e com aval amplo da comunidade científica, a de Chomsky é o promotor mais bem sucedido de uma ampliação do objeto da ciência linguística, na medida em que sua preocupação fundamental é com princípios e regras formais que presidem a construção de expressões até o limite das sentenças complexas. A natureza dessas, embora também visem a explicar a relação som-sentido, é muito distinta das relações sitagmáticas de oposição e contraste do estruturalismo. Propondo um tratamento da sintaxe como a mobilização pelo falante de um número finito de condições universais e parâmetros das formas de representação possíveis nas línguas humanas, Chomsky cumpre, no nível da sintaxe, portanto em relação a um objeto mais extenso que o conjunto de signos, a exigência básica da sistematicidade do tratamento dos dados, mostrando assim que o nível da sentença não pertence ao heteróclito e multiforme, não é dependente da inteligência e da criatividade do falante, mas está no limite do geral, do que é comum a todos os falantes, que conhecem estas regras assim como conhecem a relação significante-significado. Não seria nenhuma heresia repetir metaforicamente Saussure dizendo que esse sistema é "o tesouro depositado na memória do falante", a não ser pelo caráter inato que Chomsky atribui a alguns dos princípios mais gerais das gramáticas possíveis, enquanto que a regularidade do sistema de signos em Saussure se baseia na convenção.

Por outro lado, esse núcleo mais geral da gramática é, para Chomsky, um sistema encapsulado, especificamente linguístico,

sem depender internamente de qualquer relação com outros conhecimentos, processos e operações do sujeito, ou de quaisquer contribuições contextuais.

No que concerne a essas duas teorias, as perguntas que permanecem são basicamente as mesmas, a principal sendo: que dados e problemas empíricos se consegue representar nestas duas teorias necessariamente restritivas? Sem dúvida, obtém-se um conjunto de soluções bastante representativas do objeto que definem como sua tarefa explicar. O que ocorre é que, assim como se sabe que não se fala por palavras, também não se fala por sentenças, embora poucas dúvidas que possa ter sobre a legitimidade de tomar-se palavras e sentenças como entidades sobre as quais um linguista opere. Os usos efetivos da linguagem envolvem realidades de extensão maior e qualitativamente distintas que a das palavras e sentenças. E numerosos fenômenos, isto é, numerosos elementos sem os quais sentenças reais não existem, não podem ser construídas, estabelecem um conjunto intrincado de relações intersentenciais que requerem explicações para além das explicações meramente sintáticas. A fortiori este fenômeno ocorre com as palavras. Não só elas são de variada natureza (oponham-se os anafóricos e dêiticos às categorias lexicais, apenas para exemplificar), do ponto de vista semiológico, como também sua real significação depende de numerosos fatores, alguns explicados no nível da sintaxe, mas outros sem dúvida apenas se conectados com os contextos de ocorrência. Muitos elementos que ocorrem no discurso só podem ter, não apenas sua significação, mas até mesmo a simples ocorrência, explicada pelo co-texto que os precede e sucede. A questão pode também ser

posta nestes termos: o que efetivamente se explica e o que se deixa no exterior nestas teorias, tanto no que concerne às condições de uso quanto no que se refere à significação?

Mesmo antes e durante o pleno sucesso das teorias sintáticas gerativistas havia já preocupações em se tentar explicar discursos, textos, narrativas, enfim, unidades maiores que a frase. O sucesso de qualquer das tentativas não foi, evidentemente, nem do mesmo alcance nem da mesma natureza, por não possuir a mesma consistência, que o das teorias linguísticas mais bem assentadas. Numerosas tentativas, além disso, se fizeram para explicar a relação entre a língua propriamente dita e outros fatores concorrentes, tais como fatores psicológicos e sociológicos. Aqui também o sucesso sempre foi relativo, mas tanto neste campo quanto no da extensão dos dados puramente linguísticos, numerosos problemas foram formulados, e eles ainda esperam por uma solução. O fato de ainda não ter sido encontrada não reduz sua relevância. Ao contrário, sempre mais os estudiosos direcionam seus esforços e seus projetos na direção destes problemas, sem esperar que antes se resolvam os problemas da frase e da palavra, sem dúvida também porque em muitos casos se aposta que eventualmente soluções razoáveis apresentadas para problemas de texto ou de discurso iluminem mais claramente questões localizadas em níveis mais restritos.

A questão, portanto, de qual deve ser o objeto da linguística, se quer solucionar os problemas que o discurso põe ao investigador, é uma tarefa ainda a ser executada. Quanto Saussure disse que uma das tarefas da linguística é dilimitar-se a si própria estava propondo um trabalho bem mais complicado do que

parece à primeira vista. É que a cada etapa que se cumpre ou se imagina cumprir, mais do que solucionar problemas no interior do objeto definido como tarefa de uma teoria, levantam-se problemas que tal postura não consegue solucionar. Parafraseando uma expressão de Bachelard, a cada vez que se ilumina um aspecto, lançam-se sombras sobre outros. Uma das razões, sem dúvida, pela qual as teorias científicas são postas em xeque é o número de fenômenos empíricos que elas não conseguem explicar. Fenômenos que clamam por transformar-se em dados. Evidentemente, nenhuma teoria é obrigada a solucionar problemas que não se põs. Mas se ocorre que as soluções que oferece são obviamente parciais em relação aos fenômenos, ou para que sejam compatíveis com disciplinas afins, ou se estas colocam problemas que a teoria que se considera vitoriosa não consegue resolver, seu poder explicativo perde cartaz.

Um outro problema que se põe tanto para a teoria de Saussure quanto para a de Chomsky, além do da extensão do objeto em termos de que tamanho ele tem ou até onde se trata de fenômenos de língua, é o das funções da linguagem. As teorias, além de terem traçado um limite por assim dizer físico do objeto, traçaram também um limite funcional para ele. De fato nessas teorias, privilegia-se, quando não se exclusiviza, a função intelectual, representativa ou descritiva da linguagem. As outras funções estarão inscritas na língua mesma ou devem se explicadas por espécies de desvios da função original ou ainda pela associação de elementos linguísticos com elementos extra-linguísticos? Em numerosos casos, a significação produzida além dos limites estritamente linguísticos foi solucionada através

da "complicação" do signo (p.ex. a explicação da conotação em Hjelmslev) ou deixada para outras teorias a serem elaboradas (p.ex. do desempenho) ou mesmo para outros domínios do conhecimento como o psicológico, o antropológico, o da ideologia, etc.

A questão, a rigor, é ainda a mesma que a colocada em relação à questão da extensão do objeto: se a teoria deixa de explicar numerosos fenômenos que intuitivamente se sabe relevantes, sem a explicação dos quais a teoria se torna por demais arbitrária na sua delimitação, até que ponto esta teoria deve ser atacada, acuada, obrigada a dar conta de dados e funções que tudo indica serem pertinentes?

Além disso, a tarefa de delimitar o objeto está estreitamente imbricada com a questão do funcionamento da linguagem, na medida em que é possível, por exemplo, que num diálogo entre dois interlocutores, B responda a A adequadamente em função da relação do conhecimento partilhado por eles muito mais que em função do material linguístico emitido por A. A questão é saber se os elementos processados por B e considerados por ele para dar a A a resposta adequada são todos na natureza linguística ou não. Ou então, se se deve considerar que, por exemplo, o "conteúdo emotivo" de uma palavra também deve ser considerado pertinente ou apenas seu valor referencial, ou semântico em outros termos que não referenciais. Se um tom de voz revela a irritação de um locutor, o tom revelador de irritação é revelador de irritação em função de uma regra linguística ou de uma regra social de outra ordem? Se se responder que em função de uma regra de interação social mais que linguística, a questão será: até que ponto esse nível de interpretação é pertinente em ter-

mos de uma teoria linguística, ou apenas para outros domínios da investigação? Uma promessa é uma promessa em função do valor semântico da expressão utilizada ou em função da conexão entre a expressão e certos hábitos sociais? Se for este último o caso, fazer coisas com a língua, ao invés de só dizer coisas, é um problema relevante para uma teoria linguística, ou relevante apenas para uma análise da sociedade e da língua que sejam compatíveis entre si?

Dependendo das respostas que se derem a questões como estas, a extensão do objeto da linguística aparecerá alterado, em certos momentos sendo exclusivamente linguístico e em outros sobrepondo-se a áreas de outras disciplinas.

Pode-se dizer que a tentativa de estabelecimento de algum critério objetivo para o tratamento de unidade maiores que a frase, principalmente nos casos em que se tentou aliar a esta questão da extensão discussões sobre a natureza das línguas, produziu teorias do texto. Os exemplares melhores desta vertente são o trabalho de Harris e algumas das tentativas da gramática do texto entre os alemães, principalmente. Harris tentou tratar do texto à moda tipicamente estruturalista, os alemães tentarem aplicar ao texto regras análogas às gerativas.

Uma outra forma de estender os limites do objeto dos estudos linguísticos vem de elementos e fatores que se rotulam amplamente de pragmáticos. Um trabalho como o de Bar-Hillel (1954) mostra a necessidade de incorporar contextos determinados, extra-linguísticos, na interpretação dos sub-sistemas linguísticos chamados dêiticos.

Austin, Searle e Ducrot incorporam outras significações que não podem ser contidas na função veritativa, descrita, etc. da linguagem. Tanto no trabalho desses autores como no de Grice, mostra-se a necessidade de levar em conta certos contratos sociais que se estabelecem nas situações de conversação.

Essas extensões são fundamentais para teorias pragmáticas, mas não levam ainda a uma teoria do discurso. É que o discurso abrange todas essas extensões, mas tem outros traços, em especial os decorrentes da questão da natureza das línguas, que exporei mais adiante.

Não fossem as questões decorrentes da discussão sobre a natureza das línguas e o discurso estaria circunscrito talvez na forma acima esboçada. Mas, claramente, a questão da natureza é tão forte quanto a do objeto, e é por isso que em Osakabe, (ver adiante, cap. 5) as duas questões se põem simultaneamente. Uma das consequências é que se tem discurso mesmo que só a questão da natureza seja invocada, isto é, mesmo se se tratasse de analisar dados cuja extensão não fosse problemática, como os tomados por base nas teorias antes referidas.

A questão da natureza

A propósito desta questão, serei extremamente breve, de vez que, a rigor, todo o capítulo 5 será dedicado a este problema. Indicarei apenas o que significa para mim esta questão e em que medida, a meu ver, deste lugar se localiza uma das fontes de emergência da Análise do Discurso. Trata-se, no que concerne a estes interesses assim delimitados, de questionar se as

línguas são estruturas no sentido técnico, isto é, sistemas semiológicos, códigos, em que cada elemento vale apenas por "oposição, relação e negação" a outros elementos da mesma natureza, ou se se trata de semi-estruturas, com espaços necessariamente preenchidos por elementos de outra natureza.

As duas posições extremas podem ser assim situadas: a) as línguas são códigos, estruturas, e tudo o que elas significam significam por obra de alguma combinatória dos elementos linguísticos; b) as línguas não são códigos em nenhum sentido, e toda a significação que elas veiculam depende de outros fatores, que poderiam ser resumidos sob o nome de contexto ou de circunstância de ocorrência dos enunciados. Entre estas posições extremas há numerosos pontos possíveis onde alguém possa tentar localizar-se. Para quem pretende trabalhar com Análise do Discurso, fica evidente que qualquer destas posições extremas deve ser a priori abandonada. Se as línguas são códigos que utilizam de um sinal determinado para um significado determinado, de maneira aproximadamente biunívoca, trata-se de construir procedimentos para determinar os significados a partir dos significantes. Se as línguas não codificam nada, isto é, se elas não tem nenhuma regra especificamente linguística, a única tarefa possível é anotar todas as ocorrências de discurso (que a rigor seriam impossíveis sem regras) a tentar a tarefa inglória de buscar para cada uma delas sua significação, sem jamais poder relacionar uma delas a qualquer outra.

A única solução possível, pelo menos atualmente, é tentar verificar qual é, em cada caso, a contribuição das regras linguísticas e qual a contribuição dos outros fatores. O que im-

plica na assunção prévia de que há regras linguísticas em algum sentido e que há fatores não tipicamente linguísticos atuando no discurso: quer se trate de conjunção de regras linguísticas com regras descobertas em outros domínio, quer se trate de indicadores, mais do que de regras, que apenas apontam para certas direções interpretativas, de forma que nem mesmo a conjunção de regras de dois campos permita conclusões seguras quanto à interpretação.

Uma outra questão se coloca. Mesmo no interior do material tipicamente linguístico, todos os elementos têm o mesmo estatuto? Granger (1960) assinala, por exemplo, que o que distingue fundamentalmente uma língua dos sistemas formais é o fato de aquelas, ao contrário destes, possuírem elementos dêiticos, o que sugere que os dêiticos, numa língua natural, têm estatuto diverso do dos outros elementos do código: por sua própria natureza estão no sistema marcados com um diacrítico que os remete ao contexto, contrariamente a outros elementos da estrutura.

Um outro exemplo são os performativos. Se nos ativermos ao quadro de Saussure, poderíamos dizer que os performativos são um exemplo em que a própria convenção exige o desmatelamento dos predicados da língua e da fala, para aquela o social e o passivo, para esta o individual e o ativo, de vez que os performativos se caracterizam por serem gerais, mas exigirem intervenção do indivíduo, situando-se, pois, para utilizar uma expressão já em curso, na barra que separa a língua da fala e não propriamente na língua ou na fala.

No capítulo 5 ficará claro que assumo que as línguas naturais não são estruturas, mas quase-estruturas, ou, de outra ma-

neira, as línguas naturais são sintática e semanticamente indeterminadas, no sentido de que qualquer enunciado demanda, para sua interpretação efetiva, além dos elementos da sintaxe e da semântica, uma relação ao seu contexto de produção.

A questão da solicitação exterior

Conhecem-se muito bem as relações entre uma antropologia como a de Lévi-Strauss, pelo menos em alguns de seus aspectos, como a interpretação dos mitos e o estudo dos sistemas de parentesco, e a teoria linguística estruturalista (em especial a fonologia). Sabemos que Barthes tentou uma semiologia de algumas manifestações culturais da sociedade moderna estendendo a fenômenos como a moda o mesmo tratamento, pelo menos pretensamente, que o dispensado aos sistemas de signos linguísticos. Sabemos que houve uma fase relativamente longa em que um determinado tipo de crítica tentou ver as obras literárias em primeiro lugar apenas como textos (isto é, excluindo qualquer dado sócio-histórico, inclusive o da autoria, a rigor) e em segundo lugar como conjuntos estruturados de oposições, vale dizer, como estruturas, também à moda dos sistemas como construídos pelo estruturalismo. Nomes como os de Kristeva, Barthes, Derrida, Todorov, Genette, Greimas, Sollers e Eco povoaram as faculdades de letras de boa parte do mundo, de uma certa maneira tentando todos, apesar de diferenças, descobrir para o textos, em especial o literário, modos de funcionamento semelhantes ao do funcionamento da línguas. Como sub-produto, dada a diferença monumental entre seus dados e os dados de um linguista, surgiu uma

certa teoria do texto deste **front** de trabalho. Não se pode deixar de mencionar a psicanálise, principalmente a **linguistique lacaniana**. Não é, no entanto, destes lugares, embora eles não tenham deixado de eventualmente invectivar os linguistas, por um lado, e, por outro, de mostrar a razoável operacionalidade do binarismo (fonológico), que se afetou o tratamento da língua em relação ao modo como os linguistas então o faziam. Talvez mesmo tenha ocorrido o contrário, principalmente em relação ao fato de que muitos destes trabalhos confirmavam o **modus operandi** dos linguistas em domínio outros.

O exemplo mais gritante dos efeitos da solicitação exterior foi o que ocorreu na França, na relação que se estabeleceu entre a linguística e áreas como a história e a política. A linguística foi exigida de forma a ter que dar uma resposta que se configurou mais claramente na análise do discurso efetuada nesse país. Basta verificar a produção de trabalhos em Análise do Discurso na bibliografia francesa para se verificar qual o peso desta influência e desta exigência. Veja-se, a propósito o testemunho insuspeito de Pêcheux (1981):

"...é atestado pelo fato de que esta disciplina (a AD) parece ter experimentado desde suas origens uma inclinação irresistível, na França, para eleger como objeto de estudo os "discursos políticos" (de esquerda, mais frequentemente), para perscrutar suas especificidades, suas alianças e suas demarcações. (...) ... a análise do discurso nasceu sob a forma de um trabalho político e científico especializado, visando a tomar posição

num campo ideologicamente estruturado ...” "... a análise do discurso (político) aparece, assim, como tendo veiculado uma política(da análise do discurso)...”(5).

Como acrescenta o próprio Pêcheux, para confirmar esta relação entre análise do discurso e discurso político, basta percorrer os números da revista *Langages* sobre discurso. Basta ver, também, livros como o de Maingueneau (1976) ou a introdução (e o próprio livro todo de Osakabe (1979)).

Não me alongarei muito, no entanto, sobre a esta questão. Mas, ela é tão relevante, me parece, que é necessário apresentar alguns testemunhos e mencionar algumas críticas e este tipo de análise do discurso exatamente porque interessa verificar o quanto um determinado tipo de trabalho pode tender a transformar-se no trabalho. E é interessante verificar como a linguística se apresentou aos trabalhadores de outros campos, e as expectativas que ela lhes criou (por leitura equivocada). Seguirei antes de tudo, algumas páginas de Robin (1973), que resume claramente esta questão. Atente-se para esta passagem curiosa:

“é que atualmente uma tendência se desenvolve numa espécie de euforia ingênua, cujos pressupostos implícitos e asserções explícitas poderiam ser resumidos assim:

- A linguística é uma ciência estabelecida. É formalizada (ao menos no sentido em que o entendem os historiadores), utiliza uma terminologia técnica e seus resultados são incontestáveis.

- Se os linguistas fornecem técnicas ao historiador graças a esse protocolo metodológico, ele vai poder ler de uma nova maneira e interpretar textos. É bem o caso: ler e interpretar textos. O que significa que, tomando consciência, embora confusamente, do empirismo dominante nas ciências históricas, de uma certa vacuidade conceitual, pensa-se poder atenuar estas falhas, estas ausências, pelo recurso a técnicas devidamente experimentadas, cujo caráter formalizado oferece todas as garantias" (20)

E mais adiante, referindo-se aos trabalhos do Centro de Lexicologia Política de Saint-Cloud:

"Todos os trabalhos deste centro apóiam-se no seguintes postulados da base:

- o texto não é transparente. Pesquisar o sentido de um texto, de uma frase, de uma palavra, exige certo trabalho com o texto, uma aparente desestruturação da cadeia falada e da ordem do discurso, para recompô-lo segundo uma legibilidade significativa.
- o recurso ao intuicionismo, à citação ilustrativa, à categoria temática são, por isso, condenados. Pesquisar o sentido de uma palavra significa analisá-la em todos os empregos e contextos (...).
- o léxico não é considerado uma justaposição de termos sem relação entre si ..." (153).

Das duas citações acima, algumas lições e conclusões ficam claras. Em primeiro lugar, sobre a ingenuidade dos historiadores, por imaginar que uma linguística fundamentalmente do signo possa ser um bom guia para a legibilidade de um texto tão marcado quanto um texto da história ou de algum grupo político. Em segundo lugar, sobre a ideologia da cientificidade, mal atribuída ao estado de então da linguística (que fizera a revolução kantiana, talvez, mas não no tocante a objetos como um texto de história). Evidentemente, a linguística de então, em sua estruturação científica, não permitia tal utilização.

Em relação à segunda citação, concernente ao trabalho do Centro de Saint-Claud, pode-se dizer, no mínimo, que, ao mesmo tempo que adota teses tipicamente estruturalistas (o léxico não é uma justaposição ...), faz intervir subrepticamente componentes que evidentemente não pertencem à semioticidade da língua: quando propõe "recompor um texto segundo uma legibilidade significativa" instaura-se imediatamente a situação anterior, isto é, aquela em que o apelo à linguística não existia, porque esta questão é exterior à linguística à qual se pede socorro. A decisão sobre o que pudesse ser uma legibilidade significativa não lhe poderia ser fornecida pela linguística estrutural. A "destruturação" do texto obedece claramente, por outro lado, a indicações harrisianas, mas justamente em Harris é que não se encontra nenhuma garantia de legibilidade "significativa" pelo menos se for tomado literalmente, de vez que a questão semântica não é por ele incorporada a uma teoria do discurso.

Claramente, o que aconteceu neste centro de estudos foi a utilização da linguística como ciência auxiliar, só que se faz

dela uma adaptação exatamente para conseguir a tal legibilidade significativa. Sem dúvida, os critérios para esta legibilidade são fixados em outro lugar, que poderíamos chamar, utilizando os termos de Pêcheux, na "política da análise do discurso", sem que isso implique em qualquer estigma ideologicamente negativo para o grupo. Mas, claramente, havia critérios anteriores à utilização das técnicas linguísticas.

O *parti-pris* ideológico fica claro na rápida exposição que Robin faz de alguns teses de Dubois:

"Identidades devem ser diferenciadas dos sinônimos dos dicionários, são "substitutos semânticos". São palavras ou sintagmas que podem, em contextos precisos, ser intercambiáveis. Assim, os sintagmas

| advento das massas

| advento dos proletários | são equivalentes, neste

| advento dos trabalhadores | campo lexical" (155).

Evidentemente, este *campo lexical* não é definido em termos de uma língua, mas nos termos de um determinado tipo de discurso de um certo grupo político. Claro, esses elementos lexicais são intercambiáveis, mas o que deve ficar claro é que não é sob a chancela da linguística de então que isso se faz; ela é apenas chamada, com sua "cientificidade", a legitimar a leitura feita segundo critérios definidos pela posição dos leitores.

Não quero com isso dizer que o uso que se fez da linguística foi ilegítimo. Apenas quero assinalar, com exemplos como esse, o quanto a linguística teve que se modificar por solicitação exterior. Este é um dos casos em que a linguística, não

sendo suficiente para os cientistas de outros campos, teve que procurar alterações em seu objeto, para poder incorporar elementos que outros campos de conhecimento consideram, por seus critérios, merecedores de um enfoque científico do ponto de vista da linguística. Por isso, deveu incorporar, pelo menos, noções como o lugar do falante e do ouvinte como pertinentes para a significação de determinados elementos (frases ou palavras). Sem a consideração desses e de outros elementos das condições de produção não se poderia explicar por que determinados elementos são equivalentes, já que, intuitivamente, ou pelos critérios dos estudiosos de certos discursos, lhes era dada a garantia de tal equivalência.

O defeito mais grave desta influência foi concretizado na tese de Pêcheux e Fuchs, discutida mais adiante (cap. 2) em que a história só é invocada para os aspectos semânticos do discurso.

Sem dúvida, portanto, trabalhos como estes foram alguns dos que levaram a tentar redefinir a linguística em outros termos: do ponto de vista que nos interessa, este é um exemplo das razões pelas quais o discurso se constitui em problema para estudiosos da linguagem.

Se trabalhos com estes obrigaram a linguística a repensar-se, o tipo de procedimentos utilizados fez com que a Análise do Discurso tomasse, principalmente na França, rumos confusos e suspeitos, com resultados muito pobres para a linguística.

A crítica mais contundente que conheço a este percurso pode ser vista em Courtine e Merandini (1981). Porque concordo totalmente com eles e porque sua crítica é feita em termos tão

apropriados que eu não conseguiria fazê-la melhor, sigo-os, nas linhas abaixo.

Segundo eles, os resultados que se obtêm trabalhando com metodologias baseadas em Harris, consiste geralmente na construção de classes de equivalência distribucional, interpretadas como classes de paráfrase discursiva, que manifestam a presença de invariantes ... e de classes de comutação (ver, acima, Robin a respeito de Dobois), em resumo: "uma variação regrada na ordem do mesmo e da repetição, isto é, na ordem do pré-construído como repetição do mesmo, reiteração do idêntico, num espaço onde repetição e recorrência se confundem" (22).

Os procedimentos que levam a tais resultados são,

a) **constituição de um corpus discursivo** como dispositivo de reunião e organização de sequências discursivas regradas pela noção de "condições de produção", baseadas, obviamente, na noção de **formação discursiva**, definida como o que determina "o que pode e deve ser dito por um sujeito", conceito que regula a referência à interpelação-assujeitamento do sujeito; observe-se que o que esse conceito tende a apagar, na análise, é exatamente a diferença, pela própria noção de classe de equivalência. Estas sequências discursivas têm afinidade com as tipologias previamente construídas (discurso socialista, comunista, sindical, patronal, etc.) Daí também o recurso a práticas discursivas cuja autoparáfrase é a regra.

b) **operação de extração e de segmentação** "fora de sequências discursivas organizadas em corpus, de subsequências constituídas como contexto de frases de unidades lexicais, consideradas "chaves" ou "pivots" de um tratamento" (23).

Esse é o lugar de uma segunda homogeneização, onde o corpus discursivo se "transforma em léxico-etiqueta, em dicionário", e no qual a repetição estatística das palavras constitui o critério de entrada. "Os "juízos de saber" da análise... quanto à importância conferida a priori a tal ou tal pivot valiam aqui como estrutura do discurso"(23).

c) um conjunto de manipulações linguísticas - provindas ainda de Harris - vêm "terminar a redução do heterogêneo ao homogêneo, do ausente ou do vazio ao presente ou ao pleno, do contraditório ou do diferente ao mesmo e ao idêntico"(23), e isso "com base numa sintaxe dominada pelo postulado de neutralidade semântica das transformações... (onde) uma frase ativa é equivalente a uma passiva, a uma enfática, etc." (23).

Dizem os autores em seguida:

"Laborioso percurso para bem magros resultados, para desalojar a evidência e redobrar o sentido, numa fascinação pela repetição produzida. Em suma, no fim das contas, um fracasso do discurso que é um fracasso da heterogeneidade como elemento constitutivo de práticas discursivas que se dominam, se alienam, se defrontam, num certo estado de luta ideológica e política, no seio de uma formação social e uma conjuntura histórica determinada (23).

E não é que os autores desta crítica possam ser acusados de um preconceito político em relação aos praticantes deste tipo de análise do discurso na França. O final da última citação

(e o restante do trabalho de onde foi retirada) mostra que se inscrevem basicamente na mesma ideologia. Simplesmente não são ingênuos a ponto de utilizar-se de uma certa linguística, que, a rigor, está ideologicamente do outro lado, para tarefas que resultam, talvez, numa política da análise do discurso que interessa a alguns, mas que falseia resultados em relação ao discurso político.

O que se percebe é que os resultados são pobres como são em virtude da adoção de uma certa metodologia de análise dos dados decorrente de uma teoria da língua que evidentemente não se presta a confirmar explicitamente as intuições dos analistas políticos em relação aos discursos. Aqui o método caricatura o objeto. (Sobre a relação entre objeto e método na linguística, ver Possenti 1979)

E já que se está falando mal do doente, não custa atirar-lhe mais alguns improperios enquanto não falece. Desta vez apelo para Culioli. Numa mesa redonda intitulada "discurso - história-língua", a uma pergunta de Courtine sobre "por que há análise do discurso na França?", Culioli aventa algumas hipóteses, que apresento em resumo, abaixo, para destacar alguns maus resultados desta empresa e alguns riscos que ela corre.

a) em primeiro lugar, segundo Culioli, há uma obsessão francesa pela significação (daí porque, sou eu quem o diz agora, aceitam tão facilmente as tais equivalências).

b) em segundo lugar, na França, ligou-se muito cedo a Linguística à sociologia (grifo meu); enquanto na Grã-Bretanha se

estudavam as línguas por elas mesmas, para formar bons missionários, na França, já no séc. XVIII, o interesse era pela relação da língua com a ideologia. E isso parece ter continuado. "é por isso que parece que será desastroso que a análise do discurso seja o que você diz que ela corre o risco de ser: uma linguística do pobre, uma semi-linguística ou uma semi-história"... "ela deve efetivamente dar-se os meios de afrontar a articulação entre domínios heterogêneos, senão, a meu ver, não será mais que um discurso redobrado (redoublé)" (196).

c) a terceira razão, para Culioli, é que a França é um país onde a literatura exerceu um papel muito grande e pode-se perguntar se a análise do discurso não é uma maneira de revesar (relayer) a explicação do texto enquanto exercício escolar e como exercício que ensinaria as pessoas a ler (ver acima, a propósito, Robin, sobre os pressupostos dos historiadores...).

A análise do discurso, continua Culioli, é no fundo um substituto da relação entre linguística e sociologia; é um substituto da relação entre literatura e linguagem; é uma tentativa de procurar reagir diante de textos de uma maneira complexa e real... ou, ao contrário, para procurar evitar de responder ao problema.

Palavras que nos fazem pensar, a nós que queremos fazer análise do discurso. Sobretudo quando provindas do universitário francês que estimulou a extensão da linguística na França às questões do discurso. Afinal, nos grupos de reflexão com Culioli foi que se formaram, por exemplo, Pêcheux, Fuchs e outros teóricos do discurso na década de sessenta.

Capítulo 2

Esboço de uma epistemologia da análise do discurso

"... a realização leva a melhor sobre a realidade" (Bachelard)

Não se tratará, neste capítulo, de formular uma teoria acabada do discurso. Talvez ela sequer seja possível, enquanto tal. Basta-me, por isso, formular esquematicamente os procedimentos básicos para operar com a análise do discurso.

Pode-se ler em Saussure que "a linguística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados" (13) e que "outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que podem se considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre" (15). A ser correto o que afirma Saussure, a diferença entre a linguística e outras ciências é que, para aquelas, o drama do cientista é a escolha do ponto de vista para tratar de um determinado objeto, enquanto que o do linguista é adotar um ponto de vista que é ao mesmo tempo o criador do objeto (ver a este propósito, embora para uma outra questão, a do objeto de uma história das ciências, Canguilhem, 1968).

Creio que à Análise do Discurso não faria mal considerar problemas desta natureza como cruciais, de vez que o conceito

de discurso não é dado (basta ver as diversas definições que disputam entre si a primazia).

Se é verdade que a linguística se ressentia da vizinhança excessiva da linguagem com outros campos, imagine-se o problema da Análise do Discurso. Em certas formulações da Análise do Discurso chega-se a conferir aos domínios ligados à linguagem exatamente o mesmo papel que o da linguagem (quando não maior). No outro extremo, estão propostas como a de Harris, para quem não só outros fatores que não o enunciado são irrelevantes, como nem mesmo o sentido é explicitamente levado em conta.

Nesta parte do trabalho, sequer considerarei propostas como a de Harris, porque o discurso só faz sentido para mim enquanto significativo.

Dentre as abordagens tradicionais, no sentido de relevantes e férteis, tomarei como contraponto para minha proposta para uma Análise do Discurso em vistas a uma teoria do discurso a formulação tentada por Pêcheux e Fuchs (1975).

Este trabalho foi escrito em função de que a obra "Analyse automatique du discours" (Pêcheux, 1969) deu lugar a publicações, críticas, aplicações, etc, e inclusive a deformações, segundo os autores. É sintomático que declarem que para uma reflexão sobre as relações entre linguística e Análise do Discurso é indispensável a presença de uma linguista no balanço que se empreenderá (p.8). A mim parece estranho que seja necessário chamar a atenção para a presença de um linguista para dar qualquer garantia a esta reflexão. A meu ver, talvez fosse necessário explicar a presença de não-linguistas em tarefas desta natureza. Mas isto, evidentemente, se deve à minha concepção do

que seja Análise do Discurso, em resumo, uma tarefa antes de mais nada linguística.

No início de Pêcheux e Fuchs (1975) aparece o que os autores chamam (corretamente) de um "quadro epistemológico geral da empresa", que reside, segundo os autores, "na articulação de três regiões de conhecimentos científicos". As três regiões a serem articuladas são:

- 1) o materialismo histórico como teoria das formações sociais e de suas transformações, aí compreendida a teoria das ideologias;
- 2) a linguística como teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- 3) a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos" (8).

Os autores acrescentam que "essas três regiões são de uma certa maneira atravessadas e articuladas por uma referência, que convirá explicitar, a uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)" (8).

Gostaria de comentar brevemente este quadro epistemológico, criticando-o, tentando explicitar o que me parecem ser seus defeitos de base. Evidentemente, é possível que um quadro como o acima sirva suficientemente a certas finalidades. Meu objetivo será assinalar-lhe problemas para uma utilização mais ampla. Comentarei os requisitos um a um, exceto o relativo ao atravessamento e a articulação desses campos pela teoria psicanalítica da subjetividade. Sobre isso, direi apenas que não aceito como

única definição possível de sujeito a que passa pela idéia de ilusão ou de assujeitamento. Com Granger, assumo que "a experiência supõe sujeitos, e os sujeitos não são espelhos" (Granger, 1969:28).

1) considerar que o materialismo histórico, compreendida nele uma teoria das ideologias, deve ser uma das regiões de conhecimento articuladas numa teoria da análise do discurso significa orientar esta teoria em dois sentidos: a) para uma certa interpretação preferencial dos dados a serem submetidos à análise e b) para uma seleção quase automática de um corpus preferencial, que não oferece a priori a garantia de conter dados linguísticos de todos os tipos, o que garantiria a generalização dos resultados para todo e qualquer discurso. Evidentemente, este corpus privilegiado será o dos discursos políticos. Nada impede que se considerem outros discursos do ponto de vista do materialismo ou da ideologia, mas nem sempre será fácil determinar neles marcas de classe (no sentido marxista) ou marcas de ideologia suficientes para se constituírem em elementos explicadores do discurso.

Se alguém quiser analisar discursos de crianças, digamos, de 2 a 3 anos, ou de afásicos, ou discursos triviais ou pedidos de informação ("onde fica a rua Plínio Aveniente?"), será difícil encontrar neles elementos ideológicos explicativos da significação, ou da produção de um discurso com determinadas características. Esses discursos não estão necessariamente isentos de marcas ideológicas (por exemplo, se a criança for um menino e produzir um discurso recusando-se a lavar louça ou a buscar uma vassoura porque não é menina, já se pode surpreender

uma posição ideológica que se pode chamar, grosseiramente, de machista. Mas se ela disser que não gosta de papinha de aveia, não vejo como buscar no materialismo histórico ou na ideologia uma chave explicativa para seu discurso).

A única possibilidade de utilizar-se de noções oriundas de uma teoria das ideologias como chave explicativa de qualquer discurso seria identificar linguagem e ideologia, isto é, considerar ideologia como sinônimo de representação e não de um certo tipo específico de representação. Se ideologia é igual a representação (digamos, do mundo), então certamente todas as línguas são ideológicas, mas isso seria tão tautológico quanto dizer que todas as línguas são línguas, e o papel explicativo das ideologias estaria apagado. Vale a pena citar aqui uma passagem da Aula de Barthes e, em seguida, o comentário que Eco faz a uma certa afirmação do pensador francês. Diz Barthes, a certa altura:

"Mas a língua, como desempenho de toda a linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer" (14).

O fascismo que Barthes vê na língua se deve a fatos como a necessidade de escolher entre masculino e feminino, e o consequente impedimento de escolher o neutro; a necessidade de marcar a posição do locutor com o outro recorrendo ao tu ou ao vous (em francês), com a consequência de que "o suspense afetivo ou social me é recusado" (13), etc. Vale dizer, o fascismo de

uma língua decorre de sua estruturação a um certo nível. O comentário de Eco (1979) me parece exemplar, e me obrigo a concordar inteiramente com ele:

"...então, o fascismo, estando em todo o lugar,... não estaria mais em lugar nenhum. Se a condição humana é colocada sob a condição do fascismo, todos são fascistas e ninguém mais o é" (319).

A moral deste comentário é que o fascismo é coisa séria o suficiente para ser gasto à toa e perder, assim, seu poder explicativo em certos discursos. Penso que o mesmo vale para a noção de ideologia em sua relação com a linguagem (ou qualquer língua): ele pode tornar-se um conceito produtivo para explicar certos dados, daí porque não vale a pena gastá-lo perdulariamente onde não é necessário (ver, a propósito, Lahud 1981). Parece inclusive que seu uso indiscriminado se deve a uma invasão da linguística por não especialistas, ou por pessoas que, por gosto ou opção, não se dedicam prioritamente ao estudo de fenômenos da linguagem tomados em sentido mais estrito, faltando-lhes familiaridade com certos tipos de dados. A linguagem é uma coisa pública e todos podem proferir à vontade discursos sobre ela. Mas o risco de estes discursos serem ideológicos (no sentido de não caracterizados por propriedades mínimas decorrentes de procedimentos científicos ou aparentados) é enorme. Parece que a situação não se alterou muito desde que Saussure afirmou que:

"Mais evidente ainda é sua importância (da língua) para a cultura geral: na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo se tornasse exclusivo de alguns especialistas; de fato, toda a gente dela se ocupa, pouco ou muito; mas -- consequência paradoxal do interesse que suscita -- não há domínio onde tenham germinado idéias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções" (Curso, 14).

Além disso, se as línguas se caracterizassem antes de mais nada por serem ideológicas, como ficaria a possibilidade de uma teoria não ideológica das ideologias? Não poderia ser expressa em nenhuma língua? Para uma indicação de diferença entre ideologia e conhecimento científico, e portanto, da definição de ideologia como conhecimento não científico, ver, por exemplo, Althusser, 1980, em especial o que sugere a seguinte passagem: "é preciso estar fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico (grifo meu), para poder dizer: estou na ideologia (caso excepcional) ou (caso geral): estava na ideologia"(101).

Parece que vale a pena servir-se produtivamente do conceito de ideologia em relação à linguagem, reservando-o para a análise de discursos em que o papel da ideologia é relevante para explicar fatos que não são de todo e qualquer discurso. Caso contrário, é exatamente a mesma coisa lançar mão dele e não utilizá-lo de forma alguma.

A respeito da necessidade de articular, para uma teoria do discurso, a região do conhecimento que se designa por materialismo histórico, não farei maiores comentários. Não aceito a impossibilidade de tomar o discurso como objeto desta ótica exclusiva. Muitas explicações podem ser dadas sem esse apelo, o que não significa a rejeição das contribuições que ele pode vir a dar. Faço reservas à sua postulação necessária basicamente por causa dos mesmos argumentos relativos à necessidade da noção de ideologia.

2) não há dúvida nenhuma de que uma teoria do discurso deve levar em conta a região do conhecimento chamada de linguística. Não concordo é que esta teoria deve ser concebida de forma tão restrita como o fazem os autores, isto é, como teoria "ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação". Eu preferiria uma formulação mais exigente e ambiciosa para a teoria linguística. Em resumo, uma teoria da sintaxe, sim, desde que por sintaxe se entenda o que Morris entendia: como recobrando toda a região "significante", nela incluídas a fonologia e a morfologia. Não me parece feliz a formulação da teoria linguística como conjunção de mecanismos sintáticos e processos de enunciação. Mais apropriado, me parece, é postular uma teoria linguística em que os processos de enunciação sejam considerados como decorrentes da sintaxe das línguas naturais, mais do que processos meramente coexistentes em compartimentos estanques. Para tanto, a sintaxe não pode ser qualquer uma. Nos escritos de Pêcheux, percebe-se facilmente sua dívida em relação a Harris e a sua incipiente sintaxe "transformacional". Aliás, é um pouco estranho um analista do discurs-

so que considera relevante o materialismo histórico tomar de empréstimo uma teoria sintática comprometida com os ideais positivistas do estruturalismo taxonômico americano. Em suma, concordo com a necessidade de a análise do discurso considerar a sintaxe e a enunciação, mas não num quadro em que estes dois fatores sejam conjugados, e sim num quadro em que eles estejam implicados.

3) O terceiro elemento a ser considerado, segundo os autores, é "uma teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos". Estranha exigência. Estranha por pouco exigente. Por que o discurso ser definido apenas como determinação histórica dos processos semânticos? Por que não também como determinação histórica dos processos sintáticos, ou mais amplamente, como determinação histórica dos processos discursivos, já que parece que uma teoria do discurso implica num objeto que se deveria chamar discurso e não num objeto que se deveria chamar "processos semânticos"? Penso que as limitações desse quadro estão na aceitação de uma sintaxe de tipo estruturalista (sem história, portanto) e da ausência de uma teoria semântica compatível com ela (se Harris tivesse formulado uma teoria semântica compatível com sua teoria sintática, grande vantagem teria advindo deste trabalho para Pêcheux, pois seguramente o obrigaria a procurar uma teoria "linguística" diversa, e talvez se decidisse por uma mais compatível com uma teoria materialista). É verdade que por teoria histórica dos processos semânticos Pêcheux entende uma teoria que recuse uma semântica lógica e universal (isto é, independente das condições históricas de produção). Mas, por que não exigir estas mesmas

características históricas para toda a língua? A sintaxe também pode ser vista como submetida a tais determinações (ou, pelo menos, condicionamentos) históricas. Aliás, talvez os linguistas tenham até se revelado mais capazes de mostrar quão profundas são as determinações históricas no campo da sintaxe que no da semântica. Se, por um lado, isso implica que é relevante que alguém mostre o quanto os processos semânticos ultrapassam os limites de uma semântica lógica e estão longe de ser universais, por outro, não deixa de ser estranho que se esqueça o papel dos mesmos fatores no que concerne aos processos sintáticos. Até mesmo a ideologia pode ser talvez mais visível na sintaxe que na semântica (sem que isso signifique que esta não pode ser ideológica...). Todos sabemos que muitas vezes o falante é classificado (ideologicamente, por quem o classifica) não tanto pelo que ele diz mas sim pelo como ele diz, isto é, pela forma de seu discurso.

Em resumo, penso que os autores exigem ora demais e ora de menos uma teoria do discurso. Exigem demais quando consideram necessária uma teoria do materialismo histórico e das ideologias, pois nem sempre estes elementos estão presentes com um papel explicativo. (Um paradoxo: quando exigem demais, exigem de menos, porque essa exigência acabada por excluir numerosos discursos, os que não são marcados por elementos ideológicos de forma relevante).

E exigem menos que o necessário quando formulam sua definição de teoria linguística, onde não vêem o papel da história (ver capítulo 9) na definição da teoria do discurso, na qual incluem apenas os processos semânticos, como se os sintá-

ticos não fizessem parte do discurso.

Como deveria ser, então, o quadro epistemológico básico de uma teoria do discurso? Esquemáticamente, ele deveria conter apenas dois elementos, um fixo e outro variável (e eventual) que são respectivamente:

- 1) uma teoria linguística
- 2) uma teoria auxiliar (relativa ao campo "não linguístico" mais pertinente para a análise de um determinado (tipo de) discurso).

A teoria linguística adequada para uma teoria do discurso deve ser de tal modo concebida que declare impossível uma análise completa de qualquer enunciado sem que seja tomado em sua instância de produção. Mas, por outro lado, deve ser levada a sério pelo analista do discurso, para que ele, no afã de afirmar o espaço de sua disciplina, não se esqueça nunca de que o discurso contém sempre elementos linguísticos, e não acabe por preferir um discurso sem discurso, ou melhor ainda, um discurso sem língua. Uma teoria adequada deve considerar a linguagem como trabalho (no sentido de Granger, ver cap.9) ou atividade. Nada de inatismo, por um lado, nada de radicalismo estruturalista, por outro, onde se nega qualquer espaço para os interlocutores e as condições de produção. A sintaxe e a semântica devem ser consideradas indeterminadas, isto é, não contendo todos os elementos necessários para a interpretação. Mas não devem ser consideradas inexistentes, de vez que os significados e as formas estão relacionados de maneiras determináveis por uma teoria linguística. No capítulo 5 exporei um esboço um pouco

mais detalhado de tal concepção de linguagem e de língua.

E agora, o papel da teoria auxiliar. Como se disse, a necessidade da invocação de uma teoria auxiliar é eventual. Isso significa que ela deverá ser invocada apenas quando, como teoria mesmo (isto é, como referindo-se a um determinado tipo de objeto de uma certa maneira), fornecer à linguística informações relevantes para a interpretação de certos discursos. Isso significa postular que certos discursos podem ser analisados exclusivamente por uma teoria linguística, quando tal teoria se formule de maneira a considerar fatores da situação. Por exemplo, para analisar um enunciado como "São dez horas" numa circunstância em que ele deve ser (e é uniformemente) convencionalmente interpretado como "vamos para o recreio", não se faz necessária qualquer teoria auxiliar, no sentido técnico, de vez que estas convenções fazem parte da própria utilização da linguagem em qualquer circunstância. Invocar condições de emprego de enunciados como necessárias para sua interpretação não está no exterior da linguística. Pressuposições, implicações, reações a atos de fala, etc., não demandam mais que o estudo da própria língua em uso (embora não possam ser totalmente explicados pela sintaxe e pela semântica mesmas).

A teoria auxiliar deve ser invocada quando os mecanismos linguísticos e as condições usuais de utilização da linguagem não forem suficientes para explicar a ocorrência e a significação do enunciado por incluir conceitos ou relações explicáveis somente no âmbito de uma teoria auxiliar ou em sua articulação com a linguística. Vamos a um exemplo: se, em 1984, no Brasil, Lula, Brizola e Aureliano Chaves produziram, em deter-

minado momento, uma declaração a favor das eleições diretas e houve uma reação diferente, por parte da imprensa e da sociedade em geral, por um lado, aos discursos de Lula e Brizola e, por outro, ao discurso de Aureliano, o interessado em compreender esse efeito de sentido diverso deve socorrer-se de conhecimentos oriundos de outra área que não a linguística. Digamos, de uma teoria política, sociológica ou histórica que esclareça as posições ou os lugares de onde falam esses personagens. Essas teorias é que vão explicar porque, naquela situação determinada, os discursos de Lula e de Brizola produziram pouco impacto (eram evidentes, compatíveis com a imagem que o público tinha deles) enquanto que o de Aureliano produziu comoveções, alvoroços e comentários espantados, positivos por parte de alguns, negativos por parte de outros, apesar de se tratar praticamente do mesmo enunciado. ("Mas uma coisa é o enunciado e outra o discurso" (Foucault, 1979:233)). Eis um exemplo para o qual as condições gerais de enunciação não trazem explicações suficientes, sendo necessário um outro saber específico para explicar os discursos. Evidentemente, os campos onde os conhecimentos específicos devem ser invocados como teoria auxiliar podem variar de cultura para cultura, de época para época. Supondo-se uma sociedade onde a linguagem é utilizada prioritariamente para se falar de questões políticas, esta será uma região em que a própria teoria linguística haverá de dar conta dos discursos produzidos sobre este tema, porque este será o próprio discurso ordinário, comum. Seguramente, não é assim numa sociedade como a nossa.

Uma outra observação sobre a relação entre uma teoria linguística e uma teoria auxiliar. Sua propriedade essencial é que devem ser compatíveis. Se não forem, aquela que fornecer a explicação que, numa determinada época, for a mais convincente, a mais corroborada, poderá ter um papel importante na modificação da outra.

Suponhamos uma teoria linguística X e uma teoria sociológica Y. A teoria Linguística teria concluído irrefutavelmente, por exemplo, que homens e mulheres falam de maneira exatamente idêntica quando o "tema" é o trabalho mais importante da comunidade e de maneira diferente (no léxico, na sintaxe, etc) quando o "tema" é a religião da comunidade; a teoria sociológica deverá ser suficientemente bem elaborada para dar conta desta correlação entre diferenças de falantes e diferenças de temas. Se ela não for capaz de dar conta desses fatos, deverá alterar-se para poder explicá-los, diante das evidências não refutáveis que lhe fornecer a linguística.

Suponhamos, porém, que o linguista tenha se utilizado de métodos (digamos, estatísticos) que o sociólogo poderá pôr em questão, e demonstrar assim que os dados do linguista não são irrefutáveis. Isto é, uma outra teoria auxiliar que o linguista utilizou (ou pode ter utilizado) foi a responsável por seu erro. Neste caso, quem deverá alterar seus procedimentos será a linguística, dada a impropriedade dos métodos utilizados.

Esta noção de teoria auxiliar, tal como vem utilizada aqui, é uma interpretação baseada em Lakatos (1965). Seu argumento é outro, mas é interessante considerá-lo aqui.

Seu objetivo é refutar o falseacionismo dogmático, porque ele se baseia em duas suposições, das quais a primeira apenas é aqui relevante. Tal suposição é a de que há uma fronteira natural entre proposições teóricas ou especulativas, de um lado, e proposições observacionais ou fatuais, de outro. Cito agora ao próprio Lakatos, na passagem relevante para meu argumento:

"Um pequeno olhar endereçado a uns poucos exemplos característicos solapa a primeira suposição. Galileu afirmava-se capaz de "observar" montanhas na lua e manchas no sol, e que tais "observações" refutavam a teoria tradicional de que os corpos celestes são bolas impecáveis de cristal. Mas suas "observações" não eram "observacionais" no sentido de serem observadas unicamente pelos sentidos, a credibilidade delas dependia da credibilidade do telescópio do observador - e da teoria ótica do telescópio-violentamente contestada pelos contemporâneos. Não foram as observações puras, não teóricas de Galileu que se defrontaram com a teoria aristotélica, senão as "observações" de Galileu às luz de sua teoria ótica que se defrontaram com as "observações dos aristotélicos às luz da teoria aristotélica dos céus" (118-9).

Desta citação depreendem-se duas coisas: a) primeiro, o quanto se está implicado normalmente, no trabalho científico, com teorias auxiliares; no caso, a teoria de Galileu era confirmada pelos dados fornecidos por uma teoria auxiliar, a óti-

ca, uma teoria construída também no interior da física, b) a segunda lição que se depreende é a da necessidade de colocar em questão as teorias auxiliares tanto quanto se colocam em questão as teorias centrais com as quais alguém trabalha; mas, a expansão dos ramos de conhecimento torna impossível aos cientistas trabalhar competentemente com várias teorias, daí porque em geral obrigam-se a atos de fé em relação às teorias auxiliares.

Por isso, a única exigência que se deve fazer é a da compatibilidade entre a teoria central, específica, e a teoria auxiliar invocada. A não ser que uma teoria auxiliar considerada suficientemente sólida seja invocada por algum cientista exatamente como um dos argumentos para a necessidade de alteração de uma teoria dominante (ou vigente) em seu próprio campo, e que ele trabalha para desbancar. Neste caso, postulará a compatibilidade entre sua nova teoria e as teorias auxiliares relevantes.

No próximo capítulo voltarei a este problema.

Capítulo 3

Linguística e teorias auxiliares

"A figura em que se concentram as funções e os prestígios deste novo intelectual não é mais a do "escritor genial", mas a do "cientista absoluto". (Foucault).

Neste capítulo, darei dois exemplos de como a linguística se relaciona, (ou não), com outros campos de saber para a interpretação de certos dados. Não é necessário detalhar o fato de que a língua invade e é invadida por outros campos, pelo fato de que ela está presente de muitas maneiras e com muitas finalidades nas mais diversas situações da vida dos homens. Assim sendo, ela revela mais do que revelaria se fosse um espelho do pensamento ou um simples instrumento de codificação de mensagens, consideradas as implicações que decorrem dessas duas concepções clássicas da função da linguagem.

Meu primeiro exemplo tomará em conta um caso da investigação sociolinguística. O segundo, um pouco ousadamente, um exemplo da psicanálise.

1) As pesquisas sociolinguísticas (refiro-me aqui exclusivamente a pesquisas em moldes labovianos) têm mostrado uma distribuição bastante regular das diversas variantes investigadas segundo fatores "externos" como classe social, sexo, grau de

formalidade, etc. isto é, uma variante não estigmatizada está presente mais frequentemente na fala de membros de classes mais altas, entre mulheres e em contextos formais. Isto significa que, por exemplo, uma mulher de classe alta em situação formal produz mais numerosas vezes uma variante padrão do que um homem da mesma classe no mesmo contexto.

Este é um fato que demanda explicação. Evidentemente, a linguística, mobilizando seus instrumentos específicos de análise, não consegue dar uma explicação para este fato. O que ela pode explicar é a relevância do contexto linguístico (fonológico, sintático, etc.) para a ocorrência de uma variante ao invés de outra. Mas, enquanto linguística, não consegue explicar a distribuição das variantes pela escala social, sexual, estilística. É preciso, então socorrer-se da sociologia para saber como a linguagem é avaliada, representada, na comunidade que se está investigando. Tomarei, aqui, a questão do condicionamento exercido pelo fator sexo tal como é exposta em Trudgill (1974), que faz uma apresentação didática dos problemas e dos procedimentos básicos da sociolinguística.

No capítulo intitulado "language and sex" fornece-nos vários exemplos, buscados em vários tipos de sociedades e línguas (zulu, chiquito, Koasati, inglês americano e inglês) em que se percebe a maior utilização de variantes padrão pelas mulheres. E cita opiniões masculinas que revelam que os falantes têm consciência desse fato. Após apresentar os dados, expõe a explicação sociológica.

"Estudos sociológicos têm mostrado que as mulheres em nossa sociedade têm mais consciência... de status do que os homens. Por isso, serão mais sensíveis à significação social ligada a (certas) variáveis. (por outro lado), a fala das classes trabalhadoras... tem conotações de ou associações com masculinidade, o que leva os homens a estar mais favoravelmente dispostos às formas não-padrão do que as mulheres... Estamos, então, capacitados a explicar a diferenciação, com base no sexo, das variáveis linguísticas... da seguinte maneira: dado que há variáveis linguísticas que estão envolvidas em co-variação com classes sociais (...), há pressão social sobre os falantes para adquirir prestígio ou parecer 'corretos' pelo emprego das formas da classe mais alta. Se outros fatores forem iguais, contudo, estas pressões serão mais fortes sobre as mulheres por causa de sua maior consciência de status... A fala de homens e de mulheres, como demonstramos, não é somente diferente: a das mulheres é também (socialmente) 'melhor'. Isto é um reflexo do fato de que, geralmente falando, um comportamento social mais 'correto' é esperado da mulher". (87-8).

Parece-me que isso é suficiente. Uma explicação deste tipo pode fazer-nos prever fatos. Por exemplo, se encontrarmos uma sociedade em que a **correção** seja uma expectativa maior em relação aos homens do que em relação às mulheres, poderemos esperar que eles manifestarão a pressão desta expectativa numa fala

'mais cuidada' e em outras marcas sociais (roupa, enfeites, etc.). Ou, se algum dia a masculinidade deixar de estar associada à força física e a uma certa 'grosseria' de modos, poderemos prever uma pressão menor para que os homens adotem estilos mais próximos dos das classes inferiores.

Temos aqui, pois um exemplo em que traços linguísticos e outros traços sociais coincidem, o que permite sua adoção como fator de explicação ou de corroboração alternativamente, por ambas as disciplinas.

2) Tentarei agora uma incursão pela psicanálise, se bem que apenas num campo de menor complexidade do que outros. Esta incursão tem um duplo objetivo: por um lado, mostrar os limites da linguística, e mesmo da análise do discurso, em relação a certos tipos de dados linguísticos. Em segundo lugar, mantendo a direção geral do capítulo, mostrar como um linguista pode socorrer-se de um outro campo do saber para buscar explicações que o instrumental de seu campo não propicia. A especificidade da abordagem psicanalítica, bastante diversa da abordagem linguística, pode mostrar também por que não existe uma associação interdisciplinar tão forte entre linguística e psicanálise, em oposição ao que já se verifica em outros campos, que geraram disciplinas novas e bastante atuantes, como, por exemplo a sociolinguística, a psicolinguística e a análise do discurso, em especial quando esta tomou como objeto o discurso político.

Restringirei minhas observações, aqui, a um dos trabalhos de Freud, o que, por si só, torna suspeita a generalidade do que será dito abaixo. Por outro lado, esta abordagem é estratégica porque se trata de um trabalho de Freud em que sua análise

Linguística se aproxima bastante da dos linguistas, contrariamente a outras (como a da interpretação dos sonhos).

Em seu livro *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (Freud, 1905), Freud aborda de vários pontos de vista este (chamê-mo-lo provisoriamente assim) tipo de discurso. Por exemplo, de um ponto de vista mais especificamente linguístico, tenta uma tipologia dos chistes. Os mecanismos básicos acionados são a **condensação**, o **múltiplo uso do mesmo material** e o **duplo sentido** (ver exemplos no capítulo 7, "A forma no discurso", n.º 10,3). Em seguida, classifica outros tipos, que poderiam ser chamados de retóricos ou discursivos, produzidos basicamente pelos mecanismos do **deslocamento** e do **absurdo** (são, em geral, pseudo-silogismos e textos non-sense), exemplificados respectivamente por:

a) "O Shadchen defendia a jovem, por ele proposta, dos protestos do rapaz. "Não gosto de sogra", dizia o último. "Ela é uma pessoa desagradável e estúpida". - "Mas afinal você não vai se casar com a sogra. Quem você quer é a filha dela". - "Sim, mas esta não é jovem, nem se pode dizer que seja bonita". - Não importa. Se ela não é jovem nem bonita, será por tudo isso mais fiel a você". - "Nem tem muito dinheiro". - "Quem está falando sobre dinheiro? Você vai casar-se com o dinheiro? Afinal, é uma esposa que você quer". - "Mas, ela tem também uma corcunda nas costas". - "Bom, e o que você queria mais? Não terá ela o direito de ter um único defeito?" (79).

b) "Confessa-se maravilhado em que os gatos tenham dois furos recortados em seu couro precisamente no lugar dos olhos" (chiste de Lichtemberg). Ou: "Quão maravilhosamente a na-

tureza arranhou tudo de modo que uma criança, tão logo chegada ao mundo, encontre uma mãe pronta para cuidar dela" (77).

Examinando o material chistoso apresentado por Freud, os linguistas estão autorizados a fazer com este tipo de discurso uma tipologia que resulta mais ou menos idêntica à efetuada por ele. Talvez um linguista pudesse sofisticar sua análise e descobrir mecanismos de tipo fonológico distintos do morfológico, operar com ambiguidade de anafóricos, etc., conceitos que Freud não põe em ação explicitamente. Mas, seguramente não haveria grande discrepância em relação aos resultados por ele obtidos.

Vejamos mais de perto um exemplo analisado por Freud para verificar o quanto ele se aproxima de análises linguísticas:

"Dois homens de negócio, não particularmente escrupulosos, conseguiram, por uma série de empreendimentos de alto risco, acumular grande fortuna, e fazem agora sérios esforços para introduzir-se na boa sociedade. Um método, que impressionou-os como de provável êxito, era ter seus retratos pintados pelo mais famoso e mais bem pago artista da cidade, cujos quadros gozavam de alta reputação. As preciosas telas foram exibidas pela primeira vez em um sarau e os próprios anfitriões conduziram o crítico e *connaissanceur* de arte mais influente até a parede de onde pendiam os retratos lado a lado, para desfrutar de seu admirado julgamento a respeito. Após estudar os trabalhos por longos instantes, o crítico balançou a cabeça como se algo estivesse faltando, e, indicando o espaço vazio

entre os quadros, perguntou calmamente: "Mas onde está o Salvador?" (92-3).

A análise "pragmática" que Freud opera sobre este chiste em nada fica devendo à que um linguista poderia fazer.

"Partindo da representação dada no chiste, reconstituímos o trajeto inverso de uma série de associações e inferências facilmente estabelecíveis. (...) ... a visão dos dois quadros recordou ao locutor uma visão semelhante, familiar a ele, que incluía entretanto um elemento ora omitido - a figura do Salvador entre duas outras. Há apenas uma situação desse tipo: Cristo crucificado entre dois ladrões. A similiaridade apóia-se na informação transmitida pelo chiste, as figuras pendentes à direita e à esquerda do Salvador. Pode consistir apenas no fato de que os quadros pendentes são imagens de ladrões. O que o crítico pretendia dizer era simplesmente: "Vocês são um par de patifes" (93).

Em Freud (1909) este chiste é de novo analisado. Nesta obra, pode-se ler ainda:

"Por que o nosso crítico não lhes falou claramente? ... Não deixa de ser perigoso desfeitar pessoas de que somos hóspedes e que dispõem de criadagem numerosa, de pulsos vigorosos. (...) Por tal razão o críti-

co atirou indiretamente a ofensa que estava ruminando, transfigurando-a numa "alusão com desabado" (18).

A não ser que recuse qualquer instrumento de análise fornecido pela pragmática, um linguista poderia chegar a uma análise semelhante. Algumas formas de fazer isso são recorrer à noção de implícito, como tratada por Ducrot (1972a), ou à noção de implicatura (ver Grice, 1968). Ou, recorrendo à noção de imagem, como utilizado em análise do discurso (ver Pêcheux, 1969 e Osakabe, 1979), segundo a qual se poderia efetuar uma análise das condições de produção do enunciado do crítico mais ou menos nos seguintes moldes: o enunciado do crítico, que visa com ele a obter determinados efeitos, é esse e exatamente esse porque imagina que seus interlocutores serão capazes de lembrar a cena da crucificação, ou, mais precisamente, pode imaginar que a conhecem e serão capazes, em vista desse conhecimento, de estabelecer por si sós a conexão entre esta cena e o enunciado do crítico produzido exatamente em tais condições, e, em consequência desta conexão, serão capazes de interpretar a significação do enunciado. Poder-se-ia, ainda, invocar a noção de "enciclopédia", isto é, o conhecimento do mundo que é suposto no interlocutor. Aliás, muitos chistes operam com esta pressuposição, como o seguinte, narrado pelo próprio Freud: um cavalheiro se tornou Ministro da Agricultura pela única qualificação de ser fazendeiro e foi considerado o pior ministro em todos os tempos. Quando abandonou o posto e voltou a dedicar-se a seus interesses rurais, alguém disse dele: "Como Cincinnatus, voltou a seu lugar à frente do arado". Sabemos que Cincinnatus voltou

para trás do arado, mas, se não soubéssemos disso, talvez o chiste não provocasse em nós o prazer que provoca, porque não o entenderíamos.

A interpretação do linguista, no entanto, pararia por aqui, no levantamento dos fatores responsáveis pela possibilidade da interpretação. Isto é, à pergunta "o que isso significa?", o linguista responderia, considerados todos os fatores, que o enunciado do crítico significa "vocês são dois ladrões". Claro, o linguista, considerando fatores de ordem social, pode explicar porque o locutor não enuncia um enunciado cuja interpretação literal seja "vocês são dois ladrões". Ducrot os assinala: ou se trata de algum tabu, ou o locutor quer salvar o direito a uma retirada (esse é o caso aqui), no caso, a possibilidade de dizer que "apenas perguntou onde está o Salvador", que a conclusão "vocês são dois ladrões" é de responsabilidade do interlocutor (ver capítulo 7, n.º4).

Mas, veja-se a direção que toma a psicanálise, diante de dados linguísticos da mesma natureza, tirados da narração de sonhos:

"é, a nosso ver, devido à mesma constelação que o paciente produz uma idéia de substituição, mais ou menos distorcida, em lugar do elemento escondido que procuramos" (Freud, 1909:19).

O que Freud quer dizer é que a linguagem dos chistes (condensação, deslocamento, etc.) é da mesma natureza da linguagem do inconsciente. Aliás, em Freud (1909) o chiste relativo aos

ladroões é narrado para que os ouvintes, metaforicamente, entendam o papel da repressão. Uma das linguagens do inconsciente de que Freud trata mais claramente é a dos sonhos (ver também Freud 1905:183-205 e Leclaire 1968). Evidentemente, a linguística nada tem a dizer sobre a linguagem dos sonhos, em particular, e do inconsciente, em geral. Considere-se a título de exemplo, a seguinte afirmação de Manoni: "O indivíduo diz: "sonhei com uma mulher e tudo que sei dela é que não é minha mãe". Como se sabe, o certo desse caso é que é exatamente a mãe" (Manoni, 1969:72). Certamente, esta não seria a interpretação de um linguista. Se ele se filiar a uma escola que analisa o enunciado enquanto tal, poderia dizer que a negação aí contida é a negação de "é que é a minha mãe" (se uma for verdadeira, a outra será falsa); se ele levar em conta o quadro enunciativo, poderá dizer que esta negação só ocorre como resultado de uma afirmação anterior, feita por outro locutor, ou pelo menos pressuposta. Algo como: "você sonhou com sua mãe", dita por alguém, ou atribuída a alguém que pode ser o próprio analista, em relação à qual "não sonhei com minha mãe" pode até ser uma negação polêmica, i. é, refutação do enunciado positivo correspondente (ver, p. ex. Ducrot e Barbault, 1973). é que, segundo o mesmo Manoni, "o conhecido e o desconhecido não se dividem da mesma maneira para o linguista e para o analista" (45).

Os linguistas conhecem, e operam com noções como locutor e enunciativo, alocutário e destinatário, destinadas a dar conta das várias vozes presentes numa enunciação (ver Ducrot, 1980:43-4), mas não chegam a postular estas entidades divididas, por exemplo, em consciente e inconsciente (ou id e ego). O

estatuto destas entidades é tão diverso que, pelo menos por enquanto, trata-se de uma região de intercâmbio impossível.

Está ainda mais fora dos propósitos dos linguistas desenvolver o discurso como máquina de produção do prazer (no máximo, consideram-na como máquina de produção de sentido). Os chistes são, segundo Freud, uma dessas máquinas. Um linguista pode saber que um chiste gera prazer, mas a linguística poderá, no máximo, tipificar em termos linguísticos a máquina que gera este prazer. Não poderá pronunciar-se sobre os mecanismos psicológicos envolvidos neste processo.

Em relação ao chiste dos ladrões, Freud diz que se trata de um caso "onde se opõe à satisfação do propósito algum obstáculo externo que é contornado pelo chiste". A satisfação provém de "enunciar um insulto ao invés do tributo que era solicitado" (Freud, 1905:139). A linguística consegue incorporar com razoável desenvoltura conceitos como intenções, efeitos perlocucionais, etc., que são, de uma certa maneira, do domínio psicológico (pelo menos alguns efeitos perlocucionais podem ser atribuídos a este domínio, como por exemplo, agradar, irritar, etc.). Mas, claramente, a linguística não se sente capaz de invadir, ou mesmo de aliar-se, a um campo que invoca uma ordem do simbólico tão específica como o da psicanálise.

Avançemos um pouco mais na leitura do psicanalista, para verificar a distância em que ele se situa em relação ao linguista. Como se disse, o chiste analisado acima gera prazer pela superação de um obstáculo externo. Outros chistes geram prazer pela superação de obstáculos internos, e destes há, segundo Freud, três tipos diferentes. Todos eles se baseiam na "despesa

psíquica que é economizada" (Freud, 1905:140). O primeiro tipo baseia-se no som da palavra, mais que em seu sentido (como no caso das homônimas). Com base no som, evoca-se outra situação diretamente, sem intermediário (daí a economia). Quanto mais distantes estiveram as idéias conectadas pelo mesmo som, maior a economia. Segundo Freud, é a utilização de um instrumento cuidadosamente evitado pelo pensamento sério (que evita a ambiguidade). Ex: "Esta garota me lembra Dreyfus. O exército inteiro não acredita em sua inocência."

O segundo tipo se caracteriza por possibilitar a descoberta de algo familiar. As técnicas básicas são a alusão, a similaridade do som, etc. "Parece que geralmente se concorda que a redescoberta do que é familiar, o 'reconhecimento', é gratificante" (Freud, 1905:143). Um exemplo é o chiste sobre os ladrões analisado acima.

O terceiro tipo, que compreende, por exemplo, os pseudo-silogismos, baseia seu prazer no fato de que "é mais fácil e mais conveniente divergir de uma linha de pensamento... do que mantê-la ... é especialmente conveniente admitir como válidos métodos de inferência que são rejeitados pela lógica..." (Freud, 1905:147). Todos sabemos que não é assim que a linguística trata das ambiguidades lexicais, dos implícitos e dos argumentos não formalmente válidos. (Embora estas explicações de Freud sejam intuitivamente convincentes, se pensarmos em quanto trabalho implicam a univocidade, a explicitude e a submissão ao rigor científico. Nenhum dos três casos é objeto da linguística, no entanto).

Avançando mais um passo, vejamos ainda mais o quanto a análise psicanalítica vai se afastando da linguística. Neste caso, a oposição é claramente com a análise do discurso. Considere-se o que Freud diz, no capítulo sobre os motivos sociais dos chistes, a propósito do chiste com a palavra **familionar** (familionariamente). Este chiste é posto por Heine na boca de um personagem de peça teatral. Analisando as condições de sua emergência, Freud conclui que pode muito bem ser fruto de graves complexos. O personagem poderia ter tido vida bem melhor se tivesse sido aceito como marido por uma prima rica. O fundamento do chiste seria, pois, uma "grave amargura". Freud acrescenta: "não há pouca evidência do sofrimento de Heine devido a sua rejeição por parte de parentes ricos..." (Freud, 1905:165). Um linguista não ousaria, imagino, supor que Heine e seu personagem são, por exemplo, o enunciador e o locutor do chiste.

Considere-se mais a seguinte afirmação de Freud:

"Temos a impressão de que os determinantes subjetivos da elaboração do chiste com frequência não se situam muito longe daqueles determinantes das doenças neuróticas - basta considerarmos, por exemplo, Lichtemberg, homem gravemente hipocondríaco, com toda espécie de excentricidades" (Freud, 1905:165). Lichtemberg é um grande produtor de chistes, muitos dos quais citados por Freud, 1905].

Freud sabe, e declara-o expressamente, que não existe evidência suficiente para postular a necessidade de uma constituição psiconeurótica para a habilidade na construção de chis-

tes, mas também não deixa de assinalar, a propósito do fato de muitos chistes serem anônimos:

"Se, como médico, tem-se ocasião de travar conhecimento com uma dessas pessoas que, não sendo notáveis sob outros aspectos, são bem conhecidos como piadistas ou inventores de muitos chistes viáveis, pode ser surpreendente descobrir que o piadista é uma personalidade dividida, propensa a doenças neuróticas" (Freud, 1905:165).

Estas análises de Freud mostram a distância entre o tratamento de dados possível para a linguística e para a psicanálise. Se as posições de Freud forem corretas, isto mostra o quanto a linguística está longe de poder servir-se de uma certa concepção de subjetividade na linguagem, ou de poder incorporar a noção psicanalítica de sujeito. No entanto, a associação interdisciplinar é comum para a linguística. Por alguma razão, talvez por causa da similaridade dos procedimentos de descoberta, pode associar-se à sociologia e produzir a sociolinguística, associar-se à política e à história e produzir uma análise dos discursos políticos, mas não pôde, ainda, associar-se à psicanálise e produzir uma, digamos, psicanalinguística. É possível, no entanto, que, com os avanços da linguística e da psicanálise, algum lugar de encontro se desenhe. Benveniste, por exemplo, assinala o espaço da linguagem útil para a psicanálise: "trata-se dos processos estilísticos do discurso" (Benveniste, 1956:93). E acrescenta: "De fato, é no estilo, mais do

que na língua, que vemos um termo de comparação com as propriedades que Freud desvendou como sinaléticas da "linguagem onírica" (93), observando em seguida que se refere fundamentalmente às figuras de linguagem, mencionando especificamente o eufemismo, a alusão, a antífrase, a preterição, a litotes, a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a elipse. (Ver também Leite 1985; MacCabe 1981; Larmore 1981 e, a propósito da psicanálise como ciência do particular, Granger 1967).

A linguística e a psicanálise tomam ambas a linguagem como fulcro de seu trabalho. Mas estão muito separadas. Os linguistas utilizaram tradicionalmente reduções epistemológicas que os distanciam de interpretações como as da psicanálise. Os últimos tempos mostram, no entanto, que os próprios linguistas começam a ter necessidade de acrescentar aos conceitos e operações de que se serviram habitualmente, processos hermenêuticos complementares, sobretudo para mediação entre seus modelos teóricos e certas práticas da área "clínica" (ver, p. ex. Coudry, 1986). Isso pode dar a entender que disciplinas como a linguística e a psicanálise podem vir a encontrar áreas de contato, principalmente, penso, se avançar e se solidificar o trabalho em análise do discurso. Mas, por enquanto, os pontos de contato ainda são poucos, a ponto de os psicanalistas se espantarem com a cegueira dos linguistas diante de alguns fenômenos óbvios para eles, e os linguistas acharem extravagantes as considerações dos psicanalistas sobre a linguagem.

Capítulo 4

Língua e discurso

"Um sujeito que fosse a origem absoluta de seu próprio discurso e o construísse 'peça por peça' seria o criador do verbo, o próprio verbo" (Derrida).

Em seu artigo intitulado "L'appareil formel de l'enon-tion" (Benveniste, 1970), Benveniste estabelece uma oposição entre uma linguística como estudo das formas e uma linguística da enunciação. A primeira se caracteriza por dois traços: conceber seu objeto como estruturado e conceber como tarefa básica da linguística e descoberta de regras internas a esta estrutura. A linguística da enunciação, embora continue admitindo aquele objeto estruturado (é bem conhecida a distinção entre semiologia e semântica, em Benveniste), com exceção da indeterminação semântica, que ele concebe como referencial, de certos subsistemas, inclui no objeto de estudo também o aparelho formal da enunciação. Desta maneira, passaria a fazer parte do objeto da linguística o estudo dos mecanismos pelos quais o falante, apropriando-se da língua, transforma-a em discurso. Nesta visão, o que transforma a língua em discurso é, portanto, a enunciação, de um locutor a um alocutário, de um enunciado marcado por algum dos elementos pertencentes ao aparelho formal da

enunciação.

A linguística da enunciação que tem sido postulada por oposição a uma linguística das formas tem suas origens da análise dos *shiffters* (Jakobson), dos *performativos* (Austin) e da categoria de pessoa (Benveniste). Na verdade, não se trata de uma oposição radical, suficiente para alterar totalmente a natureza do objeto da linguística, porque não é radical na concepção de uma linguística das formas como um todo. O que se põe em questão é que uma semântica das formas seja capaz de dar conta dos fatos empíricos, especificamente daqueles a que Benveniste caracteriza como traços da linguagem, e não da língua (Benveniste, 1956). Outros componentes da gramática são, nesta vertente, frequentemente assumidos, mesmo que elaborados segundo outros parâmetros (como o faz Searle, p. ex, em relação à gramática gerativa). Em certos casos, nem se trata sequer de oposição entre uma e outra semântica, mas de aparelhos de complementação (como, p. ex., em antigos trabalhos de Ducrot, em que se postula um componente linguístico acrescido de um componente retórico (ver, p. ex. Ducrot 1972a)). Estes exemplos mostram que o que está em questão é a significação, mas, em geral, não está em dúvida que a sintaxe e a fonologia possam ser resolvidas numa linguística das formas.

As análises de Jakobson, Austin e Benveniste mostraram domínios em que é impossível dissociar da língua a atividade do falante, e pois, a língua deixa de ser vista como instrumento externo de comunicação, de transmissão de informação, para ser visto como uma forma de atividade, entre dois protagonistas (cf. Maingueneau, 1981:8). A partir dessas análises, que ins-

tauraram um novo ponto de vista, observou-se (especificamente com a teoria dos atos de fala e com a semântica argumentativa) que a relação entre a atividade do falante e a língua não era exclusividade de certas classes de signos, mas que estes constituíam apenas os exemplos mais óbvios da presença da subjetividade na atividade linguística.

Dessas análises surgiram duas oposições cruciais: enunciado X enunciação e língua X discurso. A linguística enquanto estudo das formas exclui a enunciação e o discurso, como não pertinentes; ao contrário, a teoria da enunciação inclui também o enunciado e a língua, exceto em algumas versões mais radicais, e certamente com um viés empiricamente frágil, em que qualquer estudo gramatical é tachado de puro formalismo ou idealismo. Na teoria da enunciação, no entanto, as formas se oferecem ao falante como virtualidades, que ele põe ou não em ação, o que representa uma visão estática de algumas parcelas da língua e uma visão de outras como agenciadas pelo falante, o que confere um desequilíbrio teórico a esta abordagem, que é justamente o que visou a criticar nesta parte do trabalho. É que, parece, não se podem conceber as possibilidades virtuais de uma língua como apenas dadas aos falantes, marcadas para a execução de um determinado ato. Deve-se conceber a atividade do falante não como atividade de apropriação, a não ser que, sob este conceito, fique claramente inscrita a necessidade de atividade por parte do locutor também sobre a língua, característica ausente nas visões que se mencionaram, onde se põe em evidência apenas a ação entre e sobre os interlocutores através da língua.

Adoto esta outra visão porque estudos mais recentes mostram que, no domínio do que seria a linguística das formas, há uma indeterminação das estruturas sintáticas e semânticas, de tal forma que mesmo as categorias, as relações e os sentidos só se constituem efetivamente no processo discursivo. Parece que a realidade não se apresenta como uma língua estruturada mas mantendo alguns lugares destinados, por oposição aos outros, a marcar a presença do sujeito. Apresenta-se, ao contrário, como tendo por traço de maior relevo a atividade do sujeito, atividade esta de natureza constitutiva e não apropriadora. O que não significa que o falante não deve submeter-se a um conjunto de regras, porque nem tudo é indeterminado. A atividade do sujeito não se dá apenas em relação ao aparelho formal da enunciação, mas em relação à e sobre os próprios mecanismos sintático e semântico. É nesta atividade que o sujeito se constitui enquanto tal, e exatamente por esta atividade.

O objeto deste novo modo de abordagem dos fenômenos linguísticos é o discurso, entendido como colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com certa finalidade, atividade que sempre se dá numa instância concreta e entre um locutor e um alocutário. Não se trata, pois, apenas, de estabelecer relações entre formas, mas de descobrir por quais procedimentos (entre os quais as regras gramaticais, mas não só) se dá a atividade discursiva. É bem outro ponto de vista. Sua questão fundamental é: como, com um sistema linguístico indeterminado, pode-se, em circunstância dadas, produzir-se um discurso com exatamente tal forma e tal interpretação. E, dado que há, em geral, possibilidade de mais de uma interpretação,

por quais mecanismos se chega eventualmente a determinar a interpretação desejada ou as interpretações possíveis.

Benveniste (1970:14) define, como se disse, a enunciação como um processo de apropriação da língua. É exatamente em relação ao termo apropriação que se quer aqui marcar uma diferença: não se trata de apropriação, através de um aparelho de enunciação, mas de constituição, em qualquer instância, de enunciados. O termo apropriação implica numa atividade com a língua, e o que se quer marcar aqui como distintivo, com o conceito de constituição é que esta atividade é, sim realizada com a língua, mas é realizada também em relação à língua, sobre a língua.

Evidentemente, se se encara a língua como atividade, e se se escolhe explicá-la a partir desse ponto de vista, esta opção não implica em considerar um trabalho menor, ou desatualizado, a tarefa de se dedicar antes de tudo à descrição das formas, isto é, às condições gramaticais de ocorrência de determinados elementos de uma língua. Pelo contrário, isto é de extremo relevo, e é mesmo, a condição *sine qua non* para uma análise do discurso que consiga, eventualmente, ultrapassar-lhe os limites. Imaginar o contrário seria conceber o discurso como uma realidade qualquer, menos linguística, porque não se levariam em conta as regras gramaticais sempre presentes no discurso. O que não significa, por outro lado, que qualquer teoria das formas seja compatível com uma teoria do discurso. Já se mostrou, em outro capítulo, que, por exemplo, adotando-se uma sintaxe de tipo harrisiano, conseguem-se resultados muito magros, e todos eles suspeitos. Para adotar a terminologia de Granger, não é

qualquer estilo de fazer gramática que se presta a sua utilização pela análise do discurso. Mas, por outro lado, não se pode esperar que se disponha de uma teoria das formas acabada e enfim explicativa de todos os fenômenos gramaticais para que se efetue um trabalho sobre as ocorrências linguísticas definidas como acontecimento. Isso porque esta forma de encarar os fatos pode fornecer aos que trabalham no domínio da gramática elementos relevantes. É possível que análises de usos reais possam contribuir para a explicação dos usos virtuais. Cabe aqui citar Maingueneau, para quem, por exemplo, a língua enquanto sistema de signos sequer refere (ora, a referência é uma das noções mais relevantes para os estudos da significação). Só referem os enunciados-token, emitidos por um locutor determinado, para um alocutário determinado, em circunstâncias determinadas (Maingueneau: 1981:9), já que referir constitui um ato realizado em função do alocutário, e é na enunciação que a língua se encontra em emprego como expressão de uma certa relação com o mundo (Benveniste, 1970:14). A significação real produzida por um enunciado acontecido é, por um lado, aquela que o locutor pretende que o alocutário compreenda, e, por outro, aquela que, do ponto de vista do alocutário, decorre de uma certa composição entre a enunciação de um enunciado e certas condições de enunciação. A coincidência pode não ocorrer (falaremos mais sobre isso adiante), mas em qualquer das duas hipóteses, trata-se de algo diferente do significado virtual que é o que está aqui em xeque.

A comunicação (nos termos de Maingueneau, ou a coincidência entre a intenção e a atribuição de sentido, nos meus ter-

mos) só é possível porque os interlocutores participam dos mesmos domínios de experiência, obedecendo a um certo número de regras em função do papel que têm na troca linguística (Main-
gueneau, 1981:10), e não porque se utilizam de um código comum.

O domínio de experiência comum pode ser considerado como dado, ou pode ser constituído ad hoc. Isto quer dizer que dois interlocutores podem considerar óbvio que falam da mesma coisa (dadas as circunstâncias), por exemplo, que ambos estão falando do último livro de Chomsky. Mas também pode suceder que este domínio deva ser negociado, porque as representações dos interlocutores não coincidem em determinado momento (casos como aqueles em que se descobre durante uma conversa que o último livro para um interlocutor é o penúltimo para o outro). Isto é, o que quer um locutor ao falar pode ser imediatamente compreendido ou pode necessitar de uma negociação, é que, ao falar, sempre nos utilizamos, além de recursos tipicamente linguísticos (e eles em geral são mais numerosos do que os imaginados por uma linguística das formas), de outros elementos, que poderíamos por enquanto chamar de discursivos e que são todos aqueles que não obrigam o locutor a ser absolutamente explícito (pressuposições, implicaturas, consideração de hábitos regulares, etc.). Considere-se o seguinte exemplo: há um casal; a esposa faz costumeiramente um certo trajeto para ir ao trabalho. O marido trabalha em casa e apenas eventualmente sai. Quando o faz, passa de carro perto do local de trabalho da esposa. Um dia, dá-se o seguinte diálogo, no momento em que a esposa vai sair:

Esposa: - Você vai no Darlan?

Marido: - Eu vou te levar, sim.

Evidentemente, a resposta do marido só é possível porque ele não considera a pergunta da esposa como um mero pedido de informação, mas como um modo de pedir carona. E isso só é possível se os interlocutores levam em conta um quadro habitual de comportamento. Um ouvinte de Marte, se falasse uma língua absolutamente explícita, estranharia a resposta do marido, ou, no mínimo, não entenderia a expressão de satisfação da esposa diante de resposta tão inadequada, já que, **pela sua forma**, esta pergunta demandaria uma resposta do tipo "sim" ou "não". É que, neste diálogo, está sendo considerado um certo cenário habitual, que não precisa ser explicitado discursivamente. Aliás, o **estranho** seria a explicitação diária do quadro em que uma pergunta do tipo acima é feita. (Ver, a respeito de episódio conversacionais deste tipo, Gumperz 1972, especialmente pp. 1-8). Uma resposta como "não" seria interpretada, por outro lado, não como uma informação, simplesmente, mas como "hoje você vai ter que ir de ônibus"

Mas, o fato de que se devem levar em conta outros dados que não os tipicamente linguísticos não significa que de qualquer enunciado se possa extrair qualquer significação. Por exemplo: seja o enunciado "abra a porta". Não se sabe, a não ser na situação, se se trata de um pedido ou de uma ordem. Pode ser que se conclua tratar-se de uma ordem, considerada a relação entre o locutor e o interlocutor. Mas, podemos também decidir entre uma ou outra alternativa com a consideração detalhada dos elementos linguísticos. Se esse enunciado for **berrado**, certamente não será um pedido. Por outro lado, pode ser até que "a-

bra a porta" signifique, numa situação concreta "por que você não fecha a porta?" (por exemplo, se é dirigida a alguém que, queixando-se de calor, abrija a porta e, em seguida, começa a queixar-se de frio). Mas, então, este enunciado será produzido num tom irônico, e é com base nele que se poderá perceber a intenção do locutor, e não necessariamente por uma olhada na porta, para ver se ela está ou não fechada. Isto significa que, se é verdade que a situação é essencial, porque a língua é indeterminada no sentido de não fornecer todos os elementos para a interpretação, este fato não quer dizer que de qualquer enunciado pode-se extrair qualquer significação. É que as teorias do contexto consideram impotente a linguística das formas, mas não se deram conta de que talvez esta impotência não decorria necessariamente (ou só) da desconsideração do contexto, mas também da desconsideração de numerosos elementos linguísticos que lhe pareceram não pertinentes.

Isto significa, pois, que há mais processos linguísticos de construção da significação do que possa imaginar a linguística das formas. O objeto de uma teoria do discurso deve ser, então, bem diverso do de uma teoria da gramática, não só pela tomada em consideração do contexto, mas também pela consideração do enunciado linguístico em sua materialidade total, visto que é com ela que os ouvintes operam, e não apenas com os elementos pertinentes ou distintivos.

Uma outra observação se faz necessária sobre o papel do contexto. Não só ele é pertinente para a interpretação de um enunciado, como colabora para a construção do próprio enunciado, na medida em que, em diferentes circunstâncias, enunciados

diferentes podem ser escolhidos para a realização de um mesmo ato (ou do que seria um mesmo ato numa teoria da enunciação. Ver, a propósito uma tentativa de definição de sinonímia com base na identidade do ato ilocucional em Alston, 1973). Os enunciados diferentes produzem, no entanto, efeitos diferentes.

Para enfatizar a diferença que fazem 'duas maneiras de dizer a mesma coisa', considerem-se os seguintes exemplos:

a) durante os debates televisionados dos candidatos a governador de São Paulo, nas eleições de 1982, os adversários dirigiam a um deles a seguinte questão: como ele era candidato de uma frente, "caso fosse eleito, com qual grupo iria governar". Claro que esta pergunta punha a implicação de que ele não iria governar com todos, isto é, que alguns iriam "ficar de fora". Mas, um dos adversários lhe perguntou a quem "iria atrair, a esquerda ou a direita". De um certo ponto de vista, ambas as perguntas são iguais. Mas uma diz claramente que um grupo vai "ficar de fora", e essa exclusão é considerada explicitamente uma traição. Portanto, não é a mesma coisa. Assim como não é a mesma coisa perguntar a A se ele comprou um livro de B ou se B lhe vendeu um livro, porque a perspectiva pela qual o mesmo evento é visto toma como pontos de partida diferentes ações incorporadas na troca.

b) um repórter, entrevistando ao vivo uma pessoa que procura emprego: "O senhor tem expectativa esperança de encontrar algum emprego?" Mesmo que expectativa e esperança pudessem ser utilizados um pelo outro num mesmo ato de fala, o fato de serem ambos empregados sucessivamente numa só pergunta implica no estabelecimento de uma relação diversa entre os interlocutores.

isto é expectativa implica numa imagem de interlocutor, esperança implica em outra. O efeito de sentido não é o mesmo, porque o jogo de imagens do locutor fica explicitado: trata-se de um ajustamento. Este pode ser considerado, aliás, um exemplo do que Gumperz (1982) chama de *code-switching*, isto é, mistura de código, ou de registros, o que produz um efeito metafórico (ver, em especial, pp. 60-99)

c) considere-se o seguinte exemplo de Fishman (1968b:28), em especial as diferentes condições de produção e as diferenças de efeitos produzidas pelos seguintes enunciados 'sinônimos': "Por obséquio, desligue toda a iluminação ao abandonar o recinto" e "Escuta aqui, meu chapa, vê se não esquece de apagar a luz quando der o fora". Se fizéssemos, em relação a estes enunciados, o que sugere Foucault, isto é, interrogá-los sobre suas condições de aparecimento, concluiríamos pelo menos que no primeiro e no segundo casos não se trata de interlocutores com o mesmo nível social ou do mesmo grau de formalidade. Se o segundo fosse enunciado nas condições do primeiro, e vice-versa, produziriam efeitos completamente distintos. Esse exemplo mostra que não só os enunciados podem se adaptar aos contextos, mas podem também criar contextos.

Segundo Benveniste, na enunciação o locutor mobiliza a língua por sua própria conta (1970:13). Pode-se aceitar esta afirmação desde que a língua não fosse concebida (à moda estruturalista) como um sistema determinado (cf. abaixo, a significação que daremos ao termo língua). É por essa mobilização, se-

gundo ele, que se introduz a subjetividade na língua, o que se dá por um processo que, fazendo uso do que ele chama de **aparelho formal da enunciação**, faz com que cada enunciação seja um fato único e irrepetível, excluindo assim de sua análise o **enunciado-type**, de significado fixo, higienizado das marcas conferidas pelo processo de interlocução. Assumindo essa posição, Benveniste fica apenas a meio caminho das possibilidades apontadas por uma teoria radical da enunciação, que não se ocupasse só da semântica, mas também da mobilização dos recursos expressivos.

E esta radicalização é possível, dado um outro quadro teórico da língua (em Benveniste, a rigor, sequer uma sintaxe da língua é considerada, o que denuncia um quadro teórico do tipo saussuriano). é possível considerar a atividade do falante, que fora excluída e depois marcada em certos lugares (exclusivos), como constitutiva, ela mesma, da língua (num processo histórico que é trabalho, segundo Granger) e dos discursos. Não parece o mais adequado considerar a atividade do falante como aquela que se utilize de uma língua como instrumento a sua disposição, pois esse instrumento, como concebido por Benveniste, não existe (isto é, não existe uma língua estruturada, nem o sentido fixo do elemento não dêitos). Na verdade, o locutor constrói seus instrumentos linguísticos como únicos adequados para seus interesses a cada discurso. Essa atividade de instituição transforma o locutor em sujeito.

Para Benveniste existem, como dissemos, marcas explícitas da subjetividade na linguagem. As mais evidentes são os pronomes pessoais eu e tu, em seguida todos os outros dêiticos. São

da língua, de um certo ponto de vista, e por isso a linguística das formas lhes confere um sentido fixo, deixando que sua referência seja dada pragmaticamente. O termo eu não significa 'o locutor', diz ele, mas 'denomina o indivíduo que profere a enunciação' (14). O indivíduo que profere a enunciação é, evidentemente, mais e menos que o locutor. Mais porque é individualizado, é referido, não é decorrente um traço opositivo a ouvinte. Menos que um locutor porque o alcance do conceito locutor é sempre maior que o de indivíduo que profere a enunciação. Vistos deste ponto de vista, então os dêiticos são "formas que remetem sempre a indivíduos" (14) e não a conceitos. "Eles são engendrados de novo a cada vez que uma enunciação é proferida e cada vez eles designam novamente" (15).

Parece excessivamente simplista dizer que a relação do sujeito com a língua (relação de apropriação) se dá apenas nesses poucos índices e que, no que concerne às demais formas, ela deixa de se dar. Na verdade, tudo o que sai da boca do homem tem sua marca. Não só nas ordens, perguntas e asserções, que Benveniste reconhece como pertencentes, enquanto atos de fala, ao aparelho da enunciação. O simples fato de falar (e não necessariamente de dizer eu, de utilizar um dêitico ou de produzir um ato de fala), por exigir a escolha de certos recursos expressivos, o que exclui outros, e por instaurar certas relações entre locutor e interlocutor (depreensíveis, frequentemente, do dialeto ou marcas estilísticas definidoras de papéis sociais), já indica a presença da subjetividade na linguagem. Esta subjetividade, o locutor pode fazê-la ressaltar ou apagar-se, segundo se submeta mais ou menos fortemente às expectativas

institucionais. Adiante, ao falar de estilo, espero deixar mais claro como a subjetividade pode revelar-se na própria escolha de recursos expressivos. Isso significa dizer que a língua não contém um aparelho formal de enunciação, e portanto de individuação, mas que ela é um aparelho de enunciação e de individuação. Não é que possa ser: ela é, ela implica na subjetividade porque ela necessariamente a cria.

Como se pode ler em Kerbrat-Orecchioni (apud Launay, 1986), há algo que não está no que é dito, mas na maneira de dizer, e que denuncia um ponto de vista. "Em suma: a irrupção de um sujeito... a assinatura... de um sujeito" (32).

Em Benveniste, quer sejam mais ou menos numerosas as marcas de subjetividade, isto é, os elementos constituidores do discurso, permanece uma divisão entre língua e discurso. A língua continua a ser um sistema dado e os seus elementos de desequilíbrio, que possibilitam a atividade discursiva, são vazios referenciais, preenchidos em instâncias de enunciação. Disso decorreria que nem todas as enunciações são discursos, o que lhe permitiu, a certo tempo, opor discurso a história (Benveniste, 1969). Já Osakabe (1979:20) fez a crítica dessa tipologia:

"... tanto o discurso como a narrativa histórica possuem certas características em comum e embora não se desconheça o interesse que pode ter para o estudo de uma tipologia a contribuição de Benveniste, preferese aqui tratá-los a partir dessas características co-

muns. (...) ... passa-se a considerar ambos como discursos: o primeiro como discurso "intersubjetivo" e o segundo como discurso "histórico".

A decisão de Osakabe se baseia no fato de que "todo o enunciado tem em maior ou menor grau essas relações (eu-tu), podendo, no entanto, estar ocultas por um processo de alienação do sujeito em relação à sua identidade existencial".

Em Benveniste, pode-se considerar que, com a assimilação dos atos de fala ao aparelho formal da enunciação, a dicotomia discurso X história desaparece. Mas isso não faz desaparecer a dicotomia língua-discurso, porque a atividade discursiva se define pela apropriação da língua. Isto implica em conceber a língua como um instrumento de um certo tipo, que está em algum lugar, e do qual o sujeito pode decidir apropriar-se ou não. Essa concepção faz com que o discurso seja concebido como a língua (estrutura) e mais alguma coisa. é como se se tratasse da "enunciação da língua", paradoxo terminológico tão problemático quanto o que Ducrot assinala haver para o tradutor da expressão *speech act* para o francês (ver Ducrot, 1972b).

O que proponho é a eliminação da dicotomia língua-discurso, entendendo por língua um objeto teórico e por discurso um objeto empírico.

é óbvio que negar a dicotomia língua-discurso não pode implicar em afirmar que não há língua, isto é, um sistema específico diferente, por exemplo, do sistema de gestos ou de sistemas de troca em geral. Não significa, por outro lado e por consequência, afirmar a fluidez total das relações gramaticais.

Adotar este ponto de vista significaria dizer que os falantes, já que produzem discursos, criam a língua. Com o conceito de constituição, pretendo situar-me a meio caminho entre o que implica a noção de apropriação e o que implica a noção de criação. As concepções de língua ou gramática correntes (as mais sólidas na tradição), como sabemos, vão da convenção ao inatismo na explicação de porque há semelhanças entre línguas ou discursos. Optando pelo conceito de constituição, quer-se ressaltar que as línguas são resultados do trabalho dos falantes. Se foi o trabalho de todos os que falaram uma língua que a levou a um determinado estágio, seria incongruente imaginar que, neste estágio, os falantes não trabalham mais, apenas se apropriam do produto. Por outro lado, como nem todos os que trabalham por uma língua são iguais, é de se esperar que o produto apresente irregularidades, desigualdades, traços, enfim, da trajetória de cada um dos elementos constituidores de uma língua. Produzir um discurso é continuar agindo com essa língua não só em relação a um interlocutor, mas também sobre a própria língua. No mínimo, a cada vez que um locutor diz uma palavra, está colaborando para que a língua continue mantendo um determinado traço ou, inversamente, para que ela venha a modificar-se (ou, terceira alternativa, para que ela continue a manter duas variantes deste 'mesmo' traço).

Dada esta multiplicidade de recursos desiguais que a língua oferece à atividade do locutor a cada discurso, pode-se legitimamente supor que o locutor escolhe aqueles recursos que mais adequadamente servem a sua finalidade (se quer agradar, agredir, apresentar-se com certa imagem ou tal outra, etc.).

Como seu ouvinte também é um trabalhador, não um receptor, é possível que o locutor fracasse ou seja bem sucedido em seu intento. Considere-se o seguinte exemplo de Eco, decorrente de um saber enciclopédico diverso entre dois interlocutores. Num debate político público, se alguém designa uma autoridade da URSS como "russo" e não como "soviético", supõe-se que esteja querendo ativar uma certa conotação ideológica. No entanto, é possível que não se esteja querendo esse efeito. Para isso, basta que se considere um locutor que não conhece a distinção russo X soviético e que use "russo" sem querer provocar qualquer conotação. Não é porque ele não quer, no entanto, que essas conotação não pode ser ativada. Porque ela foi dita (ou está escrita) (Eco, 1979:46-7). Evidentemente, poderíamos acrescentar que tal debatedor poderia intentar ativar tal conotação ideológica e, no entanto, não o consegue, pelo menos junto a alguns ouvintes (leitores), porque para eles, esta divisão (russo X soviético) é irrelevante.

Em suma, o falante nem é inútil, nem todo poderoso. Entre ele e o ouvinte está a língua, e, na, verdade, o que foi dito, se, por um lado, é a garantia à qual pode apelar o locutor, se acusado de produzir um efeito que não intencionava, pode ser a garantia do interlocutor de que tal efeito decorre do que foi dito. é que é possível um trabalho diferente sobre a mesma coisa. é nisso aliás, que se distinguam os sujeitos. Especificamente, um constituiu um enunciado para produzir um certo efeito, e outro trabalhou sobre um enunciado para extrair dele um certo efeito. A coincidência não é garantida.

Se a língua fosse um sistema estruturado efetivamente, isto é, não indeterminado, da qual interlocutores se apropriassem, este tipo de resultado não seria possível. Por outro lado, não é de qualquer maneira que um locutor pode expressar ou dar a entender sua intenção. Os interlocutores não são nem escravos nem senhores da língua. São trabalhadores.

Resumindo, e retomando: dizer que o falante constitui o discurso significa dizer que ele, submetendo-se ao que é determinado (certos elementos sintáticos e semânticos, certos valores sociais) no momento em que fala, considerando a situação em que fala e tendo em vista os efeitos que quer produzir, escolhe, entre os recursos alternativos que o trabalho linguístico de outros falantes e o seu próprio, até o momento, lhe põem à disposição, aqueles que lhe parecem os mais adequados.

O lugar extremo da verificação deste trabalho constitutivo talvez seja o do poeta, que, de certa maneira, cria uma língua toda sua (ver Spitzer, (1948), a propósito de Charles-Louis Phillipe e de Rabelais; ver também Thorne, (1970) sobre as regras "gerativas" da poesia), quer por oposição à linguagem corrente, quer por oposição a outros "estilos" poéticos.

A seleção de um conjunto de recursos expressivos ao invés de outros tem sempre a ver com os efeitos que o locutor quer provocar. Por efeitos entenda-se: informar, impressionar, identificar-se, convencer, obter uma resposta, etc. Estes efeitos podem tanto ser concebidos como alternativamente produzidos (ou intentados), como também pode ocorrer de vários deles dar-se simultaneamente. Nunca é demais insistir, porém, que o interlocutor não é um receptor, que ele também trabalha sobre a língua

e que por isso os intentos do autor podem não ser atingidos.

Talvez a versão mais radical desta visão constitutiva seja a encontrada em trabalhos sobre aquisição da linguagem segundo uma visão sócio-interacionista. Segundo este ponto de vista, a aquisição da linguagem é um processo constitutivo, ao invés de decorrer de regras previamente dadas. Assim como se propõe aqui que os discursos são constituídos, que os recursos são escolhidos e postos a produzir efeitos, pode-se pensar a aquisição da linguagem pelo mesmo processo, pois se considera, então, que "se pode olhar a língua como uma modalidade particular de estruturar a realidade (juntamente com outras modalidades, como a percepção, a ação, etc.) (ver Camaioni et. al. 1980:6).

Esta visão pode ser resumida concebendo o processo de aquisição da linguagem como consequência de intensa relação dialógica entre criança e adulto pela qual a linguagem estrutura a realidade, é estruturada por ela, estrutura o diálogo e é estruturada por ele. Como se vê, as diversas faces do que se está pondo em relevo são também destacadas nesta concepção de aquisição da linguagem: um trabalho com a linguagem e sobre a linguagem.

Uma analogia esclareceria melhor a noção de constituição, em dois níveis, que é exatamente o que ocorre com a linguagem. De um lado, da língua, de outro, dos discursos. Considere-se o objeto a que se chama "lápis". Ele não pertence à natureza, ele foi construído pelos homens. Não sei, evidentemente, descrever este trabalho em detalhes. Vale observar que, dado que foi concebido para uma certa finalidade, escrever, não poderia ter uma

forma qualquer. Mas, também, nada obriga que ele tenha exatamente uma forma; basta ver que os há diferentes. Um trabalho semelhante a este é o de constituir uma língua. Provavelmente ela não poderia ser de qualquer forma, mas nada obriga que seja como é.

Considere-se, agora, a atividade individual com um lápis: ele pode ser usado por um indivíduo particular para a execução de tarefas inscritas na zona de suas finalidades: escrever e desenhar, digamos; assim, uma língua pode ser mobilizada, por um locutor individual, para informar, descrever, etc. Mas, um lápis pode também ser utilizado como suporte para conferir, digamos, a inclinação exata necessária para um projetor de slides. Claro, poderiam ser utilizados outros instrumentos; mas um lápis serve, por suas propriedades físicas. Assim, também uma língua pode ser utilizada não para informar ou descrever algo do mundo, mas, por exemplo, para que o locutor possa exibir ao interlocutor seu lugar social. Algo que ele poderia fazer, digamos, com a exibição de um distintivo ou um talão especial de cheques. Em circunstâncias como essas, os instrumentos são mobilizados para finalidades que, tudo indica, não são as suas privilegiadas. Mas, são constituídos em suporte de um projetor, em um distintivo social. A comparação é, evidentemente, imperfeita, dada a maior plasticidade de uma língua em relação a um lápis e a sua complexidade e frequência de utilização.

Pode-se, desta maneira, encarar ora o resultado de um trabalho coletivo durante períodos de tempo longo e, alternativamente, a ação individual de um locutor individual. O primeiro é condição necessária, embora não suficiente, do segundo. Ao

primeiro chamarei de trabalho, ao segundo de atividade. Aquele produz uma língua, esta, um discurso (ver também capítulo 9, sobre a concepção de trabalho e prática em Granger). Esta dupla face da linguagem é o resultado da tensão entre o individual e o coletivo, exigindo este uma certa sedimentação e sendo aquele uma tentativa de adaptação e mudança, segundo a concepção de Firth (ver Osakabe, 1979b, p. 32-3).

Se se admite ser esta a relação entre discurso e língua, e se leva a sério radicalmente o quadro de aparecimento de um enunciado, então o discurso deve ser tratado como um acontecimento, isto é, não apenas como virtualidade previsível por certa combinação de elementos segundo regras sintáticas conhecidas. No entanto, tratar o discurso como acontecimento não significa desconhecer estes aspectos, significa apenas considerá-los suportes absolutamente necessários, mas não suficientes para a origem da expressão e para a significação desta expressão. É preciso considerar, além disso, todos os elementos da instância da enunciação e a conexão entre a expressão produzida e sua significação na instância. Neste sentido é que nenhum discurso ocorre duas vezes, sendo, pois um acontecimento único. Porque, se a mesma expressão ocorrer em outra instância, sendo esta diversa de uma primeira, a relação entre todos os elementos necessários para a explicação de um discurso será diversa, por ser diverso pelo menos um dos elementos: no caso, a instância de enunciação.

Considerar um discurso como acontecimento significa considerar a "modalidade de existência da performa verbal tal como foi efetivada" (Arqueologia, 127).

"Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais rapidamente esquecido que possa ser depois de sua aparição, por pouco entendido ou mal decifrado que o suponhamos, por mais rápido que possa ser devorado pela noite, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido conseguem esgotar inteiramente. Acontecimento estranho, certamente: inicialmente, porque está ligado por um lado a um gesto de escritura ou à articulação de uma fala (parole), mas que, por outro lado, abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória ou na materialidade dos manuscritos, dos livros, e não importa de que formas de registro; em seguida, porque é único como qualquer acontecimento, mas que se oferece à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque é ligado ao mesmo tempo a situações que o provocam, e a consequências que incita, mas está ligado ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem" (Foucault, 1968:23-4).

Foucault (1971) esclarece um pouco mais a noção de acontecimento. Ele se dedica, como se sabe, aos discursos das ciências humanas, e, evidentemente, algumas de suas afirmações podem não ser pertinentes para as peculiaridades dos discursos ordinários, cujas constrações, se não deixam de existir, são de ordem diferente e acontecem segundo regulamentações menos rigorosas que as exigidas pelos discursos "científicos". De qualquer maneira, há

traços comuns nas duas ordens de discurso.

Foucault propõe quatro princípios diretores para o seu trabalho:

1) o princípio da **reviravolta**, que visa a reconhecer também papéis negativos a procedimentos ou lugares a que se atribuem tradicionalmente apenas caracteres positivos. Refere-se ao princípio do autor e ao disciplina, especificamente.

2) um princípio de **descontinuidade**, que estipula que não há relação de causação entre um discurso e outro. "Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas que se cruzam, se justapõem às vezes, mas também se ignoram ou se esclarecem".

3) um princípio de **especificidade**, que aceita que o mundo não é legível, transparente, mas que "o discurso é uma violência que fazemos às coisas, (...) uma prática que lhe impomos".

4) um princípio de **exterioridade**, que não considera essencial buscar um pensamento ou uma significação, mas que privilegie o discurso mesmo, "sua aparição, (...) sua regularidade," suas condições de possibilidade "em direção ao que dá lugar à série aleatória de seus acontecimentos".

As noções a serem adotadas são as de acontecimento, de série, de regularidade e de condições de possibilidade, que se opõem às de criação, unidade, originalidade e significação.

O essencial de tudo isso é que o discurso é concebido como aleatório, como acontecimento, isto é, como fato não necessário, não causado. Que estatuto dar à noção de acontecimento?

"O acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é da ordem

dos corpos. E, contudo, é sempre ao nível da materialidade que toma efeito, que é efeito; ele tem seu lugar e consiste na relação, na coexistência, na dispersão, na separação, na acumulação, na seleção de elementos materiais; não é, de modo algum, o ato, nem a materialidade de um corpo. Ele se produz como efeito de e numa dispersão material." (Foucault, 1971:59)

Morin (1972) nos ajuda a definir melhor o acontecimento. Diz que todo elemento pode ser considerado como acontecimento na medida em que o consideramos situado na irreversibilidade temporal, como uma manifestação ou atualização, i. é, em função de seu aparecimento ou desaparecimento. "... a natureza acidental, aleatória, singular, concreta, histórica do acontecimento depende do sistema no qual é considerado". Exemplifica: "... os mortos de um fim de semana ... são elementos previsíveis ... para um sistema estatístico-demográfico... Mas cada um desses mortos ... é um acidente inesperado, uma infelicidade, uma catástrofe concreta" (17). Esse exemplo é interessante: para uma gramática, retomando Foucault, um substantivo pode reaparecer seguindo certas probabilidades, mas, para o discurso, cada ocorrência concreta é um acontecimento irrepetível. Ou, de outra maneira, em outro nível: se alguém fala a alguém, saberá que obterá resposta: mas exatamente qual, isso é imprevisível, e, seguramente, este fato jamais se repetirá.

Como se vê, a noção de acontecimento se opõe claramente a uma noção rígida de sistema, para o qual valem relações e não elementos materiais, históricos, fatos acontecidos. O discurso é

desta última ordem. (Ver, a propósito, o nº 18 de *Communications*, todo ele dedicado ao acontecimento).

Quando usar o termo língua, por isso, salvo ressalva explícita, estarei me referindo a entidades como o português, o inglês, etc., isto é, línguas públicas, utilizadas, constituídas após longo trabalho de múltiplos falantes, que disputaram historicamente, como continuam a fazê-lo, o direito de deixar suas marcas neste 'instrumento' de múltiplos usos. O conceito de língua como definido por alguns sociolinguistas é adequado a meus interesses, porque sua caracterização não depende tanto de fatores internos, gramaticais, mas, fundamentalmente, da atitude que os falantes têm em relação a ela. Isto é, dado um certo recurso de expressão, o falante sabe, em geral, não só dizer se pertence ou não a sua língua, como, ainda mais, é capaz de avaliar o valor social que este recurso tem, isto é, se marca falantes que o utilizam como membros de um grupo ou de outro. Uma tal concepção de língua assim formulada pode ser vista por exemplo, em Trudgill (1974, cap. I), ou, alternativamente, na definição de uma comunidade linguística por Labov como um grupo de pessoas "que compartilham de um conjunto de normas comuns com respeito à linguagem, e não como um grupo de pessoas que falam do mesmo modo" (1966:63). Isto significa que os falantes sabem avaliar o valor dos recursos expressivos alternativos que uma língua lhes coloca à disposição. É em sua escolha que eles se individualizam num discurso irrepetível e único, interpretável segundo parâmetros que levam em conta regras semânticas, sim, mas também os valores atribuídos às formas mesmas, em sua materialidade.

Capítulo 5

Da sintaxe ao discurso

'Si l'on ne dit pas, c'est que
cela va sans dire' (Ducrot).

'... a linguagem estimula uma criatividade 'vertical', em que os esquemas relacionais de base se estendem a novos campos de objetos ou recortam diferentemente os mesmos domínios. Ora, tal processo analógico formal em que não somente se 'comparam' propriedades que distintos objetos pertilham, mas se transportam relações de uma 'classe natural' de objetos a outra, introduz na linguagem um fator decisivo de indeterminação semântica. De fato, as expressões das línguas naturais não tomam, como uma linguagem formalizada utilizada no cálculo de uma teoria fatural, um domínio de interpretação uno e semanticamente coerente"... (...)

é em virtude dessa indeterminação semântica que se pode justificar a afirmação radical de Malinowski: nenhuma expressão é significativa fora de seu contexto de situação. Não se trata, porém, de uma asserção dizendo respeito somente às condições de comunicação (como lhe parecia). Ela decorre da universalidade da linguagem, que torna impossível a identificação dos objetos, nos vários sistemas de referência a que a

linguagem se refere, exclusivamente mediante recurso a especificações predicativas. E isto outra vez distingue a linguagem humana das linguagens dos sistemas formais" (...). "Deve-se observar que a linguagem nem sempre, ou poucas vezes se utiliza de recursos expressivos suficientes para a identificação precisa dos objetos singulares referidos; nas expressões em geral se indicam os limites de um certa 'regionalidade', a ser predicada com recurso à situação ou às regras explícitas do jogo de fatores do sistema de referência, pressuposto comum. Por outro lado, sabe-se de sobra como, ao nível do sintagma e da oração, não se poderia propor antecipadamente um inventário exaustivo das possibilidades de utilização dos inúmeros traços categoriais oferecidos pela cadeia sonora e por associações semânticas (justaposição, configuração morfológica, distribuição relativa dos morfemas, ordem linear, pausas, entoação, concordância, etc; composição de traços predicativos nos itens lexicais, pressupostos, deduções naturais, etc). Elas se prestam a inúmeras 'estratégias' entre recursos concorrentes, redundantes, complementares, que dispensam a linguagem de construir uma sintaxe determinada completamente. Some-se a isso o fato de que as línguas naturais são o resultado de uma longa elaboração histórica. Por isso, em um corte sincrônico, aparecem na organização das expressões diferentes 'camadas', organizadas por princípios de formação in-

dependentes". (Franchi, 1977:23-25, *passim*).

"Um lógico gostaria de eliminar os dêiticos de sua linguagem, na medida em que, para ele, poder atribuir um valor de verdade a toda proposição bem formada, independentemente do contexto pragmático de sua enunciação constitui uma exigência fundamental. Mas, se a necessidade do conhecimento desse contexto é a fonte da "ambiguidade" lógica dos enunciados dêiticos, ela é, ao contrário garantia de sua "não-ambiguidade" referencial no quadro concreto da troca linguística" (Lahud, 1979:79).

"Do ponto de vista de sua natureza, o discurso caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu; em segundo lugar, o discurso caracteriza-se por uma maior ou menor presença de indicadores da situação; em terceiro lugar, tendo em vista sua pragmaticidade, o discurso é necessariamente significativo na medida em que só se pode conceber sua existência enquanto ligada a um processo pelo qual eu e tu se aproximam pelo significado; e, finalmente, o discurso tem sua semanticidade garantida situacionalmente, isto é, no processo de relação que se estabelece entre suas pessoas (eu/tu) e as pessoas da situação, entre seus indicadores de tempo, lugar, etc. e o tempo, lugar, etc. da própria enunciação.

Do ponto de vista de sua extensão, o discurso constitui uma entidade mais ampla do que a frase (a não ser que determinada frase possa ser considerada como discurso); em segundo lugar, está limitado por dois brancos semânticos, que se devem quer à ausência pura e simples de uma cadeia significativa que o constitui quer à alteração do locutor" (Osakabe, 1979:21).

Ao introduzir, sem um texto pessoal prévio que preparasse um lugar natural para eles, estes três exertos, minha intenção é dupla. Em primeiro lugar, assinalar claramente o quanto neste trabalho é devido a outros, como não poderia deixar de ser. Em segundo lugar, economizar longas resenhas e deixar, assim mesmo, espero, bastante claras as assunções básicas de que parto.

O texto de Franchi corresponde aos prolegômenos do que considero uma sintaxe e uma semântica compatíveis com a tarefa da Análise do Discurso, ou, melhor ainda, uma concepção de sintaxe que exige a análise do discurso. Em Franchi não se trata, como nas teorias em geral relativas à linguagem, de estabelecer um cerne analisável e prever outro cuja análise depende da tarefa prévia, como em Saussure e em Chomsky, com suas dicotomias, das quais um pólo é o objeto da linguística e o outro espera uma abordagem num futuro que nunca se aproxima; mas de imaginar que o próprio cerne contém os espaços que naquelas teorias são o espaço do imprevisível, instaurando o imprevisível no próprio cerne. Desta maneira, mais do que esperar uma análise do discurso compatível com sua concepção de sintaxe e de semântica (isto é, do que seria sua língua e sua gramática),

esta postura exige aquela tarefa no interior mesmo da sintaxe e da semântica, ou na sua língua, ou sua gramática.

A citação de Lahud pode ser considerada um resumo feliz do núcleo de uma abordagem da significação das línguas naturais (significação de enunciados efetivamente produzidos) por oposição à dos sistemas formais, acoplando-se à mesma oposição estabelecida em Franchi. Desta maneira, a citação de Lahud recobre em um aspecto específico o que em Franchi é concebido como uma característica generalizada, ou pelo menos normal, não excepcional, nas línguas humanas.

A citação de Osakabe, que em seu livro resume levantamentos prévios de tentativas de definir a especificidade do discurso e de delimitá-lo à moda de um objeto, constitui o ponto de partida para uma definição que pretendo mais detalhada do objeto de meu próprio trabalho.

Considero, no entanto, que estas passagens, que resumem o essencial da posição desses autores no que concerne aos respectivos tópicos, necessitam, para os fins que me proponho neste trabalho, de certos ajustamentos, na forma de observações que estabeleçam mais claramente a leitura que faço destas passagens, razão pela qual as introduzo a título de balizas, apenas. Isto porque, se as afirmações dos autores citados são por mim aceitas como ponto de partida, entendo que há algo nelas que, pelo fato de pertencerem a textos datados e que tinham um objetivo não necessariamente coincidente com o meu, necessitam de certos comentários que permitam, sem traí-los, como é da natureza do comentário, relê-los.

Recusando-se a considerar a linguagem primordialmente como um instrumento de comunicação, embora sem desconhecer que esta atividade exista, e como decorrente da atividade estruturante, e recusando também como característica definidora da linguagem humana um caráter de processo formal, o que significaria dizer que as línguas naturais não seriam teoricamente distintas das linguagens formalizadas, Franchi considera privilegiadamente a linguagem como uma atividade constitutiva, onde nada é universal, salvo o processo de tentar estruturar as experiências, consituindo, neste trabalho, as próprias línguas.

A recusa da concepção de língua como código é importante, porque se opõe a uma tradição forte. Para um analista do discurso, ela é essencial, porque o contrário seria decretar a morte do discurso. Como diz Ducrot (1972a):

"Dizer que as línguas naturais são códigos, destinados à transmissão da informação de um indivíduo a outro, é, ao mesmo tempo, admitir que todos os conteúdos expressos graças a elas são expressidos de maneira explícita. Com efeito, por definição, uma informação codificada é, para aquele que sabe decifrar o código, uma informação que se dá como tal, que se confessa, que se expõe. O que é dito no código é totalmente dito, ou não é dito de forma alguma" (p.13).

é porque há atividade linguística contínua que uma língua revela, num corte sincrónico, uma estrutura inacabada, por um lado. Mas fundamental nesta concepção é a idéia de que a língua

se dispensa de ser estruturada, codificada, porque ela é destinada à utilização por locutores em contextos determinados. É destas duas vertentes, em especial da segunda, que emerge uma concepção de uma sintaxe e de uma semântica indeterminadas, no sentido principal de que não oferecem todas as informações necessárias para a interpretação de discursos ocorridos em instâncias concretas de enunciação. Conceber assim a linguagem permite não espantar-se diante de fenômenos que ela cria, ao contrário do que anota Foucault. Em *O nascimento da clínica*, ao referir-se ao fato de que hoje grande parte do conhecimento é constituído sobre a linguagem, com base nos discursos, por meio de comentários, diz que, por detrás desta atividade

"oculta-se uma estranha atitude a respeito da linguagem: comentar é, por definição, admitir um excesso do significado sobre o significante, um resto necessariamente não formulado do pensamento que a linguagem deixou na sombra, resíduo que é sua própria essência, impelido para fora de seu segredo; mas comentar também supõe que esse não falado dorme na palavra, e que, por uma estranha superabundância própria do significante, pode-se, interrogando-o, fazer falar um conteúdo que não estava explicitamente significado" (Foucault, 1963:XIV-XV).

Admitir a indeterminação não significa, no entanto, invocar a impossibilidade de dizer-se o que se quer com precisão. A este respeito são esclarecedoras as palavras de Quine (1959):

"A vaguidade não é incompatível com a precisão. Como observou Richards, um pintor limitado a uma palheta reduzida, pode conseguir, diluindo e combinando suas cores, representações mais precisas que as de um laborioso autor de mosaicos, com sua limitada variedade de peças precisas, e a acumulação hábil de vaguidades tem análogas vantagens em comparação com a conjunção de termos técnicos precisos" (139).

É que os falantes trabalham continuamente a relação entre a língua e os mais diversos sistemas de referência existentes, aumentando a potencialidade significativa dos recursos expressivos, ao mesmo tempo que, se necessário, estes também são ampliados ou modificados. Esta tarefa contínua e sempre inacabada, se considerada consitutiva da linguagem mesma, permite abrigar, sem dúvida, teorias sintáticas e semânticas mais compatíveis com os dados empíricos que as línguas como realmente faladas põem como desafio ao investigador, sem congelar e higienizar dados, sem obrigar a cortes metodológicos às vezes demasiadamente arbitrários.

Franchi considera que o fulcro da semântica de uma língua natural seja o sistema de referência cultural e antropológico. Parece evidente que assim deva ser, pois não pareceria natural que os falantes se preocupassem antes em construir sistemas de referência criados artificial ou abstratamente, para depois preocupar-se em conhecer o mundo da sua experiência. Esta é antes uma característica das linguagens formais, que mesmo assim

não dispensam pelo menos uma intuição razoavelmente bem amadurecida, estruturada em língua natural. Sua hipótese é que, a partir desse sistema de referência se criam, por analogia, outros, eventualmente referidos pelos mesmos recursos expressivos utilizados para o sistema de referência fatural e este seria o fator primordial de indeterminação semântica.

Assim, além de admitir uma criatividade horizontal, explicável pela recursividade das regras de formação dos enunciados, postula uma criatividade vertical, decorrente dos usos analógicos dos recursos expressivos. Exemplos, ele os dá nas páginas 59 e 60 de sua tese de doutoramento (Franchi, 1976):

(1) "A caravana vem do deserto pelas montanhas" comparado com

"A fórmula X vem de Y por Z e W"

(2) "Pedro conserva o peixe no gelo" comparada com

"Pedro conserva a cabeça no lugar" e

"O isomorfismo conserva as relações de um conjunto em outro".

Nos dois casos, o primeiro enunciado expressa relações e processos interpretáveis no sistema de referência do mundo das coisas, e os outros projetam essas relações sobre outros sistemas mediante analogias.

Essas estruturas se constroem com base na compatibilidade das predicacões. Evidentemente, a compatibilidade existente num determinado corte temporal da língua é decorrência da atividade anterior dos falantes na construção da língua, na utilização

dos recursos disponíveis ou na criação de outros. Assim, frases como "A grama anda" não são interpretáveis no interior de um sistema de referência fatural em dada cultura (por exemplo, a nossa) porque **andar** não é um predicado compatível com o predicado **grama**. Nada impede, no entanto, que em outro sistema de referência, a mesma construção seja interpretável, porque

"a linguagem informa também um 'pensar' e 'significar' analógicos, que não exigem a equivalência nem a transitividade, mas suportam o devaneio sem volta das similitudes e da metáfora, sem quadros fixos de valores, sem limites categoriais precisamente impostos, sem necessidade de conclusões. Ela não toma necessariamente um sempre mesmo sistema de coordenadas, um mesmo referencial: pode constituir o seu próprio eixo provisório..., pode ultrapassar o sistema de referência estendendo os esquemas que constrói a indefinidos universos. ... um de seus aspectos (essencial) é o expressão da 'esquizofrenia' que cria universos encantados, poemas, teorias (Franchi, 1977:21).

Evidentemente,, sempre se pode discutir se o aspecto privilegiado por Franchi, o sistema de referência das coisas, é primeiro; mas dificilmente se poderia provar o contrário, o que requereria nossa presença na origem das línguas ou documentos que atestam como elas nasceram. Embora seja contestável, como dissemos, parece bastante razoável privilegiar o que Franchi

privilegiou. O que se poderia discutir com maior detalhe (não o farei, apenas assinalo a questão) é a validade ou produtividade de uma análise que postule que se parte de enunciados fatuais para entender enunciados analógicos, caminho que parece avaliado em Franchi, o que reintroduz a postura clássica de análise pelo 'desvio' de muitos enunciados. Uma visada que valorize mais radicalmente o processo de enunciação será certamente proveitosa.

Talvez se mais claramente considerado o processo mesmo da produção do enunciado, isto é, a atividade constitutiva realizada por um sujeito que fala num determinado contexto, a análise pelo 'desvio' seja um tanto enfraquecida. Franchi dá conta explicitamente, com suas afirmações, de enunciados cuja história pode ter sido analógica. Parece que se colocam problemas possíveis, no entanto, em análise de dados produzidos por um falante, digamos, por um esquizofrênico ou por um poeta, nos termos preconizados. Talvez nem sempre uma análise analógica permite uma interpretação segura e adequada. Parece que o possível problema reside do privilégio de uma função referencial, embora esta esteja claramente descrita como um processo constitutivo, cultural, histórico, e não meramente convencional ou, mais pesadamente, aproximado a alguma noção de verdade universal. A noção de compatibilidade como requisito para a interpretação elimina estas possibilidades. Requer-se, porém, colocar explicitamente em pé de igualdade o papel do sistema de referência e dos interlocutores e do contexto numa teoria da linguagem.

Franchi não as exclui, mas o privilégio a uma delas deixa as outras de alguma maneira na dependência das interpretações

prioritariamente referenciais, aliás perfeitamente compatíveis com o privilégio da função estruturante como base para a explicação de outras funções, como a comunicativa. A questão parece ser verificar o exato papel da função comunicativa, sob a qual Franchi coloca toda a teoria dos atos de fala, as teorias intencionais como a de Grice e teorias funcionais como a de Halliday. Parece difícil, para alguém que se preocupe com a análise do discurso não colocar esta função em pé de igualdade com a função estruturante. Aliás, neste trabalho, esta função ganha um papel especialmente relevante, pelo fato de conceber-se o discurso segundo as linhas mestras anotadas por Osakabe, nas quais a relação eu-tu desempenha um papel fundamental. A função da linguagem é, sim, estruturante do mundo, jogo no qual ela é aprendida a se estrutura, mas é no diálogo, na interação que esta atividade se realiza, por isso parece necessário atribuir-lhe no mínimo o mesmo estatuto e a mesma relevância.

A linguagem não é parcialmente estruturante porque é parcialmente estruturada, mas é parcialmente estruturante e parcialmente estruturada.

E isso num só movimento, num só tempo. Não se é analógico porque se foi literal. Talvez se seja sempre literal, apenas acontece que a analogia é a melhor, quando não a única maneira de ser literal, dadas certas circunstâncias. Dizer isso significa não dar prioridade ao papel 'cognitivo' em relação ao comunicativo. Também não se quer sugerir o inverso, mas afirmar a exata igualdade do papel cognitivo e do comunicativo, tanto no processo de construção quanto no da 'utilização' de uma língua. Gramática e interação são dois pólos exatamente do mesmo nível.

com a mesma importância, com ação de igual peso um sobre o outro. É por isso que se permitem sempre novas construções, mas se exige uma certa sedimentação.

Um outro argumento para se colocar em pé de igualdade a função 'referencial' e a comunicativa é que ambas se caracterizam exatamente pela mesma indeterminação. Assim como a indeterminação referencial se caracteriza pela descrição não necessariamente unívoca dos fatos do mundo, assim também as relações de comunicação são indeterminadas, porque não necessariamente os falantes ajustam seus pontos de vista e suas pressuposições, a-juste necessário para suprir as eventuais lacunas referenciais. A felicidade total da função referencial e a mesma felicidade comunicacional só podem ser imaginadas num grau específico de abstração em relação aos eventos reais de atos de linguagem.

Em relação à indeterminação sintática, duas observações. Em primeiro lugar, há a necessidade óbvia de admitir-se que existem relações sintáticas absolutamente fixas, realmente estruturadas, das quais se pode dar conta por regras. Exemplos óbvios são a ordem entre um artigo e um nome em português, uma preposição e o elemento sintagmático que a segue, a concordância de gênero e número (embora haja umas poucas palavras cujo gênero flutua), etc. Pode-se, por esta via, no entanto, falar em indeterminação da sintaxe, mesmo que sem referência explícita a seu papel na interpretação, na medida em que, apesar de casos como os exemplificados, existem numerosos outros em que não é possível fornecer regras únicas como as acima referidas. Isto é, em relação à distribuição dos elementos sintáticos num enunciado, nem sempre as regras são categóricas. Casos como a ordem entre

sujeito e verbo, entre verbo e objeto, etc. demandam necessariamente um apelo à semântica para serem determinados. Isso não significa, no entanto, que a ordem não exerça nenhum papel, apenas significa que não é um critério absoluto de interpretação semântica.

Não é, no entanto, este o fulcro de discussão de Franchi no que se refere à indeterminação sintática. A idéia fundamental que está em seu trabalho é a de a sintaxe não fornece todos os elementos necessários para a interpretação semântica, por um lado, e que, em outros casos, ao contrário, há mais de um elemento sintático que leva a uma mesma interpretação. Isto é, ora não há recursos sintáticos na expressão para explicitar funções e relações semânticas relevantes para a interpretação, ora diferentes recursos sintáticos assinalam redundantemente orientações de interpretação. É isso que significa sua afirmação de que os inúmeros traços categoriais (justaposição, configuração morfológica, etc. (ver citação acima)) se prestam a inúmeras estratégias entre recursos concorrente, redundantes, complementares, que dispensam a linguagem de construir uma sintaxe determinada completamente. Isto é, o sentido básico da expressão "indeterminação sintática" refere-se à ausência, nas línguas naturais, de uma propriedade dos sistemas formais, qual seja, a de que há uma e só uma relação biunívoca entre expressões sintáticas e interpretações semânticas. O que significa que há, nas línguas naturais, grosso modo, o seguinte fato: pode-se lançar mão de vários recursos para se dizer a 'mesma coisa', por um lado, e, por outro, com os mesmos recursos, pode-se dizer mais de uma coisa. Como se disse, esta concepção de sintaxe

xe, que parece ter bom suporte empírico, é essencial para nosso trabalho por obrigar a consideração das condições de produção na interpretação dos enunciados.

No entanto, Franchi não considera explicitamente uma outra fonte multiplicadora dos recursos expressivos, a variação linguística. Sua concepção de sintaxe, embora não exclua a variação, nem seja incompatível com ela, pode ser tomada com se se referisse a uma língua ou a um dialeto uniforme. No entanto, sabemos que as línguas naturais refletem em si a estrutura da sociedade em que são faladas, donde decorre que há formas de peso social diverso, e cuja sintaxe (em sentido amplo, como o de Morris, incluindo a morfologia e a fonologia) é variável segundo os grupos sociais. Parece absolutamente necessário incorporar também estes recursos explicitamente, de vez que não seria completa a assunção da enunciação como fato básico de linguagem sem considerar-se o valor que os falantes atribuem às formas concorrentes num determinado tempo e lugar.

O texto de Lahud significa para mim um resumo feliz da abordagem enunciativa da linguagem e ao mesmo tempo da oposição das línguas naturais aos sistemas formais. De fato, dado que numerosas elementos linguísticos são dêiticos (basta lembrar que o são os tempos verbais, sem os quais não há enunciados, a rigor) e que os dêiticos requerem condições pragmáticas para sua interpretação, embora evidentemente não sejam despidos de traços semânticos orientadores da interpretação, a posição de Lahud não pode ser desconsiderada, pelos dois fatores acima mencionados. Para o autor, os dêiticos são semanticamente inde-

terminados e só pragmaticamente determinados (p. 73). É a mesma posição de Franchi, que viemos de citar, embora em Franchi, por não assumir aquele autor uma semântica referencial, no sentido clássico, a questão da indeterminação dos dêiticos ganhe contornos diversos em relação aos que recebe nas teorias referenciais. Na hipótese de Franchi, esses elementos são semanticamente determinados e 'pragmaticamente' indeterminados. No entanto, como, nos discursos efetivos, a referência dos dêiticos, ou pelo menos daqueles que têm funções referenciais, como eu e tu, os advérbios de lugar, os chamados pronomes demonstrativos etc, é essencial, desconhecerei aqui os detalhes da posição de Franchi, da qual, aliás, só tenho conhecimento através de aulas e conferências.

Uma ressalva, no entanto, ao texto de Lahud. Ou melhor, uma explicitação. De alguma maneira, em seu trabalho estão supostas as condições felizes de enunciação, mas é necessário que se deixe claro que para os falantes elas não estão sempre claras. A abstração de Lahud é evidentemente lícita, mas não se pode desconhecer que nos discursos efetivos são numerosos os casos em que os elementos dêiticos não possuem uma univocidade garantida, pelo menos no que se refere aos efeitos pretendidos pelos interlocutores. Pode haver pressuposições (no sentido de condições de emprego, ver Ducrot 1972a) não coincidentes entre os interlocutores, o que exige, por isso mesmo, um ajuste na continuidade do discurso, que pode resultar, então, numa não ambiguidade final, ou seja, no perfeito entendimento entre os interlocutores.

Para ilustrar esta tese, considere-se o seguinte exemplo:
Situação: criança de sete anos, no momento de deitar-se, após escovar os dentes, mantém com o pai o seguinte diálogo:

F - Pai, você busca um copo da água?

P - Ô F., mas você acabou de escovar os dentes.

F - Mas água não dá cárie.

Ao ouvir esta resposta de F, P não entendeu a propósito de quê vinha este enunciado e demorou um certo tempo para atribuir-lhe o sentido 'intencionado' por F. é que a inferência que P. queria que F. tirasse de "você acabou de escovar os dentes" era "podia ter tomado água na torneira da pia para que P. não tivesse que buscá-la". No entanto, a inferência que F tirou foi "não se deve tomar água depois de escovar os dentes porque água dá cárie." Só esta interpretação, aliás, justifica o "mas" da resposta de F.

Este exemplo mostra a necessidade de negociação, tácita ou explícita, de maneira geral, nos diálogos. (P poderia perguntar a F. o que é que tem que ver escovar os dentes com água dar cárie e esperar uma explicação). Os exemplos seguintes se destinam a mostrar que esta negociação é necessária mesmo em relação aos dêiticos, dos quais se poderia postular (como o faz Lahud) que não são pragmaticamente ambíguos.

(1) Alguém bate à porta de A. Dá-se o seguinte diálogo:

A - Quem é?

B - Sou eu.

A - Eu quem? (a esta pergunta, B identifica-se enunciando seu nome).

(2) Diálogo entre A e B, dentro de sua casa:

A - Onde você tá?

B - Aqui.

A - Aqui onde? (a esta pergunta, B especifica com 'mais exatidão' o lugar onde está).

(3) No fim de uma festa, à uma hora da madrugada:

A - Vou embora porque amanhã tenho que levantar cedo.

B - Mas já é amanhã.

A - Não enche o saco, linguista!

(4) A - Onde é que você vai?

B - Vou levar isso lá pro rapaz.

(5) Ao telefone: A - Então vou passar aí logo.

(B espera que A passe logo, mas A demora um certo tempo, e, ao chegar:)

B - Mas você não disse que ia passar logo?

A - E não passei? Não faz nem meia hora que liguei.

O que estes enunciados mostram é que não é a ambiguidade semântica dos dêiticos, mas o fato de que os interlocutores não

partilham dos mesmos pressupostos que cria problemas para a interpretação. Uma das funções do discurso como ele ocorre em situações normais é a de, através de outros recursos expressivos, determinar o que restou vago num enunciado considerado previamente pelo locutor como de interpretação óbvia por parte do interlocutor, mas que não foi suficiente para ser interpretado exatamente. Como se vê, estes são casos em que o sistema semântico indica uma certa regionalidade de sentido que deve ser especificada através de recurso a outros fatores pragmáticos (por exemplo, podem ser decorrência de hábitos comuns entre interlocutores ou de uma explicitação posterior). Os locutores que enunciaram discursos como os dos exemplos acima não tinham intenção de deixá-los indeterminados. A condição de possibilidade de sua enunciação é a pressuposição de que tais enunciados são facilmente interpretáveis para o interlocutor. Especifiquemos rapidamente os problemas de cada um dos exemplos acima.

No exemplo (1), B joga com a pressuposição de que sua voz será reconhecida, ou, conforme o caso, de que se trata de uma pessoa esperada, que quem atende se dá conta de que só pode tratar-se de quem está sendo esperado, etc. Evidentemente, uma pessoa que visita pela primeira vez uma casa para, digamos, vender uma enciclopédia, não responderá "Eu" a uma solicitação para que se identifique. No exemplo (2), o jogo que B faz ao responder simplesmente "Aqui" pode ser considerado óbvio que A se orientará pela voz, identificando o local de origem, ou que considere claro que a determinada hora B está em determinado lugar (o seu lugar), o que evidentemente poderia dispensar a perguntar de A.

Num exemplo como (3), o problema reside em duas interpretações de *a manhã*. É uma questão de medida do tempo: para A, pelo menos neste enunciado, *amanhã* é entendido como "depois de dormir", com base nos hábitos gerais segundo os quais, pelo menos, dorme-se entre um dia e outro; para B, também pelo menos neste diálogo, e talvez jocosamente, *amanhã* começa à zero hora. É a partir destes critérios parcialmente excludentes de medida do tempo que B pode responder a A o que responde. Esta possibilidade de dupla interpretação do dêitico em questão não impede a comunicação entre A e B.

Exemplo (4) é um pouco mais complexo, porque os elementos indeterminados são mais numerosos (*lá*, *isso* e *rapaz*). A ocorrência de *isso* supõe que B ou esteja vendo o que A vai "levar lá" ou que, dada a resposta (insuficiente por si, em termos referenciais), B olhe para o que está nas mãos ou perto de A. O uso de *lá* e *rapaz* para informar onde A vai e para quem vai levar o objeto identificado por *isso* (o que, aliás literalmente, não foi perguntado) pressupõe, por parte de B, que A seja capaz de estabelecer alguma conexão entre o objeto, o local e a pessoa a quem o objeto se destina. Respostas deste tipo são muito frequentes quando, em ocasião anterior (em geral relativamente próxima), houve algum diálogo em que, pelo menos o rapaz de que aqui se fala foi identificado suficientemente.

Casos como o de (5) são muito comuns em uma cultura como a nossa em que a questão do horário não é concebida à moda britânica. Para alguns, na verdade muito poucos, *logo* significa "imediatamente"; para outros, nem tanto, podendo o espaço de tempo recoberto por esta expressão, utilizada em contextos se-

melhantes ao exemplificado, variar entre alguns minutos e, digamos, uma hora. Obviamente, a questão depende também da distância física existente entre A e B no momento em que falem. Se um estiver em São Paulo e outro em Campinas, por mais literal que B seja, sabe que deverá aguardar no mínimo cerca de duas horas. Se forem vizinhos, no entanto, A tem o direito de esperar B em alguns minutos, a não ser que A saiba que B pertence ao grupo para o qual a diferença entre logo e agora é muito grande.

(6) Considerem-se frases como

- a) Amanhã há de ser outro dia.
- b) Hoje se vive muito melhor.
- c) Agora o país vai bem.

Exemplos como os vários de (6) são casos em que a dêixis é certamente tomada por todos como recobrimdo longos lapsos de tempo, sempre com base no presente, mas não da mesma forma como se dá com a oposição entre amanhã e depois de amanhã, por exemplo. Isto é, amanhã, hoje e agora claramente não significam no próximo dia, o dia de hoje e neste momento.

Estas interpretações seriam, a rigor, incompatíveis com o restante da expressão em que aparecem. Tome-se o caso (6) c): dadas as dimensões de um país, em geral, e o tempo necessário para que alguma coisa mude efetivamente, seria praticamente impossível entender agora por contraste com "há alguns minutos",

como poderia ser o caso se em vez de o país tivéssemos o doente. Isto é, as próprias condições de interpretação semântica dos enunciados nos levam a interpretar os dêiticos numa dimensão temporal ou espacial, como nestes casos, numa escala bem mais ampla que a dos minutos e dos centímetros. Evidentemente, as condições da enunciação colaboram enormemente para esta interpretação indicada pelo componente semântico. Se alguém, da Terra, está se comunicando com um astronauta na lua e perguntar: "como estão as coisas aí", aí não precisa significar exatamente o local onde o astronauta está, mas pura e simplesmente a lua, por oposição a aqui, que não significa o lugar onde está sentado, mas a terra.

Esses exemplos mostram, em primeiro lugar, que não basta uma instância de enunciação concreta para que um dêitico seja pragmaticamente unívoco. É preciso, para que isso ocorra, que as condições de emprego sejam as melhores possíveis. Caso haja qualquer fator "perturbador" (como, por exemplo, uma certa distância ou algumas paredes entre os interlocutores), para que se atinja a univocidade é necessária uma mobilização de outros elementos de discurso, com a função de interpretantes. Isso do ponto de vista de interpretação. Já do ponto de vista das condições de produção, jogam fatores que se poderiam unificar sob o nome da pressuposição (de ser reconhecido, de que se partilha um quadro cultural idêntico, de que o interlocutor leva em consideração discursos prévios, etc.).

Ao buscar definir o valor constante dos elementos dêiticos pode-se realmente chegar à conclusão de que eles são até mais

determinados do ponto de vista semântico do que itens lexicais que denotam classes, desde que não se assumam um ponto de vista referencial. Mas, para a interpretação dos dêiticos no discurso, é necessário mobilizar fatores pragmáticos para identificação da referência. A utilização prática da linguagem exige frequentemente a identificação unívoca das relações de referência envolvidas.

Para ilustrar este fato, considere-se o seguinte experimento: suponha-se uma sociedade perfeita sob todos os pontos de vista, exceto pela existência de cleptomaníacos. Mas, mesmo eles, sob outros pontos de vista, comportam-se como os demais cidadãos, inclusive respeitando todas as leis, uma das quais foi elaborada visando sua recuperação, e que consiste em obrigar o cleptomaníaco a deixar uma pista para que possa ser identificado. Suponha-se, mais, que um destes desajustados roube um objeto qualquer e, tendo mantido um certo senso de humor, deixe a seguinte pista: "Quem roubou X fui eu". Dado que a pista é linguística, nada mais justo que os linguistas sejam designados para descobrir o autor do roubo. Do ponto de vista semântico, o caso estaria resolvido identificando-se o ladrão ao autor do bilhete. Mas, evidentemente, esta não seria uma solução policialmente satisfatória, mesmo numa sociedade perfeita.

Deter-me-ei um pouco mais longamente no texto de Osakabe por se tratar, como disse, do ponto de partida para a definição do meu objeto de trabalho, a noção de discurso. Destacarei cada aspecto dos mencionados pelo autor na sua definição, quer para

deixar explícito seu pensamento, quer para eventuais acréscimos e alterações e colocação de dúvidas.

A) "maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu". Não há, certamente, discurso sem interação. O que pode variar são as marcas desta interação, a depender de coisas como o canal utilizado (telefone ou carta, p. ex.), a modalidade (escrita ou oral), o assunto (um problema pessoal ou um ensaio sobre semântica) etc. Certamente há maior participação na relação face a face, vale dizer, basicamente oral, porque a presença do interlocutor colabora mais decisivamente na forma do discurso emitido. Pesquisas sobre a oralidade mostram isso claramente, seja porque numerosos elementos típicos da escrita desaparecem, seja porque numerosos elementos típicos da oralidade se manifestam.

Há maior participação marcada do eu e do tu no que Benveniste chama de discurso o que no que ele chama de história, embora, segundo observa o mesmo Osakabe, não deixe de existir interrelação ou subjetividade na história (1979, 20). Além disso, há mais explicitude na marcação destas relações num diálogo que num monólogo, (Benveniste, 1970).

Em todos os casos há marcas de tal relação, mesmo que estejam ausentes certas marcas exemplares (como os dêiticos), porque há numerosas outras maneiras de marcar as relações de intersubjetividade (o estilo, por exemplo, isto é, os recursos expressivos escolhidos, que não são iguais, em geral, se varia o assunto, o interlocutor, o canal, etc).

b) "presença dos indicadores de situação". Certamente há mais numerosos destes recursos no discurso do que na história, retomando a distinção de Benveniste, porque nesta o tempo do enunciado não coincide com o tempo de enunciação, o falante não está imerso na situação, o fato não se passa onde ele está, o interlocutor não está presente. Tudo isso faz, inclusive, que o discurso da história seja mais determinado semântica e sintaticamente, isto é, em geral é mais explícito.

Há certamente mais indicadores de situação no discurso oral que no escrito, basicamente pela mesma razão acima apontada, isto é, em resumo, pela ausência do interlocutor no último.

c) "... o discurso é necessariamente significativo...", i. é, não há discurso que não produza algum efeito. Talvez esta seja a marca fundamental do discurso. Sem significação, não há razão para ele. O que não quer dizer que a significação seja imediatamente percebida, esclarecida. Pode necessitar de ajustes até mesmo de sistemas de referência, e certamente numerosas vezes, de acréscimos, explicitações por parte dos interlocutores. Todos esses mecanismos trabalham em favor da significação, é muito provável que discursos que ocorrem entre interlocutores em seus primeiros contatos sejam mais determinados sintática e semanticamente, isto é, que façam menos apelo a conhecimentos partilhados que colaborem da determinação das significações. Vale observar que a explicitação de certos traços relativos a pessoas que mal conhecemos (é professor, estuda em tal lugar, etc) servem para que o interlocutor constitua uma imagem com a qual possa minimamente trabalhar para produzir discursos mini-

mamente adequados, significativos. A chamada função fática, de Jakobson, tem neste sentido um papel fundamental da interrelação linguística.

d) Assumo que "o discurso tem sua semanticidade garantida situacionalmente..." porque a semanticidade garantida situacionalmente é a que parece ser a mais típica, no que se refere às línguas naturais. Não que isso signifique postular a impossibilidade de uma semântica que explicita as contribuições incrustadas nas expressões enquanto tais para a significação, mas apenas que as línguas naturais não são da natureza dos sistemas formais, cuja semanticidade é dada por definições explícitas. O que Bernstein chama de código elaborado, linguagem das classes superiores inglesas, por oposição ao código restrito dos operários, não é, na verdade, um código mais elaborado, é, talvez, um código mais explícito em termos exclusivamente linguísticos, enquanto que o chamado código restrito é certamente mais dependente do contexto. Pelo menos em línguas e em sociedades como as nossas, dados que seriam chamados de código elaborado têm uma aproximação maior com a escrita e partilham de muitas de suas características, enquanto o chamado código restrito se diferencia dele apenas por um maior apelo às informações do contexto, não sendo lícitas, portanto, conclusões apressadas sobre a capacidade mental maior ou menor dos usuários de um ou de outro. Porque se a nossa tradição escolar prefere a 'clareza' da elocução, poder-se-ia argumentar que se exige mais inteligência para entender o que não está dito do que para entender o que está dito... Na verdade, o discurso que exige maior participa-

ção do contexto é apenas menos determinado sintática e semanticamente, e só uma concepção de língua que não inclua os interlocutores pode considerar que os discursos contextualizados são menos capazes de expressar significação. A determinação é a exceção, não a regra, nas línguas naturais, e é mais marcada na tradição da escrita, porque ela foi inventada para a comunicação à distância, no tempo e/ou no espaço, e para isso teve que desenvolver mecanismos especiais da explicitação, desnecessários para parceiros face-a-face.

Mas, mesmo textos escritos e muito explícitos necessitam de uma garantia adicional para sua interpretação. Basta lembrar a necessária situação história para se ler adequadamente, digamos, Aristóteles ou (os primeiros livros de) Chomsky.

Veja-se, a propósito, a análise que faz Eco do trabalho necessário para o leitor de uma passagem como a abaixo, aparentemente transparente:

(7) A monja de Monza era solteira, mas não lhe dava pejo o prazer de violar o voto de castidade.

"implica um bom número de ... "presuposições"... Ao nomear a Monja de Monza pressupõe-se que em algum mundo exista um indivíduo que responde a esta descrição definida (e antes antonomástica);... Dizendo que era solteira, pressupõe-se que não fosse casada, mas isso é um processo de **entailment** ou implicação, que responde a regras diversas e depende de postulados de significado. Para ligar o

pronome *Ihe* à Monja, cumpre acionar um processo dito então pressuposicional, mas que é de co-referência. Para determinar que o voto de castidade (pressuposto como já determinado em virtude do artigo determinativo) se refere a sua qualidade de ser solteira, é preciso acionar mais uma vez uma co-referência, pressupondo, porém, uma regra enciclopédica para a qual as monjas proferem um voto que as compromete em dois sentidos: a não casar-se e a não ter relações sexuais - o que obriga, além disso, a ver a diferença componencial entre *solteira* e *casta* e a especular em torno de implicações verdadeiras ou falsas (não é verdade que todas as solteiras são castas, tampouco é verdade que todas as castas são solteiras, porém é verdade que todas as monjas são solteiras, ao passo que violar a castidade implica ter relações sexuais, etc.). Além do fato de que aquele *mas* obriga a pressupor corretamente o *topic...*" (1979:12).

e) Aceito, como o autor, que qualquer entidade maior que a frase constitui um discurso (desde que seja significativa...), porque a articulação de mais de uma frase numa unidade maior depende do sujeito, em primeiro lugar, porque é ele que encaixa de certo modo, e, por outro, depende de regras (se assim podem ser chamadas) das quais a sintaxe e a semântica, como as conhecemos, não conseguem fornecer as condições de produção e

de interpretação à moda de regras explícitas. Um argumento pelo avesso a favor desta postulação é que a linguística não se ocupa tradicionalmente de unidades maiores que a frase, fato que depõe a favor de sua natureza discursiva e não "gramatical". Mas, não se pode esquecer que uma só frase (ou até menos que isso) pode constituir um discurso, se o for por sua natureza, isto é, se implicar em interação, em significado, em apelo à situação, etc.

f) os brancos semânticos são um critério de delimitação extremamente problemático, porque, por exemplo, há uma enorme diferença entre uma sequência constituída por uma pergunta e uma resposta, cada uma delas enunciadas por um locutor distinto, e uma sequência em que dois interlocutores enunciam duas sequências que poderiam perfeitamente ser produzidas pelo mesmo locutor, em vista de sua articulação discursiva. Por exemplo: "A inflação está insuportável" e "E além disso, a pouca chuva cria problemas com os preços dos produtos agrícolas" (ver Geraldi, Ilari e Guimarães, 1985).

Talvez a tentativa de delimitar o discurso por sua extensão seja uma tarefa menos importante hoje, principalmente se se admitir que sempre há discurso, isto é, que não se chama de discurso apenas a uma entidade linguística que vá além da sintaxe e da semântica, mas que tem sintaxe, semântica e algo mais, esse algo mais sendo, inclusive, com certa frequência, o articulador da sintaxe e da semântica do discurso.

Mas, obviamente, fugir da definição do átomo essencial de um objeto pode parecer simplesmente a demonstração de que este

objeto não está configurado. Talvez seja isto que ocorre com o discurso, a respeito do qual as tentativas de teorizar não tiveram, ainda, o mesmo sucesso que as relativas a campos como a fonologia e a sintaxe. Talvez valha a pena, por isso, explorar a tentativa operada por Foucault em *A arqueologia do saber*. Embora ele não seja linguista, como seu objetivo é descrever certas propriedades de certos discursos (os das ciências do homem), sua pesquisa se aproxima necessariamente da dos linguistas interessados no discurso. Consideremos, pois, seu conceito de enunciado, do qual diz Deleuze (1986) que "implica numa pragmática da linguagem capaz de renovar a linguística". Tentemos, então, assimilá-lo.

Foucault desqualifica previamente alguns possíveis objetos como elementos básicos do discurso. Começa por deixar de lado unidades como o livro e a obra por razões que seria demasiado longo citar, mas que constituem sua destruição enquanto unidades; em seguida deixa de tomar como princípio de unidade as leis de construção ou a situação do sujeito que fala; depois, ainda, deixa de relacionar o discurso "ao solo inicial de uma experiência" e "à instância a priori de um conhecimento" (89), para dizer que se deve interrogar o próprio discurso sobre as regras de sua formação. E afirma que o objeto a descrever são os enunciados. Mas, esse termo tão conhecido não significa, para Foucault, o que significa para os linguistas, nem tomado por oposição a enunciação, nem como seu sinônimo. Partilha de características com certas unidades conhecidas dos linguistas, mas não é nenhuma delas. Veremos que contém algo do conceito de

enunciação, mas esse conceito precisaria ser alargado para cobrir toda a gama dos enunciados tais como considerados por Foucault. O autor começa por dizer o que um enunciado não é:

1) **não é uma proposição**: pode haver enunciados sem que haja proposições e nem todas as proposições são enunciados. Exemplifica: "ninguém ouviu" e "é verdade que ninguém ouviu" não são duas proposições diferentes, e, no entanto, enquanto enunciados, não se equivalem nem se podem intercambiar. "Não se podem encontrar em um mesmo lugar no plano do discurso, nem pertencer exatamente ao mesmo grupo de enunciados". Se encontramos a fórmula "ninguém ouviu", sabemos que se trata de uma constatação; se encontramos a segunda, sabemos que se trata de um monólogo interior, de uma discussão muda, uma constatação consigo mesmo, ou um fragmento de diálogo. "A mesma estrutura proposicional, mas caracteres discursivos bastante distintos" (91). "Pode haver, ao contrário, formas proposicionais complexas e redobradas, ou, ao contrário, proposições fragmentárias e inacabadas onde evidentemente se trata de um enunciado simples, completo e autónomo" (91-2). Exemplifica com "O atual rei da França é careca", um só enunciado, mas duas proposições.

2) **não é uma frase**: a equivalência não pode ser aceita porque, embora muito provavelmente todas as frases possam ser enunciados, nem todos os enunciados são frases. Sua definição de frase tem um sabor fortemente gerativista, pois é com noções como gramaticalidade, aceitabilidade e interpretabilidade que se refere a ela. Alguns exemplos de enunciados que não são frases, para Foucault: uma conjugação verbal, numa gramática; um quadro classificatório das espécies botânicas (que é constituído

de enunciados, mas não é feito de frases); um livro contábil, uma árvore genealógica. Ainda mais: uma equação de enésimo grau, uma fórmula algébrica: se possuem gramaticalidade, não se trata da mesma atribuível à frase. Um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades: as frases que as acompanham são comentários ou interpretação, não um equivalente. Prova é que muitas frases são necessárias para equivaler a um desses enunciados (92-3).

3) não é um ato de fala, embora esta comparação possa ser a mais verossímil de todas, segundo ele próprio. O ato ilocucional, ou ato de fala, se define pelo que uma fórmula é capaz de fazer: uma promessa, uma ordem, um decreto, etc. Enfim, o que "se produziu pelo ato mesmo de ter sido enunciado - e precisamente este enunciado" (94). "Pode-se, então, supor que a individuação dos enunciados depende dos mesmos critérios que a demarcação dos atos de formulação: cada ato tomaria corpo em um enunciado, cada enunciado seria, internamente, habitado por um desses atos" (94). Mas essa correlação não se mantém, porque um ato de fala exige às vezes mais de um enunciado (como num contrato ou numa prece), fórmula distintas, frases separadas. Um ato de formulação não define um enunciado, mas deveria ser, ao contrário, definido por este. Além disso, certos atos ilocucionais só podem ser considerados como acabados em sua unidade singular se vários enunciados tiverem sido articulados, cada um no lugar que lhe convém. Não há, pois, relação bi-unívoca entre enunciados e atos ilocucionais (95).

Em suma, nem os critérios da lógica, nem os da gramática, nem os da "análise" servem: são por demais 'numerosos e pesa-

dos' para definir o enunciado.

Segundo Foucault, às vezes um enunciado se ajusta a uma dessas entidades, mas isso não é constante: encontram-se enunciados sem estrutura proposicional; enunciados onde não se reconhece a frase; e mais enunciados do que atos de fala. "Como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado da determinação, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras; como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos, mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição" (95). Para os casos que acabamos de ver, "nunca passa de suporte ou substância accidental: na análise lógica, é o que "resta" quando se extrai ou define a estrutura da proposição; para a análise gramatical, é a série de elementos linguísticos na qual se pode reconhecer, ou não, a forma de uma frase; para a análise dos atos de linguagem, aparece como o corpo visível no qual eles se manifestam. Em relação a todas essas abordagens descritivas, desempenha o papel de um elemento residual, puro e simples de fato, de material não pertinente" (95-6).

O que é, então, um enunciado, para Foucault? Positivamente, a tentativa de defini-lo é dizer que "seria necessário admitir que há enunciado desde que existam vários signos justapostos - e por que não, talvez? - desde que exista um e somente um". Assim, "basta que haja signos para que haja enunciado" (96). Mas, pergunta Foucault, que estatuto dar a este **haja**?

Enunciados não existem no sentido em que uma língua existe. Uma língua não existiria sem enunciados, mas nenhum deles é indispensável para que uma língua exista. Uma língua existe co-

mo possibilidade de descrição de enunciados, por um lado, e, por outro, é obtida a partir de enunciados. Mas "não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há línguas" (97). Um enunciado deve aparecer.

Não basta, entretanto, que os signos apareçam para que haja enunciado. O teclado de uma máquina de escrever não é um enunciado, mas a mesma série de letras - A,Z,E,R,T - enumerada num manual de datilografia é um enunciado: o da ordem alfabética adotada nas máquinas francesas (98). Então, não se requer uma construção linguística regular, mas também não basta qualquer emergência de signos "no tempo e no espaço para que um enunciado apareça e passe a existir" (98).

Ainda sem dar uma resposta clara à exigência de definição de enunciado Foucault diz que se pode

"delimitar o problema: o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; (...) mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Mas em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem; e para que se possa dizer se a frase está correta (...), se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado. (...). O enunciado não é, pois, uma estrutura(...); é uma função de existência que pertence, ex-

clusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de quê são signo, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação... Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis, e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço" (98-9). (grifos meus).

Para que uma série de signos se torne enunciado é necessário que tenha com "outra coisa" uma relação específica "que se refira a ela mesma - e não à sua causa nem a seus elementos" (101). Isto é, um enunciado é formulado por alguém e enuncia algo. Mas a relação do enunciado com esta "outra coisa" não é nem da ordem da designação (como um nome), nem da referência (como uma proposição) nem da ordem da relação entre uma frase e seu sentido. O que isso significa?

Se um enunciado é composto, digamos, de um nome, não tem com o que enuncia a mesma relação do nome com o que designa ou significa: seu sentido se define por regras de utilização, ele (o nome) se define por sua possibilidade de recorrência. "Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento; e a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização. Trata-se de uma relação

singular; se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece - as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado" (101-2).

A relação entre um enunciado e o que enuncia também não é da ordem da relação entre a proposição e seu referente. Assim, "o atual rei da França é careca" só "carece de referente na medida em que supõe que o enunciado se refere ao mundo da informação histórica de hoje" (102). Por isso, é preciso saber a que se refere o enunciado, qual seu espaço de correlações, para poder-se dizer se uma proposição tem ou não referente. E tal espaço e tais correlações mudam se se trata de um romance ou de uma notícia de jornal (102).

A relação de um enunciado e o que enuncia também não é igual à de uma frase e seu sentido. "É no interior de uma relação enunciativa determinada e bem estabilizada que a relação de uma frase com seu sentido pode ser assinalada" (103). Mesmo que as frases não tenham sentido, não estão privadas de correlações, enquanto enunciados. Considere-se o famoso exemplo de Chomsky "Incolores idéias verdes dormem furiosamente", que não tem sentido, mas que tem as seguintes correlações que estabelecem uma certa relação entre o enunciado e o que ele enuncia: as condições em que as idéias jamais são coloridas nem incolores, por um lado, e as que permitem falar de uma organização sintática desprovida de sentido, correlações concernentes ao plano da língua, suas leis e suas propriedades. "Por mais que uma frase não seja significante, ela se relaciona a alguma coisa, na medida em que é um enunciado" (103).

O correlato de um enunciado é, pois, não uma designação, uma referência ou um sentido, mas "um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas" (104).

"O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível **enunciativo** da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico" (104).

Em resumo, parece que se pode dizer que, para Foucault, é enunciado tudo o que é efetivamente formulado e que faça sentido. As duas qualidades devem andar juntas. E fazer sentido deve ser entendido como estabelecendo e obedecendo a um conjunto de condições enunciativas capazes de precisar de que sentido se trata. Especialmente duas das características do enunciado como definido por Foucault são essenciais: que não se confunda com uma frase, ou mesmo com um segmento dela, como "perfeitamente" ou "eu também", mas que se aproxime até de signos não verbais. Exemplos de Foucault como equações matemáticas, árvores genealógicas, que não se constroem como enunciados das línguas naturais, permitem postular, como enunciados, signos não verbais,

como sinais de negação ou afirmação, de "tudo bem", caretas de desagrado, enfim, todos os gestos convencionais que contribuem efetivamente, como se fossem (como são) enunciados reais na economia do discurso oral entre interlocutores face à face.

A segunda característica do enunciado foucaultiano que interessa sobretudo ressaltar é a de sua **materialidade** e sua necessidade de **acontecer** num campo enunciativo determinado.

Depois desta longa digressão, voltemos ao texto de Osakabe. Sem dúvida, sua tentativa de definir um discurso, em sua extensão, pelo critério dos brancos semânticos exige que se considerem condições muito especiais: um gesto significativo não é um branco semântico, mas um turno real de interlocução, que condiciona a retomada da fala pelo primeiro interlocutor.

A tentativa de Osakabe, historicamente datada, paga claramente um tributo ao fato de que tentou buscar, nas formulações anteriores, e manter na sua, todos os elementos que lhe parecessem relevantes para uma definição de discurso. Em outra época e em outras condições, fica claro que necessidade como esta podem ser desconsideradas.

Capítulo 6

Discurso no texto: alguns exemplos

"A questão própria à análise do discurso poderia ser assim formulada: qual é essa irregular existência que surge no que se diz e em nenhum outro lugar?" (Foucault).

Dado o caráter deste trabalho, não me preocuparei em confrontar diversas concepções de texto para verificar em seguida se existe uma mais compatível com a concepção de discurso que aqui se adota. Remeto a uma, não porque é necessariamente a melhor, mas pelo fato de ela facilitar a seleção de alguns dados para análise. Tomarei a noção de texto exposta em Halliday e Hasan, *Cohesion in English* (1976), (doravante, H&H). O objetivo é apenas, na verdade, utilizar a concepção dos autores como auxiliar na seleção de alguns pontos que, me parece, merecem uma visada da análise do discurso. Como se trata de uma abordagem bem conhecida, dispenso-me de apresentar-lhe detalhes.

Dos mecanismos coesivos tratados pelos autores, considerarei apenas a referência, a elipse e a coesão lexical. A substituição oferece interesses menores a uma abordagem alternativa e as conjunções me levariam para um campo excessivamente largo.

Utilizo, como ponto de partida, um texto de jornal (ver anexo), no qual assinalo alguns elementos pertinentes para uma

O amigo

01- Esses poucos dias de ausência do general Figueiredo
02-serviram, entre outras coisas, para reafirmar que o cemité-
03-rio está cheio de pessoas insubstituíveis. Duas semanas,
04- apenas, mostram que o Presidente faz apenas falta normal e
05-ajudam a destruir o mito custosamente fabricado (inclusive
06-no sentido financeiro), segundo o qual o Brasil só não esta-
07-va perto do fim devido ao trabalho sobre-humano do enfermo
08-convalescente em Cleveland. Tudo continuou como dantes, no
09-quartel de Abrantes, e, em matéria de trabalho no Planalto,
10-o presidente Aureliano Chaves anda até esfalfando o pessoal
11-da cúpula, habituado ao ritmo dos aristocratas em decadên-
12-cia. Mais um pouco, e sem novo esforço de propaganda, sobre
13-a nudez crua da incapacidade, começará a estender-se o manto
14-do esquecimento.

15- Talvez por isso o general Medeiros, acompanhante mi-
16-nisterial único do primeiro chefe de governo a obter licença
17-por tempo indeterminado, tem sentido necessidade de falar à
18-imprensa, e, mesmo, de divulgar antigas conversas, aparente-
19-mente porque o chefe do SNI acha que chegou a hora de impe-
20-dir eventual perda de espaço de seu pequeno grupo. O que tem
21-feito merece atenção.

22- Sem qualquer apoio médico, logo após a implantação das
23-pontes em Figueiredo, saiu-se Medeiros com a estapafulúrdia
24-declaração de que o general-presidente poderia reassumir o
25-cargo no prazo de 30 dias, o que pôs à mostra nova categoria
26-de acodados. A tirada parece ter desagradado a colegas de
27-Ministério, tanto que o brigadeiro Délio Jardim, abandonando
28-seu gosto de fazer logogrifos, falou com autoridade de safe-
29-nado para dizer que pelo menos dois meses são recomendáveis,
30-para recuperação.

31- Foi então o chefe do SNI falar de outra freguesia. Por
32-ele ficamos sabendo - e não pelo ministro do Exército - que
33-o general Newton Cruz, que terá de voltar às Fileiras por
34-decisão limitativa dos prazos de ausência da tropa, será no-
35-meado comandante militar do Planalto, assunto que era tido
36-como ultrapassado, em vista de fortes resistências à idéia,
37-na área própria. Uma das possíveis interpretações para o as-
38-sunto é que Medeiros, nos Estados Unidos, tenta conseguir
39-reforçar a influência pessoal sobre o general Figueiredo.

40- Assim chegamos a novo e final episódio, que é o alarde
41-desse prestígio. Desmentindo qualquer responsabilidade de
42-sua organização no aparelho de escuta posto na sala de Fi-
43-gueiredo, pergunta o chefe do Serviço Nacional de Informa-
44-ções: - "Por que haveria de procurar saber sobre o que con-
45-versa o Presidente, se ele já me conta tudo?" A desatualiza-
46-ção da entrevista em que consta essa declaração (redigida em
47-março, ela só agora foi liberada), sugere que a postura de
48-confidente passou a ser de exagerado interesse. A não ser
49-que se ache que Otávio Medeiros quis, apenas, ressaltar que
50-"nunca fizemos nada que não fosse com a prévia autorização
51-do presidente Figueiredo", inclusive, é claro, a cobertura a
52-Baumgarten e o uso de agentes do SNI para pedir anúncios pa-
53-ra a revista "O Cruzeiro". Afinal, cada um tem os amigos que
54-faz. (Newton Rodrigues, em Folha de S. Paulo de 25/07/83)

análise à moda de H&H. Considero alguns dos casos mais de perto e, em seguida, apresento outros exemplos dos mecanismos coesivos considerados.

Listo abaixo os elementos de coesão que me interessam em "O amigão", para dar uma idéia do tratamento de um texto segundo essa ótica. À esquerda estão os elementos que pressupõem outros para sua interpretação, à direita, os pressupostos. Os números entre parênteses referem-se às linhas numeradas no texto, para mais fácil identificação. O objetivo principal será enfatizar alguns fenômenos de correferência.

1. Referência:

1.1. Anáforas:

- a) o qual (6) - mito custosamente fabricado (5)
- b) isso (15) - toda a parte do texto anterior, de (1) a (14)
- c) seu (20) - o chefe do SNI (19)
- d) o que (25) - estapafúrdia declaração... 30 dias (23-24)
- e) ele (32) - O chefe do SNI (31)
- f) ele (45) - o chefe do Serviço Nacional de Informações (43-44)
- g) ela (47) - a entrevista (46)

1.2. Repetição

- a) o chefe do SNI (31) - O chefe do SNI (19)
- b) o general Figueiredo (39) - O general Figueiredo (1)

2. Elipse

- a) ---? reafirmar (2) - esses dias ... Figueiredo (1)
- b) --- ajudam (5) - Duas semanas (3)
- c) ---?destruir (5) - duas semanas (3)
- d) ---?habituação (11) - o pessoal da cúpula (10-11)
- e) ---?falar (17) - general Medeiros (15)
- f) ---?divulgar (18) - general Medeiros (15)
- g) ---?impedir (19-20) - O chefe do SNI (19)
- h) --- tem feito (20-21) - o chefe do SNI (19)
- i) ---?abandonando (27) - brigadeiro Délio Jardim (27)
- j) ---?dizer (29) - brigadeiro Délio Jardim (27)
- l) --- ficamos sabendo (32) - nós
- m) ---?conseguir (38) - Medeiros (38)
- n) ---?reforçar (39) - Medeiros (38)
- o) ---?desmentindo (41) - o chefe do Serviço Nacional de Infor-
mações (43-44)
- p) --- haveria de procurar (44) - (ele) O chefe do Serviço ...
(43-44)
- q) ---?saber (44) - eu (depreensível do fato de ser citação)
- r) ---?ressaltar (49) - Otávio Medeiros (49)
- s) --- fizemos (50) - (nós)
- t) ---?pedir (52) - (eles) agentes do SNI (52)

3. Coesão léxica:

- a) o presidente (4) --- (o general Figueiredo) (1)
- b) o enfermo convalescente em Cleveland (7-8) --- o general Fi-
gueiredo (1)

- c) o primeiro chefe do governo a obter licença por tempo indeterminado (16-17) --- o general Figueiredo (1)
- d) o chefe do SNI (19) --- general Medeiros (15)
- e) Figueiredo (23) --- o general Figueiredo (1)
- f) o general-presidente (24) --- o general Figueiredo (1)
- g) a tirada (26) --- a estapafúrdia declaração ... 30 dias (23-24)
- h) assunto (35) --- o general Newton Cruz ... Planalto (33-35)
- i) o assunto (37-38)--- Por ele ficamos sabendo ... Exército (32-33)
- j) esse prestígio (41) --- influência pessoal (39)
- l) Chefe do Serviço Nacional de Informações (43) --- o general Medeiros (15)

O levantamento dos elementos de coesão que acima estão listados revela bem o tipo de análise que se pode fazer de um texto a partir desses mecanismos. À primeira vista, parece que não passa de uma lição de leitura. Na verdade, é a isso mesmo que o levantamento se destina, na visão de H&H, já que o texto é concebido como uma unidade semântica. Sabemos que Halliday atribui três funções à linguagem: a ideacional, a interpessoal e a textual (Halliday, 1976). No trabalho que vimos citando, está sendo posta em evidência a função textual, mas, evidentemente, as funções não estão isoladas; elas se superpõem, tanto que se exige do texto que seja situacionalmente apropriado, o que envolve claramente a função ideacional e, em especial, a interpessoal.

Por causa dessa superposição das funções, é possível ir além da mera lição de leitura, em sentido estrito, para se verificar, por exemplo, de que maneira os próprios elementos coesivos exercem um papel na função ideacional (na medida em que não são sinônimos estritos, como se verá) ou na função interpessoal (por exemplo, que tipo de pressuposições estes elementos fazem em relação não só a seus antecedentes, mas também em relação aos interlocutores do texto). Num outro nível, poder-se-ia, talvez, com base num levantamento dos elementos de correferência preferidos por um locutor, estabelecer uma das marcas de seu estilo. Para exemplificar: em cento e cinquenta narrativas orais pesquisadas encontrei este dado curioso: a coesão léxica está praticamente ausente (pode-se concluir?) da oralidade, exceto por casos como "o cara", "o homem", etc, que, a rigor, são mais propriamente pronomes, isto é, anafóricos, do que outros nomes com certa relação semântica com os termos que correferem. Seria, então, a coesão léxica uma das características do 'estilo escrito'?

Foucault (1968) diz que, ao contrário da de uma gramática, a questão que o discurso coloca é: como um enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar? (23). Creio que se pode tomar esta questão como guia e perguntar, a cada um dos elementos de coesão, porque um deles apareceu e nenhum outro em seu lugar. Transforma-se, assim, a questão do texto em uma questão de discurso. É que não se trata mais, apenas, da questão do sentido, do papel semântico do elemento correferente, mas de suas condições de aparecimento. Claro, interessa saber o que significa. Mas, antes de mais nada, se podem aparecer vários elementos e

um deles aparece, excluindo os outros, poderemos perguntar: em que condições, a partir de que representações, com que efeitos, com que finalidade está aí?

Para responder a esta questão deve-se ultrapassar o problema semântico para colocar-se no nível do processo de enunciação de um discurso determinado a um interlocutor num contexto determinado.

Verifiquemos sucessivamente a função discursiva dos elementos coesivos, seguindo a ordem exposta em H&H. Analisemos em primeiro lugar exemplos do texto acima, acrescentando outros em seguida, para confirmar as hipóteses ou para alargar o espectro da análise. Como se assume que cada enunciado é único, não haverá aqui nenhuma intenção de esgotar os problemas; apenas de assinalar os que parecem gerais e recorrentes dentro do quadro de referência que se está aqui comentando.

Referência

H&H dividem a referência, como mecanismo de coesão, em dois sub-tipos, conforme o elemento gramatical, ou lexical e gramatical, utilizado. Tratarei dos dois tipos simultaneamente, mas também opondo-os como possibilidades, para tentar inferir da escolha uma questão de estilo e uma questão de imagem. Mas, verifiquemos, primeiro, os exemplos de referência encontrados no texto "O amigão".

Os casos de repetição são auto-evidentes. A ocorrência em (39) de "o general Figueiredo" tem, claramente, a mesma referência que a mesma ocorrência em (1). Só quanto a esta primeira

ocorrência se poderia colocar algum problema, mas não em termos textuais, e sim discursivos. A ocorrência de "o general..." em (1) supõe uma referência única e sua identificação é imediata para qualquer leitor do texto na época de sua veiculação. O mesmo se pode dizer da ocorrência de "o chefe do SNI" em (31), repetindo (19). O eventual problema de interpretação só pode dar-se em (19), onde se exige a capacidade do leitor de identificar "o chefe do SNI" e "o general Medeiros" em (15). A repetição é, sem dúvida, o mecanismo de correferência que menores problemas causa para a interpretação. O único pressuposto que o locutor deve fazer em relação a seu ouvinte é que ele procure em seu conhecimento do contexto ou do co-texto identificar a referência do nome determinado.

Os anafóricos colocam problemas mais complexos. Veja-se, a título de ilustração, a seguinte passagem de **Alice no país das maravilhas**. "Guilherme, o Conquistador, cuja causa foi favorecida pelo Papa, logo obteve a submissão dos ingleses... se tinham habituado à usurpação e à conquista. Edwin e Morcar, condes de Múrcia e Nortúmbria (...) pronunciaram-se a favor dele, e até Stigand, o patriótico arcebispo de Cantuária, achando isso conveniente..."

- Achando o que? - perguntou o Pato.

- Achando **isso** - replicou o Rato, já meio aborrecido. - Naturalmente você sabe o que "isso" quer dizer.

- Sei muito bem o que "isso" quer dizer quando sou eu que acho alguma coisa..."

Dos casos de anáfora existentes no texto que estamos analisando brevemente, alguns são de solução tão óbvia que não há

grande relevância em comentá-los. Mas, há um que é interessante e merece um pouco mais de atenção, o caso de "isso" (15), que retoma a totalidade do texto anterior. Este caso pode ser oposto a numerosos outros em que a anáfora poderia alternar facilmente com a repetição, com a elipse e com a coesão léxica. Mas, aqui temos um exemplo em que as circunstâncias quase impõem um anafórico. Claro, não necessariamente esse que apareceu (não há, provavelmente, casos tais num texto), mas a margem de escolha fica limitada. Poderíamos imaginar a possibilidade de ocorrer, nesta posição, em primeiro lugar, é obvio, "isto", e em seguida "esses fatos", "essas coisas", "esses eventos", etc. Como se vê, as possibilidades giram todas numa órbita extremamente pequena, em termos semânticos em primeiro lugar, mas também em termos de recursos alternativos disponíveis. No entanto, os recursos alternativos não devem ser desprezados como hipóteses, já que imprimiriam interpretações mais ou menos enfáticas.

Considere-se mais um caso de ocorrência de "isso" em que fatores sintáticos e semânticos são relevantes:

- (1) "A Inglaterra não quer aumentar a violência e por isso não vai dar armas aos seus guardas. No Brasil, isso só seria possível depois de desarmar o cidadão comum e não apenas o policial" (Folha de São Paulo, 11/04/83).

Considere-se a ocorrência grifada de "isso". Vejamos se se podem deslindar as condições de emprego e de interpretação desta ocorrência. Em tese, "isso" poderia retomar anaforicamente a totalidade do texto anterior. Vimos acima um caso semelhante, e

até mais marcado, nesse sentido, porque retoma um trecho bem maior. Condições sintáticas e semânticas, no entanto, impedem aqui esta retomada. A ocorrência de dois locativos contrapostos faz com que o domínio de "isso" não inclua, pelo menos, "Inglaterra". Claro que tem que estar suposto que o interlocutor sabe que Brasil e Inglaterra são dois países diferentes, pressuposição com que o autor joga trivialmente. "Isso" também não anaforiza "... não quer aumentar a violência". O que impede esta retomada é a pressuposição, suposta como partilhada, de que o Brasil não quer aumentar a violência. Por isso, a anaforização não é de "não quer aumentar a violência e por isso mesmo não vai dar armas a seus guardas ...". O que é óbvio não precisa ser dito, e esta pressuposição é levada em conta pelo locutor para permitir-se utilizar um termo com potencialidade para incluir a pressuposição, mas em cuja interpretação ele espera que ela não seja incluída. Resta uma única possibilidade para o domínio de interpretação deste anafórico, "não dar armas a seus guardas". Poderíamos ter, pois, como alternativa, "no Brasil, não dar armas aos guardas só seria possível...".

O que é relevante observar é que os fatores que condicionam a utilização deste elemento envolvem problemas sintáticos, semânticos e relativos às imagens mútuas que de si fazem os interlocutores. Observe-se mais o seguinte fato: a expressão que é retomada aparece anteriormente marcada no tempo futuro (através do auxiliar vai), enquanto que o que é anaforizado é a afirmação geral, atemporal, "não dar armas a seus guardas". É que o que está em questão no texto não é quando isso pode ou não ser feito no Brasil, mas se pode ou não ser feito. Então,

as possibilidades semanticamente compatíveis seriam "dar armas" e "não dar armas". Ora, "dar armas" depois de desarmar o cidadão criaria uma contradição que, claramente, não seria coerente com o restante do texto. Então, por esta razão semântica, fica determinada exatamente a correferência de "isso", que é, neste caso, "não dar armas".

Especulemos agora um pouco sobre a relação possível, de alternância, entre a anáfora e a repetição. Tomemos casos simples, para começar. Considerem-se possibilidades como

(2) Colombo e Cabral foram grandes navegadores. O primeiro descobriu a América e o segundo, o Brasil

(3) Colombo e Cabral foram grandes navegadores. Colombo descobriu a América e Cabral, o Brasil.

A questão que se pode colocar é: por que alguém escolheria (2) ao invés de (3), e vice-versa, e com que efeitos. O máximo que podemos ter, se aplicarmos os critérios de H&H, como se sabe, é a interpretação semântica de o primeiro, o segundo (em 2) e das segundas ocorrências de Colombo e Cabral (em 3). No primeiro caso teríamos um referência por anáfora, no segundo por repetição. De um ponto de vista semântico, não há dúvida de que o primeiro refere Colombo, o segundo refere Cabral. E, em (3), obviamente, o nome repetido remete ao mesmo indivíduo que o nome que ocorre pela primeira vez.

Como em qualquer caso, pode-se tentar ultrapassar as questões semânticas e verificar o que mais acontece em termos de efeito de sentido quando temos casos como estes.

Uma hipótese que pode lançar alguma luz sobre esta questão é a consideração das imagens que, segundo Pêcheux, os interlocutores sempre manifestam, ou consideram, no discurso efetivamente produzido. Tentemos verificar que imagens podemos fazer emergir desses discursos assim contrapostos, acrescentando, para confirmar a argumentação, novos dados a seguir. Uma primeira abordagem poderia consistir no seguinte: dependendo da imagem que o locutor faz do interlocutor no momento da enunciação de um discurso, utiliza um ou outro elemento coesivo. Se a imagem for positiva, em termos de capacidade de interpretação do discurso, utilizará um elemento anafórico; se for negativa, uma repetição. O locutor pode equivocar-se, mas as imagens são isso mesmo: possivelmente diferentes da realidade.

Veremos adiante que a repetição é um procedimento que serve a mais de uma finalidade, mas, sem dúvida, parece servir a esta: a clareza da interpretação. Por isso, aparece em discursos de cunho científico, por exemplo, e muito frequentemente no discurso infantil, isto é, dirigido a crianças, representadas nele de determinada forma.

Considerem-se agora os seguintes dados:

(4) "Em outras palavras, não basta que a teoria(1) seja capaz de fazer uma tipologia dos fenômenos(2) que ela(1) privilegia como teste para sua(1) adequação. Eles(2) não se constituem, de forma alguma, em prova de verdade da teoria(1), a não ser nos limites específicos de sua(1) própria extensão"

Uma análise coesiva, em termos de H&H, nos daria o resultado que está representado no próprio texto, nos números equi-

valentes. As ocorrências seguintes à primeira de a teoria e os fenômenos correferem o mesmo que aquelas termos referem. Claramente, me parece, emerge deste texto uma imagem de interlocutor com certa competência de leitura e possuidor de um certo tipo de conhecimento, principalmente em relação ao último dado grifado, que sintaticamente, e mesmo semanticamente, pode referir-se tanto a a teoria quanto a os fenômenos. Esta ocorrência de sua exige um leitor com certo conhecimento de epistemologia, ou metodologia científica; caso contrário, ele ficará em dúvida se se trata dos limites dos fenômenos ou dos limites da teoria. (A propósito, "sua" refere-se a "fenômenos" ou a "teoria" ambigualmente, pelo menos se considerado apenas este trecho).

Compare-se este texto com o seguinte:

(5) Era uma vez um homem que tinha uma galinha(1). Era uma galinha(1) como as outras. Um dia a galinha(1) botou um ovo de ouro.(...) E a mulher(2) começou a tratar bem da galinha(1). Todos os dias a mulher(2) dava mingau para a galinha(1).(...) E a galinha(1) todos os dias botava um ovo de ouro. (Ruth Rocha)

Temos aqui um exemplo cheio de repetições. Evidentemente, há outras estratégias discursivas em questão, mas a repetição é claramente dominante. Por que não há aqui sua substituição por anafóricos, ou simplesmente por elipse? (Há um caso de elipse em "...como as outras", mas poderia haver mais). Minha hipótese é a mesma: depende da imagem que o locutor faz do ouvinte. Trata-se, neste caso, de um texto infantil, e a autora quer ser 'clara', quer que a criança entenda. Pode ser que se trate de outra hipótese qualquer, por parte da autora. A facilidade de

interpretação é apenas uma. O que é interessante verificar é a insistência deste tipo de linguagem, vá lá, deste estilo, nas histórias infantis. Claramente, há uma imagem da criança da qual os autores têm dificuldade de desvencilhar-se. Os estudiosos de aquisição da linguagem e mesmo os ouvintes atentos sabem que as crianças não necessitam desses recursos para acompanhar a narrativa. Mas eles aparecem consistentemente. Na verdade, há uma imagem da criança como se ela fosse um pequeno idiota, e a linguagem e as temáticas da literatura infantil reforçam esta idéia. é uma imagem provavelmente equivocada, mas extremamente produtiva.

Certamente, a repetição é uma marca da oralidade, e a explicação de sua presença constante nos textos destinados a crianças pode ser explicada por essa via. Mas, então, por que não são constantes outros elementos da oralidade (e daí, por exemplo), e é constante este tipo de repetição? (A propósito de repetição como estratégia do locutor para 'comunicar-se', para possibilitar ao ouvinte a interpretação, ver, por exemplo, Ramos, 1983. Embora seus dados sejam todos orais e repetição, em seu trabalho, não seja exatamente um mecanismo coesivo, há numerosos pontos em que as duas questões se cruzam).

Não é só a questão da imagem em termos de capacidade de leitura de um texto que favorece a repetição. Pode haver outros fatores. Mas o fato mesmo de que algumas repetições aparecem de vez em quando a grandes distâncias, como nos casos do texto "O amigão", parece indicar que a questão da clareza é fundamental para propiciar o aparecimento desta estratégia coesiva, principalmente na escrita. é talvez por isso que é mais evitada em

textos literários (narrativas) do que, por exemplo, em artigos científicos, onde a clareza acaba por ser considerada mais relevante que a elegância. Claro, clareza e elegância são duas representações, duas imagens relativas aos textos.

Foi dito mais acima que o estilo é o lugar típico da manifestação da subjetividade no discurso. Ora, escolher entre repetição ou anáfora é um fato de estilo, tanto no sentido trivial (variar, p.ex.) quanto no sentido técnico como o buscado, neste trabalho, em Granger e numa certa teoria relativa aos recursos expressivos. Mas, vejamos um caso, a meu ver paradigmático, de manifestação da subjetividade a partir da escolha entre repetição e anáfora.

(6) "Não há nada intrínseco a uma dada língua variedade que a faça superior a outra já que todas as variedades elas são capazes de comunicar" (de um trabalho escolar sobre Variação Linguística).

As rasuras são do texto. A primeira delas, nitidamente, é uma rasura destinada a corrigir uma "falta de atenção", em relação ao tema do discurso, que é variedade e não língua. Não quero entrar no mérito deste tipo de falta de atenção. A segunda, no entanto, é de natureza completamente diferente. É uma correção de cunho estilístico, é uma escolha nítida, o trabalho do falante está inclusive registrado na rasura. Esta correção decorre de uma imagem que o locutor faz de si, do interlocutor e da situação em que produz seu discurso, que é uma situação escolar. Claro, há também uma imagem da língua, uma atitude linguística envolvida neste discurso. Enfim, o autor selecionou o estilo que considera adequado para a situação, tendo em vista

os efeitos que pretende produzir: no caso, uma impressão favorável por parte do professor.

A rasura é uma marca evidente da subjetividade do locutor, manifestada através de um trabalho de escolha. Poder-se-ia objetar a esta hipótese que o que de fato ocorre é que a manifestação da subjetividade deste locutor se dá mesmo é na palavra repetida e depois rasurada. Isto é, ele é um "repetidor", um usuário de uma língua num certo estilo em que a repetição é normal, regular. A objeção é, evidentemente, digna de consideração, mas ela só revela uma face da moeda. De fato, este sujeito é tal que escreve "variedade" e a substitui por "ela". É nas duas manifestações de seu trabalho que ele se exhibe ao outro. Em termos mais explícitos, talvez se possa dizer que, dada sua história, este sujeito escreveria normalmente um repetição, mas dada outra faceta de sua história, sua educação escolar, ele não se permite esta repetição, e a substitui por uma forma melhor segundo certos parâmetros.

Um pouco metaforicamente, poderíamos comparar este dado com os chamados atos falhos, no âmbito da psicanálise. O locutor, num momento de menor controle, deixa emergir um traço que normalmente é instigado a esconder. E este dado que emerge, de linguagem ou de outro tipo de comportamento, pode revelar um traço mais profundo de sua identidade. Mas o sujeito é histórico em mais de um sentido, na medida em que, em sua história, está sujeito a mais de uma força. Ora uma domina, ora outra. A variação de estilo do mesmo locutor, do mesmo indivíduo em circunstâncias diferentes revela a força das diversas pressões. Há uma pressão de sua história tanto na emergência da repetição

(digamos, é assim que ele fala e mesmo escreve em certas circunstâncias) e na rasura que efetua, porque ela é fruto de um outro traço de sua história, a escolar, onde se constrói sua imagem de aluno (não necessariamente de Fulano de Tal) e onde seu interlocutor é uma outra imagem, a de professor (e não necessariamente de Fulano de Tal). Não é de todo irrelevante observar, além disso, que se trata de um texto sobre variação linguística, onde, se as imagens de aluno e professor não fossem dominantes, Fulano de Tal poderia levar ao pé da letra as afirmações sobre as diversas variantes linguísticas, isto é, seu próprio texto, que está aí citado, e não preocupar-se em corrigi-lo, colocá-lo num certo padrão.

Elipse

Como dizem H&H, uma elipse é uma substituição por zero (89). é um mecanismo relativamente bem conhecido, a respeito do qual farei observações breves. Ele nos servirá para mostrar casos de indeterminação sintática resolvida por regras semânticas e discursivas.

A maior parte dos exemplos listados como elipse extraídos de "O amigão" dependem, para sua configuração enquanto tais, da teoria sintática que se adota. Trata-se, em geral, de uma possível elipse do sujeito. Comentarei apenas alguns casos, estendendo-se a argumentação automaticamente para os outros. Para a maior parte dos exemplos em que não há sujeito expresso diante do verbo (todos os assinalados com ?), nenhum sujeito sintático poderia estar presente explicitamente (i.é, não existem cons-

truções sintáticas como "O brigadeiro DJ falou com autoridade de safenado para o brigadeiro DJ (ou ele) dizer que..." ou "é que Medeiros tenta Medeiros conseguir ...", etc). Não podendo o sujeito estar presente, as alternativas são duas: a) ou se admite, como na versão standard da gramática gerativa, um cancelamento obrigatório do sujeito superficial ou, b) adota-se uma outra análise segundo a qual o lugar desses sujeitos é efetivamente vazio, sendo sua interpretação semântica controlada pelos argumentos do verbo da oração principal. Não vale a pena, claro, adotar uma versão ultrapassada da gramática gerativa.

Seja qual for a teoria que adotemos, casos como esses são submetidos a certos princípios sintáticos que determinam as condições de correferência (ou referência disjunta, em outros casos) e estão no âmbito da gramática.

Considerem-se, no entanto, outros casos, como "O que tem feito merece atenção" (21). Aqui, sem qualquer restrição de ordem gramatical, o autor poderia incluir um sujeito explícito, correferente, seja ele "Medeiros", "O chefe do SNI", "ele", etc., isto é, qualquer das formas de correferência que se possam imaginar para o general Otávio Medeiros, ou até mesmo um elemento não correferente.

As questões que se colocam são, então, de dois tipos: a) como o leitor interpreta o sujeito de "tem feito"? b) por que ocorre esta escolha por parte do autor, dentre tantas possíveis?

A resposta à primeira questão é intuitivamente simples, embora possa ser teoricamente complicada. Qualquer ouvinte ou leitor, encontrando-se diante de um enunciado que contém um

verbo de ação, mas cujo agente não está expresso, busca nos enunciados anteriores um elemento expresso com o qual a predicação do enunciado sem sujeito seja compatível. O processo é do mesmo tipo que o que ocorreria se os dois enunciados fossem unidos por uma conjunção. Pode dar-se o caso de que o enunciado se torne ambíguo, se, por exemplo, no enunciado anterior houver dois candidatos possíveis à função de sujeito. Por exemplo: "Medeiros tem conversado muito com Figueiredo. O que tem feito merece atenção". Do ponto de vista semântico, nada impede que qualquer dos dois personagens mencionados possa ser o sujeito de "tem feito". A probabilidade maior é que o sujeito a ser semanticamente preenchido no espaço elíptico seja o que é sujeito no enunciado anterior. Mas não há nenhuma garantia, e a solução deve ser encontrada, se se quer uma leitura unívoca, na continuidade do texto. Se ocorrer algo como "Figueiredo aprecia bastante os conselhos e advertências de seu colega de armas", há indícios mais fortes de que o sujeito de "tem feito" seja Figueiredo, a despeito de ser objeto no enunciado anterior. Seria impossível enumerar todas as possibilidades, mas a solução pode ser encontrada, no co-texto que segue e antecede o enunciado. É porque não há solução por uma regra sintático-semântica, como nos casos anteriormente exemplificados, que só condições pragmáticas podem deixar a leitura unívoca. Ou seja, tem-se aqui um enunciado sintática e semanticamente indeterminado, cuja determinação só se pode dar pelo apelo a outros fatores envolvidos no discurso.

A segunda pergunta tem uma resposta ainda mais difícil, pois se trata de, a partir do enunciado, tentar descobrir deta-

lhes do processo de produção do discurso do ponto de vista do locutor. Podem-se imaginar as respostas mais prosaicas, desde a necessidade de preencher apenas tantas laudas, em virtude do que algum corte tenha sido feito numa primeira redação, até regras internas da redação do jornal que sugiram uma certa economia verbal. Pode-se mesmo imaginar um corte do chefe de redação, porque o autor tinha optado por colocar como sujeito de "tem feito" uma forma correferente de general Medeiros considerada agressiva. Não se trata, como diria Foucault, pelo menos em casos desse tipo, de interrogar nem a consciência, nem o inconsciente do sujeito, mas o inconsciente da coisa dita (1968:25). O que importa, por isso, é que o enunciado poderia ser diferente, mas é assim. Se é assim, deve-se buscar seu efeito, comparando-o com o efeito que produziria se fosse diferente, principalmente porque, neste texto, o general Medeiros é, em outros lugares, referido de maneiras diversas. É nesta correlação que o enunciado particular deve ser visto. Até uma questão de estilo no sentido mais trivial pode ser aqui enfocada. É possível que o autor estivesse atento para não cometer excessivas repetições das mesmas palavras ou expressões.

Uma observação sem dúvida pertinente é relativa à imagem de interlocutor que emerge deste enunciado. No mínimo, ele deve ser considerado capaz de entender a quem o predicado se refere, caso contrário, pode-se imaginar a necessidade de uma redação diversa, se se aceitar que está nos propósitos do autor ser explícito. (Sobre a elipse, em sua relação com o inciso (a falta e o excesso), ver, por exemplo, Haroche, 1981). Considere-se, além disso, que alguns dos casos acima mencionados, os que tem

solução semântica, são um argumento a favor do postulado de H&H de que o que é estruturado é a *fortiori* coeso.

Coesão léxica

Para H&H, existe coesão léxica basicamente se existir entre dois nomes alguma relação semântica (sinonímia, hiponímia, proximidade de sentido, etc). Existem casos peculiares em que há coesão léxica mesmo se estas relações semânticas não existem, segundo eles, sendo o caso extremo um tipo de repetição do nome em que não há nenhuma conexão semântica entre eles. Não discutirei aqui tais detalhes. Como disse no início deste capítulo, a utilização dos conceitos de H&H tem, para mim, a função precípua de funcionar como seleção de alguns mecanismos coesivos sobre os quais me pareceu interessante tentar aplicar conceitos discursivos.

O mecanismo da coesão léxica é, aliás, de todos os mecanismos coesivos levantados por H&H, o que apresenta maior número de indicações de trabalho para a análise do discurso. Foi na leitura de Maingueneau (1976) que tive minha atenção chamada para esta questão. Afirma que um dos problemas do estruturalismo são os anafóricos, por exigirem a tomada em consideração de unidades maiores que a frase para a discussão de problemas de correferência. E, a propósito da correferência, menciona dois tipos de casos: anaforizações de sentenças e de substantivos. São seus exemplos, respectivamente:

- (1) Il aime sa soeur à la folle. Cela c'est déplaisant.

(2) Le commando palestinien ... (...)

A propósito do primeiro caso, diz que poderíamos ter, ao invés de *cela, cette passion, cette perversion, cette affection*. Essas anaforizações, diz a autora, são mais "coups de force discursives" em relação ao destinatário do que fatores de coesão textual. E acrescenta que, sob a aparência de uma simples anaforização, depreende-se facilmente uma proposição mascarada: "amar sua irmã até à loucura é uma perversão ...". Segundo ela, "o caráter não evidente de tal proposição permite orientar o texto em outras direções. A anaforização assim realizada induz a possibilidade de tornar aceitável tal ou tal afirmação" (155). Assim, esta anaforização tem um caráter mais argumentativo do que coesivo. Acrescenta a autora que é "óbvio que são restrições discursivas que regulam este tipo de fenômeno: segundo o tipo de discurso, segundo as escolhas (políticas, filosóficas, etc.) operadas pelo discurso, tal anaforização será possível ou não" (156).

Após esta afirmação, diz ainda que o mesmo vale para anaforizações de substantivos. Anaforizar o comando palestino por esses assassinos, os combatentes revolucionários, esse grupelho de extremistas, etc., implica manifestar atitudes de rejeição, valor 'melhorativo' e rejeição moderada, respectivamente. "Assim, a significação dessas anáforas não pode ser corretamente apreendida sem que se tome em conta o discurso no qual se inserem" (156).

Sem discutir, pelo menos por agora, todos os detalhes da análise de Maingueneau, vale deixar claro que é nesta direção que se pode multiplicar, com base em evidências semelhantes às

apresentadas por ela, a explicitação de funções discursivas concomitantes às funções coesivas do mecanismo chamado de coesão léxica. Observem-se, em primeiro lugar, alguns fatos de coesão léxica no texto "O amigão"; tentarei assinalar suas funções discursivas.

Na primeira vez em que o presidente brasileiro de então é mencionado no texto a expressão utilizada é "O general Figueiredo". O autor poderia, considerando-se a questão apenas do ponto de vista dos recursos da língua, continuar referindo-se a ele com a mesma expressão, ou, simplesmente, com "ele". O autor, no entanto, seleciona, sucessivamente, "o Presidente", "O enfermo convalescente em Cleveland", "o primeiro chefe de governo a obter licença por tempo indeterminado", "o general-presidente". Parece evidente que estas expressões não cumprem, no texto, única e exclusivamente a função referencial. Poder-se-ia tentar explicar estas diferentes anaforizações por caminhos diversos. Dois deles parecem notórios.

Em primeiro lugar, a variação se dá por uma questão estilística. Melhor dizendo, a variação é uma questão estilística. Mesmo no sentido mais banal de lição de bem escrever. Todos aprendemos a necessidade de variar, de não repetir, nas lições escolares. Mas não é esta a noção de estilo que interessa aqui. Interessa a que produz efeitos de sentido muito claros. O primeiro efeito de sentido que é veiculado pela alternância das formas de referência é a apresentação de um indivíduo segundo as suas diversas facetas. Em outros termos, ele é constituído, no mesmo texto, de várias maneiras, com o objetivo de permitir inferências avaliadoras tanto sobre o indivíduo de quem se fala

quanto sobre o próprio sujeito do discurso. Pode-se dizer que a consideração sucessiva de todas essas expressões caracteriza negativamente o presidente e, portanto, caracteriza positivamente o autor, pelo menos junto a um certo público leitor. A principal descoberta que este texto permite, não só, mas também seguramente através da sucessão das expressões acima levantadas, é relativa à posição política do locutor, nos termos de uma divisão entre os que militam contra e os que militam a favor da política levada a cabo pelo presidente de que se fala. É, portanto, a revelação de um dos traços constitutivos do sujeito do discurso. A variação estilística produz, portanto, aqui, a individuação do locutor, em termos políticos.

Existem outros elementos do texto que manifestam a posição do locutor, mas os elementos de que estamos falando colaboram claramente neste sentido. Basta que se imagine este texto como está, exceto pelo fato de que, ao invés desses formas de correferência ao presidente, encontrássemos expressões como "o presidente da anistia", "o avalista das eleições diretas", "o presidente da abertura", etc. Neste caso imaginado, ou estaríamos diante de um texto contraditório, argumentativamente, ou de um texto irônico, em que, por exemplo, se implicasse uma avaliação negativa da anistia, da abertura e das eleições nos termos em que se deram. Como se vê, os elementos de um texto, ao mesmo tempo que colaboram em sua constituição, são por ele pressionados no sentido de uma certa interpretação. Na verdade, funciona como elemento guia uma pressuposição de coerência em relação ao texto, vale dizer, uma pressuposição de sua significatividade, de sua orientação para um certo propósito, que não pode ser

atingido se o texto se dirige ora para uma direção, ora para sua contrária.

Esta questão pode ter sua relevância julgada com base em argumentos como o seguinte: considere-se a expressão "o primeiro chefe de governo a receber licença por tempo indeterminado". Ela implica, neste texto, uma avaliação negativa do presidente e do congresso. Aquele por autoritário, acima da lei, este por submisso. Mas, suponha-se esta mesma expressão num texto em que se elogiassem as relações entre o presidente e o Congresso. Referir-se a ele dessa maneira consistir-se-ia num argumento a mais para mostrar estas boas relações, além de orientar o discurso para implicações como "ele está tão bem politicamente que merece esta confiança do povo, certo de que não haverá abusos, etc".

Na expressão "o enfermo convalescente em Cleveland" está implicada uma crítica ao fato de o presidente realizar a cirurgia no exterior: na época houve uma celeuma em relação a esta questão: afinal, o país dispõe de condições para realizar tais cirurgias.

O aparecimento da expressão "o general-presidente" é por demais óbvia em sua interpretação. Tem a função de inserir este presidente na série dos generais escolhidos para o posto de forma diversa da desejada pelo autor. Equivale a uma crítica a todo um período político, além de uma caracterização negativa especial do presidente de então.

Mas estas expressões não cumprem apenas um papel ideológico. Ou melhor, só o cumprem no interior de um quadro de representações, em especial a do interlocutor pelo locutor. Talvez

haja por parte do locutor uma representação do leitor ou, pelo menos, de um certo número de leitores, segundo a qual o que diz não é passível de reparos. Neste sentido, o autor diz o que os leitores querem ler. Mas isso é secundário. De qualquer modo, não é por saber que provavelmente terá leitores de posição política contrária que deixará de escrever como escreve. São outras as representações que contam.

Considere-se a expressão "o primeiro chefe de governo a obter licença por tempo indeterminado". Evidentemente, não é possível saber-se qual é exatamente a imagem de interlocutor que o locutor tem no momento exato de escolher esta expressão dentre outras possíveis. Mas a ocorrência desta expressão exerce pelo menos dois papéis distintos, se não mais, a depender do leitor. Por um lado, para que sirva de correferência a "o general Figueiredo" bastaria a alusão "chefe de governo". A informação contida no restante da expressão poderia não ser conhecida do interlocutor, que a interpretaria como uma informação indireta (o que Maingueneau chamaria de proposição mascarada). Se ele conhece este fato, por outro lado, pode interpretar esta forma reduntante de referir-se a Figueiredo como argumento contra Figueiredo e o Congresso. Dispensável para a função referencial, esta expressão produziria uma informação ou os efeitos de sentido (argumentativos) desejados pelo locutor.

O jogo seletivo de formas alternativas é bem mais que um simples fato estilístico no sentido de bom gosto, de boa linguagem (cf. abaixo, cap. 8, as definições de Murry). Sendo um fato de estilo, esta seleção mostra que o estilo não é apenas um jogo de formulações mais ou menos elegantes ou adequadas em

termos de forma de um texto, mas a demonstração de que a constituição alternativa de um discurso resulta numa representação do locutor, do interlocutor, e implica efeitos de sentido muito diversos, mas depreensíveis na instância pragmática da enunciação. Fica evidente, além disso, que não se trata apenas de formas diferentes de dizer a mesma coisa.

Considerem-se alguns outros exemplos do texto: na linha (19) o general Medeiros é correferido por "o chefe do SNI". Esta forma não poderia aparecer se não imaginasse o locutor que o interlocutor identifica referencialmente o mesmo indivíduo através dessas duas expressões; além disso, chama a atenção para um traço negativo do personagem, decorrente, claro, da imagem negativa do SNI.

Considere-se, mais, a ocorrência de "tirada" (26) para correferir ou retomar "a estapafúrdia declaração ... 30 dias". Se o locutor tivesse uma posição neutra em relação aos fatos, poderia escrever "informação", "declaração", "ela", etc. O emprego da forma "tirada", com conotações evidentemente negativas, é mais um lugar dentre os vários que, consistentemente, produzem uma avaliação negativa dos personagens em questão. É o que não ocorre, ao contrário, com "o assunto" em (35). A expressão "assunto" não carrega nenhuma conotação negativa.

Vejam-se outros exemplos em que a coesão léxica executa múltiplas funções simultaneamente:

- (1) "Madalena Schwartz inaugura hoje sua exposição de fotografias no MASP. (...) A artista preparou 70 retratos entre celebridades da vida brasileira e pessoas anônimas que chamaram a atenção de sua câmara". (de

Considere-se a ocorrência de "a artista". O artigo definido remete a interpretação da expressão para o contexto anterior. A escolha de "a artista" como núcleo da expressão que deve ser interpretada correferencialmente cumpre vários papéis. O primeiro é o papel coesivo. A seleção de "artista" pode ser explicada por uma das seguintes estratégias do locutor. Numa hipótese, imagina que os interlocutores conhecem M.S. e sabem que é fotógrafa. Mas é possível que algum desses interlocutores não aceite que fotografia seja arte. Nesse caso, a seleção dessa expressão tem um papel argumentativo e de marca de subjetividade. Argumentativo porque, inclusive em função do canal utilizado, o jornal, a eventual discordância perde quase todo o efeito que teria num diálogo face a face. Em segundo lugar porque o locutor, em relação a M.S., a respeito da qual informa que é fotógrafa, pressupõe que o interlocutor concorda que se trata de uma artista.

"Artista" é também marca de subjetividade por duas razões: porque o locutor selecionou esta forma entre várias possíveis e fez uso de seu prestígio para que se aceite que M.S. é artista. O máximo de informação necessário a respeito de M.S., para quem não a conhece, é que é fotógrafa. "Artista" é uma atribuição do locutor e um argumento para comparecer à exposição. O nome próprio, aliás, é o que menos informa, nesse caso.

Mas, suponha-se que ninguém conhece M.S. a não ser o colunista. Neste caso, a seleção de "artista" pode ter como função principal informar o leitor de que M.S. é artista, porque informar que vai expor pode ser muito pouco para atrair público,

apesar de "inaugurar exposição" ser um predicado usual para artistas. A explicitação é uma informação mais forte, e é a mobilização total dos predicados de "artista" que o locutor escolhe para que a informação cumpra sua função perlocucional, a de atrair a curiosidade dos que gostam de fotografias. É exatamente porque a informação não é dada numa sentença como "M.S. é uma artista", mas numa retomada anafórica, que pressupõe estreita identificação, que o valor argumentativo é mais forte.

Vejamos um último exemplo:

(2) Sócrates e Chico Buarque encontraram-se no aeroporto.
O cantor e o jogador discutiram os rumos da democracia corintiana".

Neste exemplo, interessa-me chamar a atenção para um único fenômeno. Claramente, a ocorrência, como está, de "cantor" e "jogador" só pode emergir se o locutor pressupuser que o interlocutor sabe quem são Chico Buarque e Sócrates. Caso contrário, um interlocutor que conhece suficientemente sua língua, identificaria Chico Buarque como jogador e Sócrates como cantor. É interessante observar, a propósito, que, caso o locutor não faça suposição alguma em relação ao conhecimento do mundo, mas a faça em relação ao conhecimento linguístico do falante, deveria dizer "o jogador e o cantor" ao invés do que disse. Neste caso, a ordem lexical estaria investida de um papel informativo que não tem necessariamente. A não ser que se trate de um locutor que não aprecie Sócrates como jogador e Chico como cantor e, sabendo que aquele chegou a gravar um disco e que este é um peladeiro fanático, esteja, com estes termos, referindo-se ironicamente a ambos. Neste caso, a interpretação só

seria possível levando-se em conta o conhecimento, por parte do interlocutor, deste traço de locutor.

Todos os exemplos de coesão léxica que acima foram mencionados e rapidamente analisados do ponto de vista estilístico, podem ser considerados de uma outra ótica. São, de certa maneira, predicados dos respectivos referentes. Maingueneau, como vimos, a propósito de seus exemplos, fala de uma proposição mascarada. Mas esta designação pode levar a supor uma espécie de transformação que remeteria a uma proposição subjacente. Mas, afóra este detalhe, sua observação é pertinente. De fato, qualquer ouvinte sabe que em, por exemplo, "o primeiro chefe de governo a obter licença por tempo indeterminado", ou em "a artista", há uma atribuição deste predicado ao indivíduo de quem se está falando. Estas expressões, que aparecem, do ponto de vista sintático, em geral como sujeitos das orações, no interior da economia do texto funcionam como predicados. Este é, aliás, um ótimo argumento em favor da indeterminação sintática. Isto é, a expressão ocupa, no nível sintático, uma posição de sujeito mas a relação anafórica com um elemento anterior deve ser interpretada também como uma predicação sobre o elemento correferido.

Nos procedimentos de coesão arrolados por H&H, há, pois, processos bem mais complexos de natureza semântica e pragmática.

Capítulo 7

A forma no discurso

"Proust elogiou um de seus professores de Condorcet por ter sempre recusado a se interessar por estranhas combinações de sílabas. Porém, o professor chamava-se Sr. Cucheval. Ele estava certo, mas tinha também suas razões" (Manoni).

Enquanto fenômeno, e dadas as articulações que promove com vários fatores e áreas de conhecimento, o discurso permite, alternativamente, e de acordo com os interesses dos que o tomam como objeto de análise, privilégios diversificados. Assim é que, para alguns, ele é um acontecimento antes de mais nada político, isto é, expressão das posições de classe ou grupo, e será sobre este fulcro que incidirá o trabalho fundamental de tais analistas do discurso. Eventualmente, farão extensões hipotéticas de suas descobertas para outros domínios, mas o que lhes interessa antes de tudo é a descoberta de uma certa relação entre linguagem e ideologia.

Para um psicanalista, o discurso de seu paciente não será visto como sendo sobretudo um ato político. E portanto, não lhe ocorrerá lançar mão, na sua tentativa de interpretação, de uma teoria política. Ao contrário, sua tarefa será "traduzir a

"língua fundamental" do inconsciente".

O ponto de vista que interessa fundamentalmente a meu trabalho é o ponto de vista do linguista. Sugeri acima (cap.2) um esquema epistemológico a ser utilizado segundo esta visada. De um ponto de vista linguístico, o discurso deve ser encarado antes de mais nada por uma teoria linguística construída com o propósito de, o mais geralmente possível, dar conta da estruturação e do sentido de um determinado discurso. Diria até que o corpus prioritário de uma análise do discurso deveria ser o discurso mais corriqueiro, familiar, porque nestes discursos menos ritualizados e menos propícios a repetir protocolos de autoparáfrase, por pressão de doutrinas, se poderiam surpreender funcionando os mecanismos mais gerais do discurso. Como acima se disse, será necessário o recurso a outras teorias, quando o corpus a ser analisado estiver sob determinadas condições de produção e quando interessar um enfoque determinado, por escolha pessoal ou pressão institucional.

Enquanto objeto de interesse da linguística, considero o discurso uma máquina de produzir sentidos, e é enquanto produtor de sentido (da maneira mais geral possível) que ele deve interessar ao linguista. De uma certa maneira, apesar das diferenças radicais de propósitos, procedimentos e concepções, vale a idéia geral de que o objetivo de uma teoria linguística é explicar a relação de interpretação estabelecida entre as expressões e sua significação, como em Hjelmslev a função semiótica entre a forma da expressão e a do conteúdo, ou como em Chomsky a relação entre som e sentido. Evidentemente, a noção de sentido que interessa à análise do discurso é bem mais abrangente do

a que serve de base às teorias gramaticais. Mas o que se quer ressaltar aqui é que o que interessa é explicar porque um discurso produz certos efeitos, inclusive os de sentido no sentido gramatical.

Foi sobejamente dito, nos capítulos anteriores, que uma língua natural é constituída de tal maneira que os elementos sintáticos e semânticos não são suficientes para a interpretação, sendo sempre necessário um apelo à situação, à instância de produção do discurso.

O que parece é que, com o advento das teorias da significação que se utilizam de conceitos como enunciação e contexto, assistiu-se a uma espécie de desprezo pela materialidade específica das línguas, em outros termos, pela análise detalhada dos recursos expressivos, erigindo-se aqueles fatores como os essenciais a serem considerados na descoberta do sentido.

Por exemplo, viu-se que em Pêcheux e Fuchs (1975), a semântica deve ser considerada à luz de processos históricos, não se exigindo o mesmo enfoque para o que para eles são os elementos linguísticos, em especial a sintaxe. Este tratamento desigual denuncia um deslocamento para o segundo plano do papel crucial da materialidade mais material da língua, isto é, o que é perceptível ao interlocutor.

Parece, pois, necessário dizer de novo o óbvio. E o óbvio é que, por mais relevantes que sejam os fatores que poderiam ser chamados sem nenhuma exigência de refinamento conceitual de 'extra-linguísticos' (isto é, não lexicais ou sonoros) para a descoberta do sentido, a **forma do discurso**, desde que tomada em sua materialidade mesma, e não como hipostasia de uma metalin-

guagem, é o elemento essencial na construção do sentido. Ela nunca o esgota, por causa da indeterminação desta forma, mas o fato de não esgotá-lo não implica em seu abandono ou sua consideração apenas em último lugar. Os elementos "extra-linguísticos" devem sempre ser considerados, é claro, inclusive porque eles não são relevantes apenas para a interpretação dos discursos, mas desempenham um importante papel no condicionamento de sua própria forma.

Não quero advogar aqui um retorno a teorias para as quais o sentido não é objeto da linguística, por se tratar de algo de natureza psicológica, sociológica ou filosófica, é exatamente porque considero essencial levar a sério o sentido que advogo um exame cuidadoso e rigoroso da forma. E esse exame deve estender-se a elementos produtores de sentido muito mais numerosos, de que a linguística fez abstração. (ver, a propósito, Motta Maia, (1986))

As duas motivações essenciais que me levam a adotar esta postura são, em primeiro lugar, algumas leituras de trabalhos em sociolinguística. Depois de uma formação estruturalista, por um lado, e de leituras sobre a questão do sentido que não consideravam nenhum detalhe (ou muito poucos) da forma, redescobri-me como falante, quando, como qualquer um, estou atento às mínimas modulações, na busca de detalhes dos discursos de que participo, porque é com base neles que imagino descobrir quem é mesmo que me está falando e com que atitude e finalidade o faz. Mesmo num curto trajeto pela sociolinguística, e mesmo na leitura de autores que adotam teorias sociológicas não muito refinadas como auxiliares na explicação dos dados reais, descobre-

se o quanto são relevantes os elementos linguísticos não estruturais. E, comparando-se o procedimento dos sociolinguistas com os dos linguistas *stricto sensu* percebe-se que são muito numerosos os elementos linguísticos que a necessidade (pelo menos provisória) de a linguística considerar a língua de um certo ponto de vista excluiu de seu objeto como não pertinentes. Como diz Granger (1960), nos sistemas formais os sinais podem ser identificados ao seu significante, mas "não se passa necessariamente o mesmo nos sistemas não formais - onde os caracteres não pertinentes da matéria do sinal, a até as singularidades de execução que dependem de sua realização *hic et nunc*, podem não ser neutralizadas" (153). É com base neste ponto de vista aliás, como veremos, que ele forja sua concepção de estilo, e lhe tenta analisar os efeitos.

A outra motivação foi a leitura das intervenções de Culicoli numa mesa redonda, que mencionei também no final do capítulo 1. Respondendo a uma pergunta de Courtine sobre porque há análise do discurso na França, aponta, entre outras razões, a obsessão francesa pela significação. Diz ele que "os analistas do discurso franceses encontraram nisso os meios para abordar os problemas da significação saltando de pés juntos por sobre os problemas da forma como eles podem se colocar de um ponto de vista estritamente linguístico ou lógico" ("Table ronde langue-discourse-histoire, pg. 196).

Devo confessar também que trabalhar com análise do discurso, esta tarefa que corre o risco, nos termos do mesmo Courtine, de tornar-se um linguística do pobre, uma semi-linguística e uma semi-história, causava-me problemas de indentidade, moti-

vo que, por outro lado, pode me fazer compreender as pressões que sofrem os que procuram no discurso apenas o sentido ou a ideologia, porque, a depender do meio onde fazem seus trabalhos, correrão o risco de serem considerados "ainda linguistas", o que deve causar um certo desconforto (ver Pêcheux (1981) sobre a política da análise do discurso).

Devo repetir que esta ênfase que a meu ver deve ser dada à forma, à materialidade linguística do discurso, não implica numa colocação em segundo plano do sentido. Pelo contrário, ela é a condição da descoberta de uma pletera de sentidos, ou melhor, talvez, de efeitos de sentido, que se perdem com sua colocação em segundo plano. É por isso que, mais adiante, dedicarei algum espaço à questão do estilo, considerada como a relação genética entre forma e conteúdo.

A noção de forma

A fim de prevenir qualquer mal entendido, é preciso circunscrever em certos limites a noção de forma, para evitar uma relação direta com mecanismos formais de análise.

Forma será entendida na sua oposição tradicional a conteúdo, sendo conteúdo qualquer efeito de sentido que a forma, utilizada contextualmente, é capaz de produzir, seja uma informação, seja um efeito de tipo ilocucional, de tipo perlocucional, seja uma inferência, etc.; enfim, todos os elementos recobertos pelas diversas teorias da significação. A forma é o veículo linguístico, realizado sonoramente, que veicula ou provoca os efeitos de sentido. Não se deve, portanto, reduzir a noção de

forma de maneira a recobrir apenas o que é apreendido sob a noção de significante (da mesma maneira como a noção de efeito de sentido não deve recobrir apenas o terreno do significado). Interessa exatamente é apreender a noção de forma enquanto materialidade significativa.

Um dos termos técnicos da tradição linguística talvez possa ajudar a fixar melhor esta tentativa de conceituação. Trata-se do conceito de substância da expressão, cunhado por Hjelmslev (1943). Veja-se, por exemplo, a seguinte citação:

"A sequência de sons [bwa] enquanto fato único pronunciado hic et nunc (grifo meu), é uma grandeza que pertence à substância da expressão que, em virtude apenas do signo, se liga a uma forma da expressão sob a qual é possível reunir outras grandezas de substância da expressão (outras pronúncias possíveis, por outros elocutores ou em outras ocasiões, do mesmo signo)".

(62)

Mas eu não quero, evidentemente, a radicalidade da substância. Não faria sentido, a menos que ela pudesse ser apreendida pelos interlocutores. Quero uma substância significativa, o que em geral implica ficar a meio caminho na radicalidade da formulação de Hjelmslev: o discurso precisa levar em conta aquelas substâncias que produzem sentido. No que se refere ao domínio da palavra, o lugar da materialidade em que desejo me situar equivale a algo semelhante às variantes de uma variável, tais como consideradas pela sociolinguística, isto é, no nível

impressionisticamente relevante. (Em relação à terminologia de Hjelmslev, vale a pena notar que, um pouco paradoxalmente em relação a certas tradições, se toma sua expressão substância da expressão como interpretante de forma. é que forma se opõe, aqui, a conteúdo, não a substância).

No nível da fonologia e da morfologia, quer-se apreender sob o conceito de forma a matéria sonora investida de papel significativo. No domínio do discurso, vale assinalar a relevância, além da materialidade do som enquanto tal, do fato de que ela pode vir organizada p. ex., de forma a produzir o que Jakobson chama de poeticidade, pelo seu arranjo relativo e repetitivo, por certas combinações que produzem um dos tipos do que chamo neste trabalho de efeitos estilísticos. Não se podem desprezar, evidentemente, fatos do âmbito da entonação, mas não somente os que são tradicionalmente considerados "êmicos", como os demarcadores de palavras (ver Câmara Jr. 1970) ou de sentenças, mas também os que denotam, em bases culturais relativamente codificadas, p. ex., irritação, agressividade, ironia, amistosidade, ênfase, etc. Funções pragmáticas (como novo ou foco) e perlocucionais marcadas por estes elementos materiais são cruciais no discurso e são responsáveis por numerosas classificações e individualizações de sujeitos falantes em categorias sociopsicológicas correntes (como pavo curto, calmo, chato, estrangeiro, calpira, travesti, homem, mulher, criança, etc.) e de discursos (como secretos, irônicos, de palanque, etc.).

No nível específico da sintaxe, por forma entende-se basicamente as diversas modalidades pelas quais uma sentença se dispõe perceptivelmente ao interlocutor, denunciando seu modo

de estruturação. Assim, a ordem e o léxico, marcadores do ponto de vista do locutor, mais do que, ou pelo menos tanto quanto a informação enquanto tal veiculada sobre um fato ou uma cena, não podem ser desprezados. Neste nível, estes são os fatores constitutivos do estilo (das sentenças) e, de meu ponto de vista, não existe neutralidade de transformação ou de ordenação diversa (segundo a teoria que se adote), pois não se aceita aqui a hipótese de que existem duas maneiras de dizer a mesma coisa.

A mesma variabilidade que se encontra no nível da fonologia e da morfologia se encontra na sintaxe, e cada variante concreta que ocorre produz só e exatamente o seu efeito (sempre consideradas, evidentemente, as condições situacionais e co-textuais em que ocorrem e que podem, certamente, pressionar mais em favor de uma organização material às custas de outras possíveis). A razão pela qual parece relevante encarar assim a questão da forma sintática é a não admissão da existência de um conteúdo prévio ou independente, que possa ser veiculado de forma intocada por vários recursos expressivos. Abstracções podem legitimamente ser feitas para objetivos específicos, mas elas não podem ser feitas em análise do discurso, cujo objetivo é analisar enunciados como tais, ocorridos em instâncias de enunciação.

No nível das unidades maiores do que a frase, a forma diz respeito basicamente à organização do que se poderia chamar de texto. Qual frase o abre e quais são as que se seguem, o que isso significa, para quê isso chama mais a atenção (o que é posto em foco). Em casos de textos longos, em que ordem se

dipõem os vários blocos (se for uma narrativa, em que ordem os fatos aparecem em relação ao que se depreende ser sua ordem 'no mundo'; se for um texto argumentativo, que argumentos se mobilizam e de que estratégias se serve o locutor: como os ordena, que relevância relativa lhes atribui no objetivo de persuadir seu interlocutor, etc).

Qualquer desmanche do texto real com vistas a algum tipo de análise correrá o risco de perder de vista determinados efeitos, porque, afinal, foi exatamente como está que um texto foi produzido. Os rearranjos e transformações aplicadas sobre ele têm antes de mais nada o efeito de fazê-lo diferente. Mas é como está que deve ser analisado.

Alguns exemplos

Alinharei abaixo alguns exemplos do valor discursivo de certos aspectos formais, privilegiando aqueles que normalmente não são considerados na análise linguística. Embora pontuais, oferecem argumentos visíveis em favor da relevância da forma. Outros exemplos envolvendo aspectos mais gerais são vistos na sequência do trabalho. Em todos eles, embora elementos contextuais estejam presentes, não serão explicitamente considerados. Minha estratégia é: falou-se tanto em contexto que se deixou a forma esquecida. Coloque-se, pois, provisoriamente entre parêntesis o contexto, e faça-se aparecer a forma.

A intenção não é fazer crer que a forma é suficiente, é apenas a de mostrar o quanto ela é relevante, a ponto de, em

certos casos, praticamente deixar na sombra os outros fatores. Um dos objetivos, inclusive, é o de mostrar a relevância da forma onde aparentemente ela está ausente.

Comecarei por argumentos absolutamente gerais, e irei aumentando sua especificidade progressivamente, chegando a utilizar de critérios de interpretação buscados em outras disciplinas, fora da linguística.

1) em primeiro lugar, e rapidamente, um argumento da ordem da escrita. Todos sabemos que a adoção de um certo sistema gráfico (digamos, o alfabeto latino, um sistema silábico, etc.) dão de um povo uma certa imagem, dados certos pressupostos sobre o que seja civilização. Como diz Granger, "o emprego do alfabeto latino para transcrever línguas fonologicamente tão diferentes como o francês, o inglês, o vietnamita, dá lugar a fatos de estilo" (19). Mas não é a fatos como esses (em que elementos do vivido são estruturados de uma certa maneira) que aqui me refiro. Quero referir-me a efeitos como um país ter possibilidade de integrar-se mais facilmente a outros pelo fato de adotar um certo sistema de escrita, ou de poder construir de si uma imagem diferente em consequência desse fato. A língua turca não se altera "substancialmente" com a adoção do alfabeto latino, mas torna-se diferente, mais moderna, em termos europeus, por adotá-lo.

Não se quer aqui demorar nesta questão, mas é relevante considerar-se, num outro nível o quanto a disposição gráfica de textos publicados é relevante para alguns de seus objetivos. Pense-se, por exemplo, na poesia, e, em especial na poesia concretista, onde a forma gráfica é crucial na constituição da

própria poeticidade do poema.

2) um outro argumento de ordem bem geral: por mais que, em sociedades como a nossa, os cidadãos ainda sejam classificados e até estigmatizados, por seu pensamento (político, religioso, científico, etc.), o que denuncia a importância do conteúdo dos discursos, é sem dúvida ainda verdade que a maior constrição linguística que se percebe é relativa ao fato de muitos utilizarem formas linguísticas estigmatizadas. As falas desajeitadas, erradas, desleixadas, populares (segundo o viés da visão estatal da língua (ver Gnerre, 1975, cap. I)) são muito mais estigmatizadas que os pensamentos divergentes. A história secreta e silenciosa de um povo, se fosse escrita, nos revelaria, no entanto, maiores crueldades com os que sequer falam em certas circunstâncias por serem considerados (até por si mesmos, como fruto de uma ideologia da forma linguística), incapazes de falar. E quando falam, o preço que pagam é alto em chacotas, perda de oportunidades de trabalho e de certos espaços sociais, reservados aos que dominam a "boa linguagem". Estes fatos não vêm à tona porque se trata de miudezas quotidianas que passam despercebidas aos olhares oficiais, mesmo dos pesquisadores mais enganados (basta ver a diferença da sociolinguística americana, apesar de tudo, e da análise do discurso francesa).

Em numerosos discursos, os efeitos que decorrem não são classificações como comunista, socialista, reacionário, fascista, conservador, revolucionário, mas classificações sem nenhum charme como idiota, incompetente, burro, incapaz. Basta que alguém diga *nói vai* para que todo e qualquer conteúdo que o locutor possa veicular seja considerado não existente e o autor de

tamanho erro pague preço alto em termos de desqualificação social.

Numerosos escritores são perseguidos, têm seus livros proibidos e queimados. Mas, mesmo entre os escritores, o maior estigma é utilizar certas palavras indignas de ser escritas, que chocam os ouvidos atentos dos guardiães da cultura oficial. Sem pensar nos que sequer escrevem, porque não dominam as formas adequadas para essa finalidade.

3) Em certos ambientes, como os universitários e os parlamentares, onde a discussão é de regra, existem rituais rigorosos que regem as formas permitidas e as proibidas. No meio universitário, aceita-se a discordância razoavelmente, desde que seja expressa em termos de "alto nível". Se alguém disser a seu interlocutor "penso que você se equivocou", ou "eu encaro esta questão de outro ponto de vista", há condições para a audiência dos argumentos. Mas, sem ir ao exagero, se o que o locutor disser for "você está (redondamente) enganado", o efeito já é diferente, porque este discurso é percebido como dirigido mais ao autor de um texto ou de uma idéia que ao texto ou à idéia. Os eufemismos são, em muitos casos, a regra, porque seria inadmissível ouvir-se algo como "você é mal formado" ou algo deste gênero. Se discursos como estes forem eventualmente pronunciados, é comum haver relações cortadas, inimizades duradouras. Entre "equivocar-se" e "errar" a diferença já é grande, e todos conhecem intelectuais que se detestam como conseqüências de debates, polêmicas e críticas nos quais os termos utilizados foram mais "francos".

De fato, este mesmo fenômeno ocorre em todos os níveis e lugares sociais. Existem palavras que são mais ofensivas que as outras, que produzem um certo ato (digamos, o de discordar ou o de ofender) com graus diversos de gravidade. Casos assim são argumentos contra as pretensas sinonímias que não levem em conta o peso histórico que as palavras carregam consigo.

4) As teorias dos implícitos (ou das implicaturas) de maneira geral, são argumentos quer contra a natureza estritamente semiótica das línguas quer contra a hipótese de que tudo o que se diz está dito. Vale dizer, poderiam ser invocadas (já que apresentam exemplos dificilmente refutáveis) como análises que demonstram a relevância da forma para a interpretação do (efeito de) sentido. É porque se diz exatamente um certo discurso que a interpretação precisa ser buscada segundo uma outra estratégia que não apenas o desvendamento da combinatória dos elementos constituintes do discurso. Em geral, aliás, os implícitos são acompanhados de marcas bastante especificadoras da orientação interpretativa intencionada pelo locutor. Certas modulações de voz, um certo ar irônico, que todos sabemos interpretar, colaboram diretamente para que o interlocutor entenda o que se quis dizer dizendo-se o que se disse.

Mas, é fundamentalmente por constituir-se numa estratégia, que os implícitos fornecem um argumento em favor da relevância da forma. É no fato de que o locutor pode refugiar-se na literalidade (eu disse x e não y; y é por sua conta, você vestiu a carapuça...) que se demonstra que a materialidade do discurso é relevante. Ninguém pode desmentir o que disse 'literalmente', tamanha é a força da forma, mas pode desmentir o que disse im-

plicitamente. A forma impõe consequências tais que às vezes é estratégico evitar sua "terrível materialidade".

5) a existência dos jargões e dos registros mostra a relevância da forma, porque é através desta multiplicação dos recursos expressivos de uma língua que os grupos sociais constroem maneiras de distinguir-se e identificar-se. É por causa dos jargões e registros que sabemos que se trata de um médico ou de um advogado que nos fala, ou, por outro lado, de um jovem que assumiu a marginalidade, etc. Se alguém diz AVC, está no discurso médico, se diz *data venia* está no discurso jurídico, se diz *rá* é um orientalista, etc. Não seria difícil, e além disso é desnecessário, elencar listas de exemplos da mesma natureza. A própria existência dos termos **jargão** e **gíria** exibe a importância da forma. Seria estranho falar-se em **gíria médica** ou em **jargão de bandidos**, embora, num certo nível, **gíria** e **jargão** pudessem ser considerados sinônimos, por exemplo no fato de serem linguagens de grupos identificados por certos traços sociais ou profissionais. Falar em **gíria de médico** produziria um efeito de sentido de depreciação da classe médica, no contexto atual da língua portuguesa.

6) Talvez mais do que qualquer argumento, as **palavras tabu** testemunham em favor da relevância da forma. Sabemos que as **palavras tabu** são palavras que carregam em sua materialidade, mais que em seu sentido (referência) o estigma da proibição. Evidentemente, há também assuntos tabu, dos quais não se fala, ou dos quais só se fala autorizado e numa certa linguagem em circunstâncias ritualizadas. Além disso, há assuntos que são tabu apenas para certas circunstâncias ou pessoas (não se fala

de corda em casa de enforcado).

Mas é sem dúvida no campo da forma que os tabus vigoram mais fortemente. Mesmo que um assunto tabu deixe de sê-lo em certas circunstâncias, como por exemplo o sexo para o médico, este só poderá referir-se a ele através de um léxico (jargão) higienizado. Todos sabemos que vai uma enorme diferença entre enunciar "região glútea" ou "bunda", entre enunciar "fezes" ou "merda".

A força das palavras tabu é tamanha que podem produzir diversos tipos de efeitos. Por exemplo: a) Trudgil (1974:31) nos dá notícia de que moças falantes de Nootka, segundo seus professores, não se sentiam à vontade para pronunciar a palavra inglesa *such* por causa de sua estreita **semelhança fonética** (grifo meu) com a palavra nativa para 'vagina'.

b) professores de francês para falantes de português dão conta de que os alunos se sentem mal, quando não se recusam, em utilizar palavras ou expressões como *mijoter* ou *vous mettez*, por causa, de novo, da **semelhança fonética** (nenhuma de sentido) com palavras portuguesas relativas a atos de excreção ou sexuais (*mijar* e *meter*):

c) os brasileiros testemunharam, nos meios de comunicação, a alteração imposta ao nome de mafioso Tommaso Busceta (a pronúncia italiana [bu^hšéta] foi alterada para [buskéta]), como se isso impedisse a alusão; aliás, tornou-a mais óbvia, como sempre ocorre com a proibição), por motivos semelhantes aos dos exemplos acima, e que, por submissão a algumas convenções sobre palavras tabu, não explicito aqui.

Vimos três casos em que, de alguma maneira, houve recusa de enunciação de uma certa palavra estrangeira por relacionar-se foneticamente com palavras tabu da língua nativa. Vejamos agora um exemplo de exploração "positiva" do tabu.

d) Um anúncio de um certo shampoo, cujo nome é Jojoba, teve seu texto elaborado em torno exatamente da alusão a uma palavra tabu que o nome do produto provoca. O ponto alto do texto, enunciado em tom malicioso pelo locutor e encerrado com uma risada também maliciosa diz: "Já imaginou a mulher perguntando para o marido: "Você pegou o meu jojoba?"". A palavra xoxota seria vetada no texto publicitário, mas se ela não fosse uma palavra-tabu, o texto publicitário não teria o mesmo efeito. Poderia haver um efeito poético, mas não um efeito de maliciosa alusão a um órgão genital.

Este exemplo nos mostra, aliás, o efeito específico produzido pela enunciação de palavras-tabu. Evidentemente, elas são utilizadas: caso contrário, desapareceriam. O efeito é que, já que são proibidas, os que ousam utilizá-las passam a ter, em sociedades como a nossa, traços positivos atribuídos a eles. Por exemplo, traços de masculinidade são atribuídos aos que ousam falar livremente de sexo em termos tabu. Assim como traços de coragem são atribuídos aos que blasfemam, pronunciam nomes de objetos sagrados, etc. é como se eles fossem superiores aos concidadãos que tivessem medo das forças provocadas pela pronúncia de palavras proibidas. Ter coragem de violar o tabu confere prestígio, em suma.

As palavras-tabu nos fornecem o melhor exemplo de que é fato observável em qualquer língua que as palavras não só refe-

rem (ou têm um sentido), mas carregam com elas efeitos de sentido específicos decorrentes de sua enunciação, porque elas têm uma história, uma origem social, são distribuídas desigualmente pelos interlocutores e pelas circunstâncias.

7) os estudos sociolinguísticos, além de serem os que nos revelam fatos como os elencados no exemplo 2), acima, nos oferecem listas infindáveis de casos em que a forma, e não o conteúdo, é responsável por efeitos de sentido específicos, em nada relacionados ao conteúdo referencial dos enunciados. Lembremos apenas dois exemplos. a) no estudo das razões da elevação dos ditongos /ay/ e /aw/ em Martha's Vineyard, Labov conclui que "falar de boca fechada" tem um significado: "ser vineyardense". Isto é, quanto alguém nessa ilha apresenta em quantidade significativa (mensurada segundo padrões estatísticos) uma certa pronúncia, ele está (inconscientemente) querendo dizer que é da ilha, que quer ficar e trabalhar nela, que a ilha lhe pertence, que não gosta do que os turistas fizeram à ilha, etc. Quando diz [nəyf] [knife] ou [həws] (house), não diz apenas knife e house, mas também revela todas as suas atitudes, isto é, diz quem ele é.

b) Trudgill (1974:88) narra que uma informante declarou que "não fica bem para uma mulher dizer [æg]" (mas sim [ɛg]); isso significa que quando uma mulher como esta diz [ɛg] ela também diz que é mulher, que tem um tipo de comportamento correto.

Exemplos desse tipo podem ser estendidos à escolha de formas para apresentar-se (ou para representar) como membro de uma certa classe social, um sexo, uma etnia, como quem tem certas

aspirações, como quem não quer ser confundido com outros. Em suma, a escolha das variantes, deste ponto de vista, significa marcar a própria identidade. Como assinala Labov, o distanciamento do vernáculo segundo a formalidade da situação pode ser percebido em todas as classes e é acompanhado de uma mudança de léxico e de sintaxe. Mas isso não anula o papel de individuação que estes elementos materiais do discurso produzem.

B) Um argumento tirado dos estudos de aquisição de linguagem, baseado num estudo de aquisição da fonologia: em Motta Maia (1982), trabalho que discute a relevância das teorias interacionistas para a linguística como um todo e não só para a psicolinguística, encontra-se a seguinte afirmação: "na área do conhecimento linguístico é inconcebível, por exemplo, encarar o significado como negociado e o significante como dado" (128-9). A autora analisa dados fonéticos de alguns sujeitos e interpreta-os como "dizendo respeito a uma negociação da forma fonética dos enunciados" (130). Reivindica como constitutiva também do significante a repetição que de Lemos demonstra ser constitutiva dos papéis do diálogo e dos significados. Os dados que analisa revelam que a criança é capaz, aos 11 meses, de produzir variações fonéticas, seja de ritmo e de melodia, seja de pontos de articulação, da 'mesma palavra'. O jogo é acompanhado pela mãe. Diz Motta Maia: "Se, aos 11 meses, a díade mãe-criança já alcançou tais sutilezas na negociação da forma fonética dos enunciados, não é de surpreender que, mais tarde, o jogo fonético passe a ser usado metaforicamente, vindo a participar da própria negociação das significações" (131).

Estuda com mais detalhe um caso, do qual faz a seguinte análise (que apresento nos pontos relevantes para meu argumento):

"seu interesse reside no uso manipulativo, pela criança, de formas fonéticas que se distribuem num contínuo entre as mais perceptíveis e as mais pronunciáveis. ... comprime e expande a palavra "brinca" de acordo com a estratégia de persuasão que está tentando utilizar. Há momentos em que ela a repete de maneira impaciente e rápida - como se estivesse unicamente preocupada em expressar os seus próprios desejos. Em outros momentos, porém, a mesma palavra aparece repetida de maneira suplicante e silabada. E há ... um momento em que, exasperada, ela apela para a pronúncia exagerada, alongando o erre do grupo consonantal de "brinca" e conferindo ao enunciado uma curva melódica de largura incomum" (135). (grifos meus)

O que interessa aqui são duas coisas: a) primeiro, a conclusão metodológica relativa à tradição das análises fonológicas, que privilegiam a invariância e tentam, a partir dela, explicar a variedade. Diz a autora que "é a invariância que deve ser explicada por relação à variabilidade, e não o inverso" (136). b) segundo, é interessante observar a interpretação que autora faz das variações de pronúncia (a que confere o estatuto de "uso metafórico"), interpretação que aparece principalmente nas expressões "de acordo com a estratégia de persua-

são" (i. é, a criança fala assim para persuadir), "preocupada em expressar seus desejos" (= a criança está querendo fazer valer sua vontade), "forma suplicante" (= a criança, falando assim está suplicando), "exasperada" (= a criança demonstra sua irritação falando de tal forma). Todas essas qualificações atribuídas à criança são possíveis exatamente do ponto de vista do ouvinte capaz de perceber, nestes jogos de forma, certos efeitos de sentido (estou irritada, concorde comigo, etc.), claramente para além da significação convencional da palavra "brinca", classificável morfológicamente na região do pedido ou ordem (dependendo da forma fonética do enunciado!). O que se percebe é que uma alteração da forma do enunciado, de sua materialidade, permite interpretações sobrepostas, alternantes, e classificações do estado de espírito do locutor, aspecto cujo relevo é impossível de ser desprezado em análise do discurso.

9) Considero óbvio que toda a literatura é um argumento a favor da relevância da forma. Principalmente a poesia. Não vou me alongar em exemplos neste domínio. Remeto ao capítulo sobre o estilo na literatura, mas não posso deixar de citar esta interessante passagem de Eco (1984):

"Entrar num romance é como fazer uma excursão à montanha: é preciso aprender a respirar, a regular o passo, do contrário desiste-se logo. Acontece o mesmo em poesia. Pensem um pouco como são insuportáveis os poetas declamados por atores que, para "interpretar", não respeitam a medida do verso, fazendo enjambements recitativos como se falassem em prosa, atentos ao con-

teúdo e não ao ritmo. Para ler uma poesia em hendecasílabos e terza rima é necessário assumir o ritmo cantado que o poeta desejava. Melhor recitar Dante como se as rimas fossem as do antigo *Corriere dei Piccoli* do que correr, a todo o custo, atrás do sentido" (p.37).

Veja-se também esta de Valéry, citada por Granger

"Se alguém se inquieta diante do que eu 'quis dizer' em tal poema, respondo que não quis dizer mas quis fazer e que foi a intenção de fazer que quis o que eu disse ..." (apud Granger, 1968:244).

10) A psicanálise traz, sem dúvida, água para nosso moinho. Eu não saberia dizer, ainda, se a psicanálise considera qualquer manifestação da linguagem como marcada pelo inconsciente. Se não for este o caso, como se pode pensar a partir de afirmações como " ... além do que os sujeitos se propõem a dizer em seu discurso intencional, há algo que se liga, á margem de sua própria deliberação no contexto associativo ..." (Vallejos e Magalhães, p. 135), provavelmente uma das tarefas é encontrar procedimentos que distingam discursos conscientes de inconscientes, interferências mútuas, etc.

Mas, deixando este problema de lado, e esquecendo, momentaneamente, a incomensurabilidade às vezes óbvia entre os procedimentos da psicanálise e os da linguística na abordagem do discurso (ver cap. 3), não se pode desconhecer que há certos

casos, encontráveis na bibliografia, para cuja análise e interpretação o interessado deve debruçar-se sobre o significante apenas. É verdade que se faz isso para a busca de um sentido (e não poderia ser para outra coisa), mas esta necessidade mostra que se deve esquecer a composição da signo tal como tradicionalmente posta pela linguística e atribuir ao significante um peso próprio, e, sem dúvida, mais relevante que o peso do significado. Veja-se esta passagem:

"Para Saussure, significante e significado eram dois aspectos complementários e indissociáveis da unidade do signo. Quando Lacan caracteriza a barra que os separa está dando uma enunciação da autonomia do significante com respeito a todo o significado pré-estabelecido. Ao separar o significante do significado, Lacan destaca o status significativo do significante, seu poder de produzir efeitos de significado. ... Se, por um lado, toma o significante como elemento em um sistema de relações, fazendo com que nenhum significante seja visto fora do sistema, por outro lado, rompe com a unidade do signo saussuriano. ... enquanto em Saussure o significante está ligado ao significado na unidade do signo e no substrato topológico, em Lacan o lugar do significante é sua relação com outros significantes, de modo que o substrato topológico é a cadeia significante". "... é do choque diferencial entre significantes que surgem os efeitos de significado, como prova a concatenação do significante" (Vallejo e

Vejamos apenas alguns exemplos.

a) em *Psicopatologia da vida quotidiana*, Freud analisa numerosos casos de esquecimentos, lapsos, pequenos desatres, e tenta mostrar que, longe de serem casuais, têm sempre uma motivação que os explica. Alguns desses fenômenos têm estreita relação com a linguagem e, em especial, com seu aspecto formal. Darei apenas um exemplo. Freud viajava com um jovem conhecido, que, para concluir uma determinada conversação, decidiu citar um verso latino. O que conseguiu dizer foi "Exoriare ex nostris ossibus ultor". Mas imediatamente percebeu que o tinha citado mal, sentiu-se observado de maneira especial por Freud, cujas teorias a respeito de casos como este conhecia e irritou-se. Freud forneceu-lhe em seguida o verso completo (exoriare aliquis nostris ex ossibus ultor), do qual o jovem esquecera exatamente a palavra *aliquis*. Propôs-se, em seguida, a descobrir a razão deste esquecimento, um pouco para provocar Freud, que aceitou, desde que seu companheiro concordasse em dizer livremente e sem censura tudo o que lhe ocorresse quando pensasse na palavra esquecida. Ocorreu por primeiro ao companheiro de Freud dividir a palavra em *a* e *liquis*, em seguida mencionou as palavras *reliquias*, *liquefazer*, *fluidez*, *fluido*. Depois pensou em São Simão de Trento, num artigo sobre o que Santo Agostinho disse das mulheres, depois em São Januário e no milagre do sangue, em especial numa história segundo a qual Garibaldi deu a entender ao padre que desejava ver o milagre numa certa data em que a liquidação do sangue

estava atrasada, em seguida se lembrou de algo sobre o que se recusou a falar. Nesse momento, Freud disse que poderia deixar por sua conta a explicação de por que esquecera "aliquis". Tratava-se de uma senhora de quem o companheiro de Freud poderia a qualquer momento receber uma notícia desagradável, a saber "alguém cujas regras poderiam não vir". À pergunta de como conseguira adivinhar, Freud respondeu: "... O senhor preparou o caminho suficientemente ... Basta lembrar sua divisão em a-liquis, e as associações: relíquias, liquefazer, fluido ..." (30). Parece que estamos diante de um caso em que, se não são só fatores formais que jogam um papel, será difícil dizer que eles não jogam o papel fundamental. Em resumo, é a semelhança da palavra aliquis com a palavra líquido que provoca o esquecimento, por mais que não haja nada além de uma mera semelhança fonológica entre as duas (o liquis de aliquis nada tem a ver com líquido - de líquido, em termos de signo). Além disso, a divisão em a-liquis remete ao papel de a como prefixo negativo.

b) Manoni fala de um jovem analisando que provavelmente tinha-se identificado com sua irmã e que, embora não fosse necessariamente verdade, culpava-se por ter tido relações homossexuais com seu atual cunhado, quando menino. Independentemente de outros problemas, o principal era sua identificação com a irmã. Segundo Manoni, em determinado momento da análise, tentou por todos os meios demonstrar que não deslocara para sua mulher um desejo incestuoso desconhecido. Ora, é aqui que os problemas linguísticos entram: a irmã se chamava Florence e a mulher, Laurence. Durante uma sessão em que se defendia, declarou em

certo momento: "Não pode haver maior semelhança entre minha mulher e minha irmã do que entre um ovo (oeuf) e um boi (boeuf)". O analista, diz Manoni, não poderia deixar de espantar-se com a perfeita pertinência do exemplo. Tira-se **oeuf** de **boeuf** exatamente como Laurence de Florence. O analisando se deu conta de algo, provavelmente, porque acrescentou que se tratava de um péssimo exemplo, para afirmar em seguida que não havia percebido a relação entre **oeuf** e **boeuf**. Mas continuou nesses termos: "Quem rouba um **oeuf** rouba um **boeuf**". Diante do silêncio, o analista lhe observou que havia outra semelhança, "diferente e literal: se é verdade que quem rouba um **oeuf** rouba um **boeuf**, utilizando-se o mesmo jogo de significantes, pode-se dizer: quem deseja Laurence pode desejar Florence". "É porque o provérbio acusador tocava alguma coisa recalcada que a simples semelhança dos significantes tornava-se de repente gravemente significativa" (Manoni, 1969: 49-53).

Aqui, como se vê, trata-se de um jogo de significantes, sim, mas um pouco diverso do caso de *aliquis*. O que aqui funciona é uma regra de produtividade de significantes, que pode ser compatível ou não com significados, i. é, a quarta proporcional tanto pode redundar num exemplo perfeitamente adequado ao léxico de um língua quanto num vocábulo cuja existência não possa de mera possibilidade. De qualquer maneira, não se trata de um jogo de significados: o que é relevante é ter-se partido da semelhança formal entre os dois elementos para a interpretação psicanalítica.

c) o sujeito não é só alguém que comete atos falhos. É alguém que produz chistes. Se é verdade que nem todos os chistes

podem ser facilmente analisados considerando-se prioritariamente o jogo de formas (p.ex. quando, no meio de uma conversa em que se falava de uma pessoa, Her N. comentou "Bem, a vaidade é um dos seus quatro calcanhares de Aquiles"), a verdade é que um grande número deles utiliza-se de técnicas basicamente formais. Em seu livro *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, do qual se tira o chistes acima, Freud propõe uma tipologia dos chistes (que, em verdade, não inclui todas as técnicas) segundo a qual, basicamente, trata-se de jogos formais. Propõe três tipos básicos (condensação, múltiplo uso do mesmo material e duplo sentido, com várias subdivisões). De qualquer maneira, embora nem todos os chistes sejam interpretáveis basicamente por sua forma, é seguro que um grande número deles o é, e isso nos basta como argumento. Vejamos alguns, brevemente:

a) "É tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, Doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual - bastante **famíliarmente**".

b) uma italiana, perguntada por Napoleão se todos os italianos dançavam tão mal, respondeu: "Non tutti, ma buona parte";

c) Se um médico indaga a um jovem paciente se já teve uma experiência masturbatória a resposta será: "O na, nie! (Onanie = masturbação).

d) Um jogo de palavras que corria ao tempo de Napoleão II, quando se apoderou da Casa de Orleans: "C'est le premier vol de l'aigle" (vol = voo e roubo);

e) Um médico, afastando-se do leito de uma dama enferma, diz a seu marido: "Não gosto da aparência dela". "Também não

gosto e já há muito tempo", apressou-se o marido em concordar.

f) Heine falou de um comédia satírica: "Esta sátira não seria tão mordaz se o autor tivesse mais o que morder".

Estes poucos exemplos nos mostram um tipo de discurso baseado essencialmente na forma. Evidentemente, tem interpretação. O interessante, aliás, é que tem mais de uma interpretação. O que comprova a hipótese de que, por causa de sua natureza indeterminada, uma língua se torna, de fato, sobredeterminada, o que faz com que o problema da interpretação seja, em princípio, em qualquer discurso, não a busca do seu sentido, que estaria de alguma forma oculto, mas a escolha de um dos sentidos possíveis, para o caso do interlocutor, e, para o caso do analista, o levantamento das condições que favorecem ora um, ora outro.

ii) A sintaxe pode oferecer exemplos inumeráveis de relevância da forma, isto é, significações produzidas pelo fato de um enunciado ser construído de uma maneira ao invés de outra. Darei aqui apenas um exemplo (para outros, ver capítulo IX). Ilari (1983), analisando casos em que se poderia esperar, de um certo ponto de vista, que dois predicados fossem simétricos, isto é, casos em que seria irrelevante uma ou outra ordenação, mostra que há inúmeros fatores, dentre os quais os semânticos são de extrema relevância, a impedir a perfeita simetria. Tomarei emprestado um de seus exemplos, relevante para o que me interessa, e sua interpretação. Tendo o autor um certo dia dito (1) ao Dr. C.S., ouviu dele a resposta (2)

(1) Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo

(2) Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu
Ora, como as condições de verdade não se alteram em

(3) "X trabalha na mesma sala que Y" e

(4) "Y trabalha na mesma sala que X",

a resposta de C.S. parece estranha. "Na realidade, no contexto, a intenção de C.S. era bastante clara: a sugestão implícita em (2) era que Paulo, a despeito de ser mais idoso, e mais popular no círculo de amigos, tinha chegado ao cargo de procurador do Estado ao cabo de uma carreira longa e menos brilhante, e passara a ocupar a sala em que C.S. trabalhava há anos"(98).

Pode-se ver aqui como a ordem não é irrelevante, embora não se possa dizer que se produzam sempre efeitos idênticos. C.S. investiu a ordem sintática de uma função que não necessariamente ela desempenha: a de marcar sua superioridade em relação a seu colega de trabalho, efeito que não decorre de uma análise semântica dos elementos presentes na frase.

12) Em relação a unidades maiores que a frase, parece evidente que a ordem tem importância. Por exemplo, este meu trabalho se apresenta sob uma certa organização, não necessária, é verdade, mas certamente não irrelevante. Sabe-se que não é a mesma coisa construir uma narrativa seguindo-se a ordem real dos acontecimentos ou reordená-los segundo certos objetivos. Não se desconhecem, também, os efeitos retóricos buscados com uma certa disposição dos argumentos, em que a relevância de cada um acaba por ser condicionada pelo seu lugar relativo de aparecimento. Darei apenas um exemplo:

(1) O escritor estreante tem defeitos e virtudes. Escreve bem, domina seu instrumento de trabalho, mostra-se informado, é dono de uma ironia ferina. No entanto, apega-se excessivamente aos modelos tradicionais do romance.

(2) O escritor estreante tem defeitos e virtudes. Apega-se excessivamente aos modelos tradicionais do romance. No entanto, escreve bem, domina seu instrumento de trabalho, mostra-se informado, é dono de ironia ferina.

Nos dois casos acima, a disposição inversa das qualidades e dos defeitos do escritor produz resultados diversos. No primeiro, pelo fato de os defeitos virem em último lugar, produz-se um efeito contrário ao autor, isto é, os defeitos são ressaltados, passam por ser o juízo mais relevante sobre seu trabalho. No segundo caso, dá-se o inverso. Claro que há (propositalmente) nos exemplos uma partícula destinada a marcar isso ("no entanto"). Mas o que ela faz é marcar explicitamente o papel dos juízos expressos ao longo do texto total. Mesmo sem esta partícula, os efeitos produzidos seriam da mesma qualidade. Qualquer leitor pode fazer o exercício.

13) Línguas aparentadas podem fornecer exemplos relevantes da importância da forma. Exemplos podem ser os "falsos cognatos". Quem tem um domínio não perfeito de uma segunda língua pode, por semelhanças formais, ser levado a erros ou dúvidas de tradução ou de elocução. Apenas para ilustrar, lembramos a palavra espanhola *todavía*, que se traduz para o português *ainda*, e não para *todavia*, e a palavra inglesa *actual* que se traduz

para o português real, e não atual.

Veja-se esta passagem interessante de uma reportagem de Luís Fernando Veríssimo: "... é saber quando o "o" se transforma em "ue". Você hesita mas acaba decidindo, acertadamente, que não se diz pueco ... E seria capaz de jurar que não se diz "Marruecos. Não pode ser Marruecos. Pois é Marruecos".

Casos como esses, que são numerosos e que traem os aprendizes, obviamente os traem por causa de sua associação com base na forma. Vale a pena mencionar os investimentos humorísticos que se pode fazer sobre este material, como o do brasileiro que pede ao americano para esperar "justo um momento", ou ao espanhol para esperar "un pueco".

Capítulo 8

Notas sobre estilo literário

"Estilo: deficiência que faz com que um autor só consiga escrever como pode".

(Mário Quintana)

"Creio que é uma experiência bastante comum, para aqueles que têm estado empenhados durante muitos anos na profissão da crítica literária, deslizar, quase inconscientemente, para uma condição de desconfiança em relação a todos os seus termos mais familiares e gerais. O crítico torna-se insatisfeito com a imprecisão de sua atividade ou de sua arte e nutre o sonho fantástico de que possa ser reduzida à firme precisão de uma ciência. Poderá mesmo chegar, durante este período de insatisfação, a esquecer-se de que a metade da fascinação da sua tarefa está no fato de serem os termos que usa fluidos e incertos e de que seu sucesso depende da força compulsiva com que lhes imprime um significado que se ajusta a sua própria intenção e seja inconfundível para seu público" ... "Isto sucederá em muito maior escala no caso da discussão de uma palavra como Estilo" (Murry, 13-15).

Esta passagem de Murry, se traduz bem a sensação de um crítico literário em relação ao grau de precisão do trabalho que faz, traduz bem mais a perplexidade de um linguista que se atreva a ler os trabalhos produzidos pela crítica literária. Porque, se é verdade que há neles muito encanto e satisfação, se é verdade que as análises são muito convincentes, pelo menos muitas delas, também é verdade que dificilmente um outro conseguiria, se quisesse fazer a prova, encontrar resultados semelhantes em outros textos. Isto é, a fluidez dos termos descritivos com que opera a crítica literária não permite que se refaçam análises, que se testem hipóteses, no sentido técnico do termo. Pode ser que isso decorra da natureza do objeto a ser estudado, mas também pode ser que decorra da representação que a crítica faz de si mesma, dos papéis que deve exercer, a depender de constrictões de épocas e até de mercados.

Mas o linguista se espanta, mesmo que opere numa área fluida como é a Análise do Discurso. Acostumado, bem ou mal, com definição um pouco mais precisas, pelo menos de certos termos básicos com os quais operará, descobre, lendo críticas literárias, que as análises são por vezes impressionantemente bem feitas, que se acoplam fatos de textos e fatos de épocas de maneiras habilíssimas, que se descobrem sucessões, correlações, inversões, fontes de emoção, relações de significantes e de significados, mas não sabe nunca se isso é efetivamente tirado do texto por procedimentos generalizáveis.

Mas, talvez isso não devesse espantá-lo, desde que considere a complexidade do corpus com que o crítico trabalha, se

comparado com o corpus de um linguista. Se este constrói um hipótese de gramática com algumas frases ou se de um punhado de expressões extrai provavelmente com pouca margem de erro a estrutura fonológica de uma língua, pelo fato de um livro ser muito mais complexo e relacionado a muitos outros livros, talvez seja mesmo impossível ao crítico literário atingir o tipo de objetividade do linguista.

Ocorre, no entanto, que às vezes a crença na capacidade do público de compreender inconfundivelmente o que diz um crítico pode ser posta em questão. Para ilustrar este problema, seguirei um pouco mais o próprio Murry. Discorrendo sobre a dificuldade de definir da palavra "estilo", utiliza-se de três tipos de ocorrências possíveis. Na primeira, ela significa "aquela idiossincrasia pessoal de expressão pela qual reconhecemos um escritor" (16). Na segunda, "a técnica de expressão" (17), e com isso quer dizer fundamentalmente "clareza". Essas acepções são relativamente claras no seu texto, por mais que "clareza" e "idiossincrasia pessoal de expressão" sejam conceitos vagos. Mas, vejamos a sequência:

"Na terceira frase, "Marlowe, a despeito de ser bombástico, de sua brutalidade e de seu ridículo, tinha estilo", a palavra é usada em sentido absoluto (grifo meu). Não sabemos precisamente o que isso significa, mas sabemos que significa geralmente que Marlowe podia escrever versos como... (e cita versos do autor). Esses são versos de Marlowe. Nenhum outro poderia tê-los escrito; nem mesmo Skakespeare" (Murry, 17).

Murry está perfeitamente correto em dizer que "a palavra é usada em sentido absoluto" é uma expressão que não tem uma significação clara. Em seguida, na tentativa de esclarecê-la, aproxima-se perigosamente da primeira definição de estilo, como idiossincrasia pessoal de expressão. Isso não nos diz nada sobre onde está o estilo de alguém e o que o constitui.

Também são bastante incompreensíveis afirmações como "na cena da morte de Cleópatra ele (Shakespeare) realiza o milagre de tornar a linguagem completamente adequada à emoção, mantendo-a, no entanto, simples. A emoção está expressa até a última gota" (51). Muito provavelmente estas afirmações "analíticas" são prenes de sentido para um especialista em textos literários, para um profundo conhecedor das manhas e artimanhas dos escritores. Mas, não será isso fruto muito mais de uma intuição profundamente desenvolvida por parte de um leitor experiente do que de princípios e regras de interpretação que possam ser utilizadas por qualquer leitor que as conheça? (Ver, a propósito da intuição, Alonso, 1957 e Spitzer 1948, especialmente pp. 50-53).

Mas, se este é, confessadamente, o quadro geral do tratamento da noção de estilo na crítica literária, não se pode negar que houve tentativas de tratamento do problema de uma forma menos intuitiva, tentativas de fixar um ponto de partida seguro a partir do qual se pudesse tratar do fenômeno da linguagem literária de forma mais objetiva. O que parece que se dá, então, é o que acontece sempre que se elege um lugar seguro: deixa-se muita coisa de lado. A eleição de um aspecto é necessária, sob

pena de partir-se já de uma multiplicidade de fatos incontrollável. O sonho da objetividade, no entanto, não deixou de solicitar o trabalho dos críticos literários.

Creio que se pode dizer que a tradição, pelo menos dos últimos tempos, na crítica literária, tratou do estilo de três maneiras fundamentais, ou tendo em vista três focos fundamentais de interesse. Há uma vertente psicologizante, que vê na obra basicamente a revelação da personalidade do escritor. Há uma versão sociologizante, que vê na obra fundamentalmente a representação da problemática de uma época, pelo menos nas obras consideradas historicamente representativas. E há uma vertente que, por economia, chamo de formalista, seguindo, aliás, uma tradição, que se preocupa fundamentalmente com a materialidade da obra, deixando em segundo plano o autor (às vezes mesmo em plano nenhum) e os aspectos históricos e/ou sociológicos.

O representante típico da tradição psicologizante é Spitzer. Sua idéia básica pode ser expressa assim: a linguagem (estilo) de um autor expressa seu espírito da mesma forma que uma língua expressa o espírito de um povo. Fixa um princípio metodológico explícito: "A qualquer emoção, ou seja, a qualquer afastamento do nosso estado psíquico normal, corresponde, no campo expressivo, um afastamento do uso linguístico normal; e, em contrapartida, um desvio da linguagem usual é indício de um estado psíquico desabitual" (apud Aguiar e Silva, 574). Apesar da explicitude suspeita dos termos usual ou normal, tanto quando relativos ao psiquismo como quando relativos à linguagem, não podemos deixar de reconhecer que, se a intuição relativa a

estes campos for boa, o princípio é operacionalmente objetivo. Talvez as conclusões sejam suspeitas, porque não deve ser muito fácil atingir o núcleo do estado de espírito revelado pelo desvio linguístico. Vejamos a avaliação deste problema em outro trabalho:

"Alguns trabalhos de Leo Spitzer levam muito longe a tentativa de inferir dos traços estilísticos de um autor suas características psicológicas. Proust presta-se a este procedimento; em Charles Louis Philippe encontra repetida a expressão 'à cause de', interpretada como uma "pseudo-objective Motivierung", implicando uma crença no fatalismo; em Rabelais, Spitzer analisa formações de palavras que, servindo-se de uma raiz conhecida ... a combinam com dúzias de sufixos fantásticos para criar uma multidão de alcunhas repulsivas... e com isso Spitzer tem em vista mostrar que em Rabelais existe uma tensão entre o real e o irreal, entre a comédia e o horror, entre a utopia e o naturalismo" (Velek e Waren, 225). (ver também Spitzer 1948).

Parece pouco seguro, com efeito, tirar tais conclusões a respeito de um autor. Mas, não se pode deixar de reconhecer que aparece, assim, uma pista objetiva de pesquisa, bem como uma definição de estilo formulada com bastante nitidez: o estilo concebido como desvio de uma norma, "seja com caráter insólito, seja com maior grau de sutileza". (Aguilar e Silva, 225). Esta definição de estilo como desvio, aliás, é das mais produtivas

na área dos estudos estilísticos, tendo gerado numerosos estudos de textos que analisam seja criações lexicais seja inversões sintáticas ou mesmo "erros" conscientes que devem fornecer uma pista interpretativa da intenção estética do autor.

Mas, se há um grau de objetividade em Spitzer, não se pode deixar de reconhecer que há muito de aleatório em sua proposta de trabalho. Isto é, não se pode dizer jamais que tal ocorrência linguística significa determinado traço ou estado de ânimo. Isto seria erigir um receituário semelhante às famosas listas de símbolos que permitem interpretar sonhos, encontráveis em bancas de jornal. Diante desta impossibilidade de objetividade, o conselho de Spitzer é "ler e reler, confiante e confiadamente; escolher um ponto de arranque", um pormenor qualquer, até descobrir o que pode ser uma chave interpretativa que deve ser depois testada no conjunto da obra, até que se verifique que um detalhe é revelador da obra, assim como para um filólogo um detalhe da língua pode revelar leis mais gerais (Spitzer, 1948).

Nesta sugestão de método de trabalho vemos o quanto a interpretação, encontrado o pormenor que pode ser fornecido pelo conhecimento tácito de qual seja o uso normal da língua, depende da intuição do leitor e intérprete. Na verdade, o leitor está diante da obra como um falante comum diante de um discurso qualquer: pode saber intuitivamente do que se trata quando determinada forma de linguagem aparece, mas os instrumentos explícitos para sua análise são deficientes.

Uma segunda vertente é a que se pode chamar sociologizante. Lê-se em Aguiar e Silva:

"... expôs Auerbach (...) um conceito não formalista de estilo, entendendo por estilo o próprio modo como o escritor organiza e interpreta o real e estabelecendo portanto como tarefa da estilística o estudo da semântica ideológica e sociológica que está subjacente a qualquer estilo. Em vez de nexos entre estilo e sentimento, que encontramos na teoria spitzeriana, aparece em Auerbach a vinculação entre estilo e ideologia, entre estilo e concepção da realidade" (594-5).

Lendo *Mimesis* encontram-se passagens como "também é marcada na expressão a mistura de formas idiomáticas altas e baixas, e mesmo uma das senhas clássicas do estilo baixo, *humble*, é pronunciada" (272-3), isto é, referências a formas linguísticas de valor social marcado. Mas encontram-se muito mais numerosas análises relativas à concepção geral da obra e das características dos personagens, características tanto sociais como psicológicas. São, assim, muito mais típicas de Auerbach passagens como: "Toda uma série de elementos de mistura de estilo é mencionada ou insinuada nestas poucas linhas: o elemento da criaturalidade corpórea, o dos objetos baixos e quotidianos, e o da mistura de classes entre pessoas de posição alta e baixa" (272); ou então: "O teatro de Shakespeare não apresenta golpes isolados do destino, que quase sempre caem de cima e cujas con-

sequências se resolvem em poucas personagens... (mas)... urdi-
duras inerentes ao mundo" (282); tudo porque "A antiguidade via
os acontecimentos dramáticos da vida humana preponderantemente
na forma das mudanças de fortuna, que irrompiam de fora e de
cima por sobre o homem; ao passo que na tragédia elizabetana
(...) é muito maior o papel desempenhado pelo caráter singular
do herói como fonte do seu destino" (277); e isso tem a ver com
o fato de "os temas da tragédia antiga terem sido tirados quase
exclusivamente do *mythos* nacional (...) também o *milieu* era co-
nhecido e além do mais, era quase sempre o mesmo; não havia
portanto, motivo para descrever seu peculiar caráter ou sua pe-
culiar atmosfera" (278); "o teatro elizabetano oferece um mundo
dos homens muito mais múltiplo do que o teatro antigo; à sua
disposição estão todos os países e tempos" (279). Em Shakespeare
há muitos personagens, alguns sem papel importante na economia
racional da peça, mas destinadas a configurar melhor o caráter
dos personagens principais, já que é deles que depende em gran-
de parte o desfecho de seu destino, como acima se viu, e por
isso "a economia de suas peças está inspirada pela concepção da
concatenação universal do mundo (...) (e por isso a) cada corda
que é tangida no destino humano ressoa (...) uma plethora de vo-
zes" (278). A essa multiplicidade de fatores interferentes na
ação Auerbach chama de "quadro estilístico" (281). "O mundo mo-
ral e mental de Shakespeare é, desta forma, muito mais movimen-
tado, mais rico em camadas (grifo meu) e, de per si, antes mes-
mo de qualquer ação determinada, mais dramático do que o da An-
tiguidade; a própria base sobre a qual os homens se movimentam
e os acontecimentos se desenrolam é mais insegura e parece es-

tar agitada por comoções internas; não há qualquer mundo fixo como pano de fundo, mas um mundo que se reproduz constantemente a partir das forças mais múltiplas" (282-3), ao contrário do mundo dos gregos, por exemplo.

Parece ficar claro, da leitura deste ensaio de Auerbach que estilo, para ele, é uma palavra que recobre uma multidão de fatos, referindo-se desde ao uso de certas palavras socialmente marcadas até a conceitos como trágico, cômico, sublime, complexo, etc. O estilo de uma obra tem a ver, portanto, com a concepção de mundo de uma época, que o autor capta, e para tanto, se necessário, multiplica personagens, situações, introduz ou elimina elementos da natureza, para expressar a concepção global de homem e de realidade.

Isso se esclarece em "Germinie Lacerteux", em que Auerbach começa falando da intenção artística programática da obra e a ela se refere nos seguintes termos: "corresponde exatamente àquilo que aqui entendemos por mistura de estilos ..." (433) e esta mistura diz respeito ao direito que um autor tem de "tratar de todo e qualquer objeto, mesmo o mais baixo, de forma séria, isto é, a extrema mistura de estilos, simultaneamente com argumentos político-sociais e científicos" (433-4). De novo, estilo tem menos a ver com língua do que com a totalidade dos elementos que têm direito a serem representados numa obra.

Em "A cicatriz de Ulisses", Auerbach opõe o estilo homérico ao bíblico. Trabalha com o episódio da volta de Ulisses e a descoberta de sua identidade revelada pela cicatriz que outrora adquirira, e opõe esta narrativa à da ordem de Deus para que Abraão lhe sacrifique seu filho. A palavra estilo aparece vá-

rias vezes, e ela não tem conexão com mecanismos linguísticos, mas com a forma da relação estabelecida entre o escritor e o leitor. Resumidamente, em Homero tudo é contado, minuciosamente, como se fosse presente, e tudo é primeiro plano. Na Bíblia, só alguns elementos são enunciados, ficando o restante por conta do leitor. Sobre Homero lemos, por exemplo: "Tudo isso é modelado com exatidão e relatado com vagar. Num discurso direto pormenorizado e fluente" (1)... "na necessidade do estilo homérico de não deixar nada do que é mencionado na penumbra ou inacabado" (3) "... representar os fenômenos acabados, palpáveis e visíveis em todas as suas partes, claramente definidos em suas relações espaciais e temporais"(4). Na Bíblia, Deus fala a Abraão, mas "onde estão os dois interlocutores? Isso não é dito"(5). "De onde vem ele, de onde se dirige a Abraão? Nada disso é dito. Ele não vem, como Zeus ou Poseidon, das Etiópias, onde se regozijara com um holocausto"(5). De novo, aqui fica clara uma noção de estilo, se bem que intuitivamente, como concepção da obra, seleção de elementos que devem ser incluídos e excluídos, etc., muito mais do que como forma linguística. A vantagem desta concepção é que ela obriga a considerar a obra como discurso, e a relação entre autor e leitor como uma relação de interlocução. O problema, que também típico da Análise do discurso, é que nem sempre os mesmos mecanismos significam a mesma coisa. Como dizem Vellek e Warren, "na Bíblia e nas crônicas, as construções de orações coordenadas (...) conferem um efeito tranquilo à narração; todavia, num poema romântico, uma série assim pode construir como que sucessivos degraus numa ofegante escada de perguntas excitadas"(219).

Em "A meia marron", chama-se a atenção particularmente para a forma como o tempo é tratado, em camadas, com base na interioridade do personagem e não com a clareza meridiana do presente, como em Homero. Além do mais, há sutilezas que chamam a atenção, como certas passagens que não se sabe se pertencem ao narrador ou ao personagem. E tudo isso é estilo, em Auerbach. E penso, fica evidente porque. Num caso, o tempo é o tempo objetivo, mesmo que um episódio pertença ao passado e seja convocado para o presente da narração, que então se suspende para dar lugar a outra, que é narrada como se fosse presente. A narração toda pertence ao narrador. No outro caso, "o escritor, como narrador de fatos objetivos, desaparece quase completamente; quase tudo o que é dito aparece como reflexo na consciência das personagens do romance"(469). Estes recursos de estilo foram descritos e chamados, por exemplo, de "discurso vivenciado" ou de "monólogo interno", diz-nos Auerbach. E acrescenta: "Mas essas formas estilísticas ... já forma empregadas muito antes ... mas não com a mesma intenção artística"(469-70).

Uma outra peculiaridade estilística diz respeito ao tratamento do tempo. Qualquer leitor percebe que "o processo de medição da meia e as palavras ditas em conexão com o mesmo poderiam ter levado muito menos tempo do que um leitor atento (...) precisa para ler o trecho ... Mas o tempo da narração não é empregado para o processo em si, mas para as interrupções"(471). Mas se trata de interrupção diversa da ocorrida no episódio da volta de Ulisses. Lá se trata de explicitar todos os fatos. Aqui, de deixar fluir o que se passa no interior dos personagens, suas evocações, episódios minúsculos de suas vidas pre-

gressas. E nenhuma das narrativas paralelas "é vista com a mesma exatidão temporal dos episódios ..." (473).

As análises de Auerbach são impressionantes, principalmente para um leigo em literatura. Tudo o que é dito parece de suma pertinência, tudo o que é atribuído à obra parece realmente verossímil. E, principalmente, tudo denuncia uma imensa capacidade e domínio do campo de trabalho, que, aliás, nesta obra, abrange textos de todas as épocas da literatura ocidental. Mas, feita a leitura, sobra a impressão de que tudo dependeu mais de Auerbach do que de um método seguro que possa ser trilhado. As exigências, para quem quiser segui-lo, são de ordem pessoal, mais que metodológicas, e por isso me parecem adequadas as palavras dos tratadores da obra no Brasil, que dizem, na Introdução:

"Auerbach procura delimitar, em cada caso, a visão específica que cada autor tem da realidade, e os meios de que se utiliza para representá-la. Portanto, exige muito mais do leitor, mas também, dá-lhe muito mais, pois é só mediante sua participação ativa na compreensão das análises apresentadas que o escopo da obra se preenche. E esta participação requer do leitor um uso intenso de seu bom senso e uma capacidade de conceber a realidade historicamente" (Sperber & Sperber, 1971) (grifo meu).

Um linguista que leia um trabalho como estes deve necessariamente dividir-se: como curioso e, eventualmente, teimoso leitor solitário, cabe-lhe deslumbrar-se diante das possibilidades reveladas pelas obras literárias. Mas como profissional, emudece.

Na tendência formalista, o essencial é verificar a forma, desde a de uma palavra até a forma do texto. De alguma maneira, trata-se de tomar um texto como universo, como totalidade, e verificar suas leis de organização, sua própria estrutura. No horizonte, como termo de comparação, está a linguagem usual. A diferença entre as duas linguagens é produtora de efeitos de sentido. Esta tese pode ser resumidamente apresentada com a seguinte citação de uma passagem das Teses de 1929, elaboradas pelo Círculo Linguístico de Praga: "Uma propriedade específica da linguagem poética é acentuar um elemento de conflito e de deformação... assim, por exemplo, uma aproximação da palavra poética com a língua de comunicação é condicionada pela oposição à tradição poética existente". (Schaiderman, 1970:13).

Apresentarei a seguir, por suas características, um resumo da concepção de Umberto Eco a respeito da geração de mensagens estéticas. Como se verá, esta concepção opera basicamente sobre uma utilização estética da linguagem, definida como uso ambíguo e auto-reflexivo da língua, seguindo Jakobson. É preciso, além da ambiguidade, que ocorram alterações na ordem da forma da expressão para que "o destinatário seja obrigado a voltar à pró-

pria mensagem, para observar as alterações da forma de expressão "(Eco, 1973:09). Deste modo "... forma e conteúdo são inseparáveis"(idem).

Eco supõe, para explicar sua concepção, uma linguagem edê-nica estruturada em seis eixos semânticos: comível X não-comível; bem X mal; belo X feio; vermelho X azul e serpente X maçã. Uma unidade cultural torna-se interpretante de outra, de modo que se criam cadeias como:(1) vermelho=comível=belo=bem,

azul=não-comível=mal=feio.

Pra designar estas unidades culturais, é dada a Adão e Eva uma linguagem composta de A e B combináveis entre si pela regra X, nY, X, de forma que seu código é do tipo:

(2) ABA	= comível
BAB	= não-comível
ABBA	= bem
BAAB	= mal
ABBBA	= serpente
BAAAB	= maçã
ABBBBA	= belo
BAAAAAB	= feio
ABBBBBBA	= vermelho
BAAAAAAB	= azul

O código contém também dois operadores: AA = sim e BB = não. Não há outras regras sintáticas, exceto a que permite unir duas sequências em predicação recíproca, como BAAAB.ABBBBBBA, que significa "a maçã é vermelha" ou "maçã vermelha". Poderiam gerar sentenças infinitas, mas não necessitam disso. "As palavras são as coisas, as coisas são as palavras"(113), daí serem

naturais para eles sequências como (3) ABA = "vermelho" (originalmente, "comível"). "Trata-se de um uso embrionário da metáfora" (113).

Um dia chega Deus e pronuncia um juízo que lhes soa estranho, e por isso mesmo é uma proibição. Diz-lhes que pensam que a maçã é boa e comível porque é vermelha, mas na verdade é não-comível, porque é má. Isto é: BAAAB.BAB - BAAAB.BAAB (=maçã não comível, maçã mal). Na verdade, diz Eco, Deus cria a cultura, que nasce do tabu, e a lei.

Adão e Eva podem alterar (3) e devem produzir cadeias como:

(4) vermelho = comível = bem = belo = sim

serpente e maçã = não-comível = mal = feio = não

de onde se extrai: serpente = maçã. Há um certo desequilíbrio do universo semântico, em relação a (3), diz Eco, mas o universo em que vivemos se parece mais com (4) do que com (3).

Continua Eco: Adão e Eva têm hábitos perceptivos pelos quais a maçã continua a ser nomeada 'vermelha', e todavia ela torna-se 'azul'. A proposição

(6) BAAAB.ABBBBBA ('a maçã é vermelha') é contraditada por

(7) BAAAB.BAAAAAB ('a maçã é azul').

O caso é curioso, diz Eco, pois a denotação entra em contraste com as conotações, e gera conotações que não podem ser expressas na linguagem denotativa normal. Não podem indicar a maçã dizendo Isto é vermelho porque sabem também que Isto é azul. Só podem indicar a maçã por uma metáfora, aquilo que é vermelho e azul, ou melhor, vermelho-azul. Em lugar de

(8) BAAAB.ABBBBBA.BAAAAAB ('a maçã é vermelha, é azul'), dizem

(9) ABBBBBABAAAAAB (o vermelhoazul).

Adão e Eva ficam fascinados, segundo a representação que deles faz Eco nesta situação imaginária, pelo som inusitado, pela forma inédita que compuseram (grifos meus). "... depois, ao invés de olhar a maçã, repete de si para consigo, ... aquele grumo de sons curiosos. Contempla, talvez pela primeira vez, as palavras e não as coisas" (116).

Depois, Adão faz uma descoberta: a sequência (9) contém em seu interior, quase no centro, a sequência BAB ('não comível'). Adão e Eva descobriram o uso estético da linguagem (116). A fase subsequente da experiência de Adão favorece a substância da expressão. Ele escreve num rochedo

(10) ABBBBBA, que quer dizer "azul",

mas escreve com o suco de certas bagas vermelhas. Não serão (9) e (10) duas metáforas da maçã? A coisa fica complexa, porque as cores, que eram referentes, tornam-se meios de expressão, significantes de algo que "tem entre seus significados a mesma palavra ABBBBBA que antes o significava" (117). Além disso, aquela cor vermelha significa também, agora, não só 'vermelho' e 'ABBBBBBA', mas também 'comível' e 'belo'. E tudo isso enquanto a nível verbal o que está escrito no rochedo queria dizer 'azul' e portanto 'mal' e portanto 'não-comível'. Não reproduzirá a carga da ambiguidade da maçã?

Penso que a exposição desta parte da simulação de Eco esclarece suficientemente a questão dos efeitos estilísticos (estéticos), segundo esta concepção. Exporéi apenas mais um exem-

plo ou dois dos achados de Adão e Eva, a esta altura apaixonados por suas aventuras epilinguísticas: Adão resolve escrever ABBBBBBA (que não existe por ter um B a mais), com ênfase em relação ao vermelho, com que mais se assemelha. E começa a descobrir no mundo gradações do vermelho. Depois experimenta dizer algo mais complexo - "não comível é o mal, que é a maçã feia e azul" e resolve dizê-la assim:

(11) BAB

BAAB

BAAAB

BAAAAB

BAAAAAB, onde há um crescimento progressivo das palavras (ritmo) e todas terminam pela mesma letra (rima). "A malvadez da maçã é sublinhada por certa necessidade formal que impõe (...) que seja feia e azul" (118). E Eva, que não é insensível, escreve

(12) ABBA

ABBBBA

ABBBBBBA

ABBBBA ('bom, belo, vermelho - é a serpente), em

cuja forma se restabelece a "anafórica homogeneidade inicial" (119). Além disso, sua poesia reabre a questão da contradição, que de certa forma a de Adão parecia haver sanado.

As aventuras de Adão e Eva continuam, nesta versão imaginária do pecado original, a descoberta da estrutura e do poder da linguagem.

Como se vê, esta amostra revela os caminhos principais dos formalistas: uma análise cuidadosa dos elementos formais, da

estrutura da obra, sua comparação com outras linguagens, e, principalmente, a tentativa de descobrir na forma um reforço, uma reduplicação, um símile do conteúdo.

Alguns exemplos a seguir podem esclarecer melhor isso.

Para um linguista, é extremamente difícil descobrir exemplos de representação de traços psicológicos numa obra, bem como o trabalho de levantar as condições históricas representadas por uma obra. Deixarei, portanto, não por inúteis, mas por impossíveis para mim, de retomar estas questões. Gostaria, agora, de fornecer um conjunto de exemplos de como o estilo gera mensagens estéticas, isto é, de como a forma escolhida pelo escritor reforça ou redobra o sentido do que está expresso no texto. É esta, inclusive, uma das abordagens de estilo em Branger (1968), que exporei no próximo capítulo. Com efeito é ele quem diz, e neste sentido ele se aparenta enormemente à abordagem que acima chamei de formalista, que em qualquer mensagem efetiva há um conjunto de redundâncias, no sentido de que são traços não pertinentes ao sistema linguístico, que individualizam a mensagem. E acrescenta: "Na medida em que esta redundância não apareça distribuída de modo totalmente aleatório e, em seu tratamento, se esbocem certas constâncias, há estilo" (17). Retomarei esta questão mais adiante, principalmente a propósito do que pode significar distribuição não aleatória dos traços redundantes. Por enquanto, nos ater-me-ei a exemplos em que esta redundância gera efeitos estéticos, daí porque os exemplos são todos literários. Algumas das análises são citações, mas também tentarei algumas e isto porque quero deixar claro como um linguista pode, num certo nível, arriscar-se mais que em outros.

Vejamos, então, alguns exemplos:

(1) Em *Ave, Palavra*, de Guimarães Rosa, o texto "As garças" começa assim:

"Já eram conhecidas nossas. Juntas, apareciam, ano por ano, frequentes, mais ou menos no inverno. Um par. Vinham pelo rio, de jusante, septentrionais, em longo vôo - paravam no Sirinim, seu vale".

Todos sabemos que Guimarães Rosa é um daqueles escritores que se reconhece em geral à primeira leitura, porque seu estilo pode ser definido, entre outros traços, como uma idiossincrasia pessoal, perceptível no modo como constrói sua sintaxe, certas derivações morfológicas, etc. Não é, no entanto, a isso que me referirei aqui. Neste momento, quero ocupar-me apenas de uma palavra, *septentrionais*. Grafada assim, com grafia antiga, não deve estar aí sem nada para fazer. E chama a atenção do leitor pelo inusitado da forma. O que parece evidente, à primeira vista, é que assim comparece para reforçar a idéia da distância do vôo - "em longo vôo". Isto é, se elas são "septentrionais" e não "setentrionais", então elas devem vir de muito longe, a forma arcaica da palavra sugerindo a distância. E o fato mesmo de que a mutação histórica da palavra diz respeito ao tempo e que o vôo das garças diz respeito ao espaço, re-redobra o efeito poético da forma selecionada. Da mesma maneira que esta forma, pode ser analisada a grafia "jeolhos" que Drummond de Andrade utiliza em certa crônica numa passagem em que se refere a algumas velhas ajoelhadas numa igreja. Que são velhas, está dito, mas se elas dobram seus *jeolhos*, e não seus *joelhos*, hão de ser realmente velhas.

(2) Ainda em Guimarães Rosa, agora em Grande sertão: Veredas, encontramos, já nas primeiras discussões sobre a existência ou não do demônio, a seguinte passagem:

"E, mesmo, quem de si de ser jagunço se entrete, já é por alguma competência entrante do demônio. Será não? Será?" Nesta passagem quero referir-me à sequência "... quem de si de ser jagunço ...", que se lê "quem decide ser jagunço", eventualmente com sutis diferenças de acento. O que Riobaldo discute é a influência do demônio na decisão do jaguncável. Afirma-a em "já é por alguma competência ...". Mas, diz, de alguma maneira, que o jagunço decide ser jagunço, mas o diz por uma determinada organização da expressão que, de outra forma, não a diz. O torneio sintático escolhido relembra, no "de si", a forma arcaica do agente da passiva, o que coloca o jagunço, não o demônio, como responsável pela decisão. Mas isso é desmentido em seguida, como vimos, o que cria uma ambiguidade, uma duplicidade, que é exatamente a que perpassa o romance todo, que é, de alguma maneira, o móvel da narração de Riobaldo a seu interlocutor (ver Galvão, 1972).

(3) Um outro exemplo de Grande Sertão: Veredas: "Eu careço que o bom seja bom e o ruim ruim ...". É de novo uma fala de Riobaldo, em que ele se refere a sua necessidade de separar claramente as coisas, para eliminar certas confusões na ordem moral. Claro que esta exigência de definição está explicitada (na sequência do texto, aliás, separam-se outras coisas: preto e branco, bonito e feio). Mas não se pode deixar de observar o inusitado da sequência ruim ruim, em que o autor aproveita as duas pronúncias desta palavra, cujo efeito principal, evidente-

mente, não é o de fazer perceber que se trata de um autor atento à fala popular. O efeito que redobra o sentido é o da nitidez exigida, de clareza de distinção, repostos em causa pela distinção entre, mesmo, *rúim* e *ruim*, como se fosse pouco opor *ruim* a *bom*, *preto* a *branco*, etc.

(4) Considerem-se os seguintes versos de Drummond de Andrade, parte do poema "Cidadezinha qualquer":

Um homem vai devagar.

Um cachorro vai devagar.

Um burro vai devagar.

Eta vida besta, meu Deus".

A idéia da monotonia da vida de uma cidade qualquer, além de descrita, é reforçada pela sintaxe repetitiva dos três versos citados (e antes deles pela sequência de três infinitivos num só verso). Evidentemente, o efeito não seria o mesmo se o poeta tivesse escrito "Um homem, um cachorro e um burro vão devagar", embora a informação sobre a cena fosse exatamente a mesma. Mas, talvez não tivéssemos poesia, isto é, esta duplicidade de representação. Aliás, a repetição cansativa dos fatos triviais de uma cidadezinha destas pode ser ainda mais reforçada se se pensar na estrutura do último verso. Em primeiro lugar, porque se trata de uma frase feita, recolhida, que pode ser dita por uma pessoa qualquer. Além disso, muito provavelmente, uma enunciação que reproduza a enunciação normal desta frase que muitos de nós dizemos, alongará exatamente as sílabas tônicas principais que, por coincidência (!), contêm todas a vogal /e/, o que reforça a idéia de repetição. Algo como "Eeta

vida beeeesta, meu Deeeus".

(5) podemos também lembrar de uma passagem do conto "O cobrador", de Rubem Fonseca. No episódio em que o personagem vai ao dentista, encontramos esta passagem: "E deu uma pancada estridente no meu dente da frente". Fica evidente o que se pode chamar de valor expressivo desta sequência, pelo fato de a palavra "dente" estar repetida em "estridente" e pelo outro fato, o de se encontrar uma onomatopéia que representa o barulho produzido: "den, den, en".

Mas estas são tentativas de um linguista de encontrar em textos literários o que qualquer iniciado diria muito mais refinadamente. Se lermos os críticos literários, encontraremos exemplos de análises deste tipo, só que com muito maior sofisticação (e às vezes, um grau correspondente de imprecisão) aos milhares. Só para exemplificar:

Na apresentação encontrada na edição de *Os Lusíadas*, da Editora Abril, Hernâni Cidade diz, a propósito da fina sensibilidade poética de Camões: "é reparar, por exemplo, na estrofe 102 do Canto III, que descreve a entrada da **fermosíssima Maria/ pelos paternos paços sublimados**. Sensível, na verdade, a amplitude solene das salas, sugerida pela própria sonoridade dos **aa** abertos, e a delicadeza feminil da rainha, nos timbres vocálicos que se lhe referem. No fim da estrofe 104, as rimas em **ura**, precedidas de **viúva**, e a intercalação de sons delicados em **i - triste, vida, marido** - orquestram-se na música de frautas e violinos própria da lamentação e do luto" (15). E logo adiante: "E que direi da expressividade do movimento do verso? Nenhum mais impressionante exemplo de que se pode ver na estrofe 55 do

canto V, da fala do Adamastor, contando a sua desilusão de amor. A estrofe corre em perfeita regularidade de cadência nos primeiros 4 versos, cada um deles em perfeita coincidência com a frase sintática (sic). Mas a ninfa aparece, à distância, única, despedida; e eis o gigante numa alvoroçada perturbação que se lhe transmite ao falar. Não mais coincidência entre as pausas métricas e sintáticas, turbado o ritmo nos saltos de versos como turbado o ritmo nos saltos do coração" (15). A estrofe é:

"Já néscio, já da guerra desistido,
Ua noite de Dóris prometida
Me aparece de longe o gesto lindo
Da branca Tétis, única, despida,
Como doudo corri, de longe abrindo
Os braços para aquela que era vida
Deste corpo, e começo os olhos belos
A lhe beijar, as faces e os cabelos". (201)

E o que pensar de versos como "Tout lui était souci, chagrin, Blessure" em que, "sob as palavras", se lê Lucile, ou como "Je sentis ma gorge serrée par la main terrible de l'hystérie" em que se pode ler "hystérie"? (ver Starobinsky 1791:112).

Das análises estilísticas de poemas, principalmente, que li, se, por um lado, fiquei abismado com o potencial da linguagem poética, por outro, colhi a seguinte impressão: nem todos podem vir a ser leitores de poesia e muitos devem conformar-se por não pertencerem ao grupo dos escolhidos, aos leitores a que se refere Damaso Alonso (1957): "Mas nem todo aquele que lê é 'o leitor'. Essa intuição ... tem-se ou não se tem, como na

mística os carismas e graças especiais"(34). E é em Damaso Alonso que se podem ver, em um único ensaio, "Garcilaso e os limites da estilística", passagens como estas, selecionadas entre inúmeras outras, impossíveis de citar (a nenhuma delas eu teria chegado sem seu concurso): "comoveram-se nossos centros nervosos, despertados agora a uma visão, a um quadro" (43). "Tais enjambements podem, às vezes, dar-se casualmente; outros, como aqui, com claro sentido, já de prolongação do movimento, já de prolongação ... de uma esteira de melancolia"(51). "Leiamos a imediatamente anterior: não há nela nenhum enjambement; os versos se delineiam ali solitários, soltos, com absoluta nitidez. E compreendemos agora que o suave sofrido da prolongação que vai seguir se realça pelo contraste com a soltura dos versos imediatamente anteriores"(51). "... a ordenada alternância de acentos, pousados todos nas sílabas pares, produz em nós aquietamento, uma delícia, uma serenidade ..."(58). "O elemento de silêncio está expresso por meio de fricativas, antes de tudo pelos esses(...) e o ponto de baforado zumbido dentro da paisagem silenciosa, pelo único erre, cujo efeito já se propaga a toda a voz "sussurro" (61). E, comentando o verso "y al fondo se dejó calar del rio", diz a propósito da interrupção do sintagma al fondo del rio pela interlocução de se dejó calar: "E por que este verso nos dá essa sensação de movimento descendente continuado, que não se aquieta até a palavra rio? É ... a distensão produzida pelo hipérbato: é a prolongação do sintagma "al fondo del rio", estirada pela intercalação dos verbos"(62).

E, na descrição do Tejo, que se aperta nas alturas, a violência das águas é expressa antes de mais nada pela "aliteração

dos erres" e depois por duas violentas contrações: a sinérese de rio (cuja pronúncia, neste verso, se deforma para rió) e a síncope "via" (e não "veía"). (66). E assim quase ao infinito.

Confessemos humildemente: um linguista habituado a um certo rigor jamais seria capaz de chegar a isso. E nem mesmo um estilista clássico pois logo em seguida Damaso Alonso maldiz a estilística filológica. "Lancemos fora nossa inútil estilística! Lancemos fora toda a pedanteria filológica! Não nos servem para nada! Estamos exatamente na fímbria do mistério". (79).

Talvez valesse a pena assinalar rapidamente alguns dos comentários contidos em Pós-Escrito a *O nome da rosa*, em que o autor do romance fala do processo de construção da obra. Algumas passagens são extremamente interessantes. Por exemplo, quando fala dos inúmeros cronistas medievais que leu para apreender-lhes o ritmo adequado para narrar; quando, ao comentário ouvido de alguém de que seus diálogos eram cinematográficos responde que isto é óbvio, pois escrevia com a planta da abadia debaixo dos olhos e o diálogo devia durar exatamente o tempo de uma caminhada por um determinado espaço; ou ainda quando nos conta o processo utilizado para descrever a relação sexual de Adso, quando ele tentou pensar com os dedos, isto é tentou diminuir ao máximo a diferença entre o tempo do amor e o tempo da escritura. Todos estes casos podem ser assinalados a uma concepção de estilo como reduplicação.

Uma outra passagem interessante, no mesmo sentido da adequação, aparece logo no início, quando, ao confessar-se narrador principiante, coloca a seguinte questão: "Será que alguém pode dizer: "Era uma bela manhã de fim de novembro" sem sentir-

se Snoopy? Mas, se eu fizesse Snoopy dizer isso?" (19), e então conta como ele, narrador, se escondeu através da interposição de diversos manuscritos: afinal, "eu digo que Vallet dizia que Mabillon dissera que Adso disse"...(20), além do que Adso escreve aos oitenta anos acontecimentos que presenciou na juventude. Tudo isso são artifícios para que o narrador possa colocar na boca de personagens o que eles podem dizer, mesmo que ele não possa, ou se sinta mal em fazê-lo (em especial num caso como este, em que um crítico se põe a narrar...).

O que pode um linguista interessado em Análise do discurso aprender de tudo isso? Em primeiro lugar, que o horizonte da linguística é extremamente estreito. Que o preço pago à objetividade, à cientificidade, é muito alto, na medida em que numerosos efeitos de sentido produzidos pela linguagem lhe escapam inapelavelmente, o que é um convite à busca incessante de teorias mais adequadas a este fenômeno complexo. Mas, além disso, o linguista aprende que as teorias estilísticas ou críticas têm o mesmo defeito das teorias linguísticas, e os defeitos de qualquer teoria científica: a iluminação de um aspecto coloca outro na sombra. O privilégio a uma abordagem acaba sempre sendo a exclusividade de um aspecto. Talvez seja necessário um trabalho de compatibilização, às vezes nem muito difícil.

Grosso modo, podemos verificar, nas três principais correntes que assinala no interior da crítica literária, a seguinte possibilidade de aproximação com as tarefas que a análise do discurso tem se colocado: na vertente psicologizante, um aspecto, pelo menos, de uma necessária teoria da subjetividade, que o próprio Pecheux postula, assinalando que deve ser buscada

na psicanálise. De fato, Spitzer claramente tentou este caminho. Na vertente sociologizante, temos mais ou menos o equivalente à necessidade de esclarecer as condições de produção, já das obras literárias, já dos discursos ordinários, ou outros, como os políticos, os científicos. Na vertente que se chamou aqui de formalista, o esforço da análise detalhada do que é, afinal, o instrumento de expressão, isto é, do material especificamente linguístico, dos recursos de expressão mobilizados, quer para a expressão do sujeito, quer para a compatibilização da produção com os tempos e seus rigores de coerção.

A análise do discurso tenta caminhar nesta direção, embora haja também, no seu interior, o privilégio ora de um, ora de outro aspecto. Porque se assiste, às vezes, ao desprezo pela língua, para ressaltar outros aspectos, seja a subjetividade, seja a ideologia que perpassa os discursos. Mas, a compatibilização é necessária. Mesmo em relação à invasão de um aspecto por traços de seus vizinhos: por exemplo, uma teoria do sujeito, se não pode desprezar a psicanálise, também não deve basear-se exclusivamente nela, porque, afinal de contas, o sujeito só se torna sujeito na sociedade. Até mesmo em Marx, acusado de enterrar o sujeito, em nome de sua substituição pelas classes sociais como agentes históricos, nos diz isso. Criticando as teorias que propõem o indivíduo isolado, notadamente os filósofos e ideólogos do século XVIII, diz: "O homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon*; não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar". (Marx 1857:29).

O que pareceria necessário, portanto, seria um intercâmbio diverso entre os linguistas e os críticos literários. Afinal, apesar de especificidade, trabalham todos com a linguagem. O linguista precisa alterar bastante sua noção de corpus. Um crítico necessita, muitas vezes, de um domínio um pouco mais acurado de critérios de análise mais habituais da análise linguística. E, especialmente, um pouco mais de rigor, no seguinte sentido, apenas: que se possa verificar se suas descobertas decorrem, pelo menos parcialmente, de critérios testáveis e um pouco menos da intuição. Mas eu não sei se há princípios desse tipo, e se a intuição é substituível em processos tipicamente interpretativos como são os da crítica literária.

Capítulo 9

Uma concepção filosófica de estilo

Que rio é este
pelo qual corre o Ganges?" (Borges)

Em seu *Filosofia do Estilo*, Granger (1968) menciona e explicita brevemente três caminhos possíveis para desenhar uma estilística da atividade científica. Elas serão aqui expostas basicamente por duas razões: a) para se verificar que não existem na verdade critérios absolutamente distintos para definir estilística ou estilo em relação às linguagens naturais e em relação a outras linguagens; b) porque, comprovada a eficácia de um critério para a definição de estilo para as linguagens da ciência, os critérios valeriam a *fortiori* para as línguas naturais.

Granger diz que "aparentemente, o sucesso da empresa científica seria até mesmo a morte do estilo" porque "a Ciência é de fato ... construção de modelos abstratos, coerentes e eficazes, dos fenômenos". Estes modelos estão construídos numa linguagem estruturada e, assim, apagam-se todos os traços do indivíduo, do trabalho. Mas, a questão não é tão simples, exatamente porque está na perspectiva de Granger considerar o trabalho, o processo de construção da linguagem, e não apenas o produto estruturado. Assim, "o individual permanece no horizonte da

ciência. Se é verdade que não há ciência puramente especulativa e que todo o processo de estruturação está associado a uma atividade prática, o individual aparece necessariamente, de início, como o lado negativo das estruturas" (22).

De que modo aparece o individual? É aqui que Granger expõe as três modalidades de individuação da linguagem; no caso em foco, a científica.

A primeira possibilidade é a que considera a escolha (a atividade de, o trabalho de) como o traço constitutivo básico do estilo, e, portanto, da individuação do resultado numa linguagem. Cito Granger:

"Que tal modo de estruturação tenha sido escolhido de preferência a outro ... para construir o modelo de um certo fenômeno, eis aí o que resulta dessa negatividade ou, se se quiser, desta indeterminação ou, melhor ainda, sobredeterminação" (22-3).

Granger assinala em seguida que a qualquer historiador consciencioso aparece a multiplicidade das estruturas possíveis, desde que ele não esqueça os "projetos abortados, os devaneios, as heresias científicas", em suma, o trabalho concreto dos cientistas. A pluralidade dos modos de estruturação deve ser levada a sério, e a análise dos casos que o autor efetua são exemplos suficientemente convincentes desta sua chamada de atenção. Vale dizer, não está dito em lugar nenhum que haja um só modo de representar um fenômeno numa linguagem estruturada, mesmo na matemática, o melhor exemplo de linguagens estrutura-

das para representar fenômenos. Não será, pois, pelo fato de uma linguagem não conter elementos de **embreagem** com a realidade concreta que será uma linguagem com nenhum encaixe na realidade e que não produzirá um resultado específico sobre a forma como representa a realidade.

O fato de ter sido escolhida entre outras possibilidades é suficiente para que marque o trabalho de construção do qual é apenas o resultado final.

Um outro aspecto da escolha, significativo em relação ao estilo das linguagens estruturadas da ciência, diz respeito ao fato de que, se é verdade que uma construção matemática ou física deve apresentar-se como um conjunto unificado, "algumas vezes, este resultado é atingido de uma só vez, mas a história das ciências fornece também exemplos de unificação progressiva através de diferentes estados de uma teoria" (23). Isto é, se o interessado quiser verificar onde está, afinal, a marca do trabalho, basta que compare os estágios, os percalços, os progressos, as mudanças de direção, as tentativas todas, enfim, necessárias até que o trabalhador (o cientista) considere ter chegado a uma estrutura que lhe pareça representar definitivamente o fenômeno (mas, sabemos, nunca será assim, outros trabalhadores trabalharão a partir, contra e apesar desta representação, com uma outra). Segundo Granger, é preciso levar em conta este "curioso trabalho", porque revela um "jogo sutil da forma e do conteúdo" (23).

Será com esta concepção de estilo, como marca do trabalho, que Granger vai operar em seu livro. E este trabalho está marcado na escolha entre uma forma de representação ou outra, do

que resulta, como veremos adiante em um exemplo de Granger, em diferentes modalidades de referir-se ao fenômeno. O que equivale a dizer que, de certa maneira, o cientista escolhe uma linguagem dentre algumas disponíveis (ou cria alguma alternativa) para representar o fenômeno de certa forma, seja esta forma a estruturação de uma intuição, seja a colocação em perspectiva de uma certa utilização preferencial da estruturação do fenômeno. Vale dizer, uma certa orientação em relação aos trabalhos subsequentes, ou um certo sentido, no sentido que esta palavra tem na semântica argumentativa de Ducrot.

Penso que por imposição dos meus pressupostos deverá ser este traço, a escolha como fruto do trabalho, a opção que devo tomar neste trabalho para a configuração do estilo. Minha hipótese básica é que, se é verdade que há escolha e que esta escolha representa também o trabalho do 'usuário' da linguagem onde a estrutura mais parece necessária (parecer necessária é consequência, em geral, do olhar ingênuo do leigo), a *fortiori* há escolha para trabalhar com um sistema de estruturação da realidade que não é estruturado, no sentido técnico, como é a língua natural; ainda mais porque sabemos que nem todos os enunciados das línguas naturais têm a representação de um fenômeno como seu núcleo significativo; e ainda mais porque as línguas naturais se apresentam, em geral, aos locutores, como sistemas que já contêm, como possibilidade, numerosas maneiras para referir-se às mesmas "cenas" ou fenômenos. Isto é, não se trata para o falante de trabalhar para construir uma linguagem ad hoc, nem de operar com uma linguagem formal de recursos estritos. Além disso, operar sobre a realidade e sobre o interlocutor são fi-

nalidades simultaneamente inscritas nas línguas naturais, ao contrário do que ocorre nas linguagens científicas, onde a função de descrever o fenômeno sobressai em relação às outras.

Então, se o locutor busca, dentre os possíveis, um dos efeitos que quer produzir em detrimento dos outros, terá que escolher dentre os recursos disponíveis, terá que "trabalhar" com a língua para obter o efeito que intenta. E nisto reside o estilo. No como o locutor constitui seu enunciado para obter o efeito que quer obter.

Mas Granger assinala outras possibilidades para configurar o que poderiam, numa outra escolha, ser traços constitutivos do estilo. Se os apresento aqui, após ter explicitamente optado pela noção de escolha, é porque penso que não poderia desprezar os resíduos do trabalho de Granger na constituição de seu estilo para analisar o estilo, e também porque as maneiras alternativas não são, a rigor, excludentes, podendo, em certas circunstâncias, ser necessárias no processo de interpretação, isto é, de análise estilística de enunciados.

O segundo caminho possível, segundo Granger, é basear-se numa **caracterologia** científica do trabalhador, isto é, no caminho que procuraria na linguagem traços do temperamento do estruturador da linguagem. Trata-se, como se vê, de uma noção de estilo centrada no sujeito constituidor, construtor da linguagem, e não na linguagem mesma, embora, evidentemente, os traços do construtor devam estar marcados na linguagem. Apenas, os traços essenciais não seriam os do trabalho, mas os do estilo

do trabalho, isto é, do tipo de trabalho que o construtor da linguagem efetuou, por sua constituição 'psicológica' ser de um tipo e não de outro. Os traços necessariamente teriam que aparecer na linguagem, caso contrário seria impossível a pesquisa estilística. Lembre-se de Spitzar, acima citado, para quem essa via se apresentava como uma maneira de descobrir que relevância tinham os **desvios** linguísticos em relação a uma norma para a caracterização dos 'desvios' psicológicos do escritor...

Evidentemente, se alguém quiser seguir essa via, assinala Granger, não pode simplificar o caso e atribuir estigmas psicológicos superficiais do tipo "colérico", "nervoso", etc. O que Granger tem em mente, mas tenhamos em mente que seu olhar está voltado para as linguagens das ciências, é, por exemplo, algo como a distinção de Poincaré entre matemáticos intuitivos e matemáticos calculadores. O que faz lembrar aqui a distinção proposta, um tanto jocosamente, por Ducrot entre alunos literatos e alunos de espírito matemático, conforme sua capacidade de entender os operadores lógicos com ou sem a necessidade de traduzi-los nos operadores semelhantes das línguas naturais.

Diz Granger:

"Um tipo caracterial seria, então, concebido como uma grade de organização de interpretação dos comportamentos de um indivíduo"(24).

Nenhuma característica psicológica poderia ser concebida como independente, mas sempre numa rede, de modo que "falar do caráter de um indivíduo é ... defini-lo como organismo de recepção e emissão de mensagens"(24).

Para se adotar esta via para a caracterização do estilo de algum locutor seria necessário o conhecimento da psicologia, razão pela qual não é em geral a via mais interessante para um linguista, mesmo porque as garantias empíricas que a psicologia oferece não são da natureza das garantias de outras ciências, como a física, por exemplo. De forma que seria trabalhar numa região não estruturada (a do estilo) suportado por outra tão pouco estruturada quanto aquela. Por essa razão também, parece mais produtivo trabalhar com base na caracterização do estilo como decorrência da escolha, por se permanecer no interior da linguagem mesma.

Não deixa, no entanto, de ser curioso observar como os interlocutores (quero dizer, usuários comuns de uma língua natural) reagem diante de certas falas, taxando seus autores, por exemplo, de "irritados", "malucos", "agressivos", etc., categorias certamente pouco confiáveis cientificamente, como assinalou Granger, mas muito eficientes na caracterização de falas e de locutores no comércio linguístico diário. O que se quer dizer com isso é que, embora uma caracterologia do indivíduo seja um suporte fraco para uma teoria do estilo, nem por isso esses aspectos devem ser postos de lado totalmente numa investigação de discursos em línguas naturais, pelo menos por duas razões: a) porque dão conta de efeitos facilmente percebidos pelos interlocutores, que operam, óbvio, com categorias pouco estruturadas (é um tipo de epilinguismo ou uma atividade epidiscursiva); b) porque, inclusive, pode-se subordinar marcas de 'caráter' à noção de escolha, desde que, evidentemente, não se imagine a escolha livre de qualquer condicionamento como decorren-

te totalmente da consciência do locutor. Mas atividades de fala como "falar como se estivesse irritado" ou "imitar a fala de alguém irritado" (comum em discursos diretos incluídos em narrativas) para obter determinados efeitos ou para caracterizar determinado locutor podem ser exemplos de escolhas estilísticas controladas com um grau bastante grande de consciência por parte do locutor.

Há ainda uma terceira via, segundo Granger, pela qual se poderia encarar a questão do estilo. Trata-se, neste caso, da individuação mais aparente, embora não a mais fácil de apreender, segundo o autor: é a decorrente da relação do trabalhador (cientista) com a conjuntura. Sabemos que há pontos de vista segundo os quais o papel do cientista é desprezado, atribuindo-se todas as descobertas e invenções ao que "está no ar", o que lembra a conhecida noção de influência ou espírito de época, ou a noção de condições de possibilidade. Evidentemente, há uma certa razão em se dizer, por exemplo, que quem inventou o avião foi a física e não Santos Dumond ou os irmãos Wright (e por isso, talvez, Da Vinci não tenha podido inventá-lo), mas é de perguntar-se por que uma pessoa e não outra descobre alguma coisa nova numa certa época. As condições ou o espírito de época não são suficientes, embora necessários, para uma nova invenção ou descoberta. A lenda da queda da maçã que permitiu a Newton a descoberta da lei da gravidade não pode ser levada a sério, a menos que se leve muito a sério o fato de que isso ocorreu exatamente com Newton, cujo trabalho era suficientem-

mente relevante para poder ter um 'clique' diante de um fato tão trivial.

Por mais que se atribua à Razão o progresso da ciência, ou, por outra, por mais que se atribua às condições de possibilidade determinada descoberta, não se pode perder de vista o papel do trabalho de um trabalhador ou de um grupo de trabalhadores que constroem o conhecimento novo. Vejamos o que diz Granger:

"Sem se expor ao ridículo de "explicar" todos os incidentes e os acidentes que parecem demarcar o tempo da história das ciências, cremos que se poderiam interpretar por uma análise bastante cuidadosa quase todos esses acontecimentos como manifestações sensíveis e signos aparentes de situações concretas complexas onde o descobridor não desempenha, de modo algum o papel de receptor de uma mensagem fortuita, mas o de ator que se apodera (grifo meu) praticamente de uma conjuntura".(25).

Isso pode muito bem ser visto nas ciências experimentais, diz Granger. Alguns fatos analisados em Lakatos (1965) poderiam servir de exemplos, além, evidentemente, dos analisados por Granger no livro a que estou continuamente me referindo. Ou, se quiséssemos observar a atividade dos professores pesquisadores que nos cercam, e verificar que a nenhum deles as coisas caem do céu, mas que trabalham continuamente, verificam textos, trocam idéias, fazem tentativas de fechar um quadro, isto é, de

representar um fenômeno, e verificar, num mesmo departamento, o quanto o 'mesmo' objeto se apresenta, ou melhor, é visto pelo trabalhador como coisa diferente, segundo suas preferências, seus pressupostos, enfim, segundo sua própria maneira de "apoderar-se de sua conjuntura".

Apenas uma observação ligeira para aplicar esta visão a uma possível análise das línguas naturais por esta via. Tratar-se-ia de verificar como cada locutor se apodera da língua (aqui a sua conjuntura) segundo sua situação social, os papéis que exerce, etc. Porque a língua não se apresenta a todas da mesma maneira, a ordem da aquisição de certas estruturas não é idêntica em todos os falantes, e a utilização da linguagem é frequentemente capaz de distinguir um locutor de outro. Evidentemente, isso implica em imaginar que nem é o caso de cada locutor criar sua língua, nem o inverso, de ser dela apenas um canal de passagem ou de exteriorização, como se ela lhe fosse dada pronta e intocável.

Um exemplo radical

Uma das noções principais mobilizadas por Granger é a de trabalho, daí porque o estilo é definido como "modalidade de integração do indivíduo num processo concreto que é trabalho"(29). Se é assim, diz ele, como encontrar o estilo na matemática? Porque é nela que Granger trabalha seus principais exemplos na obra de que se está falando. Lembre-se que a linguagem formal da matemática não apresenta, como as línguas naturais, elementos destinados a ancorar o enunciado na situação

vivida. Como diz Granger, "na Matemática, o trabalho tem isso de singular: a estrutura por ele edificada é diretamente visada na sua mais completa abstração" (29).

Por isso, apresentarei aqui um exemplo longo, mas nítido (embora não compreensível para qualquer leitor menos familiarizado com as matemáticas) do estilo como escolha, onde se acentua o efeito produzido em cada caso. Veremos, depois, como a escolha implica em individuação. Sigamos Granger: "O estilo aparece, na matemática, como uma certa maneira de introduzir os conceitos de uma teoria, de encadeá-los, de unificá-los; de outro lado, como uma certa maneira de delimitar a carga intuitiva na determinação desses conceitos" (30). Exemplifica, a seguir, com a noção de **número complexo**. Transcrevo a citação, embora longa, por sua exatidão e por temor de prejudicá-la se a resumisse:

"A noção de número complexo pode ser introduzida de várias maneiras, naturalmente conservando as propriedades operatórias que caracterizam o seu sistema como estrutura algébrica. A representação trigonométrica faz intervir um ângulo (**argumento**) e um número real (**módulo**); o matemático dinamarquês do século XVIII, que a propôs, queria estabelecer um cálculo, referindo-se ao mesmo tempo a grandezas e a "direções". Aliás, pode-se encarar o ser matemático assim constituído de duas maneiras: ou como um elemento estático - um vetor -, ou como um **operador** aplicado a vetores, operador que se decompõe numa "dilatação" e numa "rotação". No

segundo caso, a carga intuitiva da imagem geométrica sugere uma construção imediata das leis de multiplicação dos complexos, considerada como composição de transformações. O primeiro caso, em compensação, presta-se a uma passagem natural das coordenadas polares às coordenadas cartesianas: o número complexo é, então, determinado por um par de números reais, componentes respectivos de seu vetor representativo, e a construção de suas propriedades aditivas é imediata.

Mas é possível ainda considerar esta noção de complexo como uma matriz quadrada regular, de forma geral:

$$\begin{vmatrix} a & b \\ -b & a \end{vmatrix}$$

sendo a e b reais quaisquer. A álgebra dessas matrizes é, como se sabe, isomorfa em relação à dos complexos $a + bi$ anteriormente introduzidos, mas a maneira de abordar sua existência matemática é bem outra (grifo meu): são propriedades diferentes que se tornam imediatas, numa nova esfera de intuição operatória própria ao sistema de matrizes. Por exemplo, a propriedade paradoxal da unidade complexa: $i^2 = -1$ deixou de ser estranha; ela não é nada além do que a identidade, banal do mundo matricial:

$$\begin{vmatrix} 0 & 1 \\ -1 & 0 \end{vmatrix}^2 = \begin{vmatrix} -1 & 0 \\ 0 & -1 \end{vmatrix} = - \begin{vmatrix} 1 & 0 \\ 0 & 1 \end{vmatrix}$$

Um último modelo de introdução dos números complexos, muito mais abstrato do que os anteriores, responde, no entanto, diretamente à questão originária de que é proveniente a noção de imaginário: como representar, em todos os casos possíveis, as raízes de uma equação algébrica.

Desse ponto de vista, o sistema dos números complexos pode ser considerado como o corpo de extensão dos reais que contém uma raiz de $x^2 + 1 = 0$. Demonstra-se que esse corpo é isomorfo em relação ao quociente do anel dos polinômios em x , em relação a coeficientes reais, pelo ideal principal que $x^2 + 1$ engendra. Em outras palavras, o corpo dos complexos é isomorfo em relação ao sistema dos polinômios em x módulo $x^2 + 1$. Aos polinômios divisíveis por $x^2 + 1$ corresponde, pois, o zero do corpo dos complexos, e aos polinômios da forma: $P(x) = (x^2 + 1)Q(x) + (ax + b)$ correspondem os complexos $a + b \cdot (-1)$.

Em seguida, Granger é explícito:

"Estas diferentes maneiras de apreender um conceito, de integrá-lo num sistema operatório e de associar-lhe implicações intuitivas - cujo alcance é necessário então delimitar exatamente - constituem o que denominamos de fatos de estilo. É evidente que o conteúdo estrutural da noção não é afetado aqui, que o

conceito enquanto objeto matemático subsiste identicamente através desses efeitos de estilo. No entanto, nem sempre é assim e encontramos posições estilísticas que ordenam verdadeiras variações conceituais. Em todo o caso, o que sempre se modifica (grifo meu) é a orientação do conceito para tal ou tal uso, tal ou tal extensão. O estilo desempenha, pois, um papel talvez essencial, ao mesmo tempo, numa dialética do desenvolvimento interno da Matemática e na de suas relações com mundos de objetos mais concretos" (31-2).

Se é assim com línguas matemáticas, muito mais claramente será assim com os estilos utilizados na construção do que se poderia chamar de Ciências Humanas (ver, a propósito, como a noção de ação é tratada em diversos 'modelos' de ciências humanas em diversas disciplinas, no último capítulo deste mesmo livro de Granger, onde são mais facilmente percebidos os efeitos que tais ou quais teorias produzem, através de sua representação dos fenômenos. Pense-se também por exemplo, nas diferenças entre o estruturalismo e o marxismo em sociologia, entre o estruturalismo e a teoria da gramática gerativa em linguística, etc.), bem como muito diversa é sua relação com os objetos ou eventos reais (intuídos, vividos) que desejam representar.

Ainda mais claramente, se é assim na matemática e na linguagem das Ciências Humanas, será assim na utilização de uma língua natural para representar fenômenos, de vez que 'o mesmo fato' pode ser representado de numerosas maneiras, cada uma delas com determinada relação não só com o discurso precedente e

subsequente, mas com os efeitos e consequências diversas, mais ou menos marcados, mais ou menos relevantes, sobre os interlocutores, em especial sobre o sujeito do discurso, que se individualiza, exibe sua subjetividade, ao privilegiar determinado modo de semi-estruturação do real, para os efeitos da situação em que fala.

Para muitos parecerá trivial, mas, em oposição a certas matrizes "disciplinares" em relação à linguagem, isso significa, pura e simplesmente, considerar a linguagem como um mecanismo que permite aos sujeitos diversificadas inserções no real, de acordo com os diversos papéis que exercem na sociedade e conforme a representação que se fazem deles, aí considerados aspectos sociopsicológicos como aspirações, modo de apresentação, objetivos visados, graus de submissão a exigências sociais, etc.

Eventualmente, mas nem tanto, não é de se desprezar o quanto essa concepção de estilo permite visualizar a atuação do falante sobre a própria língua, em atividades epilinguísticas de natureza variada, produzindo enunciados que, segundo suas características mais marcantes, podem vir a ser objeto de estudo de estetas, de psicanalistas, etc. Além disso podem vir a ser objeto de curiosidade e motivo de quase inumeráveis efeitos perlocucionais no que se refere aos interlocutores tomados enquanto não especialistas nas diversas disciplinas de que a linguagem pode constituir-se em referencial para estudos.

Observe-se também que a concepção de estilo proposta por Granger pode ser compatibilizada com a noção de acontecimento que esbocei acima, seguido principalmente Foucault e Morin, pa-

ra aplicá-la ao discurso ordinário. Se a característica essencial do acontecimento é sua não necessidade, mas sua possibilidade entre outras em determinadas condições (é uma ruptura maior do que muitos pensam com a metafísica tradicional substituir a noção de causa pela de condição), então as estruturas matemáticas podem ser vistas como acontecimentos, porque entende-se bem que não é "necessariamente assim" que elas devem ser, mas são como são em virtude de condições que cabe à epistemologia ou à sociologia da ciência explicitar.

Se é verdade que o mundo está escrito em linguagem matemática (o que poderia levar a pensar que se trata apenas de aprender a lê-lo) e se é verdade que a forma de organização dessa linguagem é fruto do trabalho e não uma "recepção fortuita", então fica claro que sua não necessidade, sua origem, deslocam uma razão universal que deveria produzi-la. Por isso, para Granger, o sujeito não é uma subjetividade pura (21) nem uma consciência Kantiana (22), mas um trabalhador, porque a consciência Kantiana "dá forma, sentido e unidade; mas absolutamente, não trabalha, sua atividade é gratuita. Ao contrário, o sujeito a que nos referimos executa tarefas" (22). Poderíamos dizer, produz acontecimentos não necessários, mas alguns dentre os possíveis. Assim, a inserção da linguagem no real se garante, qualquer que seja sua natureza, estruturada e apagadora do trabalho por definição, como a das matemáticas, ou construída para incluir a experiência e a situação, como as línguas naturais. Garante-se assim sua historicidade e, portanto, seu caráter de produto sempre inacabado de um processo que continua enquanto existir alguém que trabalhe com e sobre ela. E nela es-

tarão as marcas desse trabalho, recuperável e interpretável, i.é., com significação identificável.

Uma visão semelhante encontra-se em Eco (1979:44-5). O autor especula sobre o papel do autor e do leitor num texto, e defende a necessidade, devida à natureza do texto, da cooperação do leitor e mostra como a mesma obra pode ser lida de diversas maneiras segundo seja diferente o leitor ou segundo um mesmo leitor a encare de formas diferentes. A questão do leitor é: "o que quero fazer com esse texto?" (47). Diz Eco que o autor pode estar presente de diversas maneiras. Por exemplo: se se trata de mensagens com função referencial, o destinatário utiliza os traços gramaticais (eu, tu, etc) como índices referenciais e então eu designará o sujeito empírico do ato de enunciação. Mas, diz ainda, se o texto for tomado enquanto texto (i.é, desconsiderado o sujeito empírico que o enunciou) "o Emitente e o Destinatário acham-se presentes ao texto não tanto como pólos do ato de enunciação, mas como papéis actanciais do enunciado"(44). E continua, dizendo que nesse caso o autor é "textualmente manifestado apenas como (1) um estilo reconhecível - (grifo meu) que pode ser também um ideoleto textual, ou de corpus ou de época histórica; (2) como puro papel actancial (eu = o sujeito desse enunciado)" (pg.45), isto é, sem preocupação com quem seja o enunciador empírico ... E exemplifica com o seguinte texto das Investigações Filosóficas:

"Considere, por exemplo, os processos que chamamos de "jogos". Entendo com isso jogos de xadrez, jogos de baralho, jogos de bola, competições esportivas e assim

por diante. O que é comum a todos esses jogos? - Não diga: "deve haver alguma coisa comum a todos, porque, se assim não fosse, não se chamariam 'jogos' " - mas olhe se existe alguma coisa em comum a todos. - De fato, se os observar, não verá algo que seja comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, e, até verá toda uma série delas ..."

do qual diz, entre outras coisas, que os pronomes pessoais, presentes ou implícitos "não indicam absolutamente uma pessoa chamada Ludwig Wittgenstein ou um leitor empírico qualquer: representam também estratégias textuais"(45)... "o autor não é senão uma estratégia textual capaz de estabelecer correlações semânticas: "entendo" ... significa que no âmbito desse texto o termo "jogo" deverá assumir certa extensão ... enquanto que se abstém de fazer deles uma descrição intensional. Neste texto, Wittgenstein não é outra coisa senão um estilo filosófico e ..."(45). (grifo meu).

Os pontos de vista de Granger, são corroborados pelo exemplo de Eco. Seguramente, este estilo filosófico não é o estilo filosófico, mas um certo estilo filosófico, no caso, o de Wittgenstein (e talvez de uns poucos outros). Não será qualquer leitor que reconhecerá este fato. Por exemplo, se não for um leitor usual e bem informado da literatura filosófica (mas isso é um problema para o qual o próprio Eco encontraria explicações, com o conceito de Enciclopédia, entendido como conhecimento atual do leitor). Mas um leitor, mesmo que amador e bissexto, de filosofia, saberá pelo menos que esse não é o estilo

de Kant, ou de Aristóteles, ou de Locke, de Frege, de Russel ou mesmo do primeiro Wittgenstein, etc. Porque este estilo não faz apenas aparecer a filosofia, mas sim uma certa filosofia, uma certa forma de ver a realidade (no caso, a linguagem) e não "a realidade" mesma. O trabalho de Wittgenstein é diverso do de outros filósofos, e isso está marcado em seu estilo. Não é que se trate de discutir se nessa ocorrência concreta de "entendo" o autor empírico Ludwig Wittgenstein quer que seu leitor entenda que ele está se referindo a si próprio. O que não se pode é esquecer as diferenças individuantes entre diversos estilos de filosofia, mesmo numa mesma época.

Estilo como resultado do trabalho

A existência do estilo em qualquer linguagem decorre do fato trivial de que nenhuma linguagem é o que é por natureza mas sim como resultado do trabalho de seus contrutores/usuários. No caso das linguagens estruturadas como as da matemática, p.ex., como se viu, o estilo resulta de uma escolha como resultado do trabalho de representar um fenômeno preferencialmente de uma certa maneira e para produzir certos efeitos em relação a outros possíveis. Além disso, essa escolha implica numa certa inserção, o que significa uma certa preferência que acaba por revelar inclusive o estilo do trabalhador, sua experiência, seus objetivos.

No caso das línguas naturais, o mesmo princípio pode ser adotado: e em diversos níveis. Se se conseguir, por exemplo, fazer abstração dos numerosos fatos empíricos que fazem de cada

língua natural um conjunto heterodoxo de variantes, com a possibilidade, portanto, para um locutor individual, de escolha entre essas possibilidades múltiplas segundo os objetivos que tem em mente obter com seu discurso, poder-se-ia opor uma língua a outra e verificar como cada uma delas 'estrutura' o 'real' a que se 'refere'. Por exemplo, como organiza a categoria do gênero, do número, que recursos mobiliza para a expressão de funções como agente e objeto, como organiza estruturas segundo critérios de ergatividade ou acusatividade, etc. Em qualquer manual de introdução à linguística encontram-se exemplos de fatos que tais. Veja-se, por exemplo, como Rodrigues /1978/ compara rapidamente três línguas em relação à categorização de objetos relacionados a "ingerir". Segundo ele, o tupi-nambá

"possui um só verbo simples, ?u, para o conceito de ingerir, para o qual o português tem pelo menos três verbos, distribuídos segundo o estado físico do objeto que se ingere: **comer** para os sólidos, **beber** para os líquidos e **aspirar** para os gases. A língua dos índios xetá tem quatro verbos diferentes para o mesmo conceito, mas distribuídos segundo critério completamente diferente, a saber, segundo a natureza dos animais cuja carne se ingere: **pawáwa**, comer carne de tamanduá (bandeira ou mirim), **jurúri**, comer carne de animal agressivo (onça, gato do mato, gavião, cobra venenosa, etc), **pókai**, comer carne de animais que vivem na água ou junto à água (peixe, cobra d'água, lontra, capiva-

ra, martim-pescador, etc), u, comer carne de animais não agressivos nem aquáticos (paca, veado, macaco, tucano, pica-pau, larvas, etc) e comer produtos animais (mel, ovos) e vegetais (frutas, cocos, etc), assim como ingerir líquidos"(51).

Ainda opondo línguas entre si, mas considerada sua diferença em outro patamar, pode-se chegar a conclusões como a de Bally, segundo quem o alemão é mais voltado para o sujeito falante enquanto que o francês é mais voltado para o ouvinte. Se for assim, certas liberdades de escolha para o sujeito de um discurso que fala uma só língua estão relativamente limitadas. Mas, se considerarmos as possibilidades que ainda estão a sua disposição, percebe-se que são suficientes para individuar-se, vale dizer, produzir discursos operando escolhas segundo seus objetivos.

Um outro nível em que trabalhos dessa natureza podem ser efetuados é na verificação do que se pode chamar grosseiramente de "complexidade" dos diversos níveis 'estruturais'. Assim, por exemplo, o latim, por ter sido estruturado num alto grau de "complexidade" no nível da morfologia nominal (os casos), pode-se permitir uma menos rigorosa ordenação das palavras na ordem linear liberando esse recurso para privilegiar a explicitação de funções pragmáticas e para acentuar os efeitos do ritmo de sua prosa.

Mas, tudo o que se faz ou se pode fazer comparando-se as escolhas efetuadas historicamente por duas línguas diferentes pode ser feito no interior de uma só língua, considerando-se

essencialmente duas ordens de elementos: a) a diversidade dos recursos expressivos mobilizáveis e b) o valor (social, estético, etc.) agregado a eles. Evidentemente, não está na natureza mesma desses recursos o valor que eles têm: ele também é resultado do trabalho dos falantes, inclusive de um trabalho epilinguístico, isto é, que toma as formas linguísticas como objeto e as avalia, as classifica, atribuindo-lhes pesos e peculiaridades que vão se disseminando pela comunidade dos falantes, numa pressão para que haja uma certa uniformidade de reação diante de seu uso. Este aspecto é apanhado, por exemplo, nas pesquisas de Labov sobre a atitude dos falantes diante de certas formas linguísticas. Antes que um trabalho dessa natureza seja feito pela comunidade diante de uma nova forma, esta forma não tem valor estilístico, mas depois, sim. (cf. Labov 1971: 231-256, em especial a pg. 252).

O que torna esses fatos objeto de um estudo estilístico é que esta diversidade resulta de um trabalho. Repetindo, as línguas não são o que são por natureza, por necessidade. Pelo menos a linguagem pública, como manifesta e avaliada pelos falantes. Não se quer aqui polemizar com os defensores de uma gramática universal e inata.

Um fato relevante, acima assinalado e que merece aqui pelo menos mais uma observação, é o de que os produtos do trabalho linguístico são socialmente avaliados e recebem um determinado valor: assim, certas formas linguísticas são consideradas mais ou menos elegantes, mais ou menos chulas, mais ou menos poéticas, mais ou menos exatas, etc. Isso tem a ver com um traço fundamental das culturas, qual seja o de construir instrumentos

não só eficazes para a função ou finalidade para qual são destinados, mas de também "estilizá-los", isto é, construí-los de forma a terem também um certo valor estético. Pelo menos no que se refere às línguas, sabe-se que os critérios estéticos acabam por variar, de forma que o que numa época tem valor baixo pode vir a ter valor alto e vice-versa.

No que concerne às línguas naturais, como resultado do trabalho, duas ordens de questões devem ser assinaladas: o papel de coletividade na construção de uma língua com certas características dominantes, por um lado, e o papel do indivíduo neste trabalho coletivo. De um ponto de vista, o do trabalho coletivo, o resultado é a individuação de um produto, uma língua, sendo a individuação entendida basicamente como o conjunto de diferenças entre este produto e outros produtos (possíveis ou reais, produtos de outras coletividades); de outro, o do trabalho individual, o resultado é a individuação de um discurso, e, eventualmente, (aliás, muito comumente), a individuação do próprio indivíduo, isto é, o fato de que os indivíduos desenvolvem muito frequentemente um modo peculiar de elocução pelo qual podem ser identificados. A individuação de um discurso e de um indivíduo, coerentemente, também se torna perceptível pelo conjunto das diferenças entre o discurso que produz e o que poderia ter produzido (possivelmente, ou que produz realmente em circunstâncias diferentes). Aliás, é por essa individuação como fruto do trabalho, ou, mais resumidamente, por causa do trabalho, que um indivíduo, um organismo, se torna sujeito. Relembremos Granger, acima citado: ao contrário do que se concebe em Kant, o sujeito que ele propõe é um sujeito que tra-

balha.

Aceitemos como um fato que qualquer discurso, que consideramos por definição significativo, possa, metodologicamente, pelo menos, ser visto de dois pontos de vista: o de sua forma (sua materialidade, seja sonora ou gráfica, no sentido mais trivial de materialidade, ver acima, cap. 7) e o de seu conteúdo (seja este entendido como sentido, significação, efeito de sentido, etc.).

Tradicionalmente, o objeto de estilística tem sido a forma. Por razões que são bem conhecidas (ou o privilégio de uma função da linguagem ou o privilégio de uma definição de significação ou da tarefa da semântica, ou ainda, pelas concepções de qual seja o papel da sintaxe em sua relação com a semântica), a forma tem sido tomada independentemente do sentido, como se esse fosse prévio, ou, de certa maneira, independente da forma. Ora, uma abordagem do estilo, para ter algum sentido e não somente da ótica da análise do discurso, deve considerar o papel da forma na constituição do sentido e a pressão do sentido, seu papel, como um dos condicionadores da seleção, da escolha de uma forma. Granger formula esta questão de modo claro nas primeiras palavras de seu livro que estou tomando como referência:

"A relação entre forma e conteúdo até agora tem sido considerada pouco sistematicamente pelo pensamento moderno como processo, como gênese, isto é, em suma, co-

mo trabalho. Insiste-se geralmente em sua oposição e complementariedade enquanto resultados de atos já realizados" (14).

E acrescenta que em seu trabalho a preocupação é verificar "sua produção conjunta".

Considere-se a relevância da noção de trabalho no texto de Granger. Ela significa a opção por levar em conta prioritariamente não um resultado, mas um processo. Sua preocupação não é, como vimos, com o trabalho do ponto de vista do autor, ou para descobrir especificidades no autor (sua caracterologia), nem do ponto de vista dos estágios da apropriação da conjuntura (o equivalente em linguagem natural seria centrar o trabalho no processo de aquisição da linguagem), mas sim do ponto de vista fundamentalmente da obra, na medida em que ela é que representa realmente, e manifesta, os processos de escolha entre modos de estruturação diferentes. É por causa desse enfoque que ele se pergunta, numa pergunta que é na verdade a expressão de seu ponto de vista:

"... do ponto de vista da análise das obras, o que é, com efeito, o trabalho, senão uma certa maneira de relacionar, suscitando-os, uma forma e um conteúdo?" (14).

Uma observação se faz necessária sobre um termo desta citação, que não pode passar desapercibido. É relativa ao termo "suscitar": uma forma não espelha, não reflete, nem, por outro

lado, cria um conteúdo: ela o suscita, o faz aparecer. E o caminho inverso também é relevante: um conteúdo suscita uma forma, isto é, "tem preferência" por uma certa expressão, exige um trabalho de escolha para encontrar a melhor maneira de fazer-se aparecer. Com isso, pressiona pela seleção da forma. A idéia é que nenhum dos dois elementos pré-existe a outro nem é a coisa natural. São ambos fruto, de um certo ponto de vista, do trabalho coletivo que constitui os sistemas linguísticos e culturais e, de outro, no discurso, de um trabalho do sujeito que os suscita numa relação precisa e determinada.

Granger distingue **trabalho de prática**, definindo esta última como "a atividade considerada em seu contexto complexo, e, em particular, com as condições sociais que lhe dão significação num modo efetivamente vivido"(14). O trabalho é, para ele, de certo modo, um recorte da prática, "apenas uma das estruturas da prática", talvez sua "estrutura constitutiva"(14). Ele separa a noção de prática da noção de trabalho para que esta possa ser considerada independente de condições sociais de um certo tipo. Sua idéia é a de que, por mais que se alterem as condições práticas, o trabalho subsistirá. O trabalho significaria "a atividade prática objetivando-se em obras", isto é, enquanto se objetiva em obras, e não, por exemplo, enquanto sendo pago (mal pago), enquanto sendo livre ou escravo, etc. Provavelmente, nesta minha apresentação, não se mantenha o grau de abstração que Granger atribui a este conceito. Na verdade, para que possa dar conta, de um certo ponto de vista, da história das línguas, deve ter uma aderência maior a condições culturais específicas.

Aceito que o trabalho relaciona forma e conteúdo, Granger parte para uma distinção que vai fornecer um argumento importante para a questão do estilo como quero encará-la. Dado que os elementos relacionados são a forma e o conteúdo, é possível enfatizar um ou outro. No trabalho do sábio, diz ele, em especial no do matemático, é a forma que se acentua. Em outros, por exemplo no do operário ou do técnico, é o conteúdo (prático). Mas, sua hipótese, apesar disso (e é isso que é importante para mim aqui), é a de que

"esses dois aspectos coexistem em todo o trabalho, no sentido generalizado, trabalho que se dá, pois, ao mesmo tempo, como estruturação e aplicação, podendo um dos aspectos dominar e mascarar o outro. Esses dois aspectos constituem dois movimentos complementares de determinação prática do individual"(16).

Essa afirmação de Granger, ou melhor, esta sua hipótese, se corroborada, implica que sempre há **estilo**, já que este é a maneira de relacionar forma e conteúdo. Por mais que um dos aspectos pareça apagado, ele está presente, porque tem a marca do trabalho, é produto de um processo, e insisto, é um produto que não precisaria necessariamente ser assim, só o sendo por escolha, por mais que esta escolha seja pouco livre e as restrições que pressionam o trabalhador sejam numerosas (o que não pode, evidentemente, ser perdido de vista, pois isto implicaria num sujeito sem história e, portanto, idealizado. Uma coisa é abstrair, outra é idealizar).

Talvez as noções de trabalho e de atividade (prática) sejam ambas de utilidade para a análise do discurso. Parece que, nos termos acima, a noção de trabalho é mais pertinente para explicar como uma comunidade de falantes produz ou mantém determinada língua, organizada segundo certos parâmetros, por oposição a outras línguas. Se se quiser verificar o trabalho prático do qual resultou este produto (constantemente em processo, aliás, enquanto exista uma comunidade que trabalhe com ele e sobre ele), basta verificar as diversas fases de sua construção. E a noção de atividade é mais diretamente útil para explicar a atuação linguística de um falante, sujeito a coerções sociais concretas, que poderemos chamar de condições de produção. Uma das condições desta produção individual é, evidentemente, a língua, que ele agencia concretamente durante seu trabalho.

Num outro nível, pode-se dizer que é em decorrência do trabalho de muitos interessados que uma certa disciplina numa certa época vem a ser o que é; por outro lado, há a atividade dos trabalhadores individuais, consideradas aí suas condições concretas de formação e de produção, sem desconsiderar, neste caso, inclusive sua caracterologia, que produz uma obra. Um cientista produz, então uma obra, como resultado de seu trabalho; o conjunto de cientistas que se dedica a um determinado ramo do saber produz uma ciência, ou uma disciplina, para a qual os cientistas particulares são relevantes, mas, por um lado, sua obra nunca é a disciplina e, por outro, dificilmente são os iniciadores absolutos dela, isto é, trabalham sempre depois de uma certa construção já existente e que não é totalmen-

ta determinante do que fazem, mas é extremamente relevante para o que fazem.

Em termos de línguas naturais, para retomar o fio, o equivalente seria: o trabalho de todos produz uma língua; a atividade dos sujeitos produz discursos. (devo a J.W. Geraldi a primeira sugestão para esta distinção).

Em ambos os casos, há uma característica fundamental que é a escolha. Num caso, entre múltiplas possibilidades, que uma teoria geral da linguagem humana talvez possa determinar (uma das atividades de Chomsky tem sido, aliás, esta: estabelecer restrições universais sobre gramáticas possíveis). No outro, entre possibilidades menos numerosas, as de uma só língua, porque a "conjuntura" linguística disponível ao locutor individual apresenta-se-lhe com maiores restrições, consideradas, principalmente, também as condições do locutor, em termos de classe social, região, etc., fatores que diminuem ou aumentam concretamente as possibilidades de escolha.

Gostaria apenas de chamar a atenção para um preconceito comum, segundo o qual falantes de classes sociais mais baixas são praticamente monostilísticos. Todas as pesquisas sociolinguísticas mostram uma variabilidade inerente, ou, pelo menos, empiricamente constatável, qualquer que seja a variável considerada: classe, sexo, idade, etc, que se traduz pelo fato de nunca (ou muito raramente) se encontrarem índices 0 e 100 em pesquisas empíricas.

Estilo como individuação

Diz Granger que o "conhecimento científico, processo de conceitualização, consiste, em primeiro lugar, em reduzir o que é experimentado como individual, isto é, como momento concreto vivido em tal situação" (16). É bem conhecida esta exigente definição da atividade científica por Granger. Para ele, ela só se cumpre no processo de estruturação.

"Historicamente, a ciência, em seus estágios mais desenvolvidos, é oficialmente articulada em linguagens formais. A matemática e a física, pelo menos em parte, parecem exibir mais esta tendência geral. Mesmo que não estivéssemos preparados para admitir tal tendência como um traço essencial da ciência, a evidência histórica nos compelia a admitir este traço como um fato permanente e, afinal das contas, determinante" (Granger, 1985).

Mas, por outro lado, nunca é demais insistir na insistência de Granger sobre a importância da experiência, do vivido, da intuição, como condições necessárias, embora não suficientes, da atividade científica. Chamo a atenção: não para a ciência, mas para a atividade científica, porque o que lhe interessa é o processo, como vimos repetidamente, é em oposição ao vivido que a estrutura é construída e, inversamente, é pela oposição à estrutura que o estilo se constitui ("o individual ... só pode ser definido por oposição às estruturas" (17)), porque

o estilo é a "modalidade de integração do individual num processo concreto que é trabalho e que se apresenta necessariamente em todas as formas da prática"(17).

As estruturas, em relação ao vivido, devem ser interpretadas como "rede de referencição informacional (grifo meu), cujos elementos têm valor "opositivo, relativo e negativo"(17), segundo, aliás, as boas definições de estrutura. Mas, por maior que seja o esforço de estruturação, "o próprio vivido prático, enquanto mensagem efetiva que faz parte dessa linguagem, apresenta constantemente redundâncias, ou, se se quiser, sobre-determinações"(17). Granger nos oferece como exemplo uma afirmação (sem dúvida nenhuma correta) sobre as línguas naturais, que será depois mais explorada em meu trabalho:

"... de um fragmento da cadeia falada pronunciada por um locutor, mil traços aparentemente não pertinentes ao sistema da línguas sobrecarregam a mensagem e a individualizam"(17).

Gostaria de tentar aqui uma interpretação desta afirmação de Granger, consideradas formas menos óbvias que a exemplificada por ele.

Todos sabemos o que significa, tanto em termos de linguística geral, mas em especial para o estudo da significação, a noção de pertinência. À linguística não interessa o elemento subfonêmico, a modalidade da enunciação (se gritada, cochichada, pausada, irritada, etc, apenas para relacionar termos que representam interpretações comuns ...) provavelmente porque, ao

debruçar-se sobre o significado, não possa encarar a multiplicidade de efeitos produzidos por essa massa de elementos não pertinentes ao sistema, mas sempre presentes em todos os atos concretos de discurso. E são exatamente esses elementos que individualizam a "mensagem", para utilizar aqui o termo de Granger, ou, se quiser ficar mais em meu próprio terreno, que individualizam o discurso e o determinam ou até o sobredeterminam, transformando-o numa "máquina" de produzir significações não controladas por uma teoria semântica que seja compatível e construída nos mesmos moldes que uma teoria da forma com base na noção de pertinência. Porque é numa contraposição a essa relação que descobrimos, por exemplo, além da 'informação' semântica veiculada sistematicamente por uma sentença como "Hoje não estou com vontade de trabalhar na tese" se quem a diz é um gaúcho ou um baiano, um homem ou uma mulher, se esta sentença é dita para agredir ou para se defender de uma cobrança, de modo irritado ou calmamente (com os efeitos que se produzem sobre o interlocutor) etc. Em resumo, são os elementos não pertinentes que ancoram o discurso no vivido, na prática, e que, para fazer um jogo de palavras, o tornam perfeitamente pertinente.

Observe-se que, para Granger, o estilo deve estar baseado nestes elementos não pertinentes, porque ele, de fato, assume que uma língua é uma estrutura ("Uma língua é evidentemente um sistema de formas; por mais próximo que se queira reconhecê-las da experiência vivida, estas formas estão organizadas e o menos "estruturalista" dos linguistas não pode deixar de admitir que constituem, pelo menos, esboços de estruturas abstratas que remetem, pois, a um trabalho de construção e retificação de um

vivido" (133)). Mais uma vez, parece, vale a pena enunciar, embora se trate de uma repetição, minha hipótese: se há estilo com uma linguagem (ou língua) estruturada, a fortiori os há numa semi-estruturada, porque a individuação, a ancoragem na situação, a presença ou as marcas do vivido estão mais visíveis. Mas, quero insistir na idéia de que os elementos não pertinentes seriam suficientes para uma ancoragem na realidade, mesmo que uma língua natural não contivessem os elementos que, para Benveniste, pertencem não à língua, mas à linguagem (os dêiticos) e que para Granger são os elementos que distinguem as línguas naturais das linguagens artificiais, porque eles são suficientes para esta ancoragem, na medida em que são caracterizadoras ou da individualidade de um sujeito ou da individuação de um discurso, o que, no final, se equivale.

Mas, na caracterização desta propriedade do estilo, qual seja, a individuação que ele produz de uma obra pela presença de elementos não pertinentes, Granger não pára na afirmação genérica. Faz uma exigência, formulada nos seguintes termos:

"Na medida em que esta redundância não apareça distribuída de modo totalmente aleatório e, em seu tratamento se esbocem certas constâncias, há estilo" (17).

E ele mesmo interpreta sua afirmação:

"... a própria possibilidade que se postula de uma análise do estilo supõe que os elementos redundantes do vivido ... não constituam de modo algum um conteúdo

absoluto, uma matéria irredutível e informe" (17).

Vale dizer, se não houver nenhuma regularidade, o estilo não é analisável (não se pode abordar de nenhuma maneira, isto é, em nenhum estilo, algo que não se pode minimamente estruturar: a questão é o que se faz com o novo resíduo) e é preciso que haja, para que se depreenda algo deste estilo, uma nova oposição de forma e conteúdo; é isso que significa, me parece, a exigência de que não haja nesses elementos redundantes "um conteúdo absoluto". Trata-se, pois, de uma questão de interpretação. Granger dirá que o conteúdo destas redundâncias organizadas de um certo modo é a significação, por oposição ao sentido, veiculado pelos elementos pertinentes ao sistema.

Mas, o que significa exatamente a exigência de uma certa organização do residual? Será possível, então, encontrar estilo em qualquer discurso (isto é, em qualquer obra)? Tentarei responder afirmativamente, e lembrar várias hipóteses de análise de dados linguísticos onde esta organização pode ser encontrada, evidentemente de modo diverso segundo o tipo de dado e segundo o enfoque da análise.

Sem descer a nenhum detalhe e sem pesquisa exaustiva, podem-se listar os seguintes eixos segundo os quais se pode encontrar uma organização de elementos linguísticos não pertinentes:

a) a primeira idéia é a de uma organização dos elementos não pertinentes de uma maneira tal que ela contribua para dizer de novo e de outra maneira a mensagem (o sentido) veiculada per-

los elementos pertinentes. Seria o caso de textos literários, principalmente se a literariedade ou a esteticidade de um texto for definida à maneira de Jakobson (vide resenha de Eco, acima, cap. 8). Bastaria lembrar, a título de exemplo, os famosos versos de Cruz e Souza, citados em qualquer manual de literatura brasileira, "Vozes veladas, veludosas vozes, volúpias de violões...", onde a recorrência constante de fricativas reduplica o sentido veiculado pelo texto em língua portuguesa, utilizada pelo autor. Ou ainda, podemos recordar as passagens dos *Lusíadas* e ainda os textos de Guimarães Rosa, acima citados e brevemente analisados (ver cap. 8). Poderíamos acrescentar ainda o seguinte exemplo: "se a serra é terra, a cabra é pedra", de João Cabral de Mello Neto, em *Poema(s) da Cobra*, verso do qual diz Carone(86): "onde o acúmulo de consoantes duplas, por si só, parece encher de pedregulho a boca do leitor, remetendo a mente e a sensibilidade, no lance de uma única linha, para as asperezas do Nordeste brasileiro e a tenacidade do ser que nele habita". (Uma análise alternativa é atribuir a sensação de "encher a boca de pedregulho" à presença de vibrantes, mais que ao acúmulo de consoantes duplas. Vale assinalar, além do mais, a diferença de efeitos se a pronúncia do leitor se caracterizar pela enunciação de fricativas onde outros utilizam vibrantes).

b) uma outra maneira de interpretar esta exigência de Granger, e corroborá-la, seria a menção a certas pesquisas estilísticas que descobrem em determinados autores (ou obras) a preferência por certas transformações sintáticas, enquanto que outros autores preferem outras. O resultado de pesquisas deste tipo é a descoberta explícita do que individua alguém como es-

critor (na medida em que o diferencia de outros) ou mesmo de certas obras (diferentes de outras) ou das preferências de uma certa época (por oposição a outras). Teríamos assim estilos de autores, de obras e de épocas (sempre com referência à literatura). Mas o mesmo poderia ser feito com obras não literárias. O que Labov faz, de certa maneira, é algo semelhante, só que o resultado é a individuação de um grupo ou classe, e até mesmo de indivíduos (ver cap. 10)

No caso de Labov, o que se encontra são certas constâncias ou na fala de uma classe ou de um grupo, mas seu trabalho cita os quadros individuais de alguns sujeitos investigados, e o que se tem é a discrepância entre eles, mesmo que pertençam à mesma classe. Como se sabe, as curvas estatísticas são semelhantes, mas não exatamente coincidentes.

c) Um outro exemplo (ou campo de investigação) poderia ser verificar se o léxico de um falante ou de uma classe ou grupo é estilisticamente compatível com seu estilo fonológico. Por compatibilidade entenda-se aqui a utilização de um léxico que seja avaliado socialmente da mesma maneira que a pronúncia. Labov diz que "as transformações referentes à prosódia e às variáveis fonológicas vão no mesmo sentido que as modificações do léxico, da sintaxe e do conteúdo em geral" (1973b:148). Quer dizer, há uma certa organização do resíduo, na medida em que a seleção lexical, das regras sintáticas de formação das sentenças e o conteúdo veiculado são selecionadas de maneira diversa em contextos diferentes de formalidade, mas, em cada um deles, há uma compatibilidade (medida, obviamente, em termos de valorização social) das formas escolhidas. Nesse sentido, pode-se dizer

que, mesmo sem nenhuma pretensão estética, a forma redobra o conteúdo: isto é, para assuntos triviais, uma forma informal, para assuntos mais "elevados", uma forma socialmente mais valorizada. Ou, num outro lugar, pronúncia de homem, léxico de homem; pronúncia de mulher, léxico de mulher. Se os resultados das pesquisas de Labov puderem ser generalizados, bastariam dados desse tipo para confirmar a existência constante do estilo (isto é, uma certa relação entre forma e conteúdo), mesmo que se trate de uma condição tão exigente quanto a que formula Dranger: a organização dos elementos não pertinentes.

d) uma outra hipótese, a que acenarei só de passagem: se houver sempre estilo, é de se esperar que certas circunstâncias condicionam uniformemente certas escolhas: por exemplo, que o léxico utilizado quando alguém atinge seu dedo com um martelo não seja o mesmo que quando lhe anunciam a morte da mãe. Se isso for verdade, teríamos de novo a forma reduplicando, na sua materialidade não pertinente, a explosão diversificada do falante diante de uma situação dada. É adequadamente, segundo um certo regime social que pressiona para obter um certo tipo de comportamento.

Neste caso, teríamos não necessariamente os elementos organizados segundo critérios linguísticos exclusivamente, mas segundo critérios de sociologia da linguagem (o que dizer em quais ocasiões), de maneira similar às condições de felicidade dos atos de fala. De qualquer maneira, trata-se de uma organização do exterior do sistema pertinente a uma língua, no sentido estrutural.

e) outra hipótese, para não falar em exemplo: se o objeto linguístico a ser analisado for um 'paper', digamos, de um linguista, a organização do residual poderá referir-se à necessidade de que a técnica expositiva, o léxico selecionado, o tipo de argumentos, etc., seja compatível com o vivido desta comunidade especial. Um 'paper' redigido em forma de poema não seria organizado segundo esta 'ordem'. Trata-se, parece-me, de elementos não pertinentes a uma língua, mas submetidos a uma pressão de organização peculiar, e isto constituirá, digamos, o "estilo" dos 'papers' em linguística. O que me parece é que nunca se obterão dois exatamente do mesmo estilo, porque, por maior que seja a pressão, sempre sobrarão resíduos da subjetividade do autor, que são incontrolláveis.

Estas são algumas possibilidades, umas mais 'linguísticas' que outras, de encontrar-se esta organização, esta não casualidade, que Granger exige para que haja estilo. Minha impressão é que será praticamente impossível encontrar-se um discurso não submetido a estas exigências.

Se houver, por exemplo, um 'paper' em forma de poema, isto simplesmente exigirá uma outra chave de leitura, mas será difícil alguém dizer que não há estilo nele.

Mas, então, sempre haverá estilo na obra, e, em nosso caso, no discurso ou na língua, segundo o nível em que queiramos procurar descrevê-lo? Esta é a tese de Granger, que aqui seguirei de novo, por mais um passo, porque oferece mais uma oportunidade de formular a hipótese baseado no "a fortiori" que enunciei no início do capítulo.

Quando fala de estilo como individuação, Granger diz que ela é relativa, porque "a própria redundância de uma mensagem é relativa a tal nível de estruturação"(17), isto é, em níveis de estruturação diversos haverá tipos de redundância diversos (evidentemente, haverá mais redundância numa língua natural que numa linguagem matemática, por causa dos seus diversos níveis ou graus de estruturação). E para ilustrar sua afirmação, Granger exemplifica com o caso do objeto industrializado, que ocupa exatamente o extremo oposto do objeto matemático, como acima se viu, em termos de privilégio da forma ou do conteúdo.

Sendo um dos traços do objeto industrial a uniformidade mais exata possível, é lugar comum notar-se que uma das condições da indústria é lutar contra a individuação, diz Granger. E pergunta: "O objeto padrão, no entanto, pode ter um estilo?"(18).

Granger não tem dúvida em responder afirmativamente (para ele só pode ser óbvio, por causa de sua categoria de trabalho como constitutiva do estilo) e de duas maneiras diversas. Em primeiro lugar, há estilo (=individuação) porque, por mais idênticos que pareçam, os objetos, examinados minuciosamente, revelarão diferenças. Mas, como estas não são "vividas nas condições ordinárias da prática" (digamos, um defeito invisível a olho nu na pintura de uma geladeira não pode provocar reações negativas de um comprador e levá-lo a comprar uma outra) não são relevantes e devem ser negligenciadas.

Mas, os objetos estereotipados podem testemunhar o estilo num outro nível. "A assunção da estereotipia já constitui uma modalidade estilística (grifo meu); trata-se de apagar a indi-

vidualidade do material, mais do que pô-la em evidência, como faz o artista" (18). Além disso, e esta questão é extremamente importante, "o modelo do objeto indefinidamente reproduzido pela máquina já é o resultado prático da realização de uma estrutura mais abstrata: a idéia de uma máquina de escrever, de um tecido, de uma sopa desidratada..." (18).

Se acharmos que este raciocínio de Granger faz sentido e quisermos estabelecer alguma analogia com as línguas naturais, ou com discursos reais, poderíamos dizer que ela nos obriga a ver estilo tanto no poema mais originalmente elaborado e mais impressionante do ponto de vista estético quanto num ofício individual escolhido entre milhares exatamente idênticos que uma secretária datilografa no curso de uma carreira, por mais que ela seja eficiente e burocrática, isto é, por mais que ela os execute uniformemente e retire deles qualquer resquício de falta de objetividade. Porque, afinal, um ofício é o resultado de um trabalho longo, destinado exatamente a apagar dele qualquer marca de individualidade, o que significa que é o resultado de uma idéia de forma que aos poucos se concretizou (mesmo esquecendo estrategicamente o fato de que os ofícios têm datas, destinatários e assinaturas, que os individualizam).

Capítulo 10

O estilo na linguística

"It is the recognition of the division of the subject in language that enables one to pass beyond the rhetoric/logic distinction to discover the speaker at play in every function of language" (MacCabe).

Vimos que a noção de estilo é bastante confusa, havendo desta palavra numerosas definições (ver, p. ex Chocíay, 1983, que comenta nada menos do que doze delas). Vimos depois a abordagem de Granger, tentando caracterizar esta noção com maior rigidez. Entre a fluidez que se percebe nos tratamentos de estilo pelos críticos literários e a tentativa de estabelecer uma univocidade maior para este conceito, situam-se os lingüistas, que tentam depreender noções um pouco mais severamente controláveis com base nas respectivas concepções de gramática (ou de língua). Possarei rapidamente por eles, para, em seguida, acoplar uma noção de estilo à teoria linguística que comanda este trabalho, da qual decorrerá que as funções do estilo se sobrepõem, sendo impossível priorizar uma delas. Não quero cair no vício comum entre os que abordam esta questão, e que pode ser representada pela seguinte afirmação de Eagleton (1983), relativa ao trabalho dos críticos literários: "... a maioria das

teorias literárias colocam inconscientemente um determinado gênero literário em primeiro plano e, a partir dele, fazem os seus pronunciamentos de caráter geral" (55). Como se verá, os linguistas fazem algo semelhante.

Nos gramáticos e nos linguistas, em geral, o estilo é definido de alguma forma, mais ou menos vaga, conforme o caso, tendo como ponto de referência, alternativamente, a oposição língua-fala ou a oposição ou complementariedade entre as diversas funções da linguagem. De maneira mais geral, pode-se dizer que se coloca, de um lado a gramática e de outro o estilo. Esta opinião pode ser representada pela seguinte afirmação de Melo (1945): "A distinção entre língua e estilo se funda na clássica dicotomia estabelecida pelo grande Saussure - *langue e parole*" (131). Seu argumento se destina a combater os defensores de uma língua brasileira, argumentando que, assim como há uma execução individuais diversas, este mesmo fato se encontra também em relação a países que falam a mesma língua (haveria, assim estilos nacionais; ver pg 133 e ss).

Não existe grande interesse em encarar o estilo deste ponto de vista, isto é, imaginando uma estrutura fixa, até trans-nacionalmente, e, por outro lado, sub-blocos de fala, que iriam desde as nações até ao indivíduo. Tentei, mais acima, eliminar a oposição entre língua e discurso, e não haveria, portanto, nenhum sentido em manter uma divisão entre língua e estilo.

Um pouco mais adequados são os linguistas, porque consideram, em geral, o estilo como um fato de língua. Mas, por outro lado, caem no mesmo esquema de raciocínio, porque, embora trabalhando no interior de uma apenas das bandas da dicotomia

saussuriana, dividem as funções da linguagem. Mencionarei aqui, como representantes desta vertente, Bally e Mattoso Câmara. Na verdade, embora explicitamente partam de pontos de vista um pouco diversos, acabam por produzir uma visão do estilo mais ou menos com os mesmos resultados.

Bally (1951) parte de Saussure, aceitando que a linguagem expressa nossos pensamentos, isto é, nossas idéias, mas acrescenta que não é esta a única função da linguagem, porque, ao invés de refletir a realidade, ela a refrata, isto é, impõe-lhe uma deformação cuja causa é a natureza do nosso eu. O que constitui o eu é a parte afetiva do nosso ser (emoções, sentimentos, impulsos, desejos, etc.). A proporção de idéias e sentimentos expressos na linguagem pode variar, diz ele, havendo em alguns casos somente a expressão da idéia e em outros a pura expressão do sentimento. Exemplifica com a seguinte série, que vai do pensamento puro ao sentimento puro: "Je suis étonné de vous rencontrer ici. - Tiens, vous êtes ici. - Comment, vous ici? - Vous?". Mas pelo fato de ele considerar a expressão do sentimento como a contraparte da expressão da idéia, isto não significa que considere apenas este aspecto psicológico na oposição ao racional. Na verdade, quando manifestamos nossa vontade, nosso desejo, etc., nós nos representamos a condição social de nosso interlocutor, sua situação em relação à nossa. Assim, a linguagem passa do aspecto psicológico para o fato sociológico.

E a expressão linguística oscila entre dois pólos que são os sentimentos individuais e os sociais, e sendo o social antes de tudo coercitivo, o equilíbrio da expressão é "sem dúvida a resultante do impulso emotivo individual e da contenção que

provém de considerações estranhas ao indivíduo" (10).

Em suma, pode-se considerar que o estilo significa, para Bally, a possibilidade (se não a necessidade) de expressão do indivíduo, considerado tanto do ponto de vista psicológico quanto do sociológico. Veja-se sua definição de estilo para se verificar isto mais claramente: "Estudo do conteúdo afetivo dos fatos de expressão na linguagem organizada" (155), ou mais claramente ainda: "A estilística estuda, pois, os fatos de expressão da linguagem organizada do ponto de vista de seu conteúdo afetivo, isto é, a expressão dos fatos da sensibilidade pela linguagem e a ação dos fatos de linguagem sobre a sensibilidade" (16).

Pode-se depreender desta definição a possibilidade de não ocorrência de estilo, na medida em que é possível a existência de expressão sem que seja de sentimentos, aspirações, etc. Minha discordância em relação a Bally resulta principalmente desta dimensão de sua estilística: sua restrição a uma função da linguagem de certa maneira subsidiária, embora relevante.

Seu método compreende três partes: a delimitação, a identificação e a procura dos fatos estilísticos. A delimitação, ou definição, é a determinação de um sentido lógico e exato de um fato de linguagem; a identificação tem como objetivo ligar um fato de linguagem a um equivalente lógico, assimilando-o a uma noção simples (que não conteria nada de emotivo); e, por fim, a procura do caráter estilístico consiste em separar (dégager) o ou os elementos afetivos que o fato de linguagem contém e em lhe atribuir um lugar no sistema expressivo da língua (96). Acompanhemos Bally num exemplo. Considere-se a expressão "C'est

un frêle appui que le sien". Retenha-se a palavra **frêle**. Procure-se antes sua significação. O pensamento vai sucessivamente para as expressões vizinhas como **faible**, **débile**, **fragile**, **chétif**. Como estes sinônimos não são idênticos, estudando suas diferenças, "involuntariamente eu os levo todos a **faible**". Enfim, comparando **faible** e **frêle**, descobre-se que **frêle** designa "uma espécie de franqueza caracterizada pela falta de resistência ou de solidez". Assim, um apoio **frêle** é um apoio que cede ao menor choque. Sabe-se, então sua significação. **Faible** foi a primeira palavra que ocorreu porque é a mais geral e a mais compreensível: "é o termo que contém todos os outros da série" é a primeira operação. Vendo-se quais termos se colocam sob **faible**, identificam-se todas as palavras pelo termo **faiblesse**, e assim se completa a segunda operação. Mas ainda não se chegou ao fato estilístico; chega-se a ele quando se descobre "se parece que **frêle** se distingue de **faible** por uma proporção maior de elementos emotivos, se sou mais fortemente afetado pronunciando a primeira palavra... Se percebo em seguida que a língua comum e a língua falada não fazem um emprego usual da palavra **frêle**, e que esse termo, pertencendo à linguagem literária, "evoca" o meio ao qual pertence e por isso produz um efeito especial, chamado efeito por evocação, terei determinado um outro caráter estilístico da palavra, e assim por diante" (96-98).

(Lapa /s.d/ dá um exemplo equivalente com "inteligência").

Há dois aspectos mencionados, então, como efeitos estilísticos: provocar (ou expressar) emoção e evocar um meio específico onde determinada palavra é utilizada. Esta segunda dimensão lembra os estudos de sociolinguística, segundo os quais se

pode indentificar o contexto de utilização. Principalmente porque Bally, e outros, na mesma tradição, não deixa de levar em conta léxicos regionais e de grupos. No mesmo sentido expressa-se Lapa: "...sentimos imediatamente que esticar o pernil é um termo de gíria popular, que evoca esferas inferiores da população... falecem dá-nos a impressão de um meio burocrático, jornalístico." (41-2)

O grande problema de Bally é, pois, sua oposição, no estilo, a uma função primeira da língua, a de representar uma idéia geral. Neste caso, não se tem estilo, mas apenas a língua na sua função ideacional ou representativa. A representação é neutra do ponto de vista do indivíduo, portanto, não traz consigo nenhuma marca emotiva.

Mattoso Câmara, a rigor diz as mesmas coisas. A diferença entre ele e Bally é que o brasileiro recusa como ponto de partida a dicotomia de Saussure, (para a finalidade de postular a estilística como complemento da gramática, obviamente) assumindo como mais adequada a tríplice função da linguagem como definida por Bühler (ver Bühler, 1934, em especial as págs. 35-45). Seu objetivo é tornar possível uma estilística científica, coisa que não pode ser feita partindo-se da noção de parole. E a língua, em Saussure, só abarca a função representativa. "O problema fica mal colocado quando se parte do segundo termo da dicotomia saussuriana. A divisão trifuncional de Bühler nos dá muito melhor fundamento para a ampliação do campo da linguística" (Câmara Jr. 1977:12). O estilo é, assim "a definição de uma personalidade em termos linguísticos... abrange... todos os fenômenos específicos que aparecem em nossa linguagem como meio

de exteriorização e apelo" (13).

Com base nas três funções propostas por Bühler (expressão, apelo e representação), diz Mattoso que a língua nos fornece formas para estabelecer e dar a conhecer as nossas representações, mas "ajunta-se-lhe espontaneamente a exteriorização do estado da alma em que tais representações nos lançam, e o impulso de fazer o próximo partilhá-lo conosco" (13). Para Mattoso, pois, as três funções se dão simultaneamente, como se pode ver melhor no exemplo a seguir:

"A língua absorve, destarte, uma carga afetiva que se infiltra em seus elementos e os transfigura por assim dizer. O adjetivo **belo**, por exemplo, tem uma significação intelectual e encerra um julgamento acerca do ser ao qual é aplicado; traduz uma determinada representação desse ser (um bosque, digamos), distinta da que transmitira **denso**, ou **grande**, ou **verde**. Até aí, estamos na língua em senso estrito; mas dela transborda o ato linguístico, que é a enunciação do termo em dadas circunstâncias, porque nele se revela o entusiasmo de quem assim nos fala ou ainda seu esforço para nos fazer participar desse entusiasmo" (14).

É por isso que, para Mattoso, a "estilística vem completar a gramática" (14).

Sua tarefa se triparte da seguinte maneira: a) caracterizar uma personalidade; b) isolar os traços do sistema linguístico que não são propriamente coletivos e concorrem "para uma

como que língua individual"; c) concatenar e interpretar dados expressivos.

Percebe-se bem aqui a tendência de Mattoso, seguindo, de certa maneira, a vertente de Spitzer nos seus trabalhos de base psicológica. Como se pode ver em outros trabalhos de Mattoso, o estilo é um desvio da norma, e concorre para individualizar uma personalidade (ver capítulo seguinte).

Por mais que Mattoso tente fazer coorrer as três funções da linguagem, centra-se sua estilística, como se vê, no complemento da gramática, na função expressiva. Por isso, embora não parta de Saussure, diz que a conceituação de estilo nos moldes de Bally é a cerne do problema (16).

A relação entre estilo e individualidade ou personalidade, no entanto, não leva, em Mattoso Câmara, a postular uma língua individual propriamente dita. Ele tem bem consciência de que isso a rigor não é possível. Como veremos no capítulo seguinte, é com base nesta mesma hipótese que rejeitarei a caracterização de estilo como desvio, assim como estou recusando aqui sua colocação no exterior da gramática.

Percebe-se bem que os problemas dos linguistas, ao definir estilo, decorrem da forma como buscam inserir na língua uma função paralela à ideacional para a linguagem, mas esta função está sempre fora de lugar neste tipo de concepção.

Para se perceber melhor este tipo de problema, basta lembrar Thorne (1970), que tenta utilizar-se da teoria gerativa para a análise estilística. Seu maior sucesso é na tentativa de caracterizar o estilo individual dos autores no que concerne às transformações mais utilizadas por um ou por outro. Assim, se-

quando ele, consegue-se demonstrar que noções intuitivas como estilo "franco", "terso", "enfático" têm alguma base na realidade do texto. Mas, ao propor para a poesia a necessidade de uma gramática não prosaica, isto é, pessoal e com regras de seleção diversas das da linguagem corrente, em primeiro lugar, não avança um passo sequer em relação aos formalistas russos e, em segundo, arranjaria provavelmente uma lista infinita de contra-exemplos (ver Thorne, 1970, especialmente 186-190).

O problema dos linguistas *stricto sensu*, sejam eles estruturalistas ou gerativistas, quando abordam a questão do estilo, é sua concepção de língua e de gramática. A língua em Saussure, como sabemos, é concebida como uniforme (embora em equilíbrio instável), e a competência gramatical gerativa é o saber de um falante - ouvinte idealizado.

Se a língua é concebida como uniforme e com uma função primitiva, só pode haver estilo fora da língua ou numa função subsidiária da gramática. Assim, esta estilística só aprende os fatos ainda não gramaticais, perdendo de vista os fatos estilísticos que resultam do agenciamento de recursos expressivos socializados, sujeitos, portanto, a regra e, assim, objetos naturais de uma gramática.

O ponto de partida necessário para poder-se pensar a questão do estilo é a admissão da verifiabilidade dos recursos como constitutiva da língua Como diria Branger (1968), se se pode pensar o estilo se se admite a pluralidade dos códigos (220 e ss.).

A sociolinguística

A sociolinguística tem, como condição de sua existência, a admissão de um estreita relação entre linguagem e sociedade. A manifestação mais óbvia dessa relação é que a língua manifesta no seu sistema a variedade da sociedade que a fala. Como se verá em Labov, a única uniformidade em relação à língua é a usual coincidência de avaliação sobre qual seja a forma correta, isto é, uma atitude uniforme, ou pelo menos indicativa, em moldes estatísticos, de uma mesma orientação, em relação ao valor social das formas alternativas. Sendo assim, a sociolinguística traz no seu bojo a possibilidade de se pensar a questão do estilo sem traumas para sua concepção da linguagem.

Segundo Lefebvre (1983), lendo-se os trabalhos da sociolinguística sobre o estilo dificilmente se poderá fugir da seguinte configuração:

"As noções de estilo que encontramos em nossa passada (survol) pela literatura sobre o assunto revela duas tendências. Num caso, os estilos são considerados como códigos dentre os quais os locutores de uma comunidade linguística podem operar uma escolha apropriada à situação, tanto do ponto de vista social quanto cultural, situação definida por uma lista de fatores cujo número e configuração variam de uma comunidade a outra. Estas escolhas estão igualmente disponíveis aos locutores. No segundo caso, os diferentes estilos utilizados por uma mesma pessoa são considerados como distanciamentos em relação a seu estilo de base, o

vernáculo. A noção de estilo é aqui definida numa só dimensão, a do grau de atenção dispensado à linguagem. Para ter um estilo adequado a uma situação dada, o locutor deverá, nesse modelo, prestar mais atenção à linguagem do que em outra situação"

A noção de escolha está mais ligada aos estudiosos oriundos ou relacionados de alguma maneira ao que se pode chamar de etnolinguística ou sociologia da linguagem, como Hymes, Gumperz e Fishman, por exemplo, entre os mais tradicionalmente citados, e, dentre os menos, Lavandera. Estes estudiosos operam continuamente com a noção de repertório, que significa, basicamente, que os falantes têm a sua disposição um conhecimento linguístico diversificado (não são monostilísticos, por definição) e escolhem desse repertório as formas que lhes parecem adequadas para realizar o objetivo que têm em mente ao falar. Sua questão fundamental é a formulada por Fishman (1968b): "Quem fala (ou escreve) que língua (ou que variedade linguística) a quem, quando e para que fim?" (27). A noção de **code-switching** como utilizada por Gumperz (1983) talvez represente a abordagem mais sofisticada, em termos de "para que fim", conseguida no interior desta concepção de estilo. O falante é considerado capaz de variar não só segundo o contexto, o que é relevante, mas segundo seus objetivos, embora não necessariamente esteja consciente desse fato. Não me deterei mais nesta concepção porque a incluirei, adiante, na visão de linguagem que adoto neste trabalho.

A segunda formulação, baseada no distanciamento, é típica da sociolinguística de estilo laboviano, preocupada em estabelecer uma correlação o mais exata possível entre contexto e forma linguística.

Os objetivos de Labov (1973b) são principalmente dois: a) mostrar que estrutura não é sinônimo de homogeneidade, de onde se depreende que ele quer pôr em destaque a organização social da variação, mais do que procurar depreender os efeitos de sentido desta mesma variação; b) mostrar que, embora haja uma variação estilística de grande envergadura, é falsa a impressão de que não importa quem possa dizer não importa o que. Seu trabalho é tentar precisar ao máximo as condições contextuais em que alguém diz o quê e de que forma.

Para descobrir a estrutura da variação estilística, Labov elabora testes com cinco variáveis, aquelas que são marcadoras, isto é, que são fatos estilísticos (ver também Labov, 1973, especialmente 252, passo 6).

As variáveis testadas são (r), (eh), (oh), (th) e (dh) e os contextos, o discurso familiar (contexto A), a situação de entrevista (contexto B), a leitura de um texto escrito em linguagem próxima da oralidade (contexto C), a leitura de uma lista de palavras (contexto D) e a leitura de pares mínimos (contexto D'). Neste último, apenas a variável (r) é testada, e no contexto D apenas (r), (eh) e (oh). A hipótese de Labov é que estas cinco variáveis têm realização diferente segundo o contexto, isto é, segundo o grau de formalidade, definido em função do grau de atenção dispensado a como se fala, atenção que deve ir crescendo do contexto A até o contexto D.

O estilo mais importante a ser obtido é o familiar, que Labov define como vernáculo. É obtido de diversas maneiras, que constituem, aliás, algumas das melhores descobertas de Labov para a realização de pesquisas de campo.

Os resultados da pesquisa de Labov mostram que falantes de diversos níveis sociais têm fundamentalmente a mesma atitude em relação a quais são as formas linguísticas de prestígio e quais as estigmatizadas, o que aparece no tabulamento de dados de forma evidente, dado que, quanto maior for o grau de atenção necessário (que corresponde ao grau de formalidade, grosso modo), maior é a ocorrência das formas consideradas elegantes em inglês, mesmo que os números absolutos variem de falante para falante. Os dados obtidos em relação à variável (r) mostram isso claramente. Vai abaixo uma amostra ilustrativa:

Variável	A	B	C	D	D'	
(r)	00	06	08	38	100	Steve K.

	12	15	46	100	100	Abraham G.

	00	03	23	53	50	Josephine P.

(obs: os números são relativos à ocorrência da variante padrão)

Labov, evidentemente, presta atenção às semelhanças entre os dados numéricos, e ela exibe um crescimento da esquerda para a direita. E isso mostra uma atitude linguística do mesmo tipo. O que mais interessa a mim, no entanto, é a diferença, além do fato de que, raramente, em pesquisas de sociolinguística, obtém-se um índice 100. O próprio Labov diz: "Não estamos em condições de predizer com exatidão quando um locutor dado produzirá uma fricativa ou uma oclusiva (refere-se à variável (dh)). Um conjunto complexo de fatores muito numerosos vem obscurecer as regularidades estilísticas no nível do indivíduo" (1973b:173). Vale dizer, como é característica de pesquisas que lançam mão de procedimentos estatísticos, só se conseguem curvas significativas no que tange a grupos bem delimitados, mas raramente em relação a indivíduos, porque neste caso jogam muito mais numerosos fatores imponderáveis. O problema de Labov é que ele desconsidera fatores que ele mesmo assinala em outros estudos, em especial os efeitos que o falante quer conseguir (consegue) com seu modo de falar. E, claramente, os cinco contextos imaginados não representam mais do que muito grosseiramente as múltiplas situações reais com as quais os falantes se defrontam diariamente. O que Labov descobre de interessante, no entanto, não pode ser posto de lado: é o fato de que existem variantes que chamam mais a atenção do que outras, o que permite uma abordagem menos intuitiva dos efeitos de sentido, no caso de estes interessarem a um investigador.

Do ponto de vista da concepção do que seja estilo, em relação aos linguistas mencionados anteriormente, a vantagem de Labov é que para ele há estilo sempre, e não apenas quando o

falante se distancia do vernáculo (o que seria o seu desvio), o que ele perde é que não lhe interessa descobrir o que o falante quer fazer em relação ao seu interlocutor quando seleciona uma forma ou outra. Um outro problema de Labov é que sua concepção é unidirecional: isto é, a determinação do estilo é do contexto. Veremos no próximo capítulo como é relevante considerar também a criação ou alteração do contexto pelo estilo. Infelizmente, com este método não se atinge o fulcro da questão, que é a apreensão do reflexo da variabilidade inerente das línguas no indivíduo, pelas heterogêneas solicitações sociais que lhe são feitas, nos termos de Trudgill (1974:45-6). No próximo capítulo, no entanto, tentarei aproveitar observações de Labov sobre papéis da linguagem, que podem ser considerados, nos termos deste trabalho, marcas de subjetividade.

Reterei para meus propósitos as noções de escolha e de atenção. Aquela porque a considero constitutiva do estilo (na esteira de Granger) e esta porque pode ser acoplada a uma modalidade, pelo menos, da noção de intenção - isto é, para casos em que o falante seleciona com maior grau de consciência os recursos expressivos para obter o efeito que lhe interessa. Essa atenção pode aparecer tanto na seleção de uma variante, no sentido de Labov, mas, principalmente, nas entonações diversas conferidas a um enunciado, que marcam, a meu ver, claramente o trabalho do locutor. Parece que a noção de escolha não é incompatível com a de atenção, assim. Só o seria se Labov considerasse os falantes de determinados grupos sociais como tendo uma linguagem uniforme. Mas é exatamente contra isso que ele faz sua pesquisa, para mostrar que eles variam segundo certos parâ-

metros. Assim, pode-se atribuir aos falantes 'labovianos' um

repertório variado.

Penso que a noção de repertório linguístico, assim conce-

bida, se representa um avanço e uma mudança de rumo signifi-

cativa, em relação a concepções como a de Chomsky, por exemplo,

ou a toda a tradição gramatical, pode, no entanto, ser modifi-

cada para tornar-se mais produtiva. Por isso, será aqui subsu-

midada sob a noção de recursos expressivos, como concebida em

Franchi.

Conceber os recursos expressivos, i. e., sintáticos, como

indeterminados, significa:

a) que os recursos sintáticos mobilizados num determi-

nado enunciado podem ser insuficientes, por si só, para sua

interpretação semântica;

b) que uma mesma relação ou função semântica pode vir

expressa num enunciado por recursos expressivos redundantes;

c) que os mesmos recursos expressivos podem ser mobi-

lizados, segundo diferentes estratégias, para expressar dife-

rentes significações;

d) que uma função ou relação semântica pode ser ex-

pressa por diferentes recursos alternativos.

Essas maneiras diversas, e complementares, de definir a

indeterminação sintática podem ser exemplificadas, respectiva-

mente, por:

a) "Todos estavam preocupados e resolveram dar um voto

útil", em que: 1) "todos" só tem sentido se especificado no

contexto o universo de discursos; 2) "e" estabelece uma relação

relativamente neutra entre as duas orações, e a relação de cau-

sa/consequência somente se interpreta com base em esquemas semânticos ou pragmáticos; 3) o sentido lexical mais específico de "dar" somente pode ser interpretado pelo amálgama verbo/objeto; 4) "um" se entende com valor específico por fatores contextuais (modalização de "dar") e contextuais; além disso, há outra interpretação possível, em certos contextos: como numeral.

Algumas dessas especificações poderiam eventualmente ser expressas, na modalidade oral, com recurso a entonações e acentos frásicos que orientam a interpretação. São outros recursos expressivos disponíveis no português.

b) no mesmo exemplo de a), o plural é sucessivamente marcado, o que é um exemplo suficiente da expressão redundante de uma função semântica.

c) observe-se como a formulação c) da indeterminação sintática possibilitou a Machado de Assis a produção de um fato de estilo com a expressão "...encontrei... um rapaz aqui no bairro, que conheço de vista e de chapéu" ou com "Marcela amou-me durante quinze dias e onze contos de réis". Isto é, a coordenação, gramaticalmente prevista para elementos da mesma função semântica e sintática pode ser mobilizada para coordenar elementos diversos e produzir efeitos diversos. Estéticos ou humorísticos, como nos casos vistos, e como em "Fui operado duas vezes: uma em Curitiba e outra no joelho".

d) a mesma informação semântica do exemplo a) pode ser expressa por, entre outras possibilidades: 1) Porque todos estavam preocupados, resolveram dar um voto útil; 2) Por estarem preocupados, todos resolveram dar um voto útil; 3) Preocupados,

todos resolveram dar um voto útil; etc.

Não se pode esquecer, no entanto, que estas diferentes transformações (no sentido intuitivo) produzem diferentes efeitos de sentido se consideradas, além das relações semânticas invariantes, as relações discursivas envolvidas.

Um aspecto relevante em relação aos enunciados do último exemplo é sua probabilidade de ocorrência em relação a certos contextos e co-textos. Sem dúvida, a liberdade não é total. Mas, mesmo que assim seja, a sintaxe assim concebida se apresenta a cada locutor como um conjunto de possibilidades entre as quais, por razões ora mais claras, ora mais obscuras, ora relevantes, ora irrelevantes, ele efetua uma escolha.

Imagine-se o acúmulo de recursos expressivos se nos lembramos de acrescentar às possibilidades mais tradicionalmente chamadas sintáticas, a escolha, por exemplo, entre decidiram, houveram por bem, ou ainda, viram-se forçados, compelidos, no lugar de resolveram. Ou suponha-se que em

Brutus matou César

se substitua matou por assassinou, deu cabo de, tirou a vida de, acabou com, arrebentou com, etc.

é que nessa concepção de gramática não se pode esquecer que a sintaxe corresponde em muitos de seus aspectos a projeções de propriedades lexicais. Também ao nível do léxico, portanto, tem-se que levar em conta o repertório disponível.

Mas, imaginemos mais: se, ao invés de resolveram ou decidiram, ou de matou ou arrebentou, considerarmos as formas resolvero ou decidiro (ou resolveu ou decidiu), e ainda resorvero ou resorveu e arresorveu, ou matô e arrebetô, veremos em quan-

to se aumenta a disponibilidade de recursos expressivos. Porque, se resolveram não é o mesmo que decidiram, também não é o mesmo que resolvero, nem o mesmo que resorvero, nem que arre-sorvero. Num caso, há diferenças de traços semânticos, nos outros, de traços sociais, isto é, relativos ao valor social do item lexical, considerada sua forma fonética perceptível. Considerando as conotações de classe, região, raça, sexo, idade, grau de formalidade, etc. que estas variáveis implicam, dar-nos-emos conta rapidamente de que estes recursos alternativos provenientes da variação linguística têm um valor, um efeito de sentido que o analista da linguagem deve levar em conta.

Considerem-se, nesse sentido, alguns exemplos triviais e seus efeitos:

a) um professor paulista dá um curso no Maranhão e pretende estabelecer com seus alunos uma relação informal. Para isso, dentre outras estratégias, trata-os por "você". Às tantas, um dos alunos decide informá-lo de que o curso agrada, com o problema, no entanto, de que o professor mantém distância excessiva em relação aos alunos, por tratá-los exatamente por "você". É que no Maranhão, contrariamente ao que ocorre em São Paulo, "você" é uma forma de tratamento mais formal, e o efeito de "distanciamento" se produziu inequivocamente.

b) uma das funções mais evidentes destas variações linguísticas é a de indicarem a região de origem do falante, o que enseja, por um lado, certas temáticas preferenciais, mas, por outro, tratamento com resultados indesejados. É que, por exemplo, um sotaque diferente, não identificado em detalhe pelo interlocutor, pode levá-lo a tratar um hóspede de hotel ou um

usuário de táxi como sendo "do interior" (portanto, merecedor de tratamento menos cuidadoso), quando, frequentemente, é de outro Estado e, mesmo, tem nele status social relativamente elevado.

c) Não fornecerei exemplos, por desnecessário, mas vale lembrar o quanto recursos deste tipo são mobilizados pelos locutores ao tentarem imitar falas de outras pessoas, seja para ridicularizá-las, seja para representar um determinado papel (por exemplo, a imitação de caipiras, nordestinos, cariocas, estrangeiros, etc. em programas humorísticos). Em geral, em circunstâncias que tais, os traços marcadores do estilo prototípico dos falantes imitado são exagerados (ver Costa, 1982).

Não me estenderei a mais exemplos; remeto para alguns dos casos comentados no capítulo 7, e para o próximo capítulo.

Os recursos expressivos oriundos da variação linguística não são explicitamente consideradas em Franchi. Não é que ele desconheça a variação, mas adota uma concepção monostilística do falante, isto é, não incorpora o fato de que o mesmo falante move-se na escala da linguagem no que concerne às variações marcadores de lugares e papéis sociais. A inexistência do monostilismo é amplamente atestada em pesquisa sociolinguísticas. O que se encontra de monostilismo é relativo ao pouco domínio das variedades de uma língua falada por bilíngues. Mas, neste caso, o bilinguismo se apresenta como multiplicador dos recursos expressivos, produzindo frequentemente o fenômeno do code-switching.

Ora, este tipo de recursos expressivos deve ser explicitamente incorporado para uma melhor compreensão dos fatos de es-

tilo. Além do mais, sua inclusão no rol dos recursos de expressão disponíveis ao falante, como considerados em Franchi, se faz nesta concepção sem traumas ou necessidade de alteração de qualquer princípio relevante .

Podem-se imaginar facilmente as vantagens de uma concepção como esta, com a extensão que sugeri, para uma teoria do estilo. Se a condição de possibilidade do estilo é a multiplicidade dos códigos, tem-se agora, explicitamente considerados, todos os recursos postos à disposição do falante, o que mostra que os fatos de estilo não resultam de um desvio do sistema socializado, mas começam a produzir-se já no nível da agenciamento desses próprios recursos. Portanto, esta é a abordagem que melhor corresponde à noção de estilo que elegi.

Por outro lado, a concepção de sintaxe como sistema indeterminado, no sentido preciso acima, supõe um papel para o falante, para o ouvinte e para o contexto em qualquer discurso, o que faz dela a concepção mais adequada para a análise do discurso.

Como se disse mais de uma vez acima, os locutores não criam recursos expressivos. Mas isso não significa que os repetam pura e simplesmente. Considerados do ponto de vista da língua, os recursos têm um papel gramatical. Mas, como as línguas estão sempre em variação (e/ou mudança) como fruto do trabalho das comunidades de falantes, e como as comunidades não são homogêneas e as línguas representam esta heterogeneidade, há, além dos recursos gramaticais, outros recursos que se produzem com funções e papéis relativamente fixados, mas não ainda tanto quanto os gramaticais. Um caso típico é o dos elementos subfo-

nêmicos (que poderão vir a ser fonêmicos), que não são como os gramaticais, mas cujo valor não é absolutamente aleatório. Tanto estes recursos como os gramaticais podem ser investidos de certos papéis e produzir determinados efeitos nos discursos. Exemplifiquemos rapidamente:

a) os_sons: num certo nível de abstracção em relação a sua realidade física, têm um papel gramatical (distintivo). Mas, além disso, podem ser investidos de outras funções, como, por exemplo, de uma função poética, onde a rima é o caso mais óbvio.

No nível subfonémico, os sons podem ser encarregados de expressar estados de espírito (como súplica, raiva, pedido enfático, etc) conforme sejam alongados, rapidamente pronunciados, enunciados em voz mais alta ou mais baixa do que o esperado seguindo um certo padrão, etc. Podem além disso identificar um falante como membro de um certo grupo; podem servir para representar certos papéis sociais, etc.

b) os_processos_morfológicos são, em português, relativamente rígidos. Mas, mesmo assim, não está absolutamente vedado ao locutor agenciar os mecanismos morfológicos para torná-los, por exemplo, produtivos em lugares gramaticalmente vetados (rapidenta por rápida, fazeu por fez, etc., numa criança ou para obter efeitos de representação). Um exemplo conhecido é a "atividade" de Guimarães Rosa com tais mecanismos, produzindo itens lexicais não usuais, mas cuja trajetória de construção pode ser identificada e é sempre feita segundo regras pré-existentes. Neste trabalho, a título jocoso, eu mesmo produzi a palavra ja-cunçável num comentário a um texto de Guimarães Rosa, com óbvios efeitos alusivos a sua linguagem.

c) no que concerne à sintaxe propriamente dita, podem-se mencionar investimentos estilísticos sobre recursos não destinados, na gramática, a produzir os efeitos que assim se produzem. Sirvam para exemplos os seguintes casos:

1) Algumas gramáticas escolares sugerem a seguinte regra de bom uso da linguagem: se o locutor referir-se a si mesmo e a outrem positivamente, deve dizer, por exemplo, "ele e eu...". Se negativamente, "eu e ele...". Assim,

Eu e ele fomos corridos da festa

mas

Ele e eu fizemos enorme sucesso na festa

Esta demonstração de "modéstia" do locutor, obviamente uma eventual norma social, mas não gramatical, é decorrente da ordem gramatical entre os elementos "eu" e "ele", mas a ordem não está genericamente marcada para produzir efeitos dessa natureza na gramática do português. Mas, já que está na gramática, o locutor aproveita-se para investi-la de uma função não prevista, mas que pode cumprir. O locutor não cria, não inventa. Impõe ao que existe um novo papel, simultâneo ao cumprido para as funções semânticas gramaticalizadas.

2) Considere-se o seguinte verso de Vinícius de Moraes:

Meu tempo é quando.

Aqui temos um advérbio relativo que, em sua função gramatical, cumpre papéis semânticos definidos. Investido de um papel predicativo, expressa, vagamente, como se depreende que quer o poema, uma função que outro elemento expressaria definitivamente: por exemplo, se ocorresse "meu tempo é agora". A conexão de "tempo" com "quando" produz, pelo inusitado, mas não no-

vo sintaticamente, um efeito poético. A estrutura sintática é usual, o preenchimento dos lugares é que é investimento novo, atividade óbvia.

3) pelo recurso da coordenação, além dos exemplos de Machado acima citados, considere-se o seguinte diálogo entre A e B:

A - Puxa, o que essa máquina faz!

B - Eu e a máquina fazemos isso.

Normalmente, a coordenação sintática de elementos de função temática diferente torna as expressões agramaticais (Eu abri a porta com a chave, A porta abriu, A chave abriu a porta, mas *Eu e a chave abrimos a porta e *Eu e a porta abrimos. (Ver Fillmore, 1966 e 1967)). Mas, a coordenação, neste exemplo, de um agente e um instrumento, obriga o interlocutor a buscar uma interpretação, p. ex., uma interpretação causal (algo como: "A máquina fez isso porque fui eu que a usei"), o que introduz uma restrição ou desautorização da fala de A, com valor polêmico.

Exemplos como este mostram que não é só a violação de princípios conversacionais que obriga o interlocutor a interpretações implicaturais, mas igualmente a "violação" de qualquer regra, aí incluídas as sintáticas e as do sistema de referência semântico (pensando "regra" e "violação" no sentido wittgensteiniano dos termos).

Como se vê, a partir desta concepção de sintaxe e de estilo, pode-se perceber efeitos estilísticos em três níveis:

1) em primeiro lugar, embora seja o menos visível e o menos investigado enquanto fenômeno estilístico, em enunciados

gramaticalmente previsíveis e produzidos da maneira menos marcada possível em termos da relação entre variável linguística e contexto de enunciação, pelo agenciamento de recursos gramaticais específicos.

2) em segundo lugar, no agenciamento de recursos para produção de efeitos não gramaticais. Exemplos são os casos de investimento acima considerados.

3) em terceiro lugar, pela marcação dos enunciados por traços socialmente avaliados, e que individualizam o locutor e o discurso em termos de classe, região, nível de educação, etc. é importante ressaltar que não só os traços estigmatizados produzem efeitos estilísticos, mas igualmente os considerados constituidores da "boa linguagem", porque também são marcadores.

Os recursos agenciados neste caso são os decorrentes da variação linguística. Se, por um lado, não são todos gramaticais, por outro, não podem ser aleatoriamente escolhidos. Se o locutor quer produzir um determinado efeito, deve pôr a seu serviço os elementos que a sociedade marcou com determinado valor. Neste sentido, devem estar "semiotizados", como que a meio caminho entre sua realidade física, material, e a eventual incorporação na gramática da língua.

Neles também é perceptível, pois, o trabalho coletivo da comunidade linguística. Seu agenciamento, fruto da atividade do locutor, faz com que produzam, nos discursos, efeitos não tão claramente interpretáveis quanto os sintáticos e os semânticos, mas também não irrelevantes a ponto de não colaborarem para individualizar o discurso e, por ele, o locutor.

A existência desses múltiplos recursos é, pois, a primeira e mais importante das condições de possibilidade do estilo.

A segunda condição de possibilidade do estilo definido como fruto da escolha está, pois, prevista: é a existência de quem escolha. Se o que escolhe não é concebido como alguém submetido irreversivelmente quer às condições da gramática quer às condições de ordem social (como vimos em Labov), eis então desenhado o quadro em que uma estilo/ista pode ser efetivamente postulada sem que se torne um acréscimo e sem que seja definida por algum critério 'psicológico', como a atenção.

Se um locutor tem à disposição recursos variados, mas variados (uns mais, outros menos, uns com papéis semânticos, outros com função de caracterizar alguém socialmente, outros para caracterizá-lo psicologicamente), então se percebe claramente porque Labov não consegue prever que variante alguém vai produzir no 'próximo enunciado', é que o falante tem um papel, não só o contexto ou a classe a que pertence. Se não é verdade que ele não está livre das regras linguísticas nem das sociais, também é verdade que as regras linguísticas lhe permitem escapar e as regras sociais lhe permitem pelo menos aspirações, representações e, mesmo, rupturas de regras, lugares onde a subjetividade se manifesta como não necessariamente assujeitada, mas como ativa. Se levarmos radicalmente a sério a língua como resultado do trabalho e o discurso como atividade, e se considerarmos que o discurso é feito na língua, mas também atua em cada evento circunstancial sobre ela, então até parece correto afirmar com Goethe (apud Starobinski, 1970) que "o estilo não é (...) nem o particular puro, nem o universal, mas o particular

em instância de universalização e o universal que se despe para remeter a uma liberdade singular”.

Capítulo 11

Da indeterminação à sobredeterminação

"- é muita coisa para uma palavra só dizer - disse Alice com uma inflexão pensativa.

- Quando faço uma palavra trabalhar tanto assim - explicou Humpty Dumpty - pago sempre extra" (Lewis Carroll).

Nos capítulos anteriores, ficaram claros pelo menos dois pressupostos básicos deste trabalho: a) que se concebe uma língua natural como sintática e semanticamente indeterminada. b) que o discurso é um acontecimento, isto é, não é previsível nem necessário. Não é da ordem da estrutura, mas da materialidade, é um fato que acontece.

Se temos que interrogar o próprio enunciado, não só veremos que são diferentes "Ninguém ouviu" e "é verdade que ninguém ouviu", mas também "Vou indo" em relação a "Vô ino", (padrão x não padrão); "esse sapatinho" em relação a "Esse papatinho" (adulto x criança (ou baby talk)), etc, porque um não ocorre no lugar do outro, seja pelas circunstâncias, seja pelos efeitos que o locutor intenta ou que decorrem dos enunciados graças a condições mais ou menos institucionalizadas de emprego.

Por outro lado, durante os capítulos anteriores, mais de uma vez se utilizou a expressão "efeito de sentido". Assume-se

que a questão semântica deve ser encarada, em análise do discurso, como efeito de sentido e não como sentido, pura e simplesmente. Vale a pena explicitar um pouco mais a utilização que faço dessa expressão. A idéia básica é que o "sentido" do discurso é seu "efeito de sentido", isto é, o que produz, na ordem da significação, pelo fato de ter acontecido um determinado enunciado em determinadas condições de enunciação. O que se quer rejeitar é que a significação do discurso (tomando este termo no sentido amplo de ação significativa dos sujeitos do discurso, incluindo as atribuições de sentido do interlocutor) resulta exclusivamente seja do sentido proposicional do enunciado, seja de inferências semânticas ou pragmáticas nele baseadas. Se um discurso é um acontecimento e não pertence à ordem da estrutura, sua significação tem que ser apreendida nessa singularidade. Não se trata de uma contraposição entre gramática e discurso nem de uma contraposição entre diferentes funções da linguagem. Pêcheux (1969) diz que o termo discurso "implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação ... mas, muito mais geralmente, de um "efeito de sentido" (18) entre os interlocutores. Gostaria de ser mais radical e dizer que se trata sempre de efeito de sentido, mesmo quando ocorre veicular-se uma informação, para não conferir prioridade a nenhum dos 'papéis' do discurso. Isso significa, portanto, que, quando um discurso for informativo, a informação se incluirá entre seus efeitos de sentido. Conhecem-se bem as hipóteses de Austin sobre os efeitos locucional, ilocucional e perlocucional dos atos de fala, que co-ocorrem na enunciação de cada enunciado. Para repetir um velho exemplo, a informação po-

de agradar, chocar, etc.

Talvez sejam os estudos lacanianos, ao lado dos dedicados à poesia, os que aderem mais radicalmente à tese dos efeitos de sentido. Em Lacan, segundo Vallejo e Magalhães (1979), "o significante nunca funciona como significante como se devesse responder a uma significação pré-estabelecida. ...O melhor exemplo disso é o trabalho literário" (123). Como diz Eco: "a grande maioria das leituras faz descobrir efeitos de sentido em que não se tinha pensado" (1984:10). Para Lacan "não há significado prévio, há apenas um significado resultante" (Vallejo e Magalhães, 1979:108).

Esta abordagem da questão da significação do discurso faz com que, claramente, se deva abandonar sua busca através de um cálculo para se mergulhar na tarefa da interpretação, da hermenêutica (ver, p. ex., Lahud, 1975).

No restante deste capítulo, quero mostrar como a questão dos efeitos de sentido poderia ser encarada, aproveitando, fundamentalmente, estudos da variação linguística.

Talvez seja em função da dupla necessidade que a linguística sente, a de construir modelos aparentados aos das ciências exatas e a de considerar o máximo possível de dados linguísticos pertinentes nas situações de interlocução, que surgiram tão numerosas interdisciplinas (e mesmo para-disciplinas, como a estilística, no aguardo de ser incorporada). Considere-se um pouco a sociolinguística, os avanços que produziu e algumas deficiências que ainda apresenta, ou alternativamente, a estreiteza dos limites que se fixou.

Não se trata de afirmar que nenhum sociolinguista foi sensível a outras informações carregadas pelas formas linguísticas. Bastaria lembrar a interpretação de Labov para o levantamento da primeira vogal dos ditongos /ay/ e /aw/ em Martha's Vineyard, o fato mais representativo de um 'estilo', falar "de boca fechada". Ele observa que isso significa: 'vineyardense' (Labov, 1973a:86). Mas isso jamais é efetivamente incorporado como significação, até ao ponto, que me parece a consequência necessária, de não considerar uma pronúncia mais fechada e uma mais aberta como algo diferente de duas variantes de uma variável, já que pronunciar preponderantemente [nəɪf] ao invés de [nɑɪf] (knife) não é efetivamente a mesma coisa. Como se lê na epígrafe de Joos (1961), se fosse para marcar a mesma hora, para que seriam necessários dois relógios? Se o caso de Martha's pudesse ser considerado paradigmático (e não há razões para que não seja assim), creio que poderíamos considerar corroborada a hipótese de que as variantes não são variantes de nada, estão aí para executar exatamente o seu papel, e não o papel que poderia ser realizado por qualquer outra de um certo grupo.

Mas, para isso é necessário considerar mais seriamente a terceira das assunções deste trabalho, isto é, que o que a língua carrega são efeitos de sentido, e não informações. O próprio Labov nos fornece mais argumentos para pensar desta forma:

"A língua pode ser vista como um sistema de integração de valores. A linguística teve seu maior desenvolvimento ao analisar o componente cognitivo; mas muitos elementos da língua (certamente não todos) estão

Os avanços que produziu, em relação à linguística tradicional, são basicamente dois, ambos simultâneos e interdependentes: a) a assunção da variabilidade da gramática (e numerosas corroborações) e b) a busca da explicação de fenômenos linguísticos também fora dos fatos exclusivamente linguísticos, isto é, a conjunção de fatores estruturais e de fatores externos para a explicação de porque os dados são como são (em geral, variantes). Em relação à linguística *scripto sensu*, em especial em relação ao estruturalismo, a principal hipótese atingida foi a da variação livre, que a sociolinguística demonstrou ser sem fundamento.

Mas, a descoberta de que a gramática é um conjunto de regras variáveis parece ser apenas o primeiro, embora necessário, passo. Afinal, as expressões estão aí para executar algum papel, e não apenas para serem construídas pelos locutores. A sociolinguística, enquanto tal, ainda assume uma função basicamente referencial para a linguagem, e é neste sentido que as variantes são sempre relacionadas a uma variável que, embora abstrata e com função eminentemente metodológica, acaba por funcionar como subsumindo todas as variantes correlacionadas para carrear um sentido intocado pela materialidade da execução das expressões em situações concretas entre interlocutores concretos. As variantes são tratadas como espécies de sinônimos, distribuídas segundo determinados fatores (estruturais, ou de classe, de sexo, de formalidade), mas basicamente com a mesma função semântica, porque sua referência é a mesma (ver, por exemplo, Lanvändera, 1984).

igualmente imbuídos de valores não-cognitivos e a informação total transmitida nestas funções não-cognitivas pode ultrapassar a informação cognitiva" (Labov, 1966:70).

Labov refere-se a valores como identificação social com grupos, classes sociais, masculinidade, veiculadas pelas formas linguísticas. Mas a admissão de que a língua veicula estas informações não cognitivas é ainda muito pouco. Mesmo quando se dedica especificamente ao estudo dos estilos contextuais, isto é, ao uso de variantes diferentes pelo mesmo locutor variando o contexto, para Labov trata-se simplesmente de estabelecer uma correlação entre grau de formalidade e uso do vernáculo ou distanciamento dele. A função do estudo dos estilos acaba reduzida ao estabelecimento da probabilidade estatística de um locutor utilizar uma ou outra variante segundo o contexto: em resumo, os falantes dizem a mesma coisa de maneira diferente, segundo os contextos em que falam.

Mas, se é verdade que o falante utiliza formas alternativas, este uso não é só para adequar-se ao contexto. Considerar o fenômeno da variação estilística como tendo apenas esta finalidade seria extremamente redutor. Esta pode ser uma das funções do estilo, mas há numerosas outras que merecem ser consideradas. Fishman avança um pouco mais ao dizer que "a língua não é apenas um meio de comunicação e de influência pessoal. Não é simplesmente um veículo de conteúdos ... A língua mesma é conteúdo, um referente de lealdades e animosidades, um indicador de lugar social e de relações pessoais, uma marca de situa-

ção e de temas ..." (Fishman, 1968:35). (Sua fórmula lembra a famosa frase de McLuhan: "O meio é a mensagem"). O importante, nesta passagem de Fishman, é a afirmação de que a língua, isto é, as formas linguísticas perceptíveis, já é conteúdo.

Como pode ser assim? É que as formas linguísticas têm uma história, e esta história não é responsável apenas pela sua configuração num determinado estágio da língua. Na história, as formas carregam-se de marcas, como as velhas árvores cheias de parasitas. Estas marcas são responsáveis pela seleção ou de uma palavra num grupo de palavras que poderiam considerar-se sinónimas, ou de uma entre um conjunto de pronúncias que podem ser consideradas variantes, para não mencionar a escolha de uma ou de outra construção sintática, ou de uma entre as muitas alternativas para se organizar um texto. Não é a mesma coisa dizer, após olhar uma casa ou uma roupa, "bonita" ou "linda" (se considerarmos as entonações possíveis, então a questão fica ainda mais evidente). Por exemplo, alguém pode ser considerado pernóstico, entusiasmado, ou ao contrário, frio, segundo a forma escolhida. Se alguém disser "reio" ao invés de "reio" poderá ser considerado ignorante, se o que se espera dele é que utilize o padrão, e, por outro lado, alguém pode ser considerado estranho se disser "reio" a um grupo de peões que só conheça a forma "reio". A história das palavras, sua distribuição social (e não só gramatical) permite um jogo com efeitos muito diversos, alguns mais bem classificáveis por corresponderem a situações sociais mais definidas, outros de menor generalidade por resultarem de jogos linguísticos ligados até mesmo à consciência do locutor que consegue prever os efeitos que pode causar

falando de uma forma ou de outra. Nos termos de Gumperz, (1968:220) "uma escolha do indivíduo entre alternativas possíveis num evento linguístico particular pode revelar seu passado familiar e sua pretensão social, pode identificá-lo ... como polido, grosseiro ... e pode mesmo indicar se ele quer parecer amistoso ou distante, familiar ou diferente, superior ou inferior". Isto é, a seleção das formas pode classificar o falante tanto nas grandes categorias sociais (sexo, classe, etnia, etc), quanto em categorias sócio-psicológicas (pretensioso, arrogante, humilde, atencioso, etc) menos óbvias.

Analisando depoimentos de mulheres, Lavandera (1984) interpreta a alternância entre **uno** e **yo** como formas de a falante referir-se a si mesma de várias maneiras: "...utiliza (**uno** ou **yo**) para produzir uma divisão da "pessoa que fala" e poder referir-se a si mesma de diferentes pontos de vista": "**uno** descreve a conduta que esta falante consideraria normal ou adequada para si mesma, e a cláusula com **yo** indica que lhe é difícil adotá-la"; "a falante atribui a **uno** a parte de si mesma que compartilha dos preconceitos e a **yo** a parte de si mesma que os critica" (114). As alternâncias não são, pois, meras formas alternativas de referência, mas estão exatamente no seu lugar e produzem seu efeito específico a cada discurso. Estes efeitos de sentido são exemplos ótimos do tipo de pesquisa que a análise do discurso pode fazer sobre subjetividade na linguagem. Já se sabe, por numerosos exemplos e intuições, dos quais alguns poucos foram arrolados aqui, que as 'variantes' produzem efeitos bastantes diversos da mera adequação à situação. Esses efeitos são muito semelhantes aos efeitos perlocucionais, e são de im-

portância capital na análise do discurso (ver Osakabe, 1979:50 e ss.). Por efeitos perlocucionais estou aqui querendo referir coisas como as que Gumperz enumera como consequência da escolha (apresentar-se como familiar, diferente, polido, grosseiro, etc) e outros tantos, como submisso, rebelde, agressivo, irônico, insistente, chato, repetitivo, pretensioso, cômico, petulante, pernóstico, etc. Efeitos de sentido como esses (e outros que decorrem da mesma fonte, isto é, da forma da expressão) foram chamados também de efeitos metafóricos, por exemplo por Gumperz (1982) e por Lyons (1977).

O fato comumente atestado que permite fazer avançar esta questão estilística para além da adequação ao contexto pode ser assim resumido: o estilo escolhido por um falante **pode**, em certas circunstâncias, ser como é em função do contexto. Isto é, há uma determinada situação e, conhecendo as regras de comportamento para essa situação, o falante escolhe o estilo adequado a ela. Neste caso, tudo corre dentro das expectativas normais. Mas, também **pode** ocorrer o inverso: dada uma certa situação, e sabendo que tipo de comportamento se espera, o locutor rompe as regras e escolhe um estilo considerado inadequado. Neste caso, que pode ser fruto da escolha consciente do locutor, por exemplo para chocar, ou ser produto involuntário, porque o locutor se equivoca em relação à situação, o estilo não só não é adequado, como é, de fato, o criador do contexto, isto é, a situação se encontrará alterada **por causa** da forma como o locutor se expressou. Afinal, as regras existem para ser contraditas, como se lê em Wittgenstein. Suponhamos que as situações acima descritas fossem aulas, para dar exemplos em domínios bem conheci-

dos. O usual é que o professor utilize uma "clave" (ver Gnerre, 1981) considerada normal para este caso, e ninguém achará nada estranho, exceto, eventualmente, aquilo de que se vai tratar. Mas, suponhamos que, por alguma razão, o professor fale de forma inusitada. Isso obrigará os alunos a interpretar o que está acontecendo, e as perguntas não serão "o que é que isso quer dizer?" ou assemelhadas, mas sim "o que será que deu nele hoje?", "o que é que ele pensa que nós somos?", ou "quem ele pensa que é para falar assim com a gente?" e outras do mesmo gênero. A possibilidade de que tais perguntas sejam feitas, me parece, justifica a importância desta via de investigação, e esclarece um pouco mais a noção de "efeitos de sentido". É de se esperar também que fique claro que é porque os interlocutores consideram estes efeitos e não apenas o conteúdo referencial das expressões que se pode dizer que não há propriamente variante. Como vimos, tais efeitos são variados: há os que resultam em meras classificações ('vineyardense') até os que resultam na configuração da subjetividade do falante, para cuja emergência a linguagem é, aliás, o espaço privilegiado. Esses exemplos mostram, além disso, dois fatos, apenas aparentemente contraditórios: por um lado, demandam a análise do contexto, isto é, a pertinência de fatores extra-linguísticos, em sentido estrito, para a interpretação. Esta é uma face da indeterminação da sintaxe. O outro fato é que as formas propriamente linguísticas contêm muito mais 'informação' do que é capaz de perceber a linguística tradicional, que abstrai, por não pertinentes, propriedades da fala que sabemos intuitivamente serem extremamente relevantes. Esta é a outra face da indeterminação: a

sobredeterminação, o estilo.

Como uma das maneiras tradicionais de definir o estilo é pela noção de **desvio**, a questão merece algumas considerações. A idéia pode ser encontrada já em Spitzer, mas um exemplo de Mattoso Câmara pode ilustrar bem esta visão. "O estilo se caracteriza em regra por um desvio da norma linguística assente" (1961:140), diz ele. E exemplifica:

"... Rubião, demente, julgando-se imperador dos franceses, no momento da agonia cingiu a "coroa", que não era sequer um bacia... "ele pegou nada, ergueu nada, e cingiu nada". O emprego de **nada** depois do verbo, sem se complementar com um **não** antes do verbo, é uma maneira anômala de expressar a negação em português. E é um traço estilístico. ... fazendo-nos ver dolorosamente o gesto inane do pobre louco mercê do tratamento de **nada**, não como uma mera partícula negativa, mas como um substantivo negativo - o oposto de **alguma coisa**." (Câmara Jr., 1961:139).

Alguns comentários se fazem necessários. Nitidamente, considerar esta construção (e tantas outras) como desvio (anomalia) exige um termo de comparação fixo. Sabemos que também são consideradas estilísticas, nesta mesma vertente, por exemplo as inversões da ordem canônica das sentenças. Ora, o termo de comparação fixo, no caso de Mattoso, é a norma assente, no caso das sentenças é uma concepção da sintaxe conforme ao pensamento. Qualquer ruptura com estes critérios nos faz passar do con-

teúdo intelectual para o conteúdo emotivo da expressão. Aí estaria o efeito estilístico e seria esse o objeto da estilística. Ora, penso que podemos aceitar, atualmente, que não há propriamente uma 'norma assente', dada a variabilidade inerente ao próprio padrão linguístico, por um lado; que não há propriamente uma ordem canônica (teorias sintáticas como a relacional defendem essa hipótese), por outro; e, por último, que, dado o estado atual dos estudos da significação, fica difícil argumentar em favor da prevalência do conteúdo intelectual, que seria próprio da gramática da língua, ficando os demais efeitos como dependentes da associação de fatores linguísticos com fatores externos. Quanto mais alguém se afastar, teoricamente, de qualquer teoria da ordem canônica ou da expressão padrão assente, mais difícil se torna suportar uma teoria estilística baseada no desvio. Se se considera a sintaxe como o conjunto de recursos expressivos à disposição do falante e se se aceita que ela é indeterminada, aproximamo-nos sempre mais de uma noção de estilo fundada na escolha, e não no desvio.

Mas, antes de defender a noção de escolha como constitutiva do estilo, gostaria de dar um tratamento alternativo à de desvio, e mostrar que, assim considerada, pode apresentar uma produtividade bem maior do que como vista tradicionalmente. Assumindo que não há construções desviantes, no sentido gramatical, nem por isso se pode dizer, parece, que todas as construções se equivalem. Utilizando um pouco metaforicamente a noção de marca, poderíamos dizer que há construções marcadas e outras não marcadas, segundo a situação em que se fala. Mas, evidentemente o critério da não-marcação não é uma construção sintática

padrão ou canônica, e sim uma situação social qualquer para a qual um certo tipo de linguagem é considerado adequado, com a exclusão de outros. Metodologias como as de Labov para a apreensão dos estilos contextuais, se bem que não avancem na análise dos efeitos dos jogos estilísticos, mostram resultados que nos permitem afirmar que, de certa forma, as expectativas que temos sobre "quem fala (ou escreve) que língua (ou variedade linguística) a quem, quando e para que fim?" (Fishman: 1968 a:35) são decorrentes de regulações sociais. Quero sugerir que é neste campo da alternativa entre um ou outro estilo para dirigir-se a alguém para falar alguma coisa em certa circunstância com um certo fim que pode dar-se o fenômeno mais geral do desvio. De fato, as opções dos falantes (desde que dominem uma variação estilística mínima) são basicamente de dois tipos: diante de uma certa situação, ou comportam-se como é esperado, ou de forma inusitada. Se se trata de fazer um relatório, podemos comportar-nos como um burocrata comum, mas podemos também fazer como Graciliano Ramos. Se se trata de dar uma aula, podemos ser professores normais, ou podemos decidir falar como os alunos falam fora da sala de aula. "Vamos chegar o relho nesse turco" e "vamo chegá o reio nesse turco" podem funcionar aqui como exemplos. Por sua configuração sintática e fonológica, é de se esperar que a primeira seja dita em situações formais, e a segunda em situações informais (não entrarei aqui em considerações sobre o léxico, que é, no entanto, como se viu, um rico filão para investigações estilísticas). A estranheza que obriga o interlocutor a perguntar "o que será que ele quer falando assim?" tanto pode dar-se se a primeira for enunciada em situação

informal quanto se a segunda for enunciada em situação formal. Haveria desvio nos dois casos. Concretamente: "vamo chegá o reio nesse turco" foi uma declaração de um candidato a governador imediatamente após uma reunião em que praticamente se garantiu sua escolha pela convenção do partido. Em função dessa declaração, ele foi considerado racista por referir-se a seu adversário como "turco" e foi considerado ignorante por ter dito a palavra "reio", que um jornal se ocupou de analisar da seguinte forma: é uma palavra derivada de **reio**. Aqui se tem claramente um efeito de sentido: a estranheza de se ouvir um homem público, de quem se espera competência, falar como um caipira e, em consequência, ser tachado de ignorante.

Esta hipótese, a ser mais desenvolvida, implicaria em considerar como primitivo o desvio em relação às expectativas do interlocutor, considerando o desvio gramatical apenas com um subcaso deste desvio mais geral. Inclusive porque o desvio do vernáculo, no sentido de Labov, em direção ao padrão, pode produzir efeitos do mesmo tipo: imagine-se um intelectual em férias numa fazenda dizendo aos peões: "vamos chegar o reio neste equino".

Considerem-se, rapidamente, mais dois exemplos. Eles se destinam a mostrar as diferenças de condições de emprego e os respectivos efeitos, de formas alternativas. Os exemplos são tirados de programas humorísticos de televisão:

a) Num quadro humorístico, o personagem central é uma prefeita que, pelo hábito de beber e de utilizar uma linguagem um tanto arcaica, remete alusivamente o conhecido personagem político brasileiro. Inclusive a modulação de voz, o sotaque, são imita-

dos (o que é um argumento em favor da marcação da subjetividade do locutor na língua inclusive por esses fatores sub-fonêmicos). Num determinado momento, um repórter pergunta ao assessor da prefeita se é verdade que ela "mama uma caipirosa". A resposta do assessor é: "Mas isso são modos de referir-se à madama? Ela é apenas dada a libações alcoólicas". O que se infere dessas 'duas maneiras de dizer a mesma coisa' é que há formas linguísticas para caracterizar certas pessoas e outras para caracterizar outras. E isto acontece tanto nos discursos dessas pessoas quanto nos discursos sobre elas. Uma personalidade não é chegada em mamar caipirosas, é dada a libações alcoólicas.

b) Este mesmo personagem costuma encerrar suas entrevistas enunciando um provérbio. Só que, ao invés de enunciá-lo nos termos correntes, faz sua tradução para um estilo 'alto'. Assim, por exemplo, "Não importa que a mula manque, o que eu quero é rosetar" passa a ser "Não importa que a azêmola claudique, o que quero é acicatá-la"; e "de grão em grão a galinha enche o papo" passa a "de cereal em cereal o galináceo empanturra o bôcio".

Do que decorrem estes efeitos humorísticos? Da inadequação, exatamente. Num caso, não se desmante que a prefeita beba, desmentem-se, isto é, desautorizam-se os termos, sem desautorizar o fato. No outro, o efeito humorístico decorre de enunciar-se uma expressão consagrada nos seus termos numa sinonímia 'alta', em que a frase cunhada enquanto tal perde totalmente seu sentido, isto é, suas condições de uso.

Mas, se adotamos uma caracterização basicamente indeterminada da sintaxe, com a consequência de que as diversas constru-

ções possíveis não são derivações, mas alternativas, seleções do locutor segundo o ponto de vista e o lugar de onde fala, então a noção de desvio pode ser abandonada, e substituída pela noção de **escolha**, que é outra das formas tradicionais de se definir o estilo e que é adotada (como vimos) por Granger (1968) inclusive para análise de linguagens formais. Nesta direção, é mais óbvio o tratamento de dados como "vamos chegar o reiho nesse turco" e "Vamo chegá o reiho nesses turco". São escolhas do locutor (embora não necessariamente conscientes, mas também sem excluir esta possibilidade).

O tratamento do exemplo machadiano analisado por Mattoso seria menos óbvio, mas nem por isso impossível. Seria apenas um caso extremo de possibilidade de escolha, mas que se pode mostrar estar de certa forma autorizado pelos mecanismos gramaticais vigentes. Em certos escritores, o uso não 'normal' de mecanismos gramaticais usuais atinge graus inusitados, como por exemplo em Guimarães Rosa, mas sempre segundo mecanismos disponíveis. Mesmo "estremeceuzinho" pode ser assim analisado. "-zinho" não deixa de ser um sufixo só por estar acoplado de forma inusitada a um verbo e não é porque não é usual acoplar tal sufixo a um verbo que não está nas possibilidades da língua produzir esta conjunção.

No caso do exemplo de Machado, como o próprio Mattoso o diz, **nada** é utilizado como um substantivo, mas guarda (eis a indeterminação) seu papel semântico de partícula de negação. Como substantivo, ocupa um lugar sintaticamente previsível, como partícula negativa responde pela função negativa. Seria impossível significar "não comi pão" dizendo "comi pão", mas é

possível significar 'não cingiu nada' dizendo 'cingiu nada'. E isso por causa da diferença, em relação à capacidade de negar, entre "pão" e "nada" e porque a dupla negação é, nesta modalidade de português, uma exceção.

CONCLUSÕES

Dada a estrutura deste trabalho, uma organização mais em ensaios parcialmente independentes e de certa forma conclusivos, claro que em seus próprios limites, não há muito que acrescentar. Gostaria, no entanto, de enunciar resumidamente as principais convicções de que sou partidário até este momento em relação aos principais temas abordados nas páginas anteriores.

1) Apresentando-se a análise do discurso, e mesmo o discurso, aos estudiosos como um objeto de múltiplas faces, a melhor maneira de colaborar em algum sentido semelhante ao que se poderia chamar de progresso das investigações é, a meu ver, adotar uma visão o mais definida possível e ir em frente, mesmo que desprezando parcialmente, ou estrategicamente, as conquistas de outros campos. De certa maneira, isso significa assinar uma confissão de concordância com a idéia de Lakatos, segundo o qual o progresso do conhecimento se dá pelo contraste de programas de investigação que chegam a se desconhecer em determinados momentos; claro, até que o programa resista com um mínimo de racionalidade.

2) a segunda conclusão é que vale a pena trabalhar no seguinte sentido: considerando o discurso como uma entidade antes de mais nada linguística (e não política, psicanalística, etc), isto é, considerando como dados preferenciais de análise os do discurso comum, ordinário, pode-se mais facilmente encontrar caminhos (ou dificuldades específicas) para, por um lado, pôr

em questão teorias gramaticais, e, por outro, analisar discursos sem perder de vista sua configuração sistemática, num certo nível, sistematicidade objeto de descrição e explicação antes de mais nada por teorias linguísticas.

3) especificando um pouco mais as duas conclusões precedentes, eu diria que é conveniente, ao que me parece, adotar uma teoria gramatical específica para a análise do discurso, desde que ela contemple alguns requisitos, o essencial deles sendo uma compatibilidade mínima com teorias (mesmo que parciais) que expliquem significações não codificadas.

4) talvez esta conclusão específica repita parcialmente as anteriores, mas, dado o destaque que conferi a este aspecto em meu trabalho, devo ser de novo explícito: uma proposta de análise do discurso não pode desprezar análises detalhadas do que chamei de forma linguística, sob pena de especular desnecessariamente na busca de caminhos de interpretação nas vizinhanças do discurso, esquecendo de procurar em casa explicações frequentemente suficientes. Vale a pena também lembrar a lição que se pode inferir da leitura de "A carta furtada" de Edgar A. Poe: a melhor maneira de esconder um objeto é deixá-lo à vista. É possível que a linguagem tenha pregado peças semelhantes aos nela interessados, porque eles têm se guiado frequentemente como policiais excessivamente competentes, isto é, previsíveis.

5) o acima dito não me leva, no entanto, a imaginar que as soluções se encontram exclusivamente nos dados verbais, embora em geral eles contenham todas as pistas. Em especial, sob rótulos muito gerais, diria que não se podem desprezar elementos provenientes da atividade dos sujeitos, e do contexto. Sem

eles, nenhum discurso poderá ser cabalmente interpretado.

6) uma conclusão que penso que meu trabalho induz é extraída mais do que ele não é: é urgente ir aos dados, caso contrário, corre-se o risco de especular sem muito fundamento e de repetir as postulações que parecem mais simpáticas. O árbitro ainda deve ser o conteúdo empírico de que uma teoria dá conta.

7) se alguém tiver disposição, toca a corroborar. Ou a contradizer.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar e Silva, V.M. (1969) "Estilística". In: Teoria da Literatura (Coimbra: Almedina) pp.563-595.
- Alonso, D. (1957) Poesia espanhola; ensaio de métodos e limites estilísticos (Rio: Instituto Nacional do Livro, 1960) [trad. de Poesía española; ensayo de métodos y límites estilísticos]
- Alston, P.W. (1973) Filosofia da Linguagem (Rio: Zahar, 1977) [trad. de Philosophy of Language].
- Althusser, L. (1980?) Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1980) [trad. de Idéologie et appareils idéologiques d'état].
- Auerbach, E. (1946) Mimesis (São Paulo: Perspectiva, 1971) [trad. de Mimesis - Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur].
- Austin, J.L. (1972) How to do things with words (Cambridge: Cambridge University Press).
- Bally, Ch. (1951) Traité de stylistique française, 3a.ed. (Geneve: Librairie Georg & Cie.; Paris: Librairie C.Klincksieck).
- Bar-Hillel, Y. (1954) "Expressões indiciais". In: Dascal, M. (org.) Fundamentos Metodológicos da Linguística, vol.IV (Campinas: Ed.do autor / distr. do Setor de Publicações do I.E.L.-UNICAMP, 1982) pp.23-49. [trad. "Indexical Expressions"].
- Barthes, R. (1978) Aula (São Paulo: Cultrix, 19???) [trad. de Leçon].

- Benveniste, E. (1956) "A natureza dos pronomes". In: **Problemas de Linguística Geral** (São Paulo: Cia. Editora Nacional & E.D. U.S.P., 1976) [trad. de **Problemes de Linguistique Générale**] pp. 277-283.
- (1959) "As relações de tempo no verbo francês" In: **Problemas de linguística geral** (São Paulo: Cia. Editora Nacional & E.D. U.S.P., 1976) [trad. de **Problemes de Linguistique Générale**] pp. 260-276.
- (1970) "L'appareil formel de l'énonciation". In: **Langages** (Paris: Didier-Larousse), 17, pp. 12-17.
- Camaloni, L., Castro Campos, M.F. de, Lemos, C. T. G. de (1980) "On the failure of the interactional paradigm in language acquisition: a re-evaluation". In: Doise, W. & Palmonari, A. (eds.) **Social interaction and individual development**. (Cambridge: Cambridge University Press) pp.
- Câmara Jr., J.M. (1961) "Considerações sobre o estilo". In: **Dispersos** (Rio: Fundação Getúlio Vargas) pp. 133-141.
- (1970) **Estrutura da Língua Portuguesa** (Petrópolis: Vozes).
- (1977) **Contribuição à estilística da língua portuguesa** (Rio: Ao Livro Técnico-I.N.L.)
- Canguilhem, G. (1968) "O objeto da história das ciências". In: **Tempo Brasileiro** (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro), 28 (1972) pp. 7-21.
- Carone, M. (1986) "O desafio de traduzir Kafka". In **Folha de São Paulo, Ilustrada**, 20 set. 1986, p. 81.
- Chociay, R. (1983) "Em busca do estilo". In: **Alfa** (São Paulo: UNESP), 27, pp. 65-76.

- Cidade, H. (1982) "Préfacio". In: Camões, L.V. de, *Os Lusíadas* (São Paulo: Abril) pp.5-17.
- Costa, I.B. (1982) "Imitação e preconceito linguístico". In: *Vários, Linguagem Oral, Linguagem Escrita* (Uberaba: F.I.S.T. A.) pp.60-78.
- Coudry, M.I.H. (1985) *Diário de Narciso: avaliação e acompanhamento longitudinal da linguagem de sujeitos afásicos, de uma perspectiva discursiva.* (Campinas, IEL-UNICAMP: Tese de doutoramento, inédita).
- Courtine, J.-J & Marandin, J.-M. (1981) "Quel objet pour l'analyse du discours?" In: *Matérialités discursives* (Lille: Presses Universitaires de Lille).
- Deleuze, G. (1986) "Entrevista ao Libération". In: *Folha de São Paulo, Ilustrada*, 20 set. 1986, pp.84-5.
- Ducrot, O. (1972a.) *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer* (São Paulo: Cultrix, 1977) [trad. de *Dire et ne pas dire*].
- (1972b.) "De Saussure à la philosophie du langage" In: Searle, J. *Les actes de Langage.* (Paris: Herman) pp.7-34.
- & Barbault, M.C. (1973) "Le rôle de la négation dans le langage ordinaire". In: Ducrot, O., *La preuve et le dire* (Paris: Maison Mame) pp.117-131.
- Eagleton, T. (1983) *Teoria da literatura* (São Paulo: Martins Fontes, 1985). [Trad. de *Literary Theory*].
- Eco, U. (1973) "Geração de mensagens estéticas numa língua edênica". In: *As formas do conteúdo* (São Paulo: Perspectiva, 1974) [trad. de *Le forme del contenuto*] pp.109-123.

- (1979a) "A língua, o poder e a força". In: **Viagem na irrealidade cotidiana** (Rio: Nova Fronteira, 1984) [trad. **Viaggio nella irrealtà quotidiana**] pp. 314-330.
- (1979b) **Lector in Fabula** (São Paulo: Perspectiva, 1986) [trad. de **Lector in fabula - la cooperazione interpretativa nei testi narrativi**].
- Fillmore, Ch. J. (1966) "Toward a modern theory of cases". In: **The Ohio State University Research Foundation Project on Linguistic Analysis Report, 13**. (Columbus: Ohio State University) pp. 1-24.
- (1967) "The case for case". In: Bach, E. & Harms, R. T. (org.) **Universals in Linguistic Theory** (New York: Holt, Rinehart & Wilson) pp. 1-88.
- Fischman, Y. (1968a) **Sociologia del lenguaje** (Madrid: Ediciones Cátedra, 1979) [Trad. de **Sociology of Language**].
- (1968b) "Sociologia da Linguagem". In: Fonseca, M. S. V. & Neves, F. (orgs.) **Sociolinguística** (Rio: Eldorado), pp. 25-40.
- Foucault, M. (1963) **O nascimento da clínica**. (Rio de Janeiro: Forense, 1980) [trad. de **Naissance de la clinique: une archéologie du regard médical**].
- (1968) "Sobre a arqueologia das ciências; resposta ao círculo epistemológico". In: **Foucault e outros, Estruturalismo e teoria da linguagem** (Petrópolis: Vozes, 1971) pp. 9-55.
- (1969) **Arqueologia do saber** (Rio: Forense-Universitária, 1986) [trad. de **Archéologie du savoir**].
- (1971) **L'ordre du discours** (Paris: Gallimard).

- (1979) "Não ao sexo rei" In: *Microfísica do Poder* (Rio: Graal) pp. 229-242.
- Franchi, C. (1975) *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem* (Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, inédita).
- (1977) "Linguagem: atividade constitutiva". In: *Almanaque* (São Paulo: Brasiliense), 5, pp.9-27.
- Freud, S. (1901) *A psicopatologia da vida cotidiana* (Rio: Imago Editora, 1976).
- (1905) *Os chistes e a sua relação com o inconsciente* (Rio: Imago Editora, 1977).
- Galvão, W.N. (1972) *As formas do falso* (São Paulo: Perspectiva).
- Geraldi, J.-W., Guimarães, E.R.J. & Ilari, R. (1985) "Operadores de argumentação e diálogo". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos* (Campinas: IEL-UNICAMP), 9, pp.143-157.
- Gnerre, M. (1975) *Linguagem, escrita e poder* (São Paulo: Martins Fontes).
- (1981) "Claves." (Comunicação apresentada no Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem. Campinas: Unicamp).
- Granger, G.G. (1960) "Língua e sistemas formais". In: Sumpf et al. *Filosofia da Linguagem* (Coimbra: Livraria Almedina, 1973) [trad. de *Langages* (Paris: Didier-Larousse), 21, *La Philosophie du Langage*] pp.139-171.
- (1967) *Pensée formelle et sciences de l'homme*. (Paris: Aubier-Montaigne).
- (1968) *Filosofia do Estilo* (São Paulo: Perspectiva-E.D.U.S.P.) [trad. de *Essai d'une philosophie du style*].

- (1969) "Proposições para um positivismo". In: **Discurso** (São Paulo, Dep. de Filosofia da F.F.L.C.H.-U.S.P., 1970) pp.27 - 49. [trad. de "Propositions pour un positivisme"].
- (1985) "Discutir ou convencer: uma abordagem a um estudo pragmático das linguagens da ciência". In: **Cadernos de Estudos Linguísticos** (Campinas: I.E.L.-UNICAMP), a sair.
- Grice, H.P. (1968) "Lógica e conversação". In: Dascal, M. (org.) **Fundamentos Metodológicos da Linguística**, vol. IV (Campinas: Ed. do autor / distr. do Setor de Publicações do I.E.L.-UNICAMP, 1982) pp.81-103 [trad. de "Logic and conversation"].
- Gumperz, J.J. (1968) "The speech community". In: Giglioli, P.P. (org.) **Language and social context** (Middelsex: Penguin) pp.219-231.
- (1982) **Discourse Strategies**. (Cambridge: Cambridge University Press).
- Halliday, M.A.K. (1970) "Estrutura e função da linguagem". In: Lyons, J. (org.) **Novos Horizontes em Linguística** (São Paulo: Cultrix-E.D. U.S.P., 1976) pp.134-160 [Trad. de **New Horizons in Linguistics**].
- & Hasan, R. (1976) **Cohesion in English** (Londres: Longman).
- Haroche, C. (1981) "L'ellipse (manque nécessaire) et l'incise (ajout contingent): le statut de la détermination dans la grammaire et son lien à la subjectivité". In: **Matérialités discursives** (Lille, Presses Universitaires de Lille)

pp.149-154.

Hjelmslev,L.T.(1943) **Prolegômenos a uma teoria da linguagem** (São Paulo: Perspectiva, 1975) [trad.de **Omkring Sprogteoriens Grundlaegelse**].

Hoey,M.(1984) "A tentative map of discourse studies and their place in linguistics". In: **Ilha do Desterro** (Florianópolis, UFSC), V-11, pp.9-27.

Ilari,R.(1983) "Dos problemas de imperfeita simetria". In: **Simões,A.M. & Reis,C.A.(orgs.) Ensaios de Linguística** (Belo Horizonte:UFMG), V(9), pp.94-120.

Jakobson,R.(1957) "Shifters, verbal categories, and the Russian verb" In: **Selectes Writings** (Haia: Mouton), pp.130-147.

Joos,M.(1961) **The five clocks** (New York: Harcourt,Brace & World Inc.).

Labov,W.(1966) "Estágios na aquisição do inglês standard". In: **Fonseca,M.S.V. & Neves,M.F.(orgs.) Sociolinguística** (Rio: Eldorado,s.d.) pp.49-85.[trad. de "Stages in the acquisition of standard English"].

------(1973a) "Motivations sociales d'un changement phonétique". In **Sociolinguistique** (Paris: Editions Minuit, 1974) [trad. de **Sociolinguistic Patterns**] pp.45-93.

------(1973b) "Le dégagement des styles contextuels". In: **Sociolinguistique** (Paris: Editions de Minuit, 1974) [trad. de **Sociolinguistic Patterns**] pp.127-174.

------(1973c) "Les mécanismes du changement linguistique". In: **Sociolinguistique**. (Paris: Les Editions de Minuit,1975) [trad. de **Sociolinguistic Patterns**] pp.231-255.

- Lahud, M. (1975) "A Semiologia segundo Granger". In: **Discurso** (São Paulo, Dep. de Filosofia da F.F.L.C.H.-U.S.P.), pp.105-131.
- (1979) **A propósito da noção de dêixis** (São Paulo: Ática).
- (1981) "Linguagem e ideologia". In: **Cadernos de Estudos Linguísticos** (Campinas, IEL, UNICAMP), 2, pp.45-55.
- Lakatos, I. (1965) "O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica". In: Lakatos, I. e Musgrave, A. (orgs.) **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento** (São Paulo: Cultrix & E.D.U.S.P., 1979) [trad. de *Criticism and the Growth of Knowledge*] pp.109-243.
- Lapa, M.R. (s.d.) **Estilística da Língua Portuguesa** 2a.ed. (Lisboa: Livraria Popular).
- Larmore, C. (1981) "The concept of a constitutive subject". In: MacCabe, C. (ed.) **The Talking Cure; essays in psychoanalysis and language** (London: The Macmillan Press, Ltd.) pp.108-131.
- Launay, M. (1986) "Effet de sens: produit de quoi?". In: **Langages** (Paris: Larousse) 82, pp.13-39.
- Lavandera, B.R. (1984) **Variación y significado** (Buenos Aires: Hachette).
- Leclaire, S. (1968) **Psicanalisar** (São Paulo: Perspectiva, 1977) [trad. de *Psychanaliser*].
- Lefebvre, C. (1983) "Les notions de style". In: Bérard, E. & Maurais, J. (orgs.) **La norme linguistique**. (Paris: Le Gouvernement du Québec & Le Robert) pp.305-333.

- Leite, N. V. de A. (1985) "Psicolinguística e psicanálise". In: *Vários, Aquisição da Linguagem*. (Uberaba: F.I.S.T.A.).
- Lyons, J. (1977) *Semantics*, vol. 2 (Cambridge: Cambridge University Press).
- MacCabe, C. (1981) "On discourse". In: MacCabe, C. (ed.), *The Talking Cure: essays in psychoanalysis and language* (London: The Macmillan Press, Ltd.) pp. 188-217.
- Maingueneau, D. (1976) *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours* (Paris: Hachette).
- (1981) *Approche de l'Énonciation en Linguistique Française* (Paris: Hachette).
- Mannoni, O. (1969) *Chaves para o imaginário* (Petrópolis: Vozes, 1976) [trad. de *Clefs pour l'imaginaire ou l'autre scene*].
- Marx, K. (1957) "Introdução geral à crítica da economia política". In: Marx, K. & Sweezy, P. (1979) *Para uma crítica da economia política* (São Paulo: Global).
- Melo, G. C. de (1945) *A língua no Brasil*, 4a. ed. (Rio de Janeiro: Padrão, 1981).
- Morin, E. (1972) "Le retour de l'événement" In: *Communications* (Paris: Seuil), 18, pp. 6-20.
- Morris, Ch. W. (1938) *Fundamentos da Teoria dos Signos* (Rio: Eldorado; São Paulo: E.D.U.S.P.) [trad. de *Foundations of the Theory of Signs*].
- Murry, J. M. (1922) *O problema do estilo* (Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968) [trad. de *The Problem of Style*].
- Osakabe, H. (1979a) *Argumentação e discurso político* (São Paulo: Kayrós).

- (1979b) "Sobre a noção de discurso". In: Vários, *Sobre o discurso* (Uberaba: F.I.S.T.A.), pp.20-35.
- Pêcheux, M. (1969) *Analyse automatique du discours* (Paris: Dunod).
- (1981) "L'étrange miroir de l'analyse du discours". In: *Langages* (Paris: Didier-Larousse) pp.5-8.
- & Fuchs, C. (1975) "Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours": In: *Langages* (Paris: Didier-Larousse), 37, pp.7-80.
- Possenti, S. (1979) "Discurso: objeto da linguística". In: Vários, *Sobre o discurso* (Uberaba: F.I.S.T.A.) pp.9-19.
- Quine, W.v.O. (1959) *Palabra y objecto*. (Barcelona: Labor, 1968) [trad. de *Word and Object*].
- Ramos, J.N. (1983) *Hipóteses para uma taxonomia das repetições em estilo falado*. (Belo Horizonte: UFMG, Tese de Mestrado, inédita).
- Ricoeur, P. (1977) *Interpretação e ideologias*. (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves).
- Robin, R. (1973) *História e Linguística* (São Paulo: Cultrix, 1977) [trad. de *Histoire et Linguistique*].
- Rodrigues, A.D. (1978) "São mais de cem as línguas faladas no Brasil". In: Vários: *Índios do Rio Xingu* (Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora) pp.46-51.
- Saussure, F. de (1916) *Curso de Linguística Geral* (São Paulo: Cultrix, 1974) [trad. de *Cours de Linguistique Générale*].
- Schneiderman, B. (1970) "Prefácio". In: Eikhenbaum, B. et al., *Teoria da Literatura: formalistas russos* (Porto Alegre: Ed. Globo) pp. IX-XXII.

- Searle, J. (1969) *Les actes de langage; essai de philosophie du langage*. (Paris: Herman, 1972) [trad. de *Speech Acts*].
- Sperber, G.B. & Sperber, S.F. (1971) "Introdução". In: Auerbach, E. (1946) *Mimesis* (São Paulo: Perspectiva, 1971).
- Spitzer, L. (1948) "Linguística y história literária". In: *Linguística y História Literária* (Madrid: Gredos, 1974), pp.7-53.
- Starobinsky, J. (1971) *As palavras sob as palavras; os anagramas de Ferdinand de Saussure* (São Paulo: Perspectiva, 1974) [trad. de *Les mots sous les mots*].
- (1970) "Leo Spitzer et la lecture stylistique". In: Spitzer, L. *Etudes de style* (Paris: Gallimard) pp.7-42.
- Thorne, J.P. (1970) "Gramática gerativa e análise estilística". In: Lyons, J. (org.) *Novos Horizontes em Linguística* (São Paulo: Cultrix-E.D. U.S.P., 1976) pp.117-131 [Trad. de *New Horizons in Linguistics*].
- Trudgill, P. (1974) *Sociolinguistics, an introduction to language and society* (Middlesex: Penguin Books).
- Vallejo, A. & Magalhães, L.C. (1981) *Lacan: operadores de leitura* (São Paulo: Perspectiva).
- Vários (1981) "Table ronde discours-histoire-langue". In: *Matérialités discursives* (Lille: Presses Universitaires de Lille).
- Wellek, R. & Warren, A. (1942) *Teoria da Literatura* (Rio de Janeiro: Publicações Europa-América). [trad. de *Theory of Literature*].